

OS

Organizações & Sociedade





Organizações & Sociedade

94



NPGA
Núcleo de Pós-Graduação
em Administração

A **Revista Organizações & Sociedade (O&S)** visa fomentar o diálogo e a inovação sobre a compreensão das organizações, por meio da publicação de pesquisas que agreguem valor à sociedade e que sejam socialmente significativas. A revista publica pesquisa multidisciplinar, interdisciplinar, criativa, crítica, teoricamente orientada, internacional e não tradicional, enraizada em uma ampla variedade de disciplinas, inspirada pela diversidade, aberta à pluralidade epistemológica e metodológica. A **O&S** pretende ser uma comunidade de aprendizagem composta de autores, revisores, editores e leitores, impulsionada pela paixão por ideias, pela curiosidade intelectual, pelo pensamento crítico e pela adesão aos melhores padrões acadêmicos.

EDITOR-CHEFE

Eduardo Paes Barreto Davel, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia

EDITORES ASSOCIADOS

Organizações, Aprendizagem e Conhecimento

Claudia Simone Antonello, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Organizações, Cultura e Identidade

Letícia Dias Fantinel, Universidade Federal do Espírito Santo

Organizações e Educação

Marcelo de Souza Bispo, Universidade Federal da Paraíba

Organizações, Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Andrea Cardoso Ventura, Universidade Federal da Bahia

Organizações e Gestão Pública

Wescley Silva Xavier, Universidade Federal de Viçosa

Organizações e Gestão Social

Airton Cardoso Cançado, Universidade Federal do Tocantins

Organizações e Políticas Públicas

Maria Elisabete Pereira dos Santos, Universidade Federal da Bahia

Organizações, Política e Sociedade

Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros, Universidade Federal de Uberlândia

Organizações e Tecnologia

Amarolinda Iara da Costa Zanela Klein, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Organizações, Teoria e Método

Josiane Silva de Oliveira, Universidade Estadual de Maringá

GESTÃO EXECUTIVA

Fabiany Sousa Costa Feitosa, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia

Francisco Rodolfo Xavier Ramalho, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia (voluntário)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Silvia Rocha Ipiranga, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Alessandra de Sá Mello da Costa, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Alexandre de Pádua Carrieri, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil
Alexandre de Almeida Faria, EBAPE, Fundação Getúlio Vargas, Brasil
Antonio Strati, Facoltà di Sociologia, Università degli Studi di Trento, Itália
Ariadne Scalfoni Rigo, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Barbara Czarniawska, School of Business, Economics and Law, University of Gothenburg, Suécia
Cândido Vieira Borges Junior, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Daniel Hjorth, Copenhagen Business School, Dinamarca
Davide Nicolini, Warwick Business School, University of Warwick, Reino Unido
Diego M. Coraiola, University of Alberta, Canadá
Diógenes de Souza Bido, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil
Edson Ronaldo Guarido Filho, Universidade Positivo e Universidade Federal do Paraná, Brasil
Elena P. Antonacopoulou, Management School, University of Liverpool, Reino Unido
Fernando Gomes de Paiva Júnior, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
François-Xavier de Vaujany, Université Paris Dauphine, França
Jean-Louis Laville, Conservatoire National des Arts et Métiers, França
José Arménio Belo da Silva Rego, Católica Porto Business School, Universidade Católica Portuguesa, Portugal
Howard S. Becker, University of Washington, Estados Unidos da América do Norte
Marcos Barros, Grenoble École de Management, Université Grenoble Alpes, França
Marlei Pozzebon, HEC Montreal & FGV/EAESP, Canadá
Marta B. Calas, University of Massachusetts Amherst, Estados Unidos da América do Norte
Mats Alvesson, School of Management, Lund University, Suécia
Maurício Roque Serva de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Miguel Pina e Cunha, Nova School of Business and Economics, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Monika Kostera, Faculty of Management and Social Communication, Jagiellonian University, Polônia
Mozar José de Brito, Universidade Feral de Lavras, UFLA, Brasil
Paula Chies Schommer, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Rafael Alcadipani, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, EAESP-FGV, Brasil
Regina F. Bento, Merrick School of Business, University of Baltimore, Estados Unidos da América do Norte
Sally Maitlis, Said Business School, University of Oxford, Reino Unido
Silvia Gherardi, Facoltà di Sociologia, Università degli Studi di Trento, Italia
Silvia Pereira de Castro Casa Nova, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Brasil
Stephen Linstead, Management School, University of York, Reino Unido
Stewart Clegg, School of Management, University of Technology Sydney, Austrália
Tânia Maria Diederichs Fischer, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

INDEXADORES E DIRETÓRIOS

Catálogo Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Directorio Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
DOAJ – Directory of Open Access Journals
EBSCO Information Services
e-revist@s – Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas
Periódicos CAPES – Portal Brasileiro da Informação Científica
Periódicos Eletrônicos da UFBA
REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico
Repositório Institucional da UFBA
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe
Scopus | Elsevier
SPELL – Scientific Periodicals Electronic Library
Sumarios.org – Sumários de Revistas Brasileiras
Ulrich's Periodicals Directory

FOTO CAPA

Josiane Silva de Oliveira

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Douglas Mattos (PT) | Tikinet

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ana Carolina Maluf | Librum Soluções Editoriais
Gustavo Bolliger Simões | Librum Soluções Editoriais
Raquel Prado | Tikinet

Organizações & Sociedade: O&S / Universidade Federal da Bahia, UFBA : Núcleo de Pós-Graduação em Administração, NPGA/Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA. – vol. 1, n. 1 (1993)-. Salvador: UFBA: NPGA/EDUFBA, 1993-

Trimestral, 2005-
Quadrimestral, (1997 – 2004).
Semestral (1993 – 1996).
ISSN Eletrônico 1984-9230
ISSN Impresso: 1413-585X

1. Administração – Periódicos. 2. Organizações – Periódicos.
I. Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Pós-Graduação em Administração, NPGA II. Título: O&S

CDD 658



A revista O&S está licenciada sob a *Licença Creative Commons Attribution 4.0* em todos os trabalhos publicados, exceto quando houver indicação específica de detentores de direitos autorais.

SUMÁRIO

Editorial: Os sentidos de público e de tecnologia para a administração pública e a gestão social

What “public” and “technology” means for public administration and social management

Eduardo Paes Barreto Davel, Wescley Silva Xavier e Airton Cardoso Cançado

364

Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática

Public governance in three dimensions: conceptual, measurement and democratic

Bernardo Oliveira Buta e Marco Antonio Carvalho Teixeira

370

Mercantilização & contramovimento: agricultura sustentada pela comunidade (CSA): estudo de caso em Minas Gerais, Brasil

Commodification & countermovement: community-supported agriculture (CSA): a case study in Minas Gerais, Brazil

Daniele Eckert Matzembacher e Fabio Bittencourt Meira

396

Participação cidadã: o gap da governança digital nas autarquias e fundações da educação no Brasil

Citizen participation: digital governance’s gap in Brazilian public authorities and educational foundations

Danusa Fernandes Rufino Gomes, Marina Figueiredo Moreira e Eval Pereira da Silva Filho

431

Psicologia moral e economia solidária: relações teóricas

Moral psychology and solidary economy: theoretical relations

Thelma Pontes Borges e Maria Thereza Costa Coelho de Souza

459

Análise crítico-emancipatória de discurso: um ensaio metodológico

Critical emancipatory discourse analysis: a methodological essay

Luiz Gustavo Alves de Lara e Fabio Vizeu

484

Historia e investigación social cualitativa: reflexiones en torno de la historia comparada y la historia de vida

History and social qualitative research: reflections on comparative history and life history

Leonardo Granato, Fernanda Tarabal Lopes e Alessandra de Sá Mello da Costa

508

Relações raciais e histórias de vida: trabalhadores industriais negros em foco

Racial relations and life stories: focus on black industrial workers

Matheus Arcelo Fernandes Silva e Luiz Alex Silva Saraiva

532

A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro)

The reconciliation between economic and social in the notion of social enterprise: limits and possibilities (in the Brazilian context)

Genauto Carvalho de França Filho, Ariádne Scalfoni Rigo e Washington José de Souza

556

Contribuição da análise crítica do discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações

Contribution of the critical discourse analysis in Norman Fairclough beyond its use as a method: a new perspective on organizations

Fernanda Mitsue Soares Onuma

585

EDITORIAL

Os sentidos de público e de tecnologia para a Administração Pública e Gestão Social

What “public” and “technology” means for public administration and social management

Eduardo Paes Barreto Davel^a

Wescley Silva Xavier^b

Airton Cardoso Cançado^c

^a Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

^b Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil

^c Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil

Resumo

Pensar o futuro da teorização sobre gestão social e gestão pública requer um esforço coletivo, criativo e amplo. Duas vertentes orientam nossa reflexão sobre esse futuro: os sentidos de público e de tecnologia. Que sentidos o termo “público” emana nas pesquisas sobre gestão pública? Como esses sentidos produzem efeitos inesperados e indesejáveis? Que sentidos o termo “tecnologia” pode alcançar nas pesquisas sobre gestão social? Como produzir pesquisas que teorizem sobre esses sentidos, produzindo conceitos significativos para auxiliar gestores públicos e sociais em sua prática cotidiana?

Palavras-chave: Sentidos de Público; Sentidos de Tecnologia; Administração Pública; Gestão Social.

Abstract

Thinking about the theoretical future of social and public management requires a collective, creative and broad effort. Two aspects guide our reflection on this future: the meanings of public and of technology. What meanings does “public” exude in research on public administration? How do these senses produce unexpected and undesirable effects? What meanings can technology have in social management research? How to

produce research that theorizes about such meanings, producing powerful concepts to assist public and social managers in their daily practice?

Keywords: Meanings of Public; Meanings of Technology; Public Administration; Social Management.

Pensar o futuro da teorização sobre gestão social e gestão pública requer um esforço coletivo, criativo e amplo. Duas vertentes orientam nossa reflexão sobre esse futuro: os sentidos do público e da tecnologia. Que sentidos o termo “público” emana nas pesquisas sobre gestão pública? Como esses sentidos produzem efeitos inesperados e indesejáveis? Que sentidos o termo “tecnologia” pode alcançar nas pesquisas sobre gestão social? Como produzir pesquisas que teorizem sobre esses sentidos, produzindo conceitos significativos para auxiliar gestores públicos e sociais em sua prática cotidiana?

A respeito dos sentidos do público, ancoramos nossas reflexões na ideia de público como oposto ao privado e ao secreto (Bobbio, 1986). O primeiro sentido de público recobra o que Bobbio classificou como o governo do poder público no público, o tornar não secreto coisas da vida pública. Trata-se de voltar as lentes de investigação para o esfacelamento das esferas participativas, democráticas, como é característico de espaços participativos de deliberação, bem como em órgãos de controle com representações. Os últimos anos têm nos mostrado que o enfrentamento às instâncias de controle social – da sociedade sobre o Estado – tem crescido, não apenas no Brasil, mas também em países cujas democracias foram postas contra a parede, como Hungria, Turquia, Polônia, Filipinas, Nicarágua, Venezuela, Panamá e outros, regredindo sensivelmente em seus aspectos democráticos, quiçá flertando com o que Mechkova, Lührmann e Lindberg (2017) classificam como autocracias eleitorais.

Não obstante o caráter crucial do controle sobre a administração pública enquanto dimensão de uma democracia (Arantes et al., 2010), medidas de enfraquecimento desses órgãos e dos espaços de participação cresceram exponencialmente. Dois aspectos cruciais nesse fenômeno merecem destaque. O primeiro deles diz respeito ao enfrentamento desses espaços como algo que pode tornar a gestão pública mais eficiente, desfazendo-se de estruturas que podem atrapalhar o bom funcionamento de engrenagens. Ora, não seriam essas as estruturas que garantem decisões minimamente democráticas e que desvelam interesses e ações escusos, emantados de uma suposta eficiência? O sentido da eficiência não poderia também estar maquiando a retirada de uma parcela da população dos processos de fiscalização e deliberação da e na ação pública, principalmente no que tange à representação de grupos historicamente excluídos? Um dos sentidos da eficiência não estaria eclipsando a função social do serviço público?

Um caso emblemático é a manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS) que, apesar das históricas críticas, garante a universalidade do acesso em um país de extrema desigualdade. Aqui, a ideia de eficiência omite não apenas uma básica relação de inputs e outputs, como também o estrangulamento orçamentário ao qual o SUS tem sido paulatinamente exposto e ao qual é amplamente sensível (Soares, 2000). Isso para não tocar no que representa a ampla rede de apoio à saúde, eminentemente pública, que inclui diversas fundações, centros de pesquisa, hospitais, universidades e tantas outras organizações. Essa avaliação das organizações públicas só seria possível porque a ideia de eficiência recai sobre as organizações privadas. Então, deparamo-nos com um segundo sentido de público: o público como oposto ao privado. Isso implica não apenas assumir algo como pertencente a todos, mas também entender que a coisa pública possui lógicas distintas da coisa privada, sem segmentar potenciais tomadores de serviços ou mesmo tipos de prestação de serviços que possam sobrepor o ponto de equilíbrio.

No contexto da saúde, os tempos atuais dão mostras que a iniciativa privada não está disposta a enfrentar grandes questões, como a pandemia do Covid-2019. O mesmo poderia ser pensado a respeito da devolução de aeroportos concedidos à iniciativa privada, por não serem lucrativos – Viracopos e o aeroporto de Natal, por exemplo. Com efeito, devemos refletir sobre os aspectos críticos da substituição dos serviços públicos pela iniciativa privada em áreas essenciais. Outro exemplo, o da educação, revela que a eficiência do sistema de vouchers desmorona quando consideramos relações triviais de oferta e procura. O deslocamento dos estudantes para a rede privada impactaria o preço de mensalidades quando do crescimento da demanda, a ser custeada pelo Estado.

Em suma, as discussões que buscam deslocar a ideia de ineficiência de diversos serviços públicos são problemáticas, embora, evidentemente, elas existam e devam ser sanadas para um melhor funcionamento dos serviços direcionados à sociedade. Todavia, os excessos acontecem, em muitos casos, quando ignoramos a natureza dos processos e suas complexidades, que por tenderem à universalização, precisam heurísticamente incorporar diversas forças assimétricas. Afinal, o público, diferentemente do privado, deve assumir necessariamente o caráter social dessas organizações, que as tornam legítimas ao não submeterem os cidadãos à exigência da viabilidade financeira para efetivar a prestação de serviços essenciais.

Neste contexto, algumas questões podem instigar investigações e teorizações futuras. Quanto ao sentido de público oposto ao que é secreto, ou do governo do poder público no público, sobretudo os modos de participação e controle, como podemos melhor teorizar sobre os impactos do esvaziamento das esferas de participação e controle no e do Estado em relação à abrangência das políticas públicas? De maneira mais aguda, como teorizar sobre os mecanismos legais que abarcam

medidas autoritárias em países de democracias cada vez mais frágeis? Como teorizar sobre o impacto do autoritarismo e da redução dos órgãos de controle sobre os indicadores de corrupção nesses países? Sobre o sentido do público oposto ao privado, quais e como são operados os novos condicionantes de proteção aos interesses de classe mediados pelo Estado? Que teorias permitiriam pensar as zonas de equilíbrio entre a função social de diversas organizações públicas e suas medidas de eficiência? Como teorizar sobre a função ideológica da eficiência nos discursos sobre as organizações públicas?

No campo da gestão social, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) revelam um sentido de ampliação do espectro de possibilidades de pesquisa e prática (Cançado, Pereira, & Tenório, 2015; Cançado, Rigo, & Pinheiro, 2016). Algumas experiências concretas já estão à disposição de forma gratuita para celulares, como o SuperSUS (desenvolvido pela fundação Oswaldo Cruz) e o Mudamos+ (desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro). O primeiro ensina direitos e deveres da população em relação ao SUS, por meio de jogo. O segundo é um aplicativo que coleta assinaturas eletrônicas em projetos de lei de iniciativa popular, mudando a relação entre eleitores e seus representantes. Outro exemplo, já não tão recente, aconteceu na Islândia durante a crise financeira de 2008-2009. A população decidiu, à revelia do poder público, elaborar uma nova constituição. Foram escolhidas 25 pessoas (não políticos) que passaram a interagir com o restante da população por WhatsApp, Facebook e Instagram. As sugestões eram compiladas e apresentadas semanalmente. O processo aconteceu em três meses (Marinho, Cançado, & Iwamoto, 2019). A constituição não foi aprovada pelo Judiciário, mas o importante foi a experiência.

No seu conjunto, as três experiências demonstram que a pesquisa sobre a gestão social, aliada às TICs, revela um promissor caminho para a teorização sobre modalidades e processos de participação mais efetiva da população. O controle social, entendido como o controle do Estado pela sociedade, pode ampliar seus horizontes atingindo um maior número de cidadãos por meio das TICs (Halachmi & Holzer, 2010; Kakabadse, Kakabadse, & Kouzmin, 2003). Essas possibilidades, porém, podem passar pelo desafio relativo ao próprio acesso à internet, seja pela falta de cobertura (principalmente em regiões com baixa densidade demográfica), seja pelo custo do acesso ao serviço. No campo da gestão social, as teorizações futuras passam, certamente, pela revisão da relação entre organizações da sociedade civil, o próprio cidadão, a iniciativa privada e o Estado. As TICs, apesar das possibilidades e desafios, podem suscitar produções teóricas que ressignifiquem essa relação, trazendo mais transparência e efetividade.

Referências

- Arantes, R. B., Loureiro, M. R., Couto, C., & Teixeira, M. A. C. (2010). Controle democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. In M. R. Loureiro, F. L. Abrucio, & R. S. Pacheco, *Burocracia e política no Brasil: Desafios para a ordem democrática no século XXI* (pp. 109-147). São Paulo, SP: FGV Editora.
- Bobbio, N. (1986). *O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Cançado, A. C., Pereira, J. R., & Tenório, F. G. (2015). *Gestão social: Epistemologia de um paradigma* (2a ed.). Curitiba, PR: CRV.
- Cançado, A. C., Rigo, A. S., & Pinheiro, L. S. (2016). Por una agenda de investigación para la gestión social: Control social, paradigma, escala y cuadro de análisis. *Práxis Sociológica*, (21), 65-94. Recuperado de <https://bit.ly/2QFViZB>
- Halachmi, A., & Holzer, M. (2010). Citizen participation and performance measurement: Operationalizing democracy through better accountability. *Public Administration Quarterly*, 34(3), 378-399. Recuperado de <https://bit.ly/2Jb5fd9>
- Kakabadse, A., Kakabadse, N. K., & Kouzmin, A. (2003). Reinventing the democratic governance project through information technology? A growing agenda for debate. *Public Administration Review*, 63(1), 44-60. doi:10.1111/1540-6210.00263
- Marinho, F. A., Cançado, A. C., & Iwamoto, H. M. (2019). Icelandic crowd-sourced constitution and social management: Practice and theory in citizens democratic participation. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15(2), 129-144. Recuperado de <https://bit.ly/3agqOFd>
- Mechkova, V., Lührmann, A., & Lindberg, S. I. (2017). How much democratic backsliding? *Journal of Democracy*, 28(4), 162-169. Recuperado de <https://bit.ly/2WEb5f3>
- Soares, L. T. (2000). As atuais políticas de saúde: Os riscos do desmonte neoliberal. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 53(n. esp.), 17-24. doi:10.1590/S0034-71672000000700003

Sobre os Autores

Eduardo Paes Barreto Davel

Doutor em administração pela École des Hautes Études Commerciales de Montréal (Canadá), com pós-doutorado em administração pela Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Professor na Escola de

Administração da Universidade Federal da Bahia. Editor-chefe da revista *Organizações & Sociedade*. Pesquisa e publica sobre empreendedorismo cultural, gestão do processo criativo, ensino, metodologia, aprendizagem, cultura e estética nas organizações. E-mail: davel.eduardo@gmail.com. ORCID: 0000-0003-0610-6474

Wesley Silva Xavier

Doutor em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, com pós-doutorado em sociologia pela Lancaster University (Reino Unido). É professor adjunto do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa. Editor associado da revista *Organizações & Sociedade*, eixo “Organizações e gestão pública”. Pesquisa e publica nas áreas de estudos organizacionais e administração pública, relacionados ao marxismo, estética materialista, produção cultural, crítica da produção do espaço, estudos históricos e discurso, bem como desenvolve ações afirmativas no Ensino Superior. E-mail: wesleysxavier@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0003-3524-3566

Airton Cardoso Cançado

Doutor em administração pela Universidade Federal de Lavras, com pós-doutorado em administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas e pela École des Hautes Études Commerciales de Montréal (Canadá). É professor na Universidade Federal do Tocantins. Editor associado da revista *Organizações & Sociedade*, eixo “Organizações e gestão social”. Pesquisa e publica sobre gestão social e cooperativismo. E-mail: airtoncardoso@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0003-4698-1804



Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática

Public governance in three dimensions:
conceptual, measurement and democratic

Bernardo Oliveira Buta^a
Marco Antonio Carvalho Teixeira^a

Recebido: 03/05/2018
Aprovado: 11/04/2019

^a Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brasil

Resumo

O objetivo deste trabalho é identificar e avaliar comparativamente iniciativas de definição e mensuração de governança pública. Para tanto, foi realizada uma metanálise de artigos voltados à construção ou crítica aos índices de governança pública. O conteúdo dos artigos foi analisado por meio da técnica de análise categorial, com base em três dimensões de governança: conceitual, mensural e democrática. Os resultados indicam grande diversidade de conceitos de governança pública, de instrumentos utilizados para a sua mensuração e de atores institucionais que a exercem. Observou-se também dissonância entre os indicadores e os conceitos de governança pública. Por fim, propõe-se uma definição para governança pública a partir da identificação e análise dos conceitos apresentados nos artigos.

Palavras-chave: Governança Pública; Mensuração; Indicadores de Governança; Democracia.

Abstract

This paper sought to identify and evaluate initiatives to define and measure public governance. Therefore, a meta-analysis of articles aimed at the construction or critique of public governance indices was performed. The contents of the articles was analyzed by categorical analysis, based on three dimensions of governance: conceptual, measurement and democratic. The results indicate a great diversity of concepts, of instruments used to measure public governance, and of institutional actors that carry it out. Dissonance was also observed between the indicators and the concepts

of public governance. Lastly, a definition was proposed for public governance based on the identification and analysis of the concepts presented in the articles.

Keywords: Public Governance; Measurement; Governance Indicators; Democracy.

Introdução

O conceito de governança é polissêmico, multidimensional e carregado de ambiguidade (Rose-Ackerman, 2017). Em termos normativos, boa governança representa condições ideais de governança a serem perseguidas, condições estas que têm sido cada vez mais infladas, a ponto de se tornarem uma panaceia para diversos males sofridos ao redor do globo. Assim, os desafios relacionados à boa governança não se restringem apenas a efetividade, *accountability*, transparência e legalidade, mas passaram a abranger também condições de equidade, participação social, democracia, inclusão, respeito aos direitos humanos etc. (Grindle, 2017). Uma questão essencialmente problemática no que se refere aos aspectos normativos de governança são os diferentes significados e operacionalizações do seu conceito, o que provoca comparações entre diversos objetos (Gisselquist, 2014).

As escalas de mensuração de governança não são unânimes. Por um lado, argumenta-se que elas produzem formas de conhecimento convenientes e moldam a maneira como os formuladores de políticas e o público em geral percebem o mundo. Ao estabelecerem padrões segundo os quais os indivíduos, organizações ou nações devem se comportar, os indicadores tendem a inspirar aqueles que são avaliados a melhorarem seu desempenho (Merry, 2011). Por outro lado, representam formas implícitas de poder (Löwenheim, 2008) e possuem acurácia muitas vezes questionável (Apaza, 2009; Thomas, 2010).

Nesse sentido, o problema que norteia esta pesquisa está relacionado às iniciativas de mensuração de governança pública relatadas na literatura acadêmica. Este problema pode ser descrito em três perguntas a serem respondidas ao longo do texto: como os estudos têm definido governança pública? Quais os indicadores utilizados para medir governança pública? Quais atores exercem a governança? A presente reflexão busca identificar e avaliar comparativamente iniciativas de definição e mensuração de governança pública. Esta avaliação se baseia em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. Assim, a partir de uma análise de pesquisas voltadas à construção e à crítica de índices de governança, pretende-se contribuir para o debate sobre tais índices de forma propositiva.

Para contemplar tais desafios, o texto está estruturado em quatro partes, além desta introdução. A primeira é dedicada ao referencial teórico, em que são abordadas

as dimensões conceitual, mensural e democrática da governança. Em seguida, são apresentados os aspectos metodológicos utilizados na condução do estudo. Posteriormente, são discutidos e analisados os resultados da pesquisa. Por fim, são apresentadas as conclusões e indicativos de novas agendas de pesquisa.

Governança pública e suas dimensões

O vocábulo governança apresenta diversos significados. A origem do conceito remonta aos estudos da teoria da agência, os quais analisam a separação entre as funções de propriedade e controle como forma de tornar a organização mais eficiente. Essas duas funções, anteriormente atribuídas à mesma pessoa, o gerente-proprietário, passam a ser tratadas como separadas. A firma, assim, é vista como um conjunto de contratos voltados para a combinação e compartilhamento de recursos para criar e dividir os resultados (Fama, 1980). A questão principal, do ponto de vista da teoria da agência, está justamente na relação entre proprietários e gerentes. Tal relação envolve a delegação do gerenciamento de recursos, com poder de decisão, dos proprietários para os gerentes, os quais nem sempre agirão conforme os interesses daqueles que os empregaram (Jensen & Meckling, 1976).

A partir dos estudos sobre a relação de agência, emerge o conceito de *accountability*, que se refere à responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra por algum tipo de resultado esperado (Mosher, 1968). É um processo que envolve a responsividade do poder público sobre seus atos, compreendendo a prestação de informações e de justificações à sociedade, assim como a responsabilização por atos em desacordo com o interesse público (Schedler, 1999).

A teoria dos custos de transação, por sua vez, trata o conceito de governança sob outra perspectiva. Nela, o interesse está nas transações em nível individual. A forma de organização econômica, assim, estaria voltada para identificar e mitigar as diversas possibilidades de riscos contratuais (Williamson, 1996). Essas teorias possuem pontos comuns entre si e partem de pressupostos semelhantes, como a tendência dos agentes ao oportunismo, bem como sua racionalidade limitada. Como consequências dessas premissas, as contratações apresentam propensão a serem complexas, incompletas e com riscos duradouros (Williamson, 1998).

O foco, tradicionalmente colocado nos proprietários e acionistas, toma uma maior amplitude a partir da abordagem teórica dos *stakeholders*¹. Nesse sentido, a organização econômica é vista como um sistema aberto, com responsabilidade não apenas pelos acionistas, mas por grupos de atores sem os quais sua existência não

1. *Stakeholders* são aqueles atores, individuais ou coletivos e passíveis de identificação, afetados pela ação de uma organização, ou capazes de influenciá-la (Freeman & Reed, 1983).

seria possível. Assim, o conceito de governança deve levar em conta o envolvimento desses grupos de atores na tomada de decisões (Freeman & Reed, 1983).

Essa acepção de governança, baseada no gerenciamento de relações entre as partes interessadas, é o ponto fundamental a partir do qual se desenvolve o conceito de governança pública. Com efeito, uma característica particularmente importante da governança pública é a cooperação entre atores públicos e privados para a elaboração das políticas públicas (Mayntz, 2001). Por conseguinte, envolve não apenas formas de gerenciar ações individuais, mas um governo cooperativo, do qual participam atores públicos e privados, construindo redes mistas de políticas públicas com o fito de produzir consensos acerca de problemas comuns e a entrega de políticas públicas legítimas e aceitáveis (Mayntz, 1998).

Sob essa perspectiva, os atores estatais estão em um contínuo processo de negociação com a sociedade. Tal negociação ocorre em condição de igualdade, envolvendo a combinação de recursos públicos e privados para a formulação da ação pública (Peters & Pierre, 1998). Tais negociações se dão em múltiplos níveis territoriais e em diversas esferas federativas, com abrangência supranacional, nacional, regional ou local, além de arranjos cooperativos com atores não estatais (Chowdhury & Wessel, 2012). Em suma, governança pública abrange noções relativas ao processo de tomada de decisões de caráter coletivo ou comum. Envolve igualmente as formas de funcionamento do governo, além das instituições formais e informais que regulam o relacionamento entre Estado e sociedade (Grindle, 2017).

São necessárias algumas condições prévias para o funcionamento da governança pública. A primeira condição é a de que o poder esteja disperso na sociedade de modo eficiente e não fragmentado, que os representantes sejam eleitos democraticamente, refletindo os interesses dos principais grupos sociais, e aceitos como guardiões dos interesses públicos. Ademais, é preciso que as autoridades públicas disponham de competências e recursos que as permitam executar as decisões tomadas democraticamente. No que se refere à sociedade, são condições necessárias para a governança: (1) que a sociedade civil seja forte e bem organizada; (2) que os cidadãos gozem de igualdade perante a lei e disponham de direitos fundamentais que os protejam; (3) que as organizações sociais sejam autônomas e capazes de negociar com as autoridades estatais (Mayntz, 2001).

Nesse contexto, emerge uma comparação normativa acerca das definições e condições ideais de governança (Grindle, 2017). Entidades que atendem a determinadas condições têm a si atribuído um rótulo de “boa governança”. Assim, há inúmeros instrumentos de avaliação do desempenho de governos voltados para análise de seu comportamento em relação à governança. O resultado desse exame é visto como produto da capacidade do ente avaliado, sendo este considerado responsável por sua

classificação e melhoria futura. Há, portanto, uma expectativa de que os entes avaliados melhorem sua conduta com base na avaliação (Löwenheim, 2008).

No entanto, há inúmeras críticas aos índices e mecanismos de avaliação de governança no nível internacional. Do ponto de vista político, argumenta-se que esses instrumentos fortalecem as visões de grupos dominantes, embora as análises pareçam neutras e apolíticas (Erkkilä & Piironen, 2014). Eles são também vistos como inseridos em relações de poder e dominação, em que poder e conhecimento circulam entre Estados hegemônicos e alguns atores não estatais (Löwenheim, 2008), firmando preferências políticas e normativas que influenciam os resultados finais (Fukuyama, 2013). Do ponto de vista metodológico, várias críticas têm sido levantadas acerca da forma de construção e agregação dos indicadores e da transparência das informações fornecidas pelas fontes de dados (Apaza, 2009).

Diversos aspectos são considerados cruciais nos índices de governança, dentre os quais: formação do conceito, validade do conteúdo, confiabilidade, robustez e relevância das medidas, complexidade descritiva, ajuste teórico, precisão dos estimadores e correta ponderação (Gisselquist, 2014). Não é objeto deste estudo, no entanto, a análise das escalas de governança a partir de todos esses aspectos. O foco está em três dimensões de análise: conceitual, mensural e democrática.

No que se refere à dimensão conceitual, cumpre reafirmar que governança possui diversos significados, e é foco de várias abordagens teóricas. O termo é utilizado com frequência para substituir outro, de modo que **problemas de governança** passou a ser um eufemismo para corrupção, fraude, incompetência ou desperdício (Rose-Ackerman, 2017). Desse modo, distintos estudos podem atribuir significados diversos ao investigar a mesma pergunta de pesquisa (Fukuyama, 2013). Isso é um problema ao se tratar da construção de índices de governança pública. Destaca-se que diversos desses índices não especificam o conceito que visam medir, definindo governança apenas com base em sua operacionalização. Como governança é um significante com diversas possibilidades de significado, é fundamental que se tenha cautela ao analisar esses índices, uma vez que podem estar mensurando conceitos diversos de governança (Gisselquist, 2014).

A dimensão mensural, por sua vez, abrange o conteúdo dos índices de governança. Trata-se de uma análise dos componentes incluídos nas medidas no que se refere a sua consistência em relação ao construto governança, além das lógicas institucionais subjacentes a esses indicadores. Pode-se compreender lógicas institucionais como um conjunto de práticas materiais e construções simbólicas (Friedland & Alford, 1991), com base nas quais os indivíduos atribuem sentido à realidade e orientam suas ações coletivas. Elas refletem valores, crenças e normas

socialmente estabelecidas (Thornton & Ocasio, 2008), e manifestam-se materialmente em estruturas e práticas organizacionais (Cloutier & Langley, 2013).

Sob essa ótica, a partir dos critérios utilizados para mensurar governança pública, diferentes lógicas institucionais podem ser identificadas, algumas das quais conflitantes. Por exemplo, participação social é um aspecto importante de governança (Martínez, 2005). Contudo, esse aspecto pode ser percebido por diversas lógicas institucionais. Mello e Slomski (2010) percebem este aspecto por meio da facilidade de acesso dos cidadãos a portais eletrônicos e da capacidade desses portais de permitirem a interação dos cidadãos. Já Yong e Wenhao (2012) percebem este aspecto por meio da participação do setor privado na economia local. Em suma, o conteúdo dos índices de governança nem sempre tratam das mesmas lógicas institucionais.

Já no que se refere à dimensão democrática, é forçoso ressaltar que democracia e governança estão intrinsecamente ligadas, sendo a democracia representativa uma solução de governança para as falhas inerentes à democracia direta. No sistema atual de democracia representativa, não são apenas os representantes eleitos os detentores de autoridade pública, mas atores nomeados por esses e burocratas escolhidos por critérios estabelecidos (Mosher, 1968). Com efeito, a formulação e implementação de políticas públicas não é monopólio dos representantes eleitos. O poder para tanto muitas vezes é delegado aos burocratas (Sweet & Thatcher, 2002), os quais devem prestar conta aos representantes eleitos ou à sociedade (Tomic, 2018).

Assim, um importante aspecto do debate sobre boa governança remete à tensão entre competência técnica e legitimidade procedimental, com destaque para o envolvimento social e a justificação das ações públicas. Ou seja, esta tensão está entre a necessidade de efetividade das políticas públicas e de procedimentos que sejam legitimados e controlados pelos cidadãos. Desse modo, a questão não está apenas na formulação de políticas cientificamente avançadas ou em decisões que soam técnicas, mas em políticas que respondam ao interesse público (Rose-Ackerman, 2017). A garantia de que o interesse público seja atendido na formulação e implementação das políticas públicas passa pelo controle dos conflitos de interesses entre políticos e burocratas e pela mitigação de problemas de assimetria de informação (Lupia & McCubbins, 2000).

Há uma relação importante entre as dimensões democrática e mensural. Trata-se do problema de se potencializarem déficits democráticos com a imposição de níveis de desempenho baseados em indicadores definidos sem abertura à participação popular. Corre-se o risco de uma democracia baseada em **segredos de indicadores**, acessíveis apenas a poucos especialistas. Estes passam a ser depositários de um conhecimento não acessível à massa, o qual mesmo se fosse acessível, não seria compreensível, nem passível de discussão (Bobbio, 1995). A governança, porém, é democrática na medida em que estabelece meios para a participação social

no planejamento e avaliação da ação pública (Martínez, 2005), sendo necessários para o funcionamento da democracia mecanismos de controle social sobre a ação de políticos e burocratas (Arantes, Loureiro, Couto, & Teixeira, 2010).

Procedimentos metodológicos

Este estudo traz uma metanálise de artigos publicados no âmbito nacional e internacional que propõem escalas para mensuração de governança ou críticas a índices já existentes. Para a coleta de dados, realizou-se um levantamento sistemático da literatura nas bases de dados JSTOR, SciELO, Sage, Wiley, Web of Science, Taylor & Francis Online e Spell. Essas bases de dados foram selecionadas por cobrirem juntas uma extensa parte da produção científica no campo de administração pública, abrangendo os periódicos de maior prestígio em âmbito nacional e internacional. As pesquisas foram realizadas pelos indexadores *public governance*, *measurement/measure*, *scale* e *index/indicator* nas palavras-chave dos artigos. Quando não foi possível pesquisar por palavras-chave, a pesquisa foi realizada pelo título dos artigos. A busca se limitou a artigos em periódicos com revisão às cegas. Após a busca, efetuou-se a leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados para selecionar aqueles que tratassem de indicadores ou medidas de governança pública em contexto supranacional, nacional, regional e local. Foram descartados artigos referentes a governança ambiental, transparência, *rule of law*², saúde, governança corporativa e educação, uma vez que o escopo desta pesquisa não abrange medidas de governança para setores específicos. Por fim, dos 38 artigos encontrados inicialmente, 21 foram selecionados, sendo 19 estrangeiros e dois nacionais.

Os artigos selecionados tiveram seus conteúdos analisados, com foco em três dimensões: conceitual, mensural e democrática do construto governança. Para a identificação da dimensão conceitual, foi verificada a definição de governança adotada em cada artigo. A análise foi realizada mediante a classificação de categorias de definição de governança conforme a literatura sobre o tema, baseando-se na técnica de análise categorial (Bardin, 2011). Trata-se de uma análise de conteúdo convencional (Hsieh & Shannon, 2005), na qual as categorias foram desenvolvidas a partir da leitura dos artigos, concomitantemente com a análise, permitindo que os principais aspectos de governança pública fluíssem a partir dos dados.

No caso da dimensão mensural, buscou-se os indicadores utilizados para medir governança. As categorias de análise foram as mesmas alvitradas na etapa anterior, uma vez que os indicadores são utilizados para mensurar o conceito, devendo ser adequados

2. *Rule of law* refere-se à supremacia da lei na determinação do comportamento social. Em uma definição mínima, significa que as pessoas e o governo devem seguir e se sujeitar às leis (Skaaning, 2010). Em português, o termo pode ser entendido como Estado de direito.

para a estimação de cada parâmetro (Hanlbleton, Swaminathan, & Rogers, 1991). Já no que se refere à dimensão democrática, o foco foram os atores ou instituições que exercem governança, identificados mediante análise categorial (Bardin, 2011), de forma semelhante à utilizada para a dimensão conceitual supracitada.

Escalas de mensuração de governança

Os artigos considerados para a análise englobam tanto propostas de índices e dimensões para a mensuração de governança pública quanto críticas aos índices e escalas mais difundidos. Nesse sentido, diversos trabalhos se dedicam a criticar ou propor ajustes ao Worldwide Governance Indicators (WGI) (Ahmad, 2005; Apaza, 2009; Buduru & Pal, 2010; Erkkilä & Piironen, 2014; Löwenheim, 2008; McFerson, 2009; Thomas, 2010; Yong & Wenhao, 2012). Outros oferecem críticas ou ajustes ao Índice Ibrahim de Governança Africana (Farrington, 2009, 2010, 2011; McFerson, 2009; Mitra, 2013). Há também os que oferecem dimensões e indicadores para a mensuração de governança sem se basear em nenhum desses índices mais difundidos (Fukuyama, 2013; Gani & Duncan, 2007; Mello & Slomski, 2010; Merry, 2011; Morrison, 2014; Oliveira & Pisa, 2015). Já Cruz e Marques (2013) e Gisselquist (2014) propõem discussões acerca da elaboração e avaliação de índices de governança.

Sobre o WGI, é importante destacar que é o índice utilizado pelo Banco Mundial para mensurar o nível de governança dos países. Trata-se de uma escala de comparação bastante abrangente, cujos indicadores envolvem: voz e *accountability*; estabilidade política e ausência de violência ou terrorismo; efetividade governamental; qualidade regulatória; *rule of law*; controle e corrupção. Os dados são coletados desde 1996 e cobrem mais de duzentos países (Kaufmann, Kraay, & Mastruzzi, 2010). Este é o índice mais difundido e o mais criticado. Löwenheim (2008) destaca que o WGI compõe um sistema de avaliação no qual se expressam relações de poder e dominação, nas quais os estados hegemônicos e certos atores não estatais detêm poder e conhecimento, e os estados mais fracos são responsabilizados pelos resultados do exame. Já Apaza (2009) questiona a acurácia da comparação da governança em perspectiva longitudinal, bem como o fato de os indicadores serem baseados em percepções, não em dados objetivos. Thomas (2010) também critica a acurácia do WGI, destacando a necessidade de evidências de validade de seus indicadores. McFerson (2009), por sua vez, defende que o índice representa um conjunto compreensivo e confiável de indicadores. Por fim, Yong e Wenhao (2012) também defendem a validade do WGI, e o utilizam como base para a criação de uma escala de governança para o contexto local.

O Índice Ibrahim de Governança Africana (IIAG), por sua vez, é utilizado para mensurar e monitorar o desempenho da governança nos países africanos. Este índice é composto por quatro categorias: (1) segurança e *rule of law*, que contém indicadores

sobre *rule of law*, *accountability*, segurança pessoal e nacional; (2) participação e direitos humanos, que envolve indicadores de participação, direitos e gênero; (3) sustentabilidade econômica e oportunidade, abrangendo indicadores a respeito de gestão pública, ambiente de negócios, infraestrutura e setor rural; e (4) desenvolvimento humano, que contém indicadores de bem-estar social, educação e saúde. Este índice é publicado desde 2007 e fornece informações acerca de 54 países africanos (Mo Ibrahim Foundation, 2017). Embora tenha sido construído para a mensuração e monitoramento da governança em países africanos, o índice pode ser aplicado também em outros países e contextos (Farrington, 2010, 2011).

Acerca do IAG, as críticas envolvem principalmente a sua pretensão de universalismo (Farrington, 2010, 2011). Nesse sentido, é mencionado o excesso de variáveis na mensuração, as quais carecem de simplificação e aperfeiçoamento metodológico (McFerson, 2009). Em particular, essas variáveis negligenciam a participação eleitoral em níveis subnacionais (Farrington, 2010, 2011). Já Mitra (2013) critica a metodologia de agregação dos indicadores, além de propor uma nova metodologia que não vincula significados cardinais a variáveis ordinais e se apresenta robusta para o processo de normalização, o que não ocorreria com a metodologia atual (Mitra, 2013).

Os trabalhos que relatam a construção de novos indicadores de governança pública, a seu turno, são bastante variados. Gani e Duncan (2007) alvitram escala contendo três dimensões principais: *rule of law*, efetividade governamental e qualidade regulatória, cada uma composta por um conjunto de indicadores. Mello e Slomsky (2010), por sua vez, elaboram um índice de governança eletrônica, composto por duas dimensões: governo eletrônico e democracia eletrônica. Fukuyama (2013) apresenta quatro dimensões para a avaliação da qualidade da governança: (1) medidas processuais, as quais envolvem condições relacionadas à estrutura das agências públicas, como hierarquia, meritocracia, carreira, controle e separação patrimonial; (2) medidas de capacidade, que abrangem a capacidade da atuação governamental para arrecadar e gerir recursos; (3) medidas de resultado, relacionadas à capacidade governamental para o fornecimento de serviços públicos; e (4) medidas de autonomia, relativas ao grau de autonomia burocrática dos diversos componentes do Estado. Já Morrisson (2014) apresenta um índice de governança regional composto por quatro dimensões: (1) níveis de engajamento em redes regionais; (2) diversidade e sinergia do conjunto de instrumentos voltados para a aplicação das políticas públicas; (3) níveis de adaptabilidade dos planos e abordagens adaptativas do governo; e (4) apoio fiscal administrativo e democrático dos cidadãos locais ao governo central. Finalmente, Oliveira e Pisa (2015) elaboram um índice para a mensuração da governança nos estados brasileiros com indicadores de efetividade, transparência e *accountability*, participação, equidade e legalidade.

Há também trabalhos que apresentam discussões e recomendações acerca da elaboração de escalas para a mensuração de governança pública. Cruz e Marques (2013) descrevem um modelo de avaliação sistemática de governança em um contexto municipal, concluindo que modelos de avaliação devem ser adaptados a cada país ou região específica onde será aplicado. Isso reduziria a complexidade, evitaria o excesso de generalização e levaria em consideração condições idiossincráticas de cada local. Ademais, o ideal é que as avaliações de governança sejam validadas pelos governos locais. Gisselquist (2014), por sua vez, propõe um modelo de dez questões relevantes a serem consideradas no processo de desenvolvimento ou avaliação de índices de governança, envolvendo: formação conceitual, validade de conteúdo, confiabilidade, transparência e replicabilidade, robustez, relevância das medidas, complexidade descritiva, ajuste teórico, precisão dos estimadores e correta ponderação. Já Merry (2011) chama a atenção para a expansão do uso de indicadores de governança em nível global, sob a marcante influência de lógicas de gestão corporativa, moldando a forma como são elaboradas e controladas diversas políticas públicas.

Em resumo, os artigos analisados tratam principalmente de governança em âmbito internacional. São majoritariamente teóricos (60% dos casos), sendo que os empíricos utilizam metodologias que abrangem aspectos tanto qualitativos quanto quantitativos. Desse modo, é interessante notar que a produção de conhecimento sobre o tema ainda carece de maior validação empírica. Cerca de 60% dos estudos tratam de governança em nível internacional, enquanto aproximadamente 25% tratam de governança em nível local, e o restante aborda governança em nível nacional. Neste ponto, é interessante notar que os dois artigos que abordam o caso brasileiro tratam de governança em nível nacional, propondo índices para a comparação dos estados federados. Por fim, vale ressaltar que apenas um artigo não aborda governança como temática principal. Trata-se do trabalho de Minassians (2015), que foca no desempenho de organizações públicas atuando em rede.

Os itens seguintes trazem uma análise mais detalhada, abrangendo as dimensões conceitual (relacionada às definições adotadas para o conceito de governança), mensural (relativa aos indicadores utilizados para a mensuração da governança) e democrática (referente aos aspectos de divisão de poder intrínsecos às medidas e definições adotadas).

Dimensão conceitual: como os estudos têm definido governança?

Uma vez que o conceito de governança não está bem estabelecido, distintos estudos podem atribuir significados diversos quando investigam a mesma pergunta de pesquisa (Fukuyama, 2013). Neste caso, uma questão crítica acerca dos índices de governança é a especificação do conceito que pretendem medir (Gisselquist, 2014).

Como se trata de um conceito polissêmico e lastreado em diversas correntes teóricas, as definições adotadas tendem a ser variadas.

Por um lado, definições baseadas nas teorias da agência e dos custos de transação tenderiam a valorizar aspectos relacionados ao monitoramento e controle da Administração Pública, bem como à promoção de transparência como forma de redução da assimetria de informações. Isso porque tais teorias partem do pressuposto de racionalidade limitada e tendência dos agentes a agir de modo oportunista. As consequências dessas premissas envolvem contratações incompletas e riscos contratuais (Williamson, 1998). Por outro lado, a abordagem teórica dos *stakeholders* e as teorias de governança pública conferem maior importância à diversidade das partes interessadas (Freeman & Reed, 1983) e à necessidade de que sua opinião seja ouvida no decorrer do processo de tomada de decisões, assim como à capacidade dos governos de ofertarem bens e serviços públicos de qualidade (Mayntz, 1998, 2001).

Desse modo, nota-se que essas diversas perspectivas compõem, muitas vezes, as mesmas definições. Percebe-se também que grande parte das definições de governança adotadas estão relacionadas à coordenação dos diversos atores interessados (públicos e privados), que cooperam para a formulação e implementação das políticas públicas, bem como à participação social na tomada de decisões. Outro ponto interessante é que algumas definições abordam não apenas o conceito de governança, mas as condições básicas para que haja governança. Como forma de facilitar a visualização, o Quadro 1 apresenta as definições de governança encontradas e as categorias em que foram classificadas.

Vale destacar que as categorias foram definidas de modo concomitante com a análise. Assim, a categoria “Coordenação de *stakeholders*” representa as definições que enfocam a capacidade de conjugar os interesses dos diversos atores (públicos e privados), que cooperam entre si para a formulação e implementação das políticas públicas. As definições de governança que enfatizam a participação social na tomada de decisões do governo foram classificadas sob a categoria “Participação”. As definições que denotam preocupação com a efetividade governamental, a seu turno, compõem a categoria “Capacidade governamental”. As definições que sinalizam preocupação com o controle social sobre a ação pública foram classificadas na categoria “Monitoramento e controle”. Por fim, as definições que abrangem condições essenciais para que os mecanismos de governança possam prosperar inserem-se na categoria “Condições para governança”.

Quadro 1 – Definições de governança

Definições de governança	Categorias
Soma de muitas maneiras pelas quais indivíduos e instituições, públicas e privadas, gerenciam seus assuntos comuns (Yong & Wenhao, 2012)	Coordenação de <i>stakeholders</i>
Arranjos de formulação e implementação de políticas diversificadas, mas em rede (Morrison, 2014)	Coordenação de <i>stakeholders</i>
Exercício do poder político para gerenciar os assuntos coletivos (Gisselquist, 2014)	Coordenação de <i>stakeholders</i>
Deslocamentos externos dos poderes do Estado para organizações internacionais, empresas privadas e governo local através da descentralização (Erkkilä & Piironen, 2014)	Coordenação de <i>stakeholders</i>
Estado de coisas promovido por diferentes instituições em nível global (Buduru & Pal, 2010)	Coordenação de <i>stakeholders</i>
Conjugação de transparência ¹ nas transações, participação dos <i>stakeholders</i> ² e <i>accountability</i> ¹ das decisões (Cruz & Marques, 2013)	¹ Monitoramento e controle ² Participação
Habilidade e capacidade do governo para: desenvolver com eficiência e responsabilidade a gestão dos recursos e das políticas públicas ¹ ; tornar o governo mais aberto, responsável, transparente e democrático ² ; promover mecanismos que possibilitem a participação da sociedade ³ no planejamento, decisão e controle das ações que permitem atingir o bem comum (Mello & Slomski, 2010)	¹ Capacidade governamental ² Monitoramento e controle ³ Participação
Envolve aspectos relacionados a gestão, transparência, prestação de contas ¹ , ética, integridade, legalidade ² e participação social nas decisões ³ (Oliveira & Pisa, 2015)	¹ Monitoramento e controle ² Condições de governança ³ Participação
Engloba tanto a participação cidadã no governo ¹ como a entrega de bens e serviços-chave pelos governos ² (Farrington, 2009)	¹ Participação ² Capacidade governamental
Capacidade de um governo de fazer cumprir as leis ¹ , e entregar serviços ² , independentemente de esse governo ser democrático ou não (Fukuyama, 2013)	¹ Condições de governança ² Capacidade governamental
Tradições e instituições pelas quais a autoridade em um país é exercida. Isso inclui o procedimento pelo qual os governos são selecionados, monitorados, responsabilizados e substituídos ¹ ; a capacidade do governo de formular e implementar políticas prudentes de forma eficaz ² , e o respeito dos cidadãos e o estado das instituições ³ (Ahmad, 2005)	¹ Monitoramento e controle ² Capacidade governamental ³ Condições de governança
Resultado da eficácia das instituições ¹ de uma sociedade. Se as instituições forem adequadas e eficazes ² , o resultado deve ser uma boa governança (Gani & Duncan, 2007)	¹ Condições de governança ² Capacidade governamental

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se que todas as categorias constam em mais de uma definição, mas não há um consenso sobre a definição de governança. A quantidade de

observações de cada uma das categorias varia pouco, sendo que “Coordenação de *stakeholders*” e “Capacidade governamental” foram observadas em cinco definições, e as demais, em quatro definições. Desse modo, é possível inferir que todas as categorias são importantes para o conceito de governança, com destaque para “Coordenação de *stakeholders*” e “Capacidade governamental”.

De fato, a governança moderna é tratada como uma nova forma de governar, mais participativa, em que atores públicos e privados cooperam para a formulação e aplicação das políticas públicas (Mayntz, 2001). Nessa nova forma de governar, o Estado exerce a função de coordenador das várias partes interessadas, sendo responsável por reunir recursos públicos e privados em um arranjo que o torna menos autosuficiente (Peters & Pierre, 2015) no provimento de serviços públicos. Vale ressaltar a importância dos aspectos relativos ao monitoramento e controle dos diversos atores envolvidos nesses ajustes, conforme as teorias que deram origem à discussão sobre governança (Jensen & Meckling, 1976; Fama, 1980; Williamson, 1996, 1998). As diversas condições institucionais para que os arranjos de governança pública possam florescer (Mayntz, 2001) também são tratadas nas definições encontradas, embora sejam condições necessárias, mas não suficientes para que haja governança pública.

Dimensão mensural: quais os indicadores utilizados para medir governança?

Indicadores podem ser utilizados para diversos propósitos. Na medida em que são elaborados, sintetizam dimensões técnicas e políticas, permitem a compreensão de fenômenos em diferentes campos de saber e ampliam o entendimento acerca do mundo ou de uma situação em particular. A partir da aplicação e utilização de indicadores, é possível não apenas assimilar conhecimentos e moldar percepções, mas também criar oportunidades de interferência e modificação da realidade (Merry, 2011).

O estabelecimento de indicadores é uma forma de mensurar aspectos relacionados à noção de governança pública, vale dizer, uma forma de operacionalização do seu conceito. Assim, a observação dos indicadores propostos nos diferentes artigos selecionados, bem como sua categorização, foi feita com base nas categorias alvitadas na dimensão conceitual de governança. Como destacado anteriormente, há um conjunto de artigos construídos com base em índices de governança amplamente difundidos. Por conseguinte, para avaliar a abrangência dos diversos índices encontrados na literatura acadêmica, é importante cautela para não superestimar os indicadores utilizados no WGI e IAG. O Quadro 2 apresenta, de modo condensado, os indicadores de governança utilizados nos diferentes estudos.

Quadro 2 – Indicadores de governança utilizados/analizados

Categoria	Indicador
Coordenação de <i>stakeholders</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Níveis de engajamento em redes regionais (Morrison, 2014) • Níveis de diversidade e sinergia (Morrison, 2014)
Participação	<ul style="list-style-type: none"> • Voz (Kaufmann et al., 2010) • Democracia eletrônica (Mello & Slomski, 2010) • Qualidade deliberativa local e instrumental, priorização do projeto participativo e resultados consensuais (Farrington, 2011) • Participação (Oliveira & Pisa, 2015; Yong & Wenhao, 2012) • Participação política (Mo Ibrahim Foundation, 2017)
Capacidade governamental	<ul style="list-style-type: none"> • Efetividade governamental (Kaufmann et al., 2010; Gani & Duncan, 2007) • Qualidade regulatória (Gani & Duncan, 2007; Kaufmann et al., 2010; Yong & Wenhao, 2012) • Governo eletrônico (Mello & Slomski, 2010) • Eficiência (Yong & Wenhao, 2012) • Medidas de capacidade e de resultado (Fukuyama, 2013) • Níveis de apoio fiscal, administrativo e democrático (Morrison, 2014) • Efetividade (Oliveira & Pisa, 2015) • Desempenho das agências públicas (Minassians, 2015) • Atendimento às necessidades da entidade governamental e dos eleitores (Minassians, 2015) • Oportunidades econômicas sustentáveis (Mo Ibrahim Foundation, 2017)
Monitoramento e controle	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Accountability</i> (Kaufmann et al., 2010; Minassians, 2015; Oliveira & Pisa, 2015) • Medidas de autonomia burocrática (Fukuyama, 2013) • Transparência (Oliveira & Pisa, 2015; Mo Ibrahim Foundation, 2017; Yong & Wenhao, 2012) • Corrupção (Mo Ibrahim Foundation, 2017)
Condições de governança	<ul style="list-style-type: none"> • Estabilidade política (Kaufmann et al., 2010) • <i>Rule of law</i> (Gani & Duncan, 2007; Kaufmann et al., 2010; Mo Ibrahim Foundation, 2017; Yong & Wenhao, 2012) • Integridade (Yong & Wenhao, 2012) • Níveis de robustez e adaptabilidade (Morrison, 2014) • Legalidade, ética e integridade (Oliveira & Pisa, 2015) • Direitos humanos (Mo Ibrahim Foundation, 2017) • Segurança (Mo Ibrahim Foundation, 2017)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em primeiro lugar, cumpre destacar que a categoria “Coordenação de *stakeholders*”, embora tenha sido a mais observada na dimensão conceitual, foi pouco observada na dimensão mensural. Apenas o índice proposto por Morrison (2014) compreende indicadores relacionados a essas categorias, a saber, “níveis de engajamento em redes regionais”, que abrange o envolvimento de indivíduos e organizações na coordenação de metas e políticas; e “níveis de diversidade e sinergia”, relacionado à coordenação transversal desses atores para a consecução dos objetivos

das políticas públicas (Morrison, 2014). Esse resultado reforça a recomendação de Gisselquist (2014) quanto à cautela na definição do conceito de governança e na forma como essa definição é operacionalizada.

A categoria “Participação”, por sua vez, possui grande quantidade de indicadores, demonstrando a preocupação com a participação social na tomada de decisões do governo. De fato, trata-se de um conjunto de indicadores quase unânime nos variados índices de mensuração de governança. Em alguns índices, este aspecto é observado vinculado a indicadores relacionados à categoria “Monitoramento e controle”, a exemplo do WGI, que une indicadores dessas duas categorias em “voz e *accountability*”, que abrange percepções acerca da capacidade de participação dos cidadãos na eleição de seus representantes, bem como liberdade de expressão, de associação e de imprensa (Kaufmann et al., 2010). Outras vezes, os indicadores desta categoria surgem vinculados aos da categoria “Condições de governança”, como ocorre no IAG, em “participação e direitos humanos”, que abrange aspectos relacionados a participação, direitos e gênero (Mo Ibrahim Foundation, 2017).

É importante ressaltar que participação social está, necessariamente, relacionada ao controle da administração pública. As eleições são apenas o início do processo democrático, o qual continua por meio do controle dos representantes eleitos de modo a garantir que a vontade popular seja respeitada. Assim, são necessários mecanismos de controle social sobre a ação dos políticos e burocratas para o bom funcionamento da democracia (Arantes et al., 2010). Frise-se também que a participação social está relacionada às condições institucionais necessárias para que haja governança, uma vez que depende da existência de direitos, garantias e liberdades que permitam e estimulem a organização social (Mayntz, 2001). Contudo, indicadores voltados à mensuração de mais de uma ideia fere o critério da simplicidade, ou unidimensionalidade, para a construção de escalas de medida, segundo o qual apenas um aspecto deve ser mensurado por cada indicador em um teste (Hanlbleton et al., 1991).

Ainda sobre a categoria “Participação”, é interessante destacar o trabalho de Yong e Wenhao (2012), os quais desenvolveram uma escala para a mensuração de governança local. Tal escala foi validada em cinco grandes cidades chinesas, e a dimensão “Participação” foi a de maior pontuação em todas as cidades avaliadas. Ao olhar de perto a operacionalização do aspecto “Participação” nessa escala, verifica-se que alguns dos indicadores utilizados não se referem à participação social na tomada de decisão governamental, mas a questões diversas relativas à economia local, como a participação das contribuições do setor privado para o produto interno bruto local, e a participação do setor privado na prestação de serviços públicos.

Em outro vértice, a categoria “Capacidade governamental” compreende os indicadores relacionados à efetividade do governo, à qualidade regulatória, ao desempenho das agências públicas, à produção e ao resultado das políticas públicas. Embora a “Capacidade governamental” não seja uma categoria unânime quando se trata da dimensão conceitual, todos os índices dos artigos analisados possuem um indicador relacionado a essa categoria. Trata-se não apenas da produção de serviços de qualidade pelo Estado, mas de sua atuação na promoção de políticas que permitam o desenvolvimento do setor privado. Na verdade, a discussão sobre governança pública está inserida em um contexto de perda da capacidade estatal de controle direto sobre os bens e serviços públicos, substituída pela capacidade de influenciar uma rede de atores que combinam recursos para a produção desses serviços (Peters & Pierre, 1998).

No que se refere à categoria “Monitoramento e controle”, emergem principalmente noções relacionadas a *accountability*. Este conceito representa um processo que compreende a prestação de informações, apresentação de justificação e a responsabilização dos agentes públicos por seus atos e omissões (Schedler, 1999). Nesse sentido, os aspectos de transparência e corrupção podem ser reduzidos e inseridos no “guarda-chuva” da *accountability*, uma vez que se trata de aspectos altamente relacionados. Ademais, partindo do pressuposto de informação imperfeita, a transparência é essencial para o exercício do poder e um importante elemento anticorrupção (Schedler, 1999).

Merecem também atenção especial as medidas de autonomia burocrática colocadas por Fukuyama (2013). Nessa linha, a burocracia estaria a três passos de distância da democracia direta. O primeiro passo seria a eleição de representantes do povo; o segundo, a delegação de poderes dos representantes eleitos a terceiros, mediante cargos públicos de livre nomeação; já o terceiro passo representa a designação de pessoas não eleitas, tampouco nomeadas politicamente, mas escolhidas com base em determinados critérios estabelecidos por esses (Mosher, 1968). Assim, é importante que haja um equilíbrio das medidas de autonomia, uma vez que a burocracia não deveria se isolar da sociedade de modo a tomar decisões em desacordo com as demandas sociais, tampouco deveria subordinar-se completamente sem margem para qualquer julgamento discricionário ou independente (Fukuyama, 2013). Nesse sentido, o ideal é que os políticos eleitos deleguem para a burocracia apenas a quantidade de poder necessária para que ela alcance resultados mais próximos das políticas preferidas pelos representantes eleitos (Sweet & Thatcher, 2002).

Em seguida, a categoria “Condições de governança” contempla indicadores relacionados aos requisitos institucionais necessários para que emergjam mecanismos de governança. Ressalta-se que esses requisitos são necessários, mas não suficientes para que haja governança. Trata-se das bases sobre as quais são construídos os instrumentos de governança, assim como proposto por Mayntz (2001). De fato, apenas governos eleitos democraticamente que reflitam os interesses dos principais grupos sociais são capazes de

perceber os interesses sociais de modo a produzir políticas públicas que resolvam problemas sociais importantes. Demais disso, para que haja participação social na tomada de decisões e no monitoramento e controle da ação pública, é necessário que os cidadãos sejam iguais perante a lei e tenham seus direitos protegidos pelo Estado. Por conseguinte, entende-se que a categoria “Condições de governança” seja composta por fatores que não integram o conceito de governança, mas que o antecedem.

Entre os indicadores contidos na categoria “Condições de governança”, *rule of law* traz uma noção bastante abrangente, capaz de envolver diversos outros indicadores. Em sentido amplo, esse conceito se refere não apenas à submissão do Estado e da sociedade às leis, mas à qualidade, à estabilidade e ao cumprimento dessas leis (Skaaning, 2010). Desse modo, as ideias de estabilidade política (Kaufmann et al., 2010), integridade (Yong & Wenhao, 2012), legalidade e ética (Oliveira & Pisa, 2015), direitos humanos e segurança (Mo Ibrahim Foundation, 2017) poderiam ser agregadas pelo indicador *rule of law*.

Observe-se, por fim, que cada categoria elencada compreende indicadores lastreados em variadas lógicas institucionais. Subjacentes ao conceito de governança pública refletido nos indicadores apontados, reúnem-se crenças, valores e normas que consubstanciam construções simbólicas representativas de visões de mundo pautadas tanto em ideais democráticos quanto em perspectivas de desempenho (como eficiência, efetividade e capacidades estatais). Esse aspecto axiológico-normativo, abarcado pela dimensão mensural, também impacta na forma como os atores sociais e instituições exercem a governança pública. Mas quem são afinal esses atores e qual o papel a eles atribuído em um contexto democrático?

Dimensão democrática: quais atores e instituições exercem a governança?

O desafio fundamental de governança pública é balancear a expertise e a participação democrática além do processo eleitoral para produzir políticas públicas que resolvam problemas sociais importantes e sejam aceitas como legítimas pelos cidadãos (Rose-Ackerman, 2017). Governança, nesse sentido, reclama que se considere como legítima a representação autônoma dos atores e interesses sociais, de modo que o conceito de representação democrática comporte meios para a participação popular nos processos de planejamento, implementação, prestação de contas e avaliação das ações públicas (Martínez, 2005).

Nessa linha, a participação social é um aspecto presente em diversas definições de governança pública, bem como um indicador quase unânime nos variados índices de mensuração de governança. São vários os artigos que utilizam termos como cidadãos, sociedade ou eleitorado para indicar os agentes responsáveis por exercer a

governança (Ahmad, 2005; Farrington, 2009, 2010, 2011; Mello & Slomski, 2010; Morrison, 2014; Minassians, 2015; Oliveira & Pisa, 2015; Yong & Wenhao, 2012).

Os significados dos termos cidadãos, sociedade e eleitorado, de modo geral, são bastante amplos, abrangendo um conjunto extenso de atores. Diante disso, a definição que inclui os principais *stakeholders* como os agentes de governança, conforme Cruz e Marques (2013), revela maior precisão. Tal perspectiva implica um resultado prático importante, já que, considerando que a governança está relacionada à solução coletiva de problemas, tal solução tende a ser mais efetiva quando envolve os atores que produzem o problema, aqueles que são afetados e aqueles com vontade de resolvê-lo (Mayntz, 2001).

Com efeito, é importante que se desenvolvam condições institucionais fundamentais para a propagação de mecanismos de governança. Tais condições envolvem a dispersão do poder na sociedade, a eleição dos representantes de forma democrática, a capacidade de o governo implementar as decisões tomadas democraticamente, a habilidade da sociedade em se organizar de forma autônoma e de negociar com as autoridades estatais. Tudo isso depende de direitos fundamentais que garantam a igualdade dos cidadãos perante a lei, de sua proteção frente ao Estado (Mayntz, 2001) e da capacidade do Estado de fazer valer a lei. Nesse sentido, alguns autores colocam o governo como agente de governança, pois é o responsável por garantir essas condições institucionais e facilitar a participação do cidadão na tomada de decisões (Mello & Slomski, 2010; Morrison, 2014), em especial o governo local, que se encontra mais próximo à população (Cruz & Marques, 2013; Yong & Wenhao, 2012).

Em uma perspectiva horizontal, alguns autores colocam agências ou entidades públicas como as responsáveis por exercer governança. Assim, ao abordar a governança em redes de políticas públicas, Minassians (2015) destaca a importância da cooperação entre as diversas organizações do setor público, além das não públicas, para a produção de serviços de maior qualidade. Oliveira e Pisa (2015), por sua vez, destacam a importância dos conselhos de políticas públicas e dos tribunais de contas no controle dos agentes e instituições públicas. Nesse diapasão, a burocracia é também citada como responsável por exercer a governança (Morrison, 2014).

Percebe-se, portanto, a importância do envolvimento das diversas partes interessadas para produzir políticas capazes de lidar com a complexidade social. A construção de coalizões em torno de soluções, mesmo que subótimas, pode ser o único meio possível de produzir mudanças. Assim, é importante que atores diversos, tanto públicos quanto privados, participem da formulação e implementação de políticas públicas com vistas a torná-las mais inclusivas e democráticas (Peters & Pierre, 2015).

O trabalho de Fukuyama (2013) chama a atenção por oferecer uma análise sob uma perspectiva diferente. Há um enfoque no controle da burocracia pelos políticos,

ou seja, os políticos fazendo as vezes de principal e os burocratas de agentes, em uma relação de agência entre políticos e burocratas. Dessa forma, uma medida relevante de governança seria o grau de autonomia da burocracia, o qual, quando apropriado, não significa isolamento entre burocratas e sociedade, tampouco tomada de decisões em desacordo com as demandas sociais. O ideal seria a manutenção do equilíbrio entre os extremos da completa subordinação e da completa autonomia da burocracia em relação aos políticos, de modo que aquela não seja completamente obrigada pelas regras impostas por estes, tampouco escape do controle político e defina seus próprios procedimentos e objetivos (Fukuyama, 2013).

De fato, a relação entre políticos e burocratas pode ser vista a partir de uma perspectiva principal-agente. Nessa relação, existe a possibilidade de que os interesses de políticos e burocratas sejam conflitantes, bem como de que haja assimetria de informações. Se ambas as possibilidades se realizarem, torna-se essencial que os políticos mantenham mecanismos de controle sobre os burocratas para que as decisões da burocracia permaneçam atendendo às demandas da sociedade. Tais mecanismos podem envolver o monitoramento direto das atividades da burocracia, a prestação de contas da burocracia aos políticos, e a possibilidade de canais para depoimentos de terceiros (Lupia & McCubbins, 2000). O Quadro 3 apresenta, de forma simplificada, os atores e instituições que exercem governança, com base nos artigos analisados.

Quadro 3 – Atores e instituições que exercem governança

Estudos	Atores e instituições de governança
Ahmad (2005) Farrington (2009, 2010, 2011) Mello e Slomski (2010) Minassians (2015) Mitra (2013); Morisson (2014) Oliveira e Pisa (2015) Yong e Wenhao (2012)	Cidadãos, sociedade ou eleitorado
Cruz e Marques (2013)	Principais <i>stakeholders</i>
Cruz e Marques (2013) Mello e Slomski (2010) Morisson (2014) Yong e Wenhao (2012)	Governo
Minassians (2015) Oliveira e Pisa (2015)	Agências ou entidades públicas
Morisson (2014)	Burocracia
Fukuyama (2013)	Políticos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Constata-se que metade dos estudos coloca os cidadãos como o principal ator responsável pelo exercício da governança pública. Ao citar a sociedade ou eleitores, os cidadãos continuam como promotores implícitos do tema. Essa crença aposta em um movimento de fora para dentro e pressupõe a existência de direitos civis e liberdades políticas, tornando a participação possível (Ahmad, 2005). Também se destaca o acesso a informações (transparência) e serviços públicos como instrumentos que modificam a lógica das relações entre sociedade e governos, especialmente quando considerada a ampliação das possibilidades de discussão e interação entre os diferentes atores sociais relevantes (Mello & Slomski, 2010).

Conclusões

As escalas de mensuração de governança pública são muitas vezes vistas em sentidos controversos. Por um lado, podem ser tratadas como convenientes e capazes de gerar informações valiosas. Por outro lado, recebem críticas acerca de sua acurácia ou são tidas como expressões de dominação dos países hegemônicos sobre as nações menos desenvolvidas. Nesse contexto, este trabalho se propôs a identificar e avaliar comparativamente iniciativas de definição e mensuração de governança pública. Para tanto, foi realizada uma metanálise de artigos científicos voltados à construção ou à crítica aos índices de governança, tendo como base três dimensões: conceitual, mensural e democrática.

Observou-se uma diversidade tanto no que se refere ao conceito de governança quanto à disponibilidade de instrumentos utilizados para mensurá-la. Assim, na dimensão conceitual, as definições de governança foram classificadas em cinco categorias: coordenação de *stakeholders*, participação, capacidade governamental, monitoramento e controle e condições de governança. Esta última, no entanto, não se refere ao conceito de governança propriamente dito, mas ao conjunto de fatores institucionais necessários para o florescimento dos mecanismos de governança. A partir da identificação e análise desses conceitos, este estudo propõe a seguinte definição para governança pública: arranjos de natureza pública que permitem a participação de todos os interessados, sob a coordenação do Estado, na solução dos problemas comuns, possibilitando assim a entrega de serviços públicos de qualidade, bem como o controle social.

No que tange à dimensão mensural, os indicadores utilizados nas escalas de governança foram classificados nas mesmas categorias alitradas na dimensão conceitual. Observou-se uma dissonância entre indicadores e conceitos de governança, uma vez que a categoria “Coordenação de *stakeholders*”, mais relevante para a dimensão conceitual, foi a que menos conteve indicadores a si relacionados nas análises da dimensão mensural.

É importante ressaltar que a natureza ampla e multidimensional de governança dificulta o esforço de mensuração desse conceito. Assim, muitos dos trabalhos que buscam construir escalas para tal mensuração pecam pela pretensão ao universalismo, o que leva a índices muito extensos e conseqüentemente pouco apurados. Nesse sentido, esforços voltados para aprofundar o entendimento de cada um dos aspectos de governança tenderiam a ser mais frutíferos.

Para a análise da dimensão democrática, foram definidas categorias distintas. O foco esteve em atores ou instituições responsáveis por exercer a governança. Assim, as categorias de análise foram: cidadãos, sociedade ou eleitorado; principais *stakeholders*; governo; agências ou entidades públicas; burocracia; e políticos. Sob esse ângulo, observou-se que a maior parte dos trabalhos colocam os cidadãos, sociedade ou eleitorado como principal responsável pelo exercício da governança. Em segundo lugar, o governo também foi bastante citado, seguido por agências ou entidades públicas. Políticos, burocracia e principais *stakeholders* foram pouco lembrados em seu papel de exercício da governança.

A pesquisa realizada, porém, apresenta limitações, dentre as quais o processo coleta de dados. Embora as bases investigadas sejam bastante abrangentes e reúnam grande parte dos periódicos dos diversos campos das ciências sociais aplicadas, inclusive os de maior prestígio, elas não compreendem o total das publicações sobre o tema, de modo que os resultados obtidos possuem apenas validade interna. Além disso, o conceito de governança é bastante amplo na literatura, de maneira que o escopo dos indicadores relacionados a cada uma das categorias de análise também se torna extenso, o que dificulta uma análise mais aprofundada de cada um desses indicadores.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas considerem a elaboração de escalas para a mensuração dos aspectos de governança de forma individual. Isso facilitaria o entendimento de cada um desses aspectos de maneira mais completa e apurada. Vale destacar que “Coordenação de *stakeholders*” é um aspecto de governança pública que possui indicadores estabelecidos em apenas um dos artigos analisados. Nesse caso, novas escalas poderiam dar preferência a formas de mensuração deste aspecto de governança. Ademais, é importante que as pesquisas não se limitem a apresentar aspectos teóricos envolvendo conceito e indicadores, mas que busquem validar empiricamente as escalas propostas.

Referências

Ahmad, N. (2005). Governance, globalisation, and human development in Pakistan. *The Pakistan Development Review*, 4(4), 585-594. doi:10.30541/v44i4lpp.585-594

- Apaza, C. R. (2009). Measuring governance and corruption through the worldwide governance indicators: Critiques, responses, and ongoing scholarly discussion. *Political Science and Politics*, 42(1), 139-143. doi:10.1017/S1049096509090106
- Arantes, R. B., Loureiro, M. R., Couto, C., & Teixeira, M. C. (2010). Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público. In M. Loureiro, F. Abrucio, & R. Pacheco, *Burocracia e política no Brasil: Desafios para a ordem democrática no século XXI* (pp. 109-147). Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.
- Bobbio, N. (1995). *Il futuro della democrazia*. Torino: Einaudi.
- Buduru, B., & Pal, L. A. (2010). The globalized state: Measuring and monitoring governance. *European Journal of Cultural Studies*, 13(4), 511-530. doi:10.1177/1367549410377144
- Chowdhury, N., & Wessel, R. A. (2012). Conceptualising multilevel regulation in the EU: A legal translation of multilevel governance? *European Law Journal*, 18(3), 335-357. doi:10.1111/j.1468-0386.2012.00603.x
- Cloutier, C., & Langley, A. (2013). The logic of institutional logics: Insights from French pragmatist sociology. *Journal of Management Inquiry*, 22(4), 360-380. doi:10.1177/1056492612469057
- Cruz, N. F., & Marques, R. C. (2013). New development: The challenges of designing municipal governance indicators. *Public Money & Management*, 33(3), 209-212. doi:10.1080/09540962.2013.785706
- Erkkilä, T., & Piironen, O. (2014). (De)politicizing good governance: The World Bank Institute, the OECD and the politics of governance indicators. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 27(4), 344-360. doi: 10.1080/13511610.2013.850020
- Fama, E. F. (1980). Agency problems and the theory of the firm. *The Journal of Political Economy*, 88(2), 288-307. doi:10.1086/260866
- Farrington, C. (2009). Putting good governance into practice I: The Ibrahim Index of African Governance. *Progress in Development Studies*, 9(3), 249-255. doi:10.1177/146499340800900305
- Farrington, C. (2010). Putting good governance into practice II: Critiquing and extending the Ibrahim Index of African Governance. *Progress in Development Studies*, 10(1), 81-86. doi:10.1177/146499340901000106

- Farrington, C. (2011). Putting good governance into practice III: Measuring intrinsic and instrumental empowerment in local government contexts. *Progress in Development Studies*, 11(2), 151-161. doi:10.1177/146499341001100205
- Freeman, R. E., & Reed, D. L. (1983). Stockholders and stakeholders: A new perspective on corporate governance. *California Management Review*, 25, 88-106. doi:10.2307/41165018
- Friedland, R., & Alford, R. R. (1991). Bringing society back in: Symbols, practices, and institutional contradictions. In W. W. Powell, & P. J. DiMaggio, *The new institutionalism in organizational analysis* (pp. 232-266). Chicago: University of Chicago Press.
- Fukuyama, F. (2013). What is governance? *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 26(3), 347-368. doi:10.1111/gove.12035
- Gani, A., & Duncan, R. (2007). Measuring good governance using time series data: Fiji Islands. *Journal of the Asia Pacific Economy*, 12(3), 367-385. doi:10.1080/13547860701405979
- Gisselquist, R. M. (2014). Developing and evaluating governance indexes: 10 questions. *Policy Studies*, 35(5), 513-531. doi:10.1080/01442872.2014.946484
- Grindle, M. S. (2017). Good governance, R.I.P.: A critique and an alternative. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 30(1), 17-22. doi:10.1111/gove.12223
- Hanbleton, R. K., Swaminathan, H., & Rogers, D. J. (1991). *Fundamentals of item response theory*. California: Sage.
- Hsieh, H.-F., & Shannon, S. E. (2005). Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277-1288. doi:10.1177/1049732305276687
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3, 305-360. doi:10.1016/0304-405X(76)90026-X
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2010). *The worldwide governance indicators: Methodology and analytical issues*. Recuperado de <https://bit.ly/2T2aMsh>
- Löwenheim, O. (2008). Examining the state: A foucauldian perspective on international "governance indicators". *Third World Quarterly*, 29(2), 255-274. doi:10.1080/01436590701806814

- Lupia, A., & McCubbins, M. D. (2000). Representation or abdication? How citizens use institutions to help delegation succeed. *European Journal of Political Research*, 37, 291-307. doi:10.1023/A:1007068904236
- Martínez, A. C. (2005). La gobernanza hoy: Introducción. In A. C. Martínez, *La gobernanza hoy: 10 textos de referencia* (pp. 11-35). Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública.
- Mayntz, R. (1998). *New challenges to governance theory*. Recuperado de <https://bit.ly/211I3NX>
- Mayntz, R. (2001). El Estado y la sociedad civil en la gobernanza moderna. *Revista del CLAD: Reforma y Democracia*, 21. Recuperado de <https://bit.ly/2wSY5re>
- McFerson, H. M. (2009). Measuring African governance by attributes or by results? *Journal of Developing Societies*, 25(2), 253-274. doi:10.1177/0169796X0902500206
- Mello, G. R., & Slomski, V. (2010). Índice de governança eletrônica dos estados brasileiros (2009): No âmbito do Poder Executivo. *Journal of Information Systems and Technology Management*, 7(2), 375-408. doi:10.4301/S1807-17752010000200007
- Merry, S. E. (2011). Measuring the world indicators, human rights, and global governance. *Current Anthropology*, 52(S3), S83-S95. doi:10.1086/657241
- Minassians, H. P. (2015). Network governance and performance measures: Challenges in collaborative design of hybridized environments. *International Review of Public Administration*, 20(4), 335-352. doi:10.1080/12294659.2015.1088689
- Mitra, S. (2013). Towards a multidimensional measure of governance. *Social Indicators Research*, 112(2), 477-496. doi:10.1007/s11205-013-0256-4
- Mo Ibrahim Foundation. (2017, 11 de dezembro). *Index report*. Recuperado de <https://mo.ibrahim.foundation/iiag>
- Morrison, T. H. (2014). Developing a regional governance index: The institutional potential of rural regions. *Journal of Rural Studies*, 35, 101-111. doi:10.1016/j.jrurstud.2014.04.004
- Mosher, F. C. (1968). *Democracy and the public service*. New York: Oxford University Press.
- Oliveira, A. G., & Pisa, B. J. (2015). IGovP: índice de avaliação da governança pública: instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1263-1290. doi:10.1590/0034-7612136179

- Peters, B. G., & Pierre, J. (1998). Governance without government? Rethinking public administration. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 8(2), 223-243. doi:10.1093/oxfordjournals.jpart.a024379
- Peters, B. G., & Pierre, J. (2015). Governance and policy problems: Instruments as unitary and mixed modes of policy intervention. *Asia Pacific Journal of Public Administration*, 37(4), 224-235. doi:10.1080/23276665.2015.1117179
- Rose-Ackerman, S. (2017). What does “governance” mean? *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 30(1), 23-27. doi:10.1111/gove.12212
- Schedler, A. (1999). Conceptualizing accountability. In A. Schedler, L. Diamond, & M. F. Plattner, *The self-restraining state: Power and accountability in new democracies* (pp. 13-28). Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Skaaning, S. E. (2010). Measuring the rule of law. *Political Research Quarterly*, 63(2), 449-460. doi:10.1177/1065912909346745
- Sweet, A. S., & Thatcher, M. (2002). Theory and practice of delegation to nonmajoritarian institutions. *West European Politics*, 25(1), 1-22. doi:10.1080/713601583
- Thomas, M. A. (2010). What do the worldwide governance indicators measure? *European Journal of Development Research*, 22(1), 31-54. doi:10.1057/ejdr.2009.32
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (2008). Institutional logics. In R. Greenwood, C. Oliver, R. Suddaby, & K. Sahlin, *The Sage handbook of organizational institutionalism* (pp. 99-128). London: Sage.
- Tomic, S. (2018). Legal independence vs. leaders' reputation: Exploring drivers of ethics commissions' conduct in new democracies. *Public Administration*, 96(3), 1-17. doi:10.1111/padm.12411
- Williamson, O. E. (1996). Prologue: The mechanisms of governance. In O. E. Williamson, *The mechanisms of governance* (pp. 3-20). New York: Oxford University Press.
- Williamson, O. E. (1998). Corporate finance and corporate governance. *The Journal of Finance*, 43, 567-591. doi:10.1111/j.1540-6261.1988.tb04592.x
- Yong, G., & Wenhao, C. (2012). Developing a city governance index: based on surveys in five major Chinese cities. *Social Indicators Research*, 109(2), 305-316. doi:10.1007/s11205-011-9904-8

Agradecimentos

Agradecemos ao professor André Cavaller Guzzi, nosso colega da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, pelas valiosas sugestões para a realização deste trabalho.

Sobre os Autores

Bernardo Oliveira Buta

Mestre em administração pela Universidade de Brasília. Doutorando em administração pública e governo na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas em São Paulo. E-mail: bernardo.but@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8936-3697

Marco Antonio Carvalho Teixeira

Doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor-adjunto e pesquisador do Departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas em São Paulo. E-mail: marco.teixeira@fgv.br. ORCID: 0000-0003-3298-8183



Mercantilização & contramovimento: agricultura sustentada pela comunidade (CSA): estudo de caso em Minas Gerais, Brasil

Commodification & countermovement: community-supported agriculture (CSA): a case study in Minas Gerais, Brazil

Daniele Eckert Matzembacher^a
Fabio Bittencourt Meira^a

Recebido: 02/05/2018
Aprovado: 01/08/2019

^aUniversidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

A forma que se tornou convencional de produzir e distribuir alimentos baseia-se no uso de agroquímicos, adubos, fertilizantes industriais e de outras técnicas provenientes da Revolução Verde, com crescente dependência do capital financeiro-industrial. Isto significa a intensificação da mercantilização da agricultura. O problema que norteou esta pesquisa é a emergência de modos de organização resistentes a essa tendência. Com base no referencial teórico de Karl Polanyi (2012a, 2012b), construiu-se um estudo de caso cujo objeto é a agricultura sustentada pela comunidade, cujo acrônimo em inglês é CSA (*community supported agriculture*). Trata-se de um movimento que ressitua a produção agrícola pelos princípios do comércio justo e da agroecologia e uso de cadeias curtas que aproximam produção e consumo. O resultado é um alimento de qualidade nutritiva superior a preço acessível e justo. A análise do caso CSA Alfa aponta a coexistência de diferentes princípios de regulação numa combinação de troca mercantil e reciprocidade. Na esteira de Karl Polanyi, observa-se a atividade econômica imbricada ao social, daí que amizade, tolerância, fidelidade e comprometimento estabelecem um *ethos* comunitário em torno do alimento. A CSA parece manifestar um contramovimento à mercantilização ao potencializar a autonomia relativa dos indivíduos, o que eleva a coesão social dos grupos participantes.

Palavras-chave: Agricultura Sustentada pela Comunidade; Mercantilização; Reciprocidade; Coesão Social; Karl Polanyi.

Abstract

The conventional way of producing and distributing food is based on the use of agrochemicals, fertilizers, industrial fertilizers and other techniques from the Green Revolution, with increasing dependence on financial-industrial capital, which implies the intensification of the agriculture commodification. The object of this study was the emergence of modes of organization resisting this trend. Based on the theoretical reference of Karl Polanyi (2012a, 2012b), a case study was developed in a Community-Supported Agriculture (CSA) initiative. It is a movement that resituates agricultural production through the principles of fair trade, agroecology and the use of short supply chains, which bring production and consumption closer together. The result is a better nutritious quality food at affordable and fair price. The analysis of the CSA Alfa case points to the coexistence of different principles of regulation, in a combination of mercantile exchange and reciprocity. According to the proposition by Karl Polanyi, the economic activity is shown to imbricate with the social aspect, of which friendship, tolerance, fidelity and commitment establish a community ethos around food. The CSA seems to manifest a countermovement to the commodification by enhancing the relative autonomy of individuals that elevates the social cohesion of the participating groups.

Keywords: Community-Supported Agriculture; Commodification; Reciprocity; Social Cohesion; Karl Polanyi.

Introdução

Revolução Verde é o nome dado à prática de adoção de tecnologias no ambiente agrícola, como o uso de máquinas, sementes modificadas, adubos e fertilizantes industriais, agroquímicos, sementes transgênicas e biotecnologias. Há, sobretudo a partir dos anos 1960, um processo de incorporação institucional dessas mudanças engendradas nos países desenvolvidos e difundidas nos países subdesenvolvidos (Escher, 2011; Schneider & Escher, 2011).

A crescente dependência do mercado ocorre por uma série de mecanismos de transferência do controle dos processos produtivos para atores externos, tais como empresas, bancos, Estado e agências de desenvolvimento. Cria-se uma dependência, fazendo com que os processos dificilmente se reproduzam fora do alcance do capital (Escher, 2011). O agricultor passa a necessitar de fatores além de sua propriedade, como máquinas, insumos químicos, sementes melhoradas, assistência técnica, dentre outros (Gazolla, 2004). Assim, ampliam-se as relações entre produtores e os circuitos mercantis nos quais estes se inserem (Schneider & Escher, 2011).

A presença de intermediários numa cadeia de distribuição cada vez mais globalizada reduz a renda de produtores e eleva o preço para consumidores. A sociedade sofre com incremento da pobreza, crescente insegurança alimentar, êxodo rural, danos à saúde e ao meio ambiente, e com a perda identitária do senso de comunidade, culturalmente associado à alimentação. Além de degradar o ambiente natural, o processo leva à perda de controle gradual dos indivíduos sobre as suas reproduções materiais.

A mercantilização é, portanto, o processo que leva o agricultor a ter a sua reprodução social e econômica dependente dos mercados, alienando-o das decisões que envolvem a sua própria vida econômica (Gazolla, 2004). Profundas alterações nas estruturas sociais rurais de países como o Brasil ocorreram em consequência disso (Schneider & Escher, 2011). Dentre elas, a separação do trabalho mental e manual dos produtores, com rotinas modificadas por controle externo. Transformam-se assim as condições objetivas (materiais) e subjetivas (simbólicas) de reprodução social, com efeitos acentuados na agricultura familiar (Escher, 2011).

Mas isso não significa que a dinâmica do mercado determine todos os aspectos da vida social. Para Cangiani (2012), ocorre uma restrição, uma liberdade apenas relativa. Ao ser fundamentado na instituição do mercado e na produção capitalista, o sistema organizado economicamente tende a se auto alimentar. O termo “desenraizamento”, utilizado por Polanyi, é aqui entendido, alinhado com Eckert (2016, p. 83), como mudança de valores ditada por interesses privados, expressa na retórica das grandes empresas, nas políticas de Estado, nos acordos e tratados internacionais que impactam profundamente a sociedade.

De acordo com Cangiani (2012), a concepção de “enraizamento” da sociologia difere da polanyiana. Nesse sentido, convém reproduzir um trecho em que a autora desenvolve seu argumento:

Para evitar confusões, uma premissa óbvia é que o conceito de “economia desenraizada” não coincide com a “economia pura” dos modelos neoclássicos abstratos. Ser “desenraizada” constitui um aspecto geral e permanente da economia de mercado. Isso não se choca com o fato de que um mercado perfeitamente autorregulador e perfeitamente competitivo nunca existiu, nem poderia existir. Polanyi explica que a tendência para influir propositalmente no funcionamento do mercado pode ser identificada desde o começo, principalmente graças a (1) à necessidade de “proteção” e ao “contramovimento” que ela originou; e (2) à dinâmica do capitalismo, que envolve mudanças na estrutura de mercado e condiciona a evolução das instituições sociais. É precisamente a característica geral de a economia ser desenraizada que, por um lado, torna inevitáveis a regulação e a intervenção social

do Estado, e, por outro lado, dá ao sistema social seu dinamismo e sua complexidade típicos. De qualquer modo, apesar do controle limitado que a sociedade é capaz de exercer, o trabalho, a terra e o dinheiro continuam a ser tratados como mercadorias. (p. 36)

O debate sobre a mercantilização dos sistemas alimentares recupera a agenda de questões trazidas por Karl Polanyi (2012a, 2012b), que alertava sobre os problemas decorrentes de uma economia que tentava centrar-se no mercado como principal condutor das relações na sociedade. Daí a metáfora de um “moinho satânico”, referência à desagregação que acompanha este domínio. Entretanto, no contrapé deste processo encontra-se uma resistência pela sociedade na forma de um **contramovimento**. Este conceito propõe que nenhuma sociedade tem relações mercantis em sua forma pura sem reagir em alguma medida aos seus efeitos negativos.

Nesse sentido, Polanyi (2012a; 2012b) propõe que a vida econômica pode se efetivar de uma forma mais justa socialmente combinando diferentes padrões de intercâmbio, orientados por mercado, reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Esta pluralidade de princípios de regulação, que será abordada ao longo do estudo de forma mais detalhada, possibilita pensar em alternativas à mercantilização dos sistemas alimentares. É possível que contramovimentos ocorram mediante o fortalecimento destes outros princípios.

A partir de Munck (2006) e Dale (2013), Abdalla (2014) afirma que “há falta de mediação e de clareza sobre o contramovimento, já que [Polanyi] não define quem exatamente iria agir espontaneamente contra o sistema de mercado não regulamentado e desenraizado e por quê”. O problema de compreender o contramovimento, envolve “não apenas ‘quem’ iria agir contra o mercado livre e ‘por quê’, mas também ‘como’ se daria uma contra movimentação” (p. 23).

Dito isso, esta pesquisa busca compreender as interações ligadas à dinâmica do contramovimento através da pluralidade de princípios de regulação (Polanyi, 2012a). Optou-se pelo estudo do fenômeno da agricultura sustentada pela comunidade, usualmente referida pelo acrônimo em inglês CSA (*community supported agriculture*). O pressuposto é que a proximidade entre produtores e consumidores induz relações econômicas não mercantis condizentes com uma maior coesão social, levando à suposição de que a CSA é um fenômeno que manifesta o contramovimento ao sistema de mercantilização da agricultura. Supõe-se que uma CSA não seja antagônica ao sistema, mas mantenha distância crítica do mercado convencional por acionar os princípios do comércio justo¹.

1. Os princípios do comércio justo são definidos pela *World Fair Trade Organization* (WFTO): (1) criar oportunidades para produtores economicamente em desvantagem; (2) transparência e prestação de contas; (3) pagamento de um preço justo; (4) manter boas condições de trabalho e oferecer capacitação profissional; (5) manter relações comerciais de longo prazo; (6) promover a igualdade de gênero e o empoderamento econômico feminino; (7) incentivar a liberdade de associação. (Ver <https://wfto.com/>. Acesso em 28/03/2019).

O recorte da pesquisa se fez a partir da observação de uma experiência real situada na região Sudeste do Brasil, com os objetivos de (1) compreender o contexto e as motivações que originaram a CSA na região; (2) descrever e caracterizar o modo de operação da CSA observada; (3) identificar de que forma se concretizam as trocas e quais as implicações das relações de reciprocidade no circuito da CSA; e (4) analisar como a CSA possibilita ou fortalece as condições necessárias para a reprodução material e social dos indivíduos, especialmente dos pequenos agricultores, no sentido de favorecer ou restringir sua autonomia.

Além desta introdução o artigo é composto por outras seis seções. A primeira dedica-se à exposição do conceito da mercantilização e seus efeitos. A seguir discute-se as formas de integração econômica e possibilidades para um contramovimento. Na sequência faz-se um panorama da agricultura sustentada pela comunidade. A quarta seção é dedicada à exposição da metodologia. Em seguida apresenta-se o estudo de caso da CSA Alfa, seus resultados e discussão para, finalmente, elaborar as considerações finais.

Mercantilização e seus efeitos

Os sistemas alimentares enfrentam um movimento de mercantilização em um processo de transformação da agricultura com uma reestruturação impulsionada especialmente pela Revolução Verde e pelo neoliberalismo. Muitas atividades rurais familiares, que antes dispunham de produtos diversificados como fonte de ingresso econômico, não conseguiram incorporar estas transformações. Abramovay (2007), Ploeg (2010) e Schneider (2004) relatam o grande abandono do campo pelos pequenos agricultores (êxodo rural). Escher (2011) menciona a desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico e o surgimento de problemas de saúde decorrentes do uso de agroquímicos. As unidades de agricultura familiar que sobreviveram foram levadas pelo mercado à especialização ou à monocultura (Sacco dos Anjos, Caldas, & Hirai, 2010; Schneider, 2004).

O avanço do mercado beneficiou muitos grupos (Ploeg, 2008), em especial as indústrias estrangeiras e os agricultores de produção em larga escala. Entretanto, o mesmo não ocorreu com a agricultura familiar (Schneider & Escher, 2011). De uma forma geral, os benefícios gerados se encaixam na proposição de Piketty (2014) de serem mais focados na taxa de retorno sobre o capital de grandes empresas privadas do que a taxa de crescimento econômico para a sociedade em geral.

Isso provocou mudanças na política e na economia mundial. Formaram-se verdadeiros impérios agrícolas e alimentares. Grandes empresas comerciais, agronegócios e redes de supermercados controlam segmentos cada vez mais amplos da cadeia mundial. A oligopolização tem levado, de um lado, à queda dos valores recebidos por produtores

primários, com efeitos diretos no êxodo rural, e de outro lado, a uma pressão ascendente sobre os preços ao consumidor. O avanço das cadeias mais longas torna-se então uma característica central do sistema agroalimentar, levando ao controle quase absoluto da oferta. Como resultado, dietas menos variadas e saudáveis combinam-se com a intensificação da degradação ecológica, da pobreza e do êxodo rural (Ploeg, 2010).

De acordo com Fraser (2017), trata-se de uma crise relacionada ao terreno mais amplo da reprodução social, com impacto em questões de saúde, habitação, meio ambiente, alimentação e vida comunitária. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2012) entende que o desenvolvimento é um importante aspecto de melhoria de vida dos povos, entretanto é necessário criticar a ideia do desenvolvimento como sinônimo de dominação da natureza e da vida, bem como da sociedade como engrenagem de acumulação capitalista.

A ideia de mercantilização fictícia da terra, do trabalho e do dinheiro (Polanyi, 2012a, 2012b) oferece uma base promissora para uma análise estrutural integrada da crise do moderno sistema alimentar convencional (Fraser, 2014). O relato de Polanyi remonta às raízes da crise capitalista no século XIX aos esforços para o estabelecimento de mercados autorregulados, incluindo terra, trabalho e dinheiro. A visão de que os mercados estão inseridos em instituições sociais e sujeitos a normas éticas e morais é substituída pela ideia de um mercado autorregulado. Toda a sociedade foi remodelada para se adequar a essa nova maneira de organizar a economia e a vida social (Polanyi, 2012a, 2012b). Essa visão é altamente pertinente hoje. O resultado em ambos os casos é a desestabilização do sistema econômico, por um lado, e da natureza e da sociedade, por outro. Por isso, as atuais construções sociais de trabalho, terra e dinheiro codificam tipicamente formas de dominação (Fraser, 2014, 2017).

Ao mesmo tempo, a economia constitui parte vital das comunidades humanas, sem a qual sociedade alguma pode existir. Para superar os efeitos negativos da busca por um mercado autorregulado, que reflete na mercantilização dos sistemas alimentares, o próprio Polanyi (1977, 2012a, 2012b) sublinha a necessidade de resgatar o sentido substantivo das motivações econômicas que define a orientação à reprodução material da vida, numa peculiar interação do homem com seu ambiente. Isso pode ser alcançado resgatando a ideia da pluralidade das formas de integração econômica.

As formas de integração econômica e possibilidades para um contramovimento

Há uma diversidade de formas instituídas na ordem econômica atual, em que princípios básicos de comportamento ou formas de integração norteiam as ações dos indivíduos. São eles a **reciprocidade**, a **redistribuição** e a **troca** de mercado. Eles coexistem subordinando-se ou dominando uns aos outros. São, portanto, não-excludentes

e não-hierarquizados. Além disso, não representam etapas evolutivas de desenvolvimento (Polanyi, 2012b).

A **troca** de mercado é dominante na economia capitalista, com produção e distribuição de bens na sociedade controlada, regulada e dirigida, em última instância, pela autorregulação dos preços. A economia repousa na expectativa de comportamento maximizador, pressupõe o equilíbrio de mercado e a presença do dinheiro funcionando como poder de compra. O comportamento econômico orienta-se pela permuta, barganha e troca visando lucro. Este padrão cria uma instituição específica: o mercado como espaço destinado a compra e venda, em que escassez e excesso funcionam como mecanismos centrais de barganha (Polanyi, 2012b). Este princípio, quando sobreposto aos demais, leva à mercantilização da sociedade. Convém diferenciar mercados isolados de uma economia de mercado, bem como mercados reguláveis de mercados autorreguláveis. Os mercados sempre existiram em todas as sociedades, mas os isolados nunca se interligaram para formar uma economia. “O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional” (Polanyi, 2012a, p. 88).

No *Ensaio sobre a dádiva*, Marcel Mauss (2012) observa que algumas sociedades realizam trocas sob formas e por razões diferentes da troca mercantil ao associar questões morais e valores éticos às transações. Aparece aí a reciprocidade como manifestação de certa coesão social, expressa na homogeneidade de valores e crenças. O mercado é um contrato mais geral e permanente, que vai além da simples troca de bens úteis. A **reciprocidade**, portanto, está associada a normas de comportamento social impostas por sistemas não econômicos. Entram aqui parentesco, amizade, associação ou cooperação (Polanyi 2012b). Os agentes não são estranhos entre si, a situação não corresponde à impessoalidade típica do mercado: “a reciprocidade assenta num padrão simétrico de organização” (Servet, 2009, p. 81).

A **redistribuição** opera regras vinculadas a um ordenamento político que centraliza a distribuição econômica, trazendo bens a um ponto central e os levando posteriormente às extremidades. O caráter territorial hierárquico é importante, daí o padrão institucional ser a centralidade. “A simetria e a centralidade vão de encontro, na metade do caminho, às necessidades da reciprocidade e da redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente” (Polanyi, 2012a, p. 69). Um terceiro princípio – a **domesticidade** – integra-se aos demais como um subprincípio, dando conta da produção para uso próprio ou para satisfação das necessidades do grupo.

Convém ressaltar que a conceituação que Polanyi faz sobre os princípios de regulação são ferramentas teóricas e analíticas, mas não necessariamente ocorrem nesta forma pura. O que se verifica nas sociedades atuais, e Polanyi deixa claro, é um constante

movimento em direção ao estabelecimento da autorregulação através da troca de mercado como princípio dominante. Mas esse movimento nunca atinge a sua plenitude.

A principal tese de Polanyi (2012a, 2012b) é que a economia baseada na troca de mercado é uma utopia: ela não poderia existir sem destruir a sociedade. Nenhuma sociedade suportaria esses efeitos sem reagir, porque um mercado plenamente autorregulável aniquilaria a vida humana. Por isso, Polanyi compreende que a dinâmica social da sociedade moderna foi governada por um duplo movimento. O primeiro é o movimento do liberalismo econômico, que busca estabelecer um mercado autorregulável e necessita da transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias. O outro é chamado de contramovimento, ditado pelo comportamento de defesa da sociedade diante dos efeitos negativos da autorregulação, cuja finalidade é preservar o homem e a natureza. Por meio do contramovimento emerge uma sociedade mais intimamente entrelaçada.

Cabe ressaltar, entretanto, que Abdalla (2014) identificou que o processo de proteção social em determinadas situações ocorre de forma difusa e não necessariamente estruturada, com estratégias e ações que emanam de múltiplos atores, inclusive ambivalentes e hegemônicos. Estes atores exercem papéis de proteção social de forma análoga ao contramovimento polanyiano, apesar de sutilmente distinta. Ele percebe que há um destaque para a prática ambivalente exercida pela hegemonia, uma vez que esta opera em favor do mercado e do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que busca favorecer a sociedade.

Desta forma, outro aspecto relevante diz respeito ao contramovimento poder ser funcional à manutenção da ordem capitalista, como aponta Cangiani (2012) ao afirmar que “a função real das intervenções pode também, ou principalmente, ser a de regular os processos econômicos e sociais para evitar grandes colapsos e reforçar a hegemonia da classe (econômica) dominante” (p. 37). E complementa que Polanyi interpreta dessa maneira a crise do capitalismo liberal do início do século XX, pois não se trata de reduzir a dinâmica histórica do capitalismo à “oscilação mecânica de uma economia mais enraizada e outra menos enraizada e vice-versa” (p. 38).

Nesse sentido, Polanyi (2012a, 2012b) acredita que é possível em alguma medida transcender o mercado autorregulável, subordinando-o de forma consciente a uma sociedade democrática. O principal passo é romper com as crenças de que a vida social deve ser submetida aos mecanismos de mercado. É preciso recuperar o significado substantivo da economia. Isso não significa a ausência de mercados, pois eles continuarão a existir de várias maneiras, mas sem constituir uma instituição autônoma das relações sociais através do mecanismo de autorregulação. Uma das alternativas possíveis é que, mesmo em uma economia centrada no mercado, busque-se o

desenvolvimento de outros mecanismos regulatórios mais capazes de proteger o tecido social e o meio ambiente das pressões exercidas pelo movimento da mercantilização.

No caso dos sistemas alimentares, operando numa economia centrada no mercado, é preciso verificar de que modo emergem estes mecanismos não mercantis. É neste contexto que a visão substantiva da economia (Polanyi, 2012a, 2012b) permite situar o contramovimento no contexto brasileiro. Propõe-se, portanto, pensar a especificidade da resistência da sociedade em confronto com a mercantilização desmedida da agricultura.

Formas de integração econômica e sistemas alimentares

Autores subsequentes a Polanyi, dentre estes Eric Sabourin, trazem pistas essenciais para entender como as formas de integração econômica ocorrem na prática nos sistemas alimentares. Compreender melhor estas relações e estruturas permite que a atividade em campo seja capaz de visualizar e teoricamente categorizar as ocorrências de contramovimento através de outros princípios além da troca de mercado.

Neste sentido, Sabourin (2009, 2011, 2014) é central para entender a estrutura dos laços de reciprocidade. Ele alerta que a maioria das sociedades rurais apresenta sistemas mistos, nos quais as práticas socioeconômicas de troca e reciprocidade coexistem. Vale ressaltar que o problema de discernir lógicas relacionais num sistema misto não é trivial. A separação é produzida analiticamente pelo exame das práticas, do projeto em realização, dos valores dos indivíduos que participam e das estruturas relacionais implementadas. Trata-se de entender a orientação predominante das ações a partir de lógicas de movimento em direção (1) à concorrência, visando o acúmulo do lucro para fins privados; ou (2) à reciprocidade, visando a satisfação das necessidades do grupo.

A reciprocidade assume forma simétrica quando orbita um sentimento de justiça e preocupação com a harmonia social do grupo. No ambiente rural, a simetria se manifesta em situações de ajuda mútua, solidariedade, cooperação e partilha (Sabourin, 2011). Essas relações se expressam em termos de qualidade das relações sociais, de satisfação, de reconhecimento, de respeito, de festas e de espírito de grupo. São valores que operam ciclos de reciprocidade propostos por Polanyi de modo recursivo. No compartilhamento do trabalho os valores afetivos e éticos correspondem a um sentimento de pertencimento e de confiança (Sabourin, 2009).

O princípio de redistribuição dos alimentos engloba a produção para autoconsumo (Polanyi, 2012b; Sacco dos Anjos et al., 2010). A lógica da reciprocidade predomina sobre a lógica de troca, produzindo autossuficiência quando a preocupação

em suprir as necessidades do grupo faz parte da produção a ser destinada ao autoconsumo (Sabourin, 2011). Esta redistribuição impacta na renda (Ploeg, 2008). As famílias que vivem no ambiente rural e fortalecem a produção para o autoconsumo auferem maiores rendas agrícolas, daí a importância da autossuficiência para sua reprodução material e social. Um bom indicador é identificar a recorrência da aquisição, no mercado, de alimento regularmente consumido pelo grupo (Gazolla, 2004).

A mobilização de recursos pode se converter numa categoria ampliada da redistribuição direta. Conforme Ploeg (2008), recursos materiais e sociais relevantes, como gado, rações e forragens, fertilizantes, sementes, mão de obra, conhecimento, capital de giro, dentre outros, podem ser mobilizados por transações de mercado e, conseqüentemente, entrar no processo de produção como mercadorias, ou ser mobilizados por trocas reguladas mediante as relações de reciprocidade, ou ser produzidos na unidade agrícola. Quanto mais eles forem produzidos, reproduzidos e reutilizados na própria unidade agrícola, maior será a autonomia do agricultor em relação ao mercado.

O princípio da troca pode caracterizar o mecanismo não apenas de contrato, mas também de proximidade entre produtor e consumidor quando permeado por relações de reciprocidade (Polanyi, 2012b). Na literatura, há algumas possibilidades. Um desses fenômenos recebe a designação de “cadeias curtas”. Cadeias curtas constituem sistemas mistos de troca mercantil e reciprocidade. Existe a relação de troca, mas o contato direto entre produtor e comprador desdobra-se numa relação de reciprocidade, quando há comunicação em torno do produto, do trabalho, das receitas. A aproximação tende a reforçar laços afetivos, de amizade, reconhecimento mútuo e valores de fidelidade e respeito (Sabourin, 2009, 2011, 2014). A participação de consumidores e produtores nas decisões de produção, troca e consumo alavanca sua autonomia relativa (Darolt, Lamine, & Brandenburg, 2013), e pode catalisar movimentos de resistência voltados à realocação do controle dos sistemas alimentares (Petersen, 2013). São alternativas à exploração capitalista porque revalorizam territórios e fatores identitários das relações de reciprocidade (Sabourin, 2014). Por isso, o consumo de alimentos produzidos regionalmente através de cadeias mais curtas pode se tornar um meio de fortalecer a solidariedade em defesa da soberania alimentar ao estabelecer uma oposição às corporações agroalimentares (Sage, 2014).

Há outro aspecto relevante das ideias de Polanyi (2012a, 2012b) que ajuda a situar o contramovimento na atividade de uma CSA. Ele diz respeito à atividade econômica em torno do alimento, que parece ser vocacionada para o impulso contrário ao movimento de mercantilização.

A ambigüidade do termo “ganho” tende a encobrir essa diferença. A troca com base em preços fixos não envolve nada além do ganho implicado para

cada parceiro na decisão de trocar; a troca com preços flutuantes visa a um ganho que só pode ser obtido mediante uma atitude que envolve uma clara relação de antagonismo entre os parceiros. O elemento de antagonismo que acompanha essa variante da troca, por mais que seja diluído, é inerradicável. Nenhuma comunidade firmemente decidida a proteger a fonte de solidariedade entre seus membros pode permitir que se desenvolva uma hostilidade latente em torno de uma questão tão vital para a existência física – e, por conseguinte, capaz de despertar angústias tão desgastantes – quanto é o alimento. A proibição do regateio em torno de alimentos, largamente difundida, retira automaticamente os mercados formadores de preço do campo das instituições primitivas. (p. 309)

Desta forma resgata-se a proposta do contramovimento de Polanyi (2012a, 2012b), que sugere que a sociedade se encarrega em algum grau de enfrentar os desafios e problemas propiciados pela mercantilização, buscando proteger o tecido social. De fato, as ideias do autor permanecem atuais diante dos desafios que enfrentamos no século XXI (Bienefeld, 2007). A tese da pluralidade das formas de regulação econômica é de suma importância para se pensar formas alternativas de regulação que coexistam com o mercado capitalista. Talvez algumas dessas formas atuem nas iniciativas de CSA como contramovimentos à mercantilização.

Agricultura sustentada pela comunidade (CSA): um panorama

Mais conhecida pelo acrônimo em inglês CSA, a agricultura sustentada pela comunidade tem origem no movimento *Teikei*, surgido nos anos 1970 no Japão. No Brasil as iniciativas são mais recentes, o primeiro grupo começou em julho de 2011, no estado de São Paulo (CSA Brasil, 2018; Henderson & Van En, 2007; McFadden, 2004). Seu preceito básico é reconectar a produção ao consumo, ao ligar um agricultor a grupos de famílias em uma região geográfica próxima, geralmente uma área urbana.

Em uma CSA, diferentemente do modelo de agricultura tradicional, os produtores e os consumidores deixam de utilizar intermediários na cadeia alimentar e fazem uma parceria, dividindo os custos e os riscos inerentes ao processo produtivo. Os consumidores financiam a produção desses agricultores e semanalmente recebem uma cesta com os alimentos que colhidos no período. A regra básica é que os produtos sejam frescos, da estação, sem agrotóxicos e cultivados localmente. A cota é composta por vegetais, ervas, frutas e legumes (Brown & Miller, 2008; Henderson & Van En, 2007).

Um princípio fundamental é a promoção de um modelo de produção que não seja nocivo ao ser humano e ao entorno. Os outros princípios da CSA no Brasil são ajuda mútua, diversificação da produção, aceitação de produtos da época, comercialização com preços justos, criação de relações de amizade, distribuição independente, gestão democrática, aprendizagem mútua, produção e consumo local e estabilidade (CSA Brasil, 2018).

Não é possível compreender a CSA sem considerar a série de princípios que organizam suas práticas, conforme indica o Quadro 1.

Quadro 1 – Princípio de toda CSA

Dez princípios subjacentes a toda CSA	
1	Não utilizar substâncias sintéticas no solo, nas plantas e nos animais.
2	O estrume para as plantas vem de animais; o ideal é uma combinação que inclua galinhas, cavalos, porcos, ovelhas e cabras, pois cada um gera estrume com qualidade e funções diferentes.
3	Nutrir os animais com a alimentação produzida na fazenda.
4	Buscar grande diversidade de plantas em combinação, numa rotação de culturas.
5	Reconhecer que a circulação do carbono ou das substâncias orgânicas, através do solo, das plantas e do ar, é a base para a fertilidade por meio do húmus.
6	Fortalecer a circulação de sílica no solo encorajando o processo microbiótico.
7	Criar condições harmoniosas e balanceadas no solo, nas plantas, nos animais e na paisagem como uma base necessária para a produtividade.
8	A natureza destruída deve ser restaurada, pois ela é uma barreira natural contra a erosão e detém importantes funções no estabelecimento do equilíbrio da plantação.
9	Implementar um controle biológico de ervas daninhas e de pestes auxiliado por todos os passos anteriores, com destaque para a natureza restaurada, o uso de excrementos de qualidade e a rotação de plantas.
10	Estabelecer uma ordem rítmica conectada com a natureza, respeitando os ciclos de produção, do sol e da lua. Essa cadência é essencial para a sobrevivência atrelada à preservação.

Fonte: Groh & McFadden (1997).

É mais usual que uma CSA opere em pequenas extensões, na base do trabalho intensivo e familiar (Henderson & Van En, 2007). Cada início de atividade tem um contexto peculiar de motivações. O engajamento de produtores passa por fatores como busca por mercado mais estável e preços justos (Bîrhală & Möllers, 2014) e preocupação com produção orgânica, relacionada ao meio ambiente e à saúde (Farnsworth, Thompson, & Drury, 1996; Oberholtzer, 2004). As motivações dos consumidores combinam lógicas de decisão que vão desde melhorar a saúde pessoal até críticas ao modelo hegemônico de produção e distribuição (Ostrom, 2007). Motivos mais frequentes referem-se a condições de saúde e nutrição via consumo de produtos frescos orgânicos. Pesquisas apontam ainda preocupações ambientais; necessidade

de conhecer quem e como se produz o que é consumido; preocupações políticas, como apoio a iniciativas de produção e distribuição alternativa sem a presença de intermediários e oposição aos grandes mercados; e solidariedade e apoio à agricultura local.

O ingresso do consumidor geralmente envolve o pagamento de uma cota ao produtor vinculado antes do plantio. O cálculo leva em conta custos totais de produção e um salário justo para o agricultor. Isto garante o escoamento da produção e uma renda antecipada para ele (Darolt et al., 2013). Os consumidores aceitam tacitamente a ideia de compartilhar o risco como um conceito-chave da CSA (Oberholtzer, 2004). De fato, eles mostram um alto nível de confiança nos agricultores parceiros, sendo esta a base que mantém ativa a relação econômica (Bîrhală & Möllers, 2014).

Ainda assim, a viabilidade econômica da operação não está garantida: há necessidade de gerenciamento. A tomada de decisão pode ficar por conta dos agricultores, mas ocorre também com a participação de consumidores. O chamado núcleo de gestão é formado por agricultores e consumidores (Lass, Stevenson, Hendrickson, & Ruhf, 2003). O grau de envolvimento varia muito de um grupo para outro. No limite, há núcleos de gestão que comandam a organização. Isso ocorre com mais frequência quando consumidores procuram um agricultor para iniciar a parceria (Sanneh, Moffitt, & Lass, 2001). O núcleo de gestão numa CSA parece envolver mais ativamente os consumidores e ampliar o senso de comunidade (Henderson & Van En, 2007; Lass et al., 2003).

Andreatta, Rhyne e Dery (2008) apontam que, ao contrário do que é sugerido muitas vezes na literatura, a CSA não é um projeto elitista em relação aos consumidores, pois, além de auxiliar o produtor, também pode ser um projeto capaz de lidar parcialmente com o problema da insegurança alimentar nas famílias de consumidores de baixa renda. Para Henderson e Van En (2007), a CSA é um incentivo para a permanência no campo, promovendo melhores remunerações e estabilidade financeira. Explicam que muitos produtores afirmam que a CSA nem sempre é a atividade produtiva que oferece mais rendimentos, entretanto torna-se mais interessante em função da estabilidade que proporciona. De fato, Hendrickson (2005) constatou que a CSA aparece como uma estabilizadora da renda, tanto por ter as vendas mais estáveis e garantidas antecipadamente pelo pagamento anterior ao momento da plantação, quanto por não depender diretamente das flutuações do mercado. Matzembacher e Meira (2019) identificaram uma série de benefícios sociais, ambientais e econômicos para produtores e consumidores.

Por meio da CSA, produtores e consumidores convergem em uma comunidade vital e criativa que celebra a diversidade, tanto social quanto biológica, e fazem com

que a justiça e a segurança alimentar se tornem realidade por meio dos produtos ecológicos e comercializados de uma forma mais justa para ambos (Henderson & Van En, 2007). Por isso, talvez a CSA possa atuar como um contramovimento à mercantilização na agricultura.

Metodologia

Esta pesquisa constitui um estudo de caso, realizado através de observação participante, utilizando as técnicas de etnografia, entrevistas em profundidade e acesso a dados secundários. A coleta de dados ocorreu ao longo de sete meses num grupo de Minas Gerais, aqui denominado CSA Alfa. O Quadro 2 sintetiza as etapas da pesquisa.

Quadro 2 – Estágios da pesquisa

Período	Etapa
Setembro 2015	Entrevista em profundidade com três consumidores/coprodutores (fundador da CSA e dois outros consumidores que se voluntariaram no gerenciamento da CSA).
Setembro 2015	Observação participante e entrevistas em profundidade durante dois dias em que os coprodutores acamparam no local de um dos agricultores da CSA.
Outubro 2015	Moradia com um dos produtores, monitorando o processo de produção, colheita, transporte e entrega das cestas de alimentos aos consumidores, bem como gerenciando atividades relacionadas à CSA. Entrevista em profundidade com os três produtores e vinte coprodutores da CSA.
Novembro 2015 a março 2016	Acompanhamento quinzenal por telefone com produtor e coprodutores que participam da gestão dos grupos da CSA. Participação como ouvinte de reuniões gerenciais via internet e participação do grupo CSA WhatsApp (com produtores e coprodutores). Acesso a dados secundários (todos os e-mails da CSA, website, publicações no Facebook e artigos em jornais e televisão sobre o grupo).
Abril 2016	Observação participante e entrevistas em profundidade com o Produtor 1.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Desta forma, a observação participante foi realizada em períodos em que se fez residência junto à família de um produtor (outubro de 2015 e abril de 2016), vivenciando a rotina de trabalho e as relações cotidianas com consumidores. Foram realizadas entrevistas em profundidade com o criador da CSA Alfa (denominado Mentor), com os agricultores (Produtor 1, Produtor 2 e Produtor 3), com consumidores participantes da gestão da organização (Coprodutor 1 e Coprodutor 2), com o técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) da região, e com vinte consumidores, incluindo os envolvidos em trabalhos voluntários.

As observações contemplaram as atividades produtivas, reuniões de gestão, momentos de interação entre agricultores e consumidores, transporte e entrega de cestas. Ao final da pesquisa foram obtidas 21 horas de gravação de entrevistas e 324 registros fotográficos, além das notas do diário de campo. As observações *in loco* foram intercaladas com acompanhamento à distância através de contatos telefônicos quinzenais com o Mentor e com o Produtor 1; monitoramento de correio eletrônico e aplicativo WhatsApp dos participantes da CSA Alfa; participação como ouvinte de reuniões de gestão via internet e contato frequente com os coprodutores integrantes da gestão. Ao longo da pesquisa, foi concedido acesso à pasta de e-mails da CSA Alfa desde a sua origem, possibilitando a leitura de todos os e-mails.

Malinowski (1978) é precursor de estudos etnográficos cujas técnicas foram utilizadas neste estudo. A elaboração teórica forneceu elementos para a construção das categorias de análise que precederam o trabalho em campo. Mas essa construção foi dinâmica, com revisões e ampliações diante das situações deparadas na vivência em campo, em uma espécie de construção mútua entre a teoria e a prática.

Os dados obtidos foram explorados por meio de análise descritiva, seguindo a orientação de Angrosino (2009) para decompor o fluxo de dados obtidos em busca de compreender padrões e regularidades e capturar os comportamentos partilhados pelo grupo. Miles e Huberman (1994) fornecem uma lista de ferramentas para técnicas de codificação e esquemas sistemáticos a fim de preservar a riqueza de dados, criar categorias e reconhecer relações entre categorias. Eles foram observados nesta pesquisa. Nesse sentido, os principais passos utilizados na análise foram: (1) consolidação dos dados (seleção, transformação, codificação e agregação dos dados brutos); (2) apresentação de dados (organização e exibição de dados); e (3) elaboração de conclusões (identificação de relações entre categorias).

A codificação foi baseada na tese de contramovimento de Polanyi e buscou evidências em campo de situações apontadas principalmente por Sabourin (2009, 2011, 2014), mas também por Darolt et al. (2013), Gazolla (2004), Petersen (2013), Ploeg (2008) e Sacco dos Anjos et al. (2010). Neste sentido, a primeira análise foi feita manualmente e uma segunda foi realizada com o auxílio do *software* Nvivo 11, que suporta uma organização mais aprimorada em pesquisas qualitativas, aportando também a análise das imagens realizadas em campo.

Estudo de caso: a CSA Alfa

Os resultados estão apresentados de acordo com os objetivos: compreender o contexto e as motivações que originaram a CSA; o modo de operação; as trocas e

implicações das relações de reciprocidade; e os impactos na reprodução material e social dos indivíduos.

Contexto e as motivações que originaram a CSA

A CSA Alfa surge na região metropolitana de Belo Horizonte por iniciativa de consumidores, cujas motivações informadas foram as seguintes: (1) uma alimentação saudável e de qualidade pela aquisição de alimentos orgânicos/agroecológicos; (2) uma aproximação de pessoas que tenham valores compartilhados e o mesmo estilo de vida; (3) o preço dos alimentos não aparece como motivação central, a maioria dos consumidores informou não se interessar pela comparação de preços; (4) incentivar a produção agroecológica local; (5) eliminar o intermediário ao comprar direto do produtor; e (6) conhecer a origem dos produtos que consomem.

Dentro da CSA Alfa o termo consumidor sequer é utilizado, o grupo faz referência a “coprodutores”. O Mentor explica que *“o consumidor é aquele que vai lá no sacolão comprar e consumir, enquanto o coprodutor não é um consumidor, ele está financiando a produção, é um parceiro do produtor”*. Respeitando a terminologia utilizada na CSA, a exposição dos resultados também utiliza esta nomenclatura.

Os dois primeiros agricultores que ingressaram na CSA Alfa (Produtor 1 e Produtor 2) têm histórico de vida e motivações similares. Ambos praticaram a monocultura convencional por décadas, sempre com o uso de fertilizantes químicos e, em diversos plantios, valiam-se do uso de agrotóxicos. Submetidos a intermediários na revenda da produção, ambos passaram dificuldades financeiras. O Produtor 1 optou pelo êxodo rural, retornando posteriormente à atividade. Ambos relatam que decidiram participar em razão da garantia do escoamento da produção, pois na modalidade anterior com frequência sofriam prejuízos.

Um terceiro produtor (Produtor 3) tenta se integrar à CSA Alfa. Ex-presidiário e dependente químico, ele percebe ali uma oportunidade para sua recuperação. Os coprodutores justificam aceitá-lo por solidariedade e responsabilidade para com a comunidade rural. O Coprodutor 1 explica que *“a gente tem uma responsabilidade social de apoiá-lo. Se a proposta da CSA é transformação social, nada mais justo do que dar uma chance para ele recomeçar”*.

Dessa forma, o contexto e as motivações que levaram à formação da CSA Alfa permitem antever a dinâmica da mercantilização no ambiente rural em que ela opera. As estratégias de engajamento podem indicar tentativas de resistência que buscam escoar a produção por meio da cooperação entre produtores e coprodutores que compartilham valores morais e riscos econômico-financeiros. Entretanto é preciso

avançar na análise para compreender melhor se há indícios de um contramovimento nas práticas realizadas.

Modo de operação

No início da pesquisa a CSA Alfa era composta por dois agricultores (Produtor 1 e Produtor 2) que vivem na zona rural da região metropolitana de Belo Horizonte e 72 famílias de consumidores/coprodutores, a maioria residente em Belo Horizonte (MG). Com isso, era garantido o fornecimento de uma cesta semanal com alimentos suficientes para um grupo familiar de até quatro pessoas. Ao longo de tempo, alterações importantes ocorreram: (1) o ingresso do Produtor 3; (2) elevou-se o preço pago pelos coprodutores; (3) o número de coprodutores ampliou para 135 famílias; (4) mudou a sistemática de preparo das cestas para atender indivíduos que moram sozinhos; (5) o Produtor 1 incorporou o trabalho dos seus dois filhos à produção destinada à CSA (a seguir denominados Aprendiz 1 e Aprendiz 2).

A CSA Alfa é uma associação informal, mas tem um regimento interno que expressa claramente três princípios: alimentação saudável, agricultura sustentável e transformação social. As relações de confiança são essenciais. Esta palavra aparece espontaneamente e com muita frequência no relato dos produtores e coprodutores para justificar a ausência de um contrato formal, a dinâmica que envolve o pagamento prévio pelos coprodutores, o ato de produzir do agricultor e a ausência de certificação formal. Os envolvidos acreditam e confiam no compromisso assumido entre eles. Insinua-se assim a preponderância de vínculos pessoais e simétricos que pautam o princípio da reciprocidade na sua articulação com a troca de mercado. Os valores afetivos e morais produzidos e relatados por agricultores e coprodutores sob os rótulos da confiança e do senso de responsabilidade correspondem a relações de reciprocidade. Ao que tudo indica, são esses sentimentos de pertencimento e de confiança que conferem força ao que a CSA representa.

Um relato do Mentor reforça essa compreensão. Ele explica que nem todos os candidatos a coprodutores assumem a mesma postura em relação à ausência de um contrato formal. Alguns deles questionam essa relação entre fornecedor e coprodutor. Ele responde que *“a CSA não é fornecedora, a nossa relação de consumo é outra”* (Mentor, 2016) e finaliza explicando a esses possíveis coprodutores as informações da Carta de Princípios da CSA Alfa. O Mentor diz que, se a pessoa não concorda com esses valores, ele orienta a não ingressar no grupo. Ele explica que isso normalmente ocorre quando os coprodutores buscam apenas uma vantagem econômica, querendo comprar orgânicos com preço menor do que em outros canais, e que por vezes essas pessoas ingressam na CSA mesmo com todos os avisos, mas que, em seguida, acabam saindo:

À primeira vista, a grande vantagem da CSA até pode parecer reduzir o preço dos orgânicos para o consumidor, mas isso não é o mais importante para nós, o mais importante é esse novo modelo de consumo que nós acreditamos, a transformação social. Na CSA, você não vai escolher o que você vai comprar, você está investindo, por isso que paga mais barato, porque não escolhe, vai o que conseguiu produzir e a pessoa tem que aceitar isso, e em geral a maioria entende isso e nós não temos problema. Tem uma minoria que fica questionando e vai saindo depois, o que para nós até é bom, a gente os agradece por saírem, porque não serve ter pessoas que não entendem a filosofia da CSA. (Mentor, 2016)

Esse relato reforça a compreensão de que, nessa situação de ingresso, a reciprocidade se sobressai ao princípio da troca de mercado: ao identificar a presença dos valores relacionados à noção do cálculo utilitário e a busca pela satisfação dos interesses materiais privados, a opção adotada na CSA Alfa é deixar de vender essas cotas mensais para as cestas de alimentos a fim de promover ou valorizar outro tipo de relacionamento entre o grupo. Essa busca pela preservação da coesão social reforça um movimento em favor da tese do contramovimento de Polanyi (2012a, 2012b), uma vez que o interesse pelo fator humano se sobressai à questão econômica.

Os alimentos são plantados sem uso de agrotóxicos ou fertilizantes, valendo-se de esterco e produtos naturais. A colheita da semana é dividida entre os coprodutores vinculados. O acordo prevê que o produtor deve planejar a produção para entregar uma variedade mínima de sete diferentes alimentos nas cestas – legumes, vegetais e frutas frescas e da estação. Se for possível colher mais do que esse mínimo na área de plantio destinada para a CSA, os produtos vão para a cesta. Na ocorrência de imprevistos, a quantidade é menor ou não haverá envio de produtos, sendo este risco assumido previamente pelos participantes. A cesta é similar a relatos da literatura (Brown & Miller, 2008; Henderson & Van Em, 2007).

A distribuição ocorre em Belo Horizonte, realizada pelos próprios coprodutores, que trabalham voluntariamente. Do valor pago pelos coprodutores, 70% fica para o produtor e 30% são para gerir a CSA Alfa. Além de terem fundado a iniciativa, os coprodutores realizam a maior parte da gestão. Eles explicam que o produtor quer lidar somente com o plantio: estas informações são confirmadas e, com frequência, ressaltas pelos próprios produtores.

O trabalho para manter a CSA Alfa ocorre de forma voluntária, permitido a todos que tiverem interesse. Um grupo menor de coprodutores voluntários forma o núcleo de gestão. As decisões cotidianas são realizadas via aplicativo WhatsApp entre todos os coprodutores e produtores. Estes são os responsáveis pelas decisões no processo produtivo, mas os coprodutores os acompanham e os ajudam ativamente.

A rotina semanal envolve visita de alguns coprodutores aos agricultores para acompanhamento da plantação. Vale ressaltar que as atividades têm apoio e orientação da Emater regional.

Nos relatos sobre o funcionamento da CSA Alfa há algumas evidências de que o predomínio da agricultura convencional não eliminou as outras lógicas de regulação econômica. Na comercialização dos alimentos despontam algumas diferenças em relação aos canais tradicionais de mercado. A primeira delas é que a CSA se situa **entre** a troca mercantil e a reciprocidade, formando um sistema misto por meio da venda direta e ações que integram produtor e coprodutor. A segunda diz respeito à forma de produção distante do método convencional: grande variedade de alimentos sob um mesmo produtor, com ampla utilização de esterco e folhas como adubos orgânicos. A forma plural manifesta na CSA Alfa permite pensar a existência de um contramovimento (nos termos de Polanyi) à mercantilização dos sistemas alimentares. O contato direto entre os envolvidos prioriza as relações humanas e valores afetivos e morais. Portanto, adquire importância analisar as relações de reciprocidade e seus desdobramentos.

Trocas e implicações das relações de reciprocidade

Ainda que as relações na CSA Alfa sejam também regidas pela lógica inerente ao princípio da troca de mercado, a forma como ocorrem evidencia uma série de situações de ajuda mútua, solidariedade e compartilhamento. Percebe-se a existência do princípio da reciprocidade indicado por Polanyi (2012a, 2012b) no plano teórico, o qual Sabourin (2009, 2011, 2014) denomina de sistemas mistos entre reciprocidade e troca.

Nesse sentido, foram identificados quatro fatores que podem indicar o predomínio das relações de reciprocidade, formando ações que se aproximam de um contramovimento. O primeiro fator remete a um compartilhamento prévio da visão de mundo entre os participantes, o que foi identificado anteriormente, promovendo um engajamento não atrelado a questões financeiras. O segundo fator refere-se à forma de produzir, que se opõe ao método convencional não por questão de rentabilidade, mas por buscar a qualidade nutricional do alimento aliada à preocupação de preservar a natureza. O terceiro fator diz respeito à forma que a troca diretamente assume: a associação entre as pessoas, a regularidade das prestações, a eliminação do intermediário, a prática de coprodutores acompanharem a produção agrícola e a participação coletiva nas decisões sobre as atividades do grupo. O quarto e último fator é a realização de atividades conjuntas entre as famílias de coprodutores e as famílias dos agricultores dentro e fora do circuito comercial, incluindo aí a coprodução e o lazer.

Este conjunto de fatores, que serão detalhados a seguir, evidencia a presença de relações de reciprocidade nas operações da CSA Alfa. Assim, ao não buscar apenas

o cálculo e a satisfação dos interesses materiais privados (Polanyi, 2012a, 2012b; Sabourin, 2011), estas atividades trazem necessariamente implicações diferentes. Nesse caso identifica-se que, além da utilidade material, há o afastamento da competição e o estabelecimento de valores afetivos e morais de amizade, confiança, reconhecimento mútuo, solidariedade e fidelidade. Além de observados em situações reais, esses princípios são frequentemente confirmados pelo relato dos participantes.

Na CSA Alfa as trocas não são atos impessoais entre ofertante e demandantes: não há venda de cestas para o público geral. O produtor e o coprodutor que desejam ingressar no grupo precisam assumir o compromisso com suas prestações de regularidade, aceitação de riscos e tolerância. Isso indica a busca por estabelecer um compartilhamento de valores comuns (Sabourin, 2011), em que o objeto de partilha importa (alimento), desde que imerso em relações sociais específicas. Aparecem na fala dos coprodutores e dos produtores a confiança, a amizade, a justiça e a responsabilidade como resultado do engajamento. Isso corresponde à reciprocidade simétrica já identificada em ambientes rurais por Sabourin (2011). Indicam na prática o princípio apontado por Polanyi (2012a, 2012b). De fato, Henderson e Van En (2007) entendem a adesão dos pequenos produtores como uma estratégia para contornar a exposição a mercados concentrados e competitivos, e que a partilha de riscos entre consumidores e produtores constitui uma alternativa concreta ao domínio do agronegócio, numa forma que se diferencia do sistema convencional também pelo uso de técnicas agroecológicas. Estes elementos foram identificados na CSA Alfa.

As interações são essenciais tanto para a produção de bens quanto de valores (morais). Nesse sentido, a CSA Alfa constitui uma cadeia curta sob um sistema misto entre troca de mercado e reciprocidade (Sabourin, 2003). No plano teórico, sobressai a reciprocidade (Polanyi, 2012b). A interface de encontro entre produtor e coprodutor é o que permite redobrar uma relação de reciprocidade e gerar valores afetivos e morais. Dentre as formas de interação estão as visitas semanais dos coprodutores para acompanhar a produção, além da interação entre os participantes nos pontos de entregas das cestas. Aqui, verifica-se a aproximação entre coprodutores: nas situações observadas foi possível perceber que, em vez de simplesmente retirarem as cestas, eles permaneciam no local em rodas de conversa, alguns pelo turno inteiro da entrega.

O mais amplo e abrangente evento de interação na CSA Alfa é bimestral, num final de semana em que as famílias de coprodutores acampam nas terras de um agricultor e participam de mutirões de plantio – o que Sabourin (2011) define como uma das manifestações típicas da reciprocidade conceituada por Polanyi. Eles fazem refeições coletivas, atividades como dança, jogos de cartas, caminhadas, práticas espirituais, ioga e *reiki*, dentre outros. Em alguns desses eventos, realizam-se assembleias para a tomada de decisão coletiva. Em alguns momentos de interação, produtores e

coprodutores conversam sobre crudivorismo, promoção da saúde pela alimentação e melhor aproveitamento dos alimentos.

Esta série de interações produz um senso de amizade, de responsabilidade e de confiança relatado por muitos, tanto produtores quanto coprodutores. Uma coprodutora explicou que a vantagem de participar da CSA Alfa em relação aos canais tradicionais de compra de alimentos é a interação entre as pessoas. Nesses casos, é evidente que a relação social ou afetiva entre os sujeitos é mais importante que a natureza material da prestação do trabalho. Tal como aponta Polanyi (2012a), estas relações estabelecidas, típicas da reciprocidade, constituem um mecanismo oposto à simples troca do mercado.

Ao longo da pesquisa foi possível acompanhar duas estações nas quais a seca ou as fortes chuvas afetaram a colheita significativamente. A grande maioria das pessoas aceitou os poucos e pequenos itens recebidos nas cestas. Provavelmente essas manifestações de solidariedade e tolerância derivam do prévio estabelecimento de relações de reciprocidade. Nesse momento, há clara prevalência da reciprocidade sobre a troca de mercado (Polanyi, 2012a), evidenciando que esses grupos possuem alguma característica que permite agregar valores humanos às relações comerciais e em alguma medida, aproximar-se do conceito do contramovimento. Quando o coprodutor demonstra tolerância com os alimentos que recebe em períodos de escassez, quando aceita produtos de época e quando opta por financiar a produção do agricultor, assumindo em conjunto os riscos, percebe-se novas formas de ajuda mútua, com ações regidas primordialmente pela reciprocidade. Uma maior coesão na sociedade em alguma proporção é fortalecida.

A reciprocidade evidencia-se também quando há trabalho voluntário, seja na administração, acompanhando a produção ou auxiliando a entrega das cestas. Cada um colabora com suas habilidades, situação que Sabourin (2009) classifica como um compartilhamento do trabalho. Por exemplo, as pessoas que têm formação em áreas relacionadas à agricultura dispuseram-se voluntariamente a trabalhar auxiliando no planejamento e acompanhamento da produção.

Destaca-se a ausência de certificação formal do método agroecológico de produção. De fato, ocorre uma certificação por confiança, originada pela reciprocidade e descrita por Sabourin (2009, 2011) e Polanyi (2012a, 2012b). Para explicar essa situação, os entrevistados da CSA Alfa insistem na semântica da confiança: *“os coprodutores da CSA não exigem a certificação porque é tudo na base da confiança mesmo, não tem assinatura de ninguém, eles confiam que nós vamos produzir sem veneno e a gente confia que eles vão pagar”* (Aprendiz 1, 2016); *“eu sei porque eu confio nos agricultores e eu conheço eles”* (Coprodutor 1, 2016). A última fala sinaliza a importância do contato direto, que resulta do encurtamento da cadeia

de distribuição. Ao eliminar o intermediário, aproxima produtor e consumidor, além de fortalecer as relações de confiança ao abrir a unidade produtiva para visitas regulares. O resultado é que o papel dos consumidores é consideravelmente ampliado por colaborações eventuais no plantio, na colheita e na entrega, além de atividades de lazer promovidas no espaço produtivo.

Os resultados sinalizam que, em razão da aproximação entre produtor e coprodutor e das decorrentes práticas de reciprocidade estabelecidas, é possível adicionar, além do valor utilitário, sentimentos e questões morais às transações, que são mais decisivos do ponto de vista das práticas econômicas da CSA Alfa. Resulta que o predomínio da lógica de reciprocidade de Polanyi define essencialmente uma nova forma de produção e distribuição de alimentos que, mesmo inserida no sistema capitalista, atua na direção oposta à mercantilização.

O que se verifica ao longo do relato sobre o funcionamento da CSA Alfa é que o predomínio da agricultura convencional e dos valores associados ao princípio de troca nos sistemas alimentares não eliminou outras lógicas que também são capazes de atuar na regulação econômica. A comercialização dos alimentos neste grupo de CSA é o que remete ao componente mercantil, entretanto a CSA Alfa apresenta algumas diferenças em relação aos canais tradicionais de mercado. A primeira é que ela implementa uma interface ou hibridação (variando conforme a lente teórica utilizada) entre a troca de mercado e a reciprocidade, formando um sistema misto por meio da venda direta de produtos agrícolas, da eliminação do intermediário e das atividades de integração entre produtor-coprodutor e entre coprodutor-coprodutor. Esses laços estabelecidos pelo encurtamento da cadeia possibilitam a retomada de aspectos decisórios para as comunidades, com avanços relativos à autonomia. A ajuda mútua, a solidariedade, o compartilhamento de trabalho e de saberes ampliam a proteção em relação aos mecanismos de mercado e à competição. Assim, permitem um resgate de valores como solidariedade e confiança, geralmente ausentes nas relações de mercado. Constituem mecanismos de resistência e fortalecimento de autonomia, considerados por Polanyi (2012a, 2012b) como características de um contramovimento.

Para França Filho (2004, 2007), esse circuito integrado de relações socioeconômicas entre produtores e coprodutores estimula uma lógica de rede nesses territórios, na qual a competição perde a importância, assim como perde sentido a consideração da oferta e da demanda como entidades abstratas harmonizadas por uma mão invisível, sinônimo da autorregulação do mercado. O resgate da produção e do consumo local, da territorialização, trazem à tona as propostas de Polanyi (2012a) e Sabourin (2014) em relação a fatores identitários das relações de reciprocidade, que Petersen (2013) entende serem capazes de auxiliar a catalisar movimentos de resistência voltados à realocação do controle dos sistemas alimentares.

No centro das disputas ideológicas apresentam-se tanto os produtores quanto os coprodutores. Não é apenas o produtor, pois o coprodutor exerce papel preponderante no processo de mudança social. Ele pode estimular a produção e distribuição de alimentos mediante os processos de mercantilização ou pode questionar essa lógica (Betti, Feniman, Schneider, & Nierdele, 2013). Há espaço para as pessoas participarem, há empreendedores cívicos com postura mais coletiva do que individual, que transformam projetos em realidade. O que realizam não pode ser explicado pela espera de um retorno sobre o investimento, pois a pressão por lucratividade não é determinante. Isso havia sido identificado por Laville (2001). De fato, há valores morais e de amizade envolvidos (Polanyi, 2012b). De alguma forma este tipo de relação estabelecida na CSA é capaz de atender a proposição de Polanyi (2012a) e de Porto-Gonçalves (2012) de impor limites ao mercado e não o dissociar da vida em sociedade e da dependência do homem em relação à natureza.

Tal como propõe Laville (2001), as associações com a CSA Alfa podem redescobrir o potencial organizador da sociedade fazendo referência à existência de uma maior solidariedade. Essa solidariedade permite movimentos capazes de defender os sistemas locais de produção e consumo, dos quais Ploeg (2008) forneceu algumas pistas para alertar sobre a importância de atividade de CSA como uma crítica simbólica, uma insubordinação e uma alternativa aos impérios alimentares. Essa é a implicação das relações de reciprocidade no circuito da CSA Alfa: afastar da lógica de mercado, proporcionar uma alternativa mais justa de comercialização e ampliar a autonomia relativa e o grau de coesão da comunidade em questão.

Se a reciprocidade é um princípio antagônico à troca ao não buscar apenas a noção do cálculo e a satisfação dos interesses materiais privados (Polanyi 2012a, 2012b; Sabourin, 2011), ela necessariamente traz implicações diferentes. O que permanece é a proposta da hibridação já levantada por Sabourin. Assim, é muito factível afirmar que a CSA constitui uma rede de produção e comercialização de alimentos agroecológicos com espaços de reciprocidade que atuam, principalmente, em função do encurtamento das cadeias e das relações entre produtores e coprodutores produzidas em decorrência disso. Mas essas relações estão inseridas em uma forma de produção capitalista e servem como contramovimentos e alternativas à mercantilização dentro desse contexto.

Essa noção de contramovimento extrapola o real e adentra o simbólico por meio da fala de alguns coprodutores. Para aqueles que forneciam explicações mais elaboradas e com elementos de crítica quando explicavam a sua vinculação à CSA Alfa, foi questionado se consideram a CSA uma forma de resistência a algo e eles fizeram respostas muito elaboradas e críticas fortes à forma de produzir tradicional. De fato, a noção do duplo movimento de Polanyi (2012a, 2012b) somada à questão da dominação proposta por Fraser (2014, 2017) está bastante presente nas motivações para o

engajamento dos coprodutores: eles se posicionam como partidários de algum tipo de emancipação, cujo objetivo principal é libertar-se de um tipo de dominação que atribuem aos efeitos negativos dos mercados globais de distribuição de alimentos.

Em decorrência do que foi exposto, talvez a noção de hibridação e complementaridade entre os princípios de regulação seja menos adequada. A relação entre os princípios não é sempre harmônica, podendo ser mais interessante falar de uma interface em razão do antagonismo que existe entre elas. De toda forma, o que interessa à análise é que despontam como principais elementos geradores dessa pluralidade das formas econômicas (Polanyi 2012a) que se fazem presentes na CSA Alfa, o encurtamento da cadeia pela eliminação do intermediário e a busca pela convivência entre as pessoas. O contato direto entre produtor- coprodutor, produtor-produtor e coprodutor-coprodutor prioriza as relações humanas em detrimento da troca com vistas ao lucro, e daí podem surgir os valores afetivos e morais. É nesse contexto que adquire importância analisar as relações de reciprocidade e seu desdobramento na manutenção e ampliação da autonomia relativa e da coesão social.

Reprodução material e social dos indivíduos

Os relatos dos coprodutores e as interações observadas entre eles parecem indicar que a participação na CSA Alfa fortalece alguns aspectos vinculados à sua reprodução material e social. Uma dieta isenta de agrotóxicos ou outros produtos químicos promove a saúde humana. O conhecimento da procedência dos alimentos e a construção de um senso de comunidade em torno da alimentação despontam como os principais benefícios gerados aos coprodutores pelo engajamento neste grupo. Nesse sentido, uma parcela significativa de indivíduos alterou os seus hábitos alimentares em direção a uma dieta mais saudável. Passaram a consumir mais frutas, legumes e vegetais, adaptaram a alimentação aos ingredientes que recebem nas cestas, passaram a cozinhar e alimentar-se mais no ambiente doméstico e aprenderam novas receitas mediante as interações com os produtores e com os demais coprodutores. As interações são essenciais para este resultado.

Ainda que apenas uma minoria tenha informado que comparou preços com outros canais, aqueles que o fizeram disseram que participar da CSA Alfa permite uma redução de gastos, facilitando a sua reprodução material. Essa compreensão é reforçada por alguns coprodutores que integram o núcleo de gestão, que trabalham com os produtores na definição dos preços. Segundo eles, para propor os novos valores das mensalidades um dos critérios foi um meio termo entre os valores pagos a produtores por intermediários e os valores cobrados de coprodutores em pontos finais de venda de alimentos orgânicos.

Em relação aos agricultores, uma série de questões vêm a favorecer a autonomia relativa e fortalecer a sua capacidade de produção e reprodução no ambiente rural, tanto nos aspectos materiais de existência quanto naqueles atrelados ao ambiente social e cultural. Já foram aqui relatadas as relações de reciprocidade que se estabelecem entre produtor e coprodutor por meio da ajuda mútua e do compartilhamento e que resultam, dentre outros, em solidariedade, tolerância, fidelidade e comprometimento mútuos. Há que destacar também o afastamento dos mecanismos de mercado mediante reciprocidade mobilizada na comunidade rural e incentivada pela CSA Alfa e a garantia do escoamento da produção em virtude do financiamento prévio, permitindo ajustar o plantio de acordo com a demanda.

Também podem ser considerados sob o viés da ampliação da autonomia relativa dos produtores a aceitação e a valorização por parte dos coprodutores dos alimentos que recebem na cesta, independentemente do seu tamanho e aparência; a ampliação dos recursos mobilizados na unidade produtiva agrícola em vez do mercado; a autonomia de decisão a respeito do processo produtivo; a remuneração do agricultor; e a manutenção de outros canais de comercialização que não geram dependência das atividades da CSA.

Em relação à aceitação dos alimentos, em diversas situações o Produtor 1 (2016) afirmou que: “os coprodutores da CSA querem qualidade e não boniteza”. Uma situação destas ocorreu na colheita de cenouras, quando o Produtor 1 e os Aprendizes 1 e 2 mostraram cenouras pequenas aceitas e valorizadas na CSA. Nos canais convencionais, a aparência nunca pode estar fora de um padrão estético que pouco tem a ver com o valor nutricional.

A CSA Alfa tem levado os agricultores a ampliarem os recursos mobilizados na própria unidade produtiva. Isso ocorre em quatro diferentes situações: a utilização de esterco e folhas como adubo naturais substituindo fertilizantes industrializados, o uso de caldas orgânicas em vez de defensivos químicos industrializados, o movimento ainda em fase inicial em direção à produção de suas próprias mudas e sementes e a produção para o autoconsumo familiar. Nessas quatro situações, redistribuição e reciprocidade (Polanyi, 2012a, 2012b) detém papéis centrais, com efeitos similares àqueles indicados por Sacco dos Anjos et al. (2010), Gazzola (2004), Ploeg (2008) e Sabourin (2011) na ampliação da autonomia relativa.

A produção para o autoconsumo do grupo familiar também apareceu como um dos recursos mobilizados na própria unidade produtiva em vez do mercado em decorrência da participação do agricultor na CSA Alfa. Os agricultores relataram que já não compram legumes, vegetais nem frutas no mercado, pois consomem praticamente tudo o que plantam. O Produtor 1 explica que a prática de produzir para o consumo do grupo

familiar era realizada no passado, mas que, em razão do monocultivo, esse hábito foi sendo perdido por sua família. Isso foi resgatado através do engajamento na CSA.

Da mesma forma há fortes indicativos de que a remuneração recebida pelos agricultores na CSA Alfa esteja atrelada a uma maior autonomia relativa. Eles com bastante frequência afirmaram que a CSA lhes proporciona uma situação financeiramente confortável e que a remuneração recebida é melhor do que nas atividades anteriores. Em determinada ocasião, o Produtor 1 (2016) disse: *“A CSA paga mais do que as outras e o dinheiro é garantido, é sagrado, você pode contar com ele”*. O Produtor 2, da mesma forma, disse que a CSA é até o momento a atividade que melhor lhe remunerou no ambiente rural. Os Produtores 1, 2 e 3 relataram que a CSA oferece vantagens em razão da garantia do escoamento da produção, do financiamento e dos riscos compartilhados com coprodutores. Em relação à produção agroecológica e à diversificação da produção, os resultados encontrados aproximam-se dos achados de Teixeira e Pires (2017), uma vez que foi verificado o acesso a uma dieta mais balanceada e o favorecimento da reprodução material e social da agricultura familiar.

Neste grupo ocorreu uma reversão do êxodo agrícola, com as famílias vivendo no campo e dedicadas a atividades agropecuárias (Abramovay, 2007). Também ocorreu o que Ploeg (2008) define como influxo, que é o movimento de pessoas que não são agricultores camponeses que passam a integrar essa força produtiva. Isso porque os filhos do Produtor 1 passaram a exercer a atividade de agricultores pela primeira vez para atender a demanda da CSA Alfa. Ambos já viviam com suas famílias nas terras do Produtor 1, mas trabalhavam em atividades em zonas urbanas. Para alguns coprodutores, isso é visto como um dos benefícios de participar de uma CSA. Uma das entrevistadas relatou: *“Considero um privilégio a oportunidade de fazer parte de um sistema que coopera para que famílias consigam viver no campo”* (Coprodutora 2, 2016).

Conclusões

O argumento neste estudo parte da compreensão de que o modelo convencional de lidar com os sistemas alimentares, que é hegemônico no capitalismo, realiza um movimento de mercantilização da agricultura que prejudica a coesão na sociedade. Essa mercantilização leva a uma perda de controle dos indivíduos sobre a sua reprodução material e social, quer estejam na condição de produtores rurais, quer estejam na condição de consumidores. Há uma dependência cada vez maior do capital financeiro e industrial para a realização das atividades agrícolas. A livre circulação de mercadorias estimula uma competição desleal que, ao contrário do que se propõe, reduz os valores pagos aos produtores ao mesmo tempo que eleva o preço pago pelos coprodutores, especialmente em decorrência da inserção de intermediários na cadeia de distribuição. O uso de sementes modificadas,

agroquímicos, adubos e fertilizantes industriais, dentre outras técnicas provenientes da Revolução Verde, diminui a qualidade nutricional dos alimentos, traz prejuízos à saúde humana, degrada o meio ambiente, impacta nos custos de produção e reduz a autonomia dos produtores e coprodutores. Em decorrência dessa mercantilização a sociedade enfrenta, no mínimo, um incremento de pobreza, insegurança alimentar, êxodo rural, danos à saúde e ao meio ambiente e uma perda do senso de comunidade e de solidariedade.

Destarte, a lente teórica de Karl Polanyi constitui a linha central da argumentação como possíveis alternativas para a sociedade lidar com estes problemas, pois fornece as ferramentas analíticas para compreender o conceito e as formas de expressão do movimento de mercantilização, de que forma ele impacta na coesão social e o porquê da advertência em relação à autorregulação e aos livres mercados. Mediante a análise da efemeridade da economia capitalista, é possível apontar algo além da crítica.

O conceito de contramovimento (Polanyi 2012a) como resistência e meio necessário para resgatar a autonomia relativa dos indivíduos soma-se à constatação da pluralidade e coexistência dos princípios de regulação econômica para oferecer possibilidades nas quais a relação com o alimento não é mercantilizada. As relações econômicas têm estruturas que vão além do mercado e são essas interações e vínculos sociais que motivam, justificam e demonstram a importância de pesquisar a agricultura sustentada pela comunidade.

Analisando o que justifica a associação da CSA a um contramovimento, ela pode ser pensada como uma proto-instituição que, apesar de não subverter o mercado, pode potencialmente abrir espaço para a emergência de mediações entre produção e consumo orquestradas por padrões de troca não mercantis, especialmente a reciprocidade. Em decorrência disso, ofertantes, demandantes e as pessoas envolvidas neste processo passam a operar com um pouco mais de independência *vis-à-vis* o domínio do grande capital e das corporações.

Um ponto importante dialoga com os achados de Abdalla (2014), que identificou atores que exercem papéis de proteção social de forma análoga ao contra movimento polanyiano, mas com a diferença da prática ambivalente exercida pela hegemonia, uma vez que estes atores podem exercer atividades em favor do mercado e do neoliberalismo ao mesmo tempo que buscam favorecer a sociedade. Abdalla (2014) considera que no cenário analisado as ações de proteção social parecem estar servindo especialmente aos interesses da hegemonia mais do que à sociedade. Os achados neste estudo analisando a CSA Alfa mostram que de fato muitas atividades de contramovimento não se afastam do princípio de mercado. Apesar de não se afastar, estas iniciativas resgatam e fortalecem as demais formas de integração econômica indicadas por Polanyi. Ao fazer isso, permitem uma coesão social maior ao gerar vínculos mais humanos

e trazer uma maior autonomia relativa a diversos atores na sociedade. Nesta situação, operam como contramovimentos. Entretanto, o contexto analisado difere daquele contemplado por Abdalla (2014) em dois pontos: as atividades de CSA operam num contexto de baixo uso tecnológico se comparado ao campo da energia nucleoeleétrica; e a atividade da CSA nos grupos analisados tiveram início por parte de atores que se sentiam prejudicados pelos métodos hegemônicos de comercialização.

Portanto, levando em consideração as ideias do próprio Polanyi, parece possível entender que uma CSA tem traços de uma institucionalidade que potencializa uma combinação virtuosa de instituições de mercado e instituições de reciprocidade, quando é capaz de aproximar por meio de uma cadeia curta ofertantes e demandantes e, ao mesmo tempo, recuperar a vida social e cultural em torno do alimento. Um segundo aspecto relevante é o fato de que se trata de uma forma de organização centrada na vida social moderna, racional, diferenciada, aberta e dinâmica, que por isso mesmo pode ser disseminada como um padrão institucional de relação de produção e consumo de alimentos.

A favor desta hipótese, Fleck (2014) oferece sugestões sobre a forma institucional das alternativas à mercantilização na vida social moderna:

Os movimentos não são apenas ambivalentes, eles são sobretudo conflitantes. Por mais que a mercantilização tenha um efeito benéfico, como já fora notado por Marx e Simmel, na medida em que desintegra as formas de relação preexistentes e, por conseguinte, também as hierarquias opressivas presentes nelas, é preciso perceber que a mercantilização da sociedade já atingiu um tal nível que não resta muito a desintegrar senão as próprias hierarquias opressivas que a própria mercantilização instituiu no lugar das antigas. Pode-se dizer, assim, que a missão civilizatória do capitalismo já foi concluída. A questão [hoje] é apenas como conciliar demandas protetivas com emancipatórias, instaurando um contramovimento que possa ser eficaz contra a destruição atualmente em curso, e não demandas que sejam mediadas também pelo aumento da mercantilização. (p. 314)

Dito isto, este estudo verificou que uma CSA é uma proposta que não se afasta do sistema capitalista, todavia coloca-se simultaneamente como uma crítica ao mercado convencional de alimentos e como uma alternativa de comercialização mais justa. Há evidências de que a CSA Alfa manifesta o contramovimento à mercantilização da agricultura e dos sistemas alimentares. A análise corroborou a suposição de que os grupos humanos não são passivos aos efeitos da mercantilização. As formas de regulação que configuram a CSA Alfa operam padrões de troca mistos: mercantil e recíproco, com predomínio deste último. As trocas emergem numa relação humana que privilegia o ato em vez do objeto e do interesse privado, indo ao encontro

das proposições de Polanyi (2012a) e Sabourin (2011). As relações de reciprocidade resultam em solidariedade, tolerância, fidelidade e comprometimento mútuos e, principalmente, na ampliação da autonomia relativa dos indivíduos e no estabelecimento de um *ethos* comunitário em torno do alimento. Dessa forma, a experiência observada pode indicar um contramovimento quando favorece a autonomia relativa e eleva a coesão social do grupo humano. Trata-se de uma economia que não prescinde de produtores e coprodutores, mas que recupera o controle social sobre as transações entre os participantes, protegendo-se, em alguma medida, das oscilações de preços e instabilidades relacionadas ao padrão de mercado autorregulado.

Convém resgatar também uma passagem de Cangiani (2012) a respeito do modo com que Polanyi insiste na irreversibilidade da “ruptura radical representada pela moderna sociedade de mercado”. Isto significa que não há retorno a uma economia enraizada, mas sim a instituição de uma forma moderna de controle pela sociedade, “com base na vida social moderna, racional, diferenciada, aberta e dinâmica, e, primordialmente, por meio de instituições políticas que permitam a liberdade dos indivíduos, na medida em que sejam democraticamente instituídas” (p. 31).

Os resultados sinalizam que a CSA Alfa, permeada pela lógica da reciprocidade, pode constituir um motor de produção eficiente e eficaz, mesmo quando comparado àquele orientado unicamente pela acumulação. Na pesquisa, foram identificados três fatores específicos de eficácia: (1) a forma de produzir o alimento em oposição à agricultura convencional; (2) o encurtamento da cadeia produtiva; e (3) as atividades coletivas mobilizadas pelo grupo para além dos momentos de troca. Os resultados para o sistema transcendem as vantagens puramente econômicos. A CSA Alfa parece colocar em prática os ideais de Karl Polanyi, de uma economia centrada na subsistência humana que respeita a dependência do humano em relação à natureza e seus semelhantes.

Entretanto, a proposta da CSA Alfa parece ir um pouco adiante do que a literatura aponta como uma nova perspectiva ou contramovimento nos sistemas alimentares. A iniciativa sai da esfera do agricultor (Escher, 2011; Ploeg, 2008; Schneider, 2004; Schneider & Escher, 2011) para alcançar os coprodutores que, nesse grupo, estabelecem novas relações de troca e novas formas de divisão do trabalho em uma direção oposta àquela das grandes cadeias produtivas, do comércio mundial e da dependência do mercado de insumos. É por isso que a CSA Alfa propicia maior autonomia relativa não somente aos agricultores, que inegavelmente despontam como os principais beneficiários, mas à cadeia inteira, que está atrelada a esse processo de produção e distribuição. A CSA Alfa apareceu nesta pesquisa como uma resposta à insatisfação com o modelo agroalimentar hegemônico. A insatisfação dos coprodutores vai além das variáveis econômicas e técnicas de produção, sai da esfera mercantil quando a motivação para o engajamento no grupo envolve valores tais como segurança alimentar, justiça social, preservação ambiental, interação entre pessoas

e construção de um senso de comunidade. A amplitude dessa resposta atinge os agricultores, que sofrendo os efeitos da mercantilização aceitam ingressar em uma proposta desconhecida e sem precedentes de sucesso naquele Estado.

Os resultados e conclusões ganham relevância na medida em que contribuem com novas informações e possibilidades de atuação na reversão do êxodo rural, na diminuição da pobreza, na redução de gastos públicos em saúde com uma alimentação mais saudável, assim como na promoção de iniciativas de desenvolvimento local e preservação do meio ambiente.

A limitação inicial desta pesquisa está relacionada ao estranhamento ao mundo rural, pois ao mesmo tempo que isso determinou a escolha do método, também aparece como uma importante limitação à realização do estudo. Em razão disso é que os resultados permanecem mais no descritivo da identificação dos mecanismos de reciprocidade e coesão do que em uma possível análise de visão de mundo, que poderia levar a uma compreensão mais profunda das motivações. A importância de ter desenvolvido com detalhe talvez demasiado as categorias de análise deve-se a essa limitação de penetrar o mundo social da agricultura camponesa.

Outra limitação deste estudo refere-se à abrangência e generalização dos resultados da pesquisa, inerente às decisões metodológicas. O estudo de caso em um grupo de CSA não permite inferências para o universo de atividades similares. Por isso mesmo, novas questões para estudos futuros, além de avaliar outros casos de CSA, sugerem enfoques diferentes e outros níveis de análise, tais como a realização de estudos longitudinais com grupos de CSA, avaliação de impactos nos padrões de produção e consumo nas regiões em que os grupos operam, ou ainda buscar capturar as características peculiares e as interações entre o rural e o urbano nessas iniciativas que transitam nesses dois universos.

Talvez um desafio que a CSA Alfa enfrente no futuro seja dimensionar de forma criativa seu crescimento, pois a ampliação, ao mesmo tempo que permite maior estabilidade das finanças do grupo, pode trazer consigo uma perda dos vínculos afetivos que impactam diretamente o grau de autonomia e coesão. Novas pesquisas poderiam sanar esta limitação prática ao investigar como expandir essas iniciativas mantendo a coesão.

Referências

- Abdalla, M. M. (2014). *Repensando o duplo movimento polanyiano a partir do desenvolvimento de estratégias sociais: Um olhar sobre o setor de energia nucleoeletrica à luz da opção decolonial* (Tese de doutorado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.

- Abramovay, R. (2007). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (3a ed.). São Paulo, SP: Edusp.
- Andreatta, S., Rhyne, M., & Dery, N. (2008). Lessons learned from advocating CSAs for low-income and food insecure households. *Southern Rural Sociology*, 23(1), 116-148. Recuperado de <http://bit.ly/2PWJoKb>
- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre, RS: Bookman.
- Betti, P., Feniman, E., Schneider, T., & Nierdele, P. (2013). O consumo politizado como resposta à crise socioambiental: As justificativas sociais da compra de produtos orgânicos em feiras-livres de Curitiba. In P. A. Nierdele, L. Almeida, & F. M. Vezzani (Orgs.), *Agroecologia: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura* (pp. 267-296). Curitiba, PR: Kairós.
- Bienefeld, M. (2007). Suppressing the double movement to secure the dictatorship of finance. In A. Bugra, & K. Agartan (Eds.), *Reading Karl Polanyi for the twenty-first century* (pp. 13-31). New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Bîrhală, B., & Möllers, J. (2014). *Community supported agriculture in Romania: Is it driven by economy or solidarity?* (Discussion Papers n. 144). Halle (Saale): Leibniz Institute of Agricultural Development in Transition Economies.
- Brown, C., & Miller, S. (2008). The impacts of local markets: A review of research on farmers markets and community supported agriculture (CSA). *American Journal of Agricultural Economics*, 90(5), 1298-1302. doi:10.1111/j.1467-8276.2008.01220.x
- Cangiani, M. (2012). A teoria institucional de Karl Polanyi: A sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. In K. Polanyi (Org.), *A subsistência do homem e outros ensaios correlatos* (pp. 11-46). Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.
- CSA BRASIL | Comunidade que sustenta a agricultura (2018). Recuperado de <http://csabrasil.org>
- Dale, G. (2013). *Polanyi: The limits of the Market*. Cambridge: Polity Books.
- Darolt, M. R., Lamine, C., & Brandenburg, A. (2013). A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: Ensinaamentos do caso brasileiro e francês. *Revista Agriculturas*, 10(2), 8-13. Recuperado de <http://bit.ly/2PUmumX>
- Eckert, D. (2016). *A mercantilização em contramovimento: Relações de reciprocidade e coesão social na agricultura sustentada pela comunidade em Minas Gerais* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

- Escher, F. (2011). *Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da Agricultura Familiar: Atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Farnsworth, R. L., Thompson, S. R., Drury, K. A., & Warner, R. E. (1996). Community supported agriculture: Filling a niche market. *Journal of Food Distribution Research*, 27(1), 90-98. Recuperado de <http://bit.ly/3cMN4s6>
- Fleck, A. (2014). Revisitar Polanyi? Notas sobre uma tentativa de atualização crítica. *Princípios*, 21(36), 295-316. Recuperado de <http://bit.ly/2VW6sNd>
- França Filho, G. C. (2004). A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos EBAPE.BR*, 2(1). doi:10.1590/S1679-39512004000100004
- França Filho, G. C. (2007). Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas*, 7(1), 155-174.
- Fraser, N. (2014). Can society be commodities all the way down? Post-Polanyian reflections on capitalist crisis. *Economy and Society*, 43(4), 541-558. doi: 10.1080/03085147.2014.898822
- Fraser, N. (2017). A triple movement? Parsing the politics of crisis after Polanyi. In M. Burchardt, & G. Kirn (Eds.), *Beyond neoliberalism* (pp. 29-42). London: Palgrave Macmillan.
- Gazolla, M. (2004). *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Groh, T., & McFadden, S. (1997). *Farms of tomorrow revisited: Community supported farms – farm supported communities*. Kimberton: Biodynamic Farming and Gardening Association.
- Henderson, E., & Van En, R. (2007). *Sharing the harvest: A citizen's guide to Community Supported Agriculture*. White River Junction: Chelsea Green Publishing.
- Hendrickson, J. A. (2005). *Grower to grower: Creating a livelihood on a fresh market vegetable farm*. Madison: Center for Integrated Agricultural Systems, College of Agricultural and Life Sciences, University of Wisconsin-Madison. Recuperado de <http://bit.ly/2VZsJth>
- Lass, D., Stevenson, G. W., Hendrickson, J., & Ruhf, K. (2003). *CSA Across the Nation: Findings from the 1999 CSA survey*. Madison: Center for Integrated

- Agricultural Systems, College of Agricultural and Life Sciences, University of Wisconsin-Madison.
- Laville, J. L. (2001). Economia solidária, a perspectiva europeia. *Sociedade e Estado*, 16(1-2), 57-99. doi:10.1590/S0102-69922001000100004
- Malinowski, B. (1978). *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo, SP: Abril Cultural.
- Matzembacher, D. E., & Meira, F. B. (2019). Sustainability as business strategy in community supported agriculture: Social, environmental and economic benefits for producers and consumers. *British Food Journal*, 121(2), 616-632. doi:10.1108/BFJ-03-2018-0207
- Mauss, M. (2012). *Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo, SP: CosacNaify.
- McFadden, S. (2004). *Community farms in the 21st century: Poised for another wave of growth* (The history of community supported agriculture, part I). Recuperado de <http://bit.ly/2IJDGYt>
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative data analysis: An expanded sourcebook*. Thousand Oaks: Sage.
- Munck, R. (2006). Globalization and Contestation: A Polanyian problematic. *Globalizations*, 3(2), 175-186.
- Oberholtzer, L. (2004). *Community supported agriculture in the Mid-Atlantic Region: Results of a shareholder survey and farmer interviews: Small Farm Success Project*. Stevensville: Small Farm Success Project. Recuperado de <http://bit.ly/2wLT4R1>
- Ostrom, M. R. (2007). Community supported agriculture as an agent of change. In C. Hinrichs, & T. Lyson (Eds.), *Remaking the North American food system: Strategies for sustainability* (pp. 99-120). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Petersen, P. (2013). Editorial. Construção social dos mercados. *Agriculturas*, 10(2).
- Piketty, T. (2014). *Capital in the twenty-first century*. Cambridge: Harvard University Press.
- Ploeg, J. D. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Ploeg, J. D. (2010). The food crisis, industrialized farming and the imperial regime. *Journal of Agrarian Change*, 10(1), 98-106. doi:10.1111/j.1471-0366.2009.00251.x

- Polanyi, K. (1977). The two meanings of economic. In K. Polanyi, *The livelihood of man* (pp. 19-34). New York, NY: Academic Press.
- Polanyi, K. (2012a). *A grande transformação: As origens da nossa época* (2a. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Polanyi, K. (2012b). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2012). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Sabourin, E. P. (2009). *Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Sabourin, E. P. (2011). *Sociedades e organizações camponesas: Uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Sabourin, E. P. (2014). Acesso aos mercados para a agricultura familiar: Uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. *Revista Econômica do Nordeste*, 45(supl. esp.), 18-30. Recuperado de <http://bit.ly/3cOvgNh>
- Sacco dos Anjos, F., Caldas, N. V., & Hirai, W. G. (2010). Mudanças nas práticas de autoconsumo dos produtores familiares: Estudo de caso no sul do Brasil. *Agroalimentaria*, 16(30), 115-125. Recuperado de <http://bit.ly/2VVhjXw>
- Sage, C. (2014). The transition movement and food sovereignty: From local resilience to global engagement in food system transformation. *Journal of Consumer Culture*, 14(2), 254-275.
- Sanneh, N., Moffitt, L. J., & Lass, D. A. (2001). Stochastic efficiency analysis of Community-Supported Agriculture core management options. *Journal of Agricultural and Resource Economics*, 26(2), 417-430.
- Schneider, S. (2004). *Agricultura familiar e industrialização: Pluratividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul* (2a ed). Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Schneider, S., & Escher, F. (2011). A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*, 13(27), 180-219. doi:10.1590/S1517-45222011000200008
- Servet, J. (2009) Toward an alternative economy: Reconsidering the market, money and value. In C. Hann, & K. Hart (Eds.), *Market and society: The great transformation today* (pp. 72-90). Cambridge: Cambridge University Press.

Teixeira, C. T. M., & Pires, M. L. L. S. (2017). Análise da relação entre produção agroecológica, resiliência e reprodução social da agricultura familiar no sertão do Araripe. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(1), 47-64. doi:10.1590/1234-56781806-94790550103

Agradecimentos

Agradecemos aos agricultores e consumidores das iniciativas de CSA entrevistados pela disponibilidade em participar do estudo e por oferecer o seu valioso tempo em prol da pesquisa acadêmica.

Sobre os Autores

Daniele Eckert Matzembacher

Mestre em administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS, realizou doutorado sanduíche na Universidade de Guelph (Canadá) e na Universidade de Tartu (Estônia) e é pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Sustentabilidade e Inovação (UFRGS) e do Grupo de Pesquisa da Produção ao Consumo (UFRGS). E-mail: daniele.eckert@gmail.com. ORCID: 0000-0002-5781-1555

Fabio Bittencourt Meira

Doutor em administração pela Faculdade Getúlio Vargas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisador fundador do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (UFRGS) e pesquisador do Centro de Estudos de Governo da UFRGS e do Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; pesquisa os seguintes temas: formas alternativas de organização e gestão, economia solidária, ética e responsabilidade social das organizações, ideologia gerencial. Membro da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais. E-mail: fabio.meira@ufrgs.br. ORCID: 0000-0002-4703-2398



Participação cidadã: o gap da governança digital nas autarquias e fundações da educação no Brasil

Citizen participation: digital governance's gap in Brazilian public authorities and educational foundations

Danusa Fernandes Rufino Gomes^a

Marina Figueiredo Moreira^a

Eval Pereira da Silva Filho^a

Recebido: 21/05/2017

Aprovado: 14/05/2019

^a Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

Resumo

O estudo visa preencher a lacuna de pesquisa apontada por Cunha e Miranda (2013) ao explorar a implicação social da aderência a boas práticas de governança digital em autarquias e fundações do setor de educação. Assim, o estudo mensura e descreve o nível de governança digital (GD) em 108 órgãos de atuação nacional usando estrutura fatorial previamente validada. Ao mensurar o nível de GD dos órgãos, geram-se escores organizacionais posicionados em um ranking e, por meio de escalonamento estatístico unidimensional, agrupam-se as organizações em quatro níveis, com base em seu desempenho de GD. Sua distribuição é descrita em níveis A, B, C e D, no território nacional. A região Sudeste concentra mais organizações, mas o Centro-Oeste concentra, proporcionalmente, mais organizações de nível A (maior escore de GD). Resultados revelam que o maior gap para atingir a governança digital no Brasil está na adoção de mecanismos de participação social nos websites, a exemplo de meios de feedback e de consulta popular. Evidencia-se que esta é uma lacuna de natureza político-gerencial, associada à implementação da e-democracia.

Palavras-chave: Governança Digital; Índice de Governança; Participação Cidadã; Tecnologias de Informação e Comunicação em Serviços Públicos.

Abstract

This study helps to fulfil a research gap pointed out by Cunha and Miranda (2013) when exploring the social consequences created by the adoption of Digital Governance best practices within Brazilian public authorities and educational foundations.

Therefore, the study both measures and describes the level of Digital Governance (DG) in 108 entities that act throughout the country, using a factorial structure that was previously validated. By measuring the entities' DG levels, we have generated a group of organizational scores listed in a ranking and, using this unidimensional statistic scaling, we arranged the entities based on their DG performance levels. We describe a four-level distribution (A, B, C and D) throughout the Brazilian territory. The Brazilian South-Eastern region concentrates the highest number of entities. However, the Central region has the highest proportion of level "A" entities (with the highest DG levels). The results point out that the largest gap on achieving Digital Governance in Brazil lies in the adoption of mechanisms for social participation on the websites, such as feedback and popular consultations tools. Evidence shows that this is a political-managerial gap, associated with the implementation of e-democracy.

Keywords: Digital Governance; Governance Index; Citizen Participation; Information and Communication Technologies in Public Services.

Introdução

Desde a década de 1980, a literatura no campo da administração pública tem recorrido à adoção de boas práticas de governança (United Nations, 2007) como estratégia para promover a melhoria dos serviços públicos, a macrometa estipulada pelas reformas gerenciais associadas ao *new public management* (Ruediger, 2002; Ruhanen, Scott, Ritchie, & Tkaczynski, 2010) e, no Brasil, à nova administração pública (NAP). Desde então, a literatura nacional tem se voltado ao estudo de múltiplas manifestações da governança, como sua expressão sob a forma de *accountability* e transparência (Filgueiras, 2018; Mota, Diniz, & Santos, 2017), as implicações de seus efeitos em rede (Bitante, Donaire, Prearo, & Gaspar, 2018; Farina, Bitante, Britto, & Pinheiro, 2017; Pinheiro, Pinho, & Bruni, 2018; Sauerbronn, 2017; Wegner, Durayski, & Verschoore Filho, 2017) e sua relação com as tecnologias de informação e comunicação (TICs), sob a forma de governança de TI (Heindrickson & Santos Júnior, 2014; Pereira, Macadar, & Daniel, 2013; Santos & Santos Júnior, 2017), com destaque para a interface entre governo eletrônico e governança (Braga & Gomes, 2018). Em 2013, Cunha e Miranda (2013) propuseram uma agenda de pesquisa para o uso das TICs pelos governos, lançando o desafio de pesquisar seus "subtemas", como "e-administração pública, e-serviços públicos e e-democracia" em sua relação com a sociedade. Este estudo visa contribuir para a lacuna de pesquisa apontada pelos autores ao explorar como organizações públicas têm incorporado TICs à sua prestação de serviços eletrônicos, aqui entendidos como representativos de boas práticas de governança digital.

A governança digital se refere ao uso do meio digital para a execução de funções de governo e participação da sociedade, buscando o bem comum e o fortalecimento da democracia digital. É um “processo que visa à manifestação política e à participação da sociedade civil, junto ao governo, por meios eletrônicos, na formulação, acompanhamento da implementação e avaliação das políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento da cidadania e da democracia” (Guimarães & Medeiros, 2005, p. 1). Assim, no contexto da discussão sobre como promover boas práticas de governança frente às mudanças sociais pós-redemocratização, os governos têm mudado sua gestão com o propósito de se aproximar mais da sociedade, o que tem significado utilizar as boas práticas da governança digital para promover a participação cidadã nas decisões do governo. Mas, com efeito, nossas estratégias de governança digital têm promovido a participação cidadã? Para investigar essa problemática, este estudo desenvolve uma análise de casos múltiplos para mapear o nível de governança digital em uma amostra de websites do governo federal.

Com o avanço das TICs, o uso dos websites pelos órgãos da administração pública brasileira vem aumentando, e os portais se tornaram, em alguns casos, as principais ferramentas de interação entre governo e sociedade, especialmente para órgãos e autarquias geograficamente distantes do cidadão-usuário. Assim, entende-se que analisar a governança promovida por esses portais (aqui entendida como governança digital) representa uma *proxy* para a análise da própria governança do Estado brasileiro. Neste estudo, para mensurar o nível de governança digital em websites do Estado, elege-se um recorte que agrega as autarquias e fundações autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), que representa um conjunto de órgãos de atuação nacional. Elege-se, portanto, a seguinte pergunta de pesquisa: **qual o nível de governança digital nos websites das autarquias e fundações autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação?**

Para responder a esse questionamento, a presente pesquisa mapeou o estado da arte sobre medidas associadas à governança digital. Estudos prévios (Mello & Slomski, 2010) reconhecem que o construto da governança digital é representado por cinco fatores: conteúdo, serviço, participação cidadã, privacidade e segurança, e usabilidade e acessibilidade. Assim, esta pesquisa parte da estrutura teórico-metodológica conhecida e a adapta, aplicando-a à população de autarquias e fundações autárquicas que fazem parte do recorte estabelecido. Assim, testou-se o nível de governança digital de 108 websites para descrever, de forma generalizada, o nível de atendimento dessas organizações às boas práticas da governança digital, fator por fator. A partir dos resultados, propõe-se o escalonamento das organizações em quatro grupos, conforme nível de atendimento às boas práticas da governança digital.

Entende-se que o presente estudo apresenta duas contribuições centrais: (1) uma contribuição de natureza metodológica, já que adapta uma escala previamente

desenvolvida e a aplica em uma nova perspectiva setorial; e (2) uma potencial contribuição de natureza gerencial aos agentes públicos, que poderão mensurar diretamente o nível de atendimento de suas organizações às boas práticas de governança digital e interpretá-lo sob uma perspectiva comparada, junto aos quatro grupos que compõem o escalonamento desenvolvido neste estudo.

Governança digital

A Política de Governança Digital (Decreto nº 8.638/2016), explicada e desenvolvida pela Estratégia de Governança Digital (EGD) (Brasil, 2016), que tem validade até 2019, aplica-se aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, promovendo o uso de tecnologia na prestação de serviços públicos digitais, o acesso a informações e a ampliação da participação social na construção de políticas públicas. Assim, as TICs têm mudado a forma de comunicação da gestão pública, com adoção do governo eletrônico (“e-gov”, representado pelos websites) para prestar serviços de modo a atender, mais rápida e eficientemente, às demandas da sociedade. Em termos constitutivos, entende-se que a governança digital representa o estágio evolutivo da disponibilização de serviços públicos em meio digital (o chamado “governo eletrônico”). Assim, a própria EGD brasileira promove a governança digital, estabelecendo como metas a expansão do acesso a informações, a melhoria de serviços públicos e o aumento da participação social (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2018). Assim, demarca-se que a participação social se configura como elemento definidor para a caracterização da governança digital.

Embora aborde a importância de prover formas de mensurar a governança digital, o documento da EGD não apresenta um indicador que permita à própria organização mensurar seu nível de atendimento às boas práticas da governança digital. Evidencia-se, assim, a lacuna a que se dedica a presente pesquisa. Assim, para o propósito deste estudo, recorreu-se à literatura sobre o tema para identificar uma estrutura teórica prévia que permitisse mensurar o nível de governança digital sob uma perspectiva organizacional.

O construto da governança digital surge no contexto das facilidades das TICs aplicadas às funções de governo, construindo uma nova relação entre governo e sociedade. Esta nova relação, por sua vez, é entendida como governança digital (Mello, 2009). Trata-se de um novo modelo de gestão em direção ao qual se orienta a administração pública brasileira, que se aproxima mais do modelo gerencial com características do modelo societal de administração pública.

A governança digital tem sido explorada, em suas dimensões teóricas, sob duas macrovisões. Há autores, como Freitas e Luft (2014), Silva, Celso e Coelho (2012),

Alves e Dufloth (2008) e Calista e Melitski (2007), que discutem a mensuração da governança eletrônica ou a aplicação de índices de governança eletrônica ou suas adaptações, enquanto Cunha, Coelho e Pozzebon (2014), Zambrano (2008), Albert (2009), Luna, Costa, Moura, Novaes e Nascimento (2010), Belwal e Al-Zoubi (2008), e Ștefan (2007) e Saxena (2005) focam na identificação de dificuldades e facilidades na implementação da governança eletrônica.

Segundo Mello e Slomski (2010),

a governança eletrônica é a utilização pelo setor público de tecnologias de informação e comunicação inovadoras, como a internet, para ofertar aos cidadãos serviços de qualidade, informação confiável e mais conhecimento, de modo a facilitar o acesso aos processos de governo e encorajar a participação do cidadão. (p. 379)

Assim, pode-se assumir que o governo eletrônico é uma ferramenta indissociável da própria concepção de governança digital, razão pela qual se elegem os websites dos casos como unidades de pesquisa para mensurar a governança digital.

No Brasil, ainda são escassas as pesquisas que de fato mensuram a governança digital em organizações. Entre os treze artigos resultantes de busca na base Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), cinco trabalhos apresentam, objetivamente, medidas para governança digital, dentre os quais se destacam o de Souza, Araújo, Araújo e Silva (2014), que analisa práticas de governança eletrônica; o de Beuren, Moura e Kloeppel (2013), que utiliza o modelo de Mello (2009); e o de Freitas e Luft (2014), que se baseia no modelo aprimorado proposto por Mello e Slomski (2010) a partir do trabalho anterior do primeiro autor (Mello, 2009). Assim, entende-se que a literatura brasileira tem adotado como marco teórico preponderante para medidas de governança digital o modelo de Mello e Slomski, tendência seguida no presente estudo.

O modelo de Mello e Slomski (2010) considera a governança eletrônica como um construto estruturado em duas dimensões: governo eletrônico e democracia eletrônica. “Governo eletrônico” se refere à administração eletrônica e aos serviços eletrônicos, enquanto a “democracia eletrônica” está relacionada à participação cidadã. Essas duas dimensões são representadas por cinco fatores de práticas de governança digital: conteúdo, serviços, privacidade e segurança, usabilidade e acessibilidade, e participação cidadã. As duas primeiras estão relacionadas apenas à dimensão do governo digital, e a última apenas à dimensão da democracia digital. Já privacidade e segurança e usabilidade e acessibilidade estão relacionadas a ambas as dimensões. As relações entre o construto e seus fatores estão representadas na Figura 1.

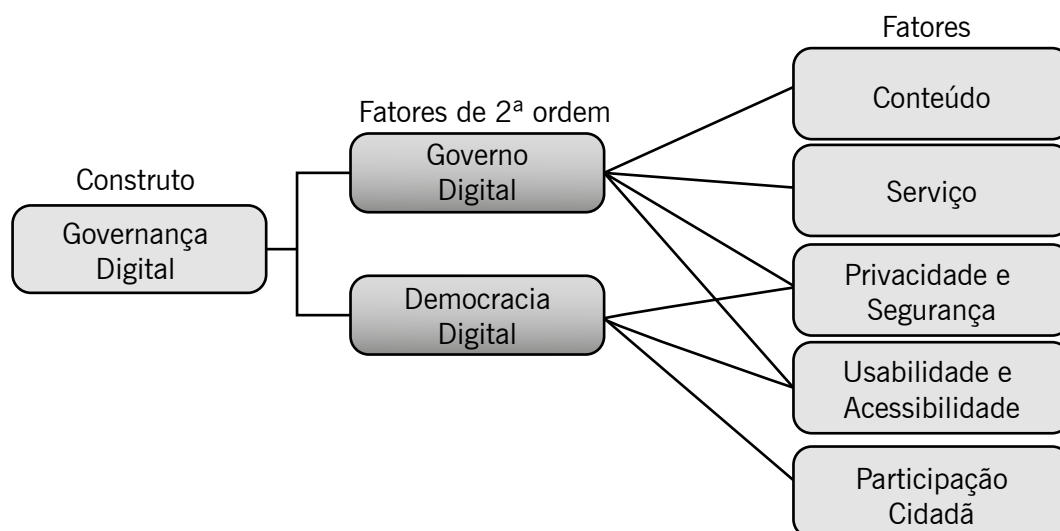


Figura 1 – Modelo explicativo da governança digital

Fonte: Mello e Slomski (2010, p. 385).

As relações da Figura 1 foram estudadas anteriormente por Holzer e Kim (2006) e adaptadas por Mello (2009) e, posteriormente, por Mello e Slomski (2010). Seguindo a mesma linha, a EGD também corrobora as mesmas relações entre o construto e seus fatores. Nesta pesquisa, preservou-se a estrutura teórica do modelo com os cinco fatores e, assim, as práticas representativas de cada fator associadas à governança digital foram transpostas para a realidade da medida de governança digital em autarquias e fundações autárquicas do Poder Executivo federal vinculadas ao MEC.

O fator “conteúdo” apresenta práticas relacionadas à disponibilização de temas, produções institucionais e informações públicas, sobretudo aquelas ligadas à transparência. O fator “serviços” refere-se à disponibilização de contatos institucionais, inclusive com o gestor do site, analisando, assim, o canal de comunicação para a execução de serviços institucionais. Este fator também se relaciona a práticas que envolvem o registro do cidadão para serviços on-line, como esclarecimento dos serviços prestados pela instituição. O fator “participação cidadã” examina o quanto a instituição oferece de oportunidade para a participação da sociedade nas decisões do governo, logo seus itens se relacionam com mecanismos que envolvem o cidadão, a exemplo de consultas públicas e divulgação de informações ou chamados à sociedade. Este fator também abrange práticas relacionadas à avaliação retroativa dos serviços pela sociedade e à inserção das instituições em redes sociais. O fator “privacidade e segurança” examina políticas de privacidade de dados e segurança da informação que o usuário deposita no site. Por fim, o fator “acessibilidade e usabilidade” se refere a ferramentas disponíveis para melhor uso do site por qualquer pessoa, mesmo com necessidades especiais, bem como à navegação facilitada, observando formulários, símbolos, siglas, figuras, padrões de texto e cores, entre outros aspectos.

Governo digital

O governo digital é entendido pela EGD como o uso de tecnologias por meio digital “como parte integrada das estratégias de modernização governamentais para gerar benefícios para a sociedade” (Brasil, 2016, p. 7). Esta é uma definição que apresenta o olhar do Estado sobre a temática, representando um compromisso assumido com a sociedade quanto à comunicação entre as partes. Assim, a estratégia visa modernizar o governo e alcançar metas de excelência na prestação de serviços públicos, abarcadas pela nova administração pública (NAP) (Paula, 2005).

Entende-se que o governo digital consiste na oferta de serviços aos cidadãos de maneira a maximizar os resultados por meio de atividades apoiadas nas TICs (principalmente a internet) como estratégia para aumentar a participação cidadã e dar transparência às ações governamentais. O governo digital, no contexto do setor público, abrange as atividades de e-administração e e-serviços.

E-administração representa o uso de TICs nas atividades administrativas internas à organização, a exemplo da criação e utilização de sistemas eletrônicos de gerenciamento de dados, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e de sistemas internos de pagamentos de consultores e passagens, entre outras atividades administrativas. E-serviços, por sua vez, consiste na oferta de serviços públicos por uma organização por meio das TICs, a exemplo de inscrições on-line e emissão de boletos, entre outros serviços digitais.

No Brasil, o governo digital é comumente estudado sob a ótica da oferta de serviços governamentais em meio eletrônico. Na última década, alguns estudos mapearam a oferta de serviços por meio de governo digital, frequentemente por meio de análises dos portais eletrônicos de órgãos, estados ou municípios. Há uma década, Pinho (2008) já alertava para o fato de que, mesmo entre os portais eletrônicos dos estados “mais desenvolvidos do país e do Distrito Federal”, os resultados não eram animadores (p. 471). Os portais apresentavam “incorporação tecnológica relevante”, mas faltava “predisposição verdadeira para implantação de procedimentos de *accountability* e participação” (Pinho, 2008, p. 492), contribuindo para que o Brasil estivesse, ainda, “muito longe de construir uma cultura de *accountability*” (Pinho & Sacramento, 2009, p. 1365). Alguns anos depois, novo estudo direcionado a portais eletrônicos do Poder Legislativo municipal apontava que havia tecnologia disponível, mas persistia o déficit de “operação democrática, expressa pela participação” (Raupp & Pinho, 2012, p. 169). Em estudo posterior de portais eletrônicos de câmaras municipais em 2013, o déficit de contribuição para a geração de *accountability* persistia: “os portais analisados configuram muito mais a existência de murais eletrônicos do que espaços de construção de *accountability*” (Raupp & Pinho, 2013, p. 770).

A discussão sobre a efetividade do governo digital como ferramenta de promoção da governança digital revisita um desafio conhecido. Enquanto a governança se refere a um exercício de poder difuso, multinível e em rede, o governo digital se manifesta no uso de tecnologias aplicadas à oferta de serviços públicos. Assim, ao ofertar serviços públicos eletrônicos (ainda que sob a forma simplificada de “murais eletrônicos”) (Raupp & Pinho, 2013), tem-se uma ação típica de governo eletrônico. O real desafio consiste na gestão das TIC, que se apresentam como “ferramentas constitutivas” que formalizam cursos de ação planejada, mas também geram novos espaços de ação (Coleman, 2008), prevendo interação entre atores. Assim, o desafio contemporâneo para o governo eletrônico não é mais a oferta de serviços, mas a gestão dos espaços interativos que emergem a partir da participação cidadã, um caminho para atingir a *accountability*.

Democracia digital

Onde há comunicação por meio eletrônico entre governo e sociedade, há democracia eletrônica (Mello & Slomski, 2010). Assim, exemplos de comunicação eletrônica entre governo e sociedade são fóruns, consultas públicas, reuniões com a sociedade, voto, referendos, Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e portal eletrônico. Neles, a sociedade deve agir proativamente para que se caracterize a democracia digital. Emerge, assim, a discussão sobre o quanto a participação social por meio eletrônico, que não possui acesso disseminado de forma igualitária, representa verdadeiramente uma democracia.

A democracia eletrônica diz respeito, portanto, à utilização de meio eletrônico, ou seja, ao uso das TICs com vistas a permitir que o governo comunique à sociedade assuntos importantes, possibilitando que ela participe das decisões de forma democrática. Isto caracteriza um governo voltado para *accountability*, a transparência e a efetividade.

As TICs têm sido reconhecidas como fontes de participação democrática tanto por parte da sociedade como do setor privado. Por meio dos instrumentos das TICs, o acesso ao setor público se ampliou, criando espaços de discussão entre vários atores para definição de políticas públicas. Entretanto, muitos pesquisadores creem que este canal pode não ser verdadeiramente democrático e participativo, tendo em vista a possibilidade de o governo limitar a participação social. Conforme Rothberg (2008), “é possível que a legitimidade da participação seja comprometida por deficiências” no processo de comunicação (p. 150). Essa participação, embora aberta, pode ser utilizada de forma restrita por grupos corporativos, a exemplo da defesa de interesses individuais de categoria, o que não representaria a vontade da maioria, mas apenas de uma parcela dos cidadãos.

Em termos teóricos, as práticas de democracia digital podem ser caracterizadas sob uma escala de “grau de participação democrática” em que o estágio inicial se caracteriza

por “ênfase na disponibilidade de informação e na prestação de serviços públicos”; seguido por “emprego das TICs para colher a opinião pública e utilizar esta informação para a tomada de decisão política”; pela promoção de “princípios da transparência e da prestação de contas (accountability)”; pela “criação de processos e mecanismos de discussão, visando o convencimento mútuo para se chegar a uma decisão política tomada pelo próprio público”; e, por fim, um estágio em que se preveem “possibilidades interativas em massa das novas tecnologias da comunicação”, o que culminaria com a transferência da tomada de decisão “diretamente para a esfera civil” (Silva, 2005, p. 457).

Por envolver a comunicação entre governo e sociedade, os desafios contemporâneos para a democracia digital envolvem, necessariamente, a consideração de interfaces entre esses dois atores. Estudos mostram que, mesmo em portais diretamente orientados à promoção de práticas bem-sucedidas de “democratização do acesso à informação e ampliação da participação cidadã” (Freitas, Lima, & Lima, 2015, p. 639), a exemplo do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados, persistem limitações relacionadas à participação dos próprios deputados, gerando “certo sentimento de frustração dos usuários da sociedade” (Leonnell, Costa, Tonelli, Leme, & Amâncio, 2018, p. 213). Assim, mesmo iniciativas direcionadas à participação popular, como os orçamentos participativos eletrônicos (e-orçamentos), têm seu alcance limitado “ao envio de sugestões e solicitações pelos cidadãos”, não influenciando a decisão política diretamente (Sampaio, 2016, p. 937), o que reforça que a incorporação de TICs não garante necessariamente graus elevados de participação democrática.

Métodos

Os itens originais propostos na escala de Mello e Slomski (2010) foram adaptados para aplicação à realidade organizacional. A escala-piloto, composta por 76 itens, foi submetida a validação teórica por especialistas (Pasquali & Alves, 2010), cinco juízes escolhidos segundo seu perfil acadêmico e experiência em governança e gestão pública. As avaliações foram tabuladas em uma matriz e calculou-se o coeficiente de validade de conteúdo (CVC), que mede validade e concordância para cada item. Itens que atingiram valor CVC $> 0,8$ foram considerados aceitáveis, e os demais foram descartados (Hernández-Nieto, 2002). Os itens resultantes foram analisados por três especialistas, profissionais das áreas de gestão pública, comunicação, informação ou informática, para análise de clareza, pertinência e aplicação à realidade dos websites. Preservou-se a estrutura de análise original de Mello e Slomski (2010), variando de 0 a 3, sendo 0 “nenhuma prática identificada/prática não implementada/inexistente”; 1 “poucas práticas identificadas/prática com poucas informações”; 2 “algumas práticas identificadas/prática com ausência de algumas informações/implantada, mas de maneira incompleta”; e 3 “práticas totalmente identificadas/a prática está totalmente implantada”. Adotou-se, ainda,

a opção “não se aplica”. Chegou-se à versão aplicada da escala, composta por 50 itens listados na Quadro 1.

Quadro 1 – Boas práticas de governança digital

O website que estou analisando tem a prática de:		
CONTEÚDO	P1	Disponibilizar as políticas da instituição, como formas de financiamento de bolsas/ pesquisas, linhas de pesquisa, programas e ações de sua competência.
	P2	Disponibilizar normativos que regulamentam o funcionamento da instituição, como portarias, regimento interno, resoluções, procedimentos da ouvidoria etc.
	P3	Disponibilizar informações públicas sobre orçamento, como recursos financeiros, execução orçamentária, informações das licitações em andamento, editais etc.
	P4	Disponibilizar informações sobre cargos, competências e salários dos servidores.
	P5	Disponibilizar informações sobre concursos públicos, editais, gabaritos de provas etc.
	P6	Permitir a recuperação de documentos públicos, por meio de impressão, download etc.
	P7	Disponibilizar calendários de eventos da instituição, quadros de anúncios/informativos etc.
	P8	Disponibilizar arquivos de áudio e vídeo de eventos públicos, palestras, encontros etc.
	P9	Descrever a missão, visão e valores da instituição.
	P10	Disponibilizar versão em língua portuguesa dos documentos produzidos em língua estrangeira.
SERVIÇO	P11	Disponibilizar nomes, e-mails, telefones e endereços para solicitação de informações de acordo com as competências dos setores da instituição.
	P12	Esclarecer aos cidadãos, na página principal, quais são os serviços prestados.
	P13	Permitir o registro do cidadão para serviços on-line ou direcionar para sistemas que permitam esse registro.
	P14	Permitir o acesso a informações mediante senhas, como inscrições em eventos, cursos, disciplinas, avaliações, treinamentos, solicitação de matrícula etc., ou direcionar para sistemas que permitam essa ação.
	P15	Permitir o registro para geração de boletos para pagamento relacionado a participação em eventos promovidos pela instituição, ou direcionar para sistemas que permitam esse registro.
	P16	Permitir o acesso a informações relacionadas a educação, como rankings educacionais, indicadores, ofertas de cursos etc.
	P17	Identificar o responsável/gestor do site para contato ou fornecer meios para que o usuário busque ajuda para correção de erros.
	P18	Disponibilizar mecanismo de submissão, monitoramento e controle de queixas/denúncias ou direcionar para sistemas que permitam essa ação, como sistema de ouvidoria.
	P19	Disponibilizar notícias e informações sobre políticas públicas em educação.
	P20	Publicar os editais de abertura de licitações e seus respectivos resultados.
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	P21	Divulgar boletim informativo periódico que mostre oportunidades para cidadãos participarem de atividades promovidas pela instituição.
	P22	Disponibilizar um e-mail para contato com a descrição da política adotada de resposta.
	P23	Realizar pesquisas de satisfação e opinião para verificar a percepção de cidadãos quanto aos serviços prestados pela instituição.
	P24	Realizar pesquisas prévias para coleta de sugestões de cidadãos sobre decisões de impacto social a serem tomadas pela instituição.
	P25	Disponibilizar link para que cidadãos informem fatos imprevistos, utilizando o site como um mecanismo de alerta para problemas naturais ou provocados pelo homem.
	P26	Permitir a avaliação de eventos em geral, como cursos, treinamento, palestras etc., promovidos pela instituição.
	P27	Disponibilizar link para os perfis das redes sociais da instituição.

O website que estou analisando tem a prática de:		
PRIVACIDADE E SEGURANÇA	P28	Declarar a política de privacidade (no site, em edital ou documento similar), descrevendo os tipos de informações recolhidas e políticas de utilização e partilha, identificando os coletores em todas as páginas que aceitam os dados, além da data em que a política de privacidade foi revisada.
	P29	Permitir que o usuário revise dados pessoais e corrija registros de informações incompletas ou erradas.
	P30	Permitir o acesso a informações não públicas para servidores mediante senha ou registro.
USABILIDADE E ACESSIBILIDADE	P31	Indicar público-alvo do site, com canais personalizados para grupos específicos, como cidadãos, empresas, órgãos públicos ou assuntos específicos, como publicações, educação básica, educação superior etc.
	P32	As páginas apresentam níveis de cabeçalho de forma hierárquica, organizando a ordem de importância e subordinação dos conteúdos, ícones de navegação de reconhecimento imediato etc.
	P33	Possuir links nas áreas internas destinados ao retorno à página inicial.
	P34	Disponibilizar na página principal menu de acesso rápido, mapa do site ou esboço de todas as páginas.
	P35	Conter páginas com cores padronizadas, que respeitam a identidade visual da instituição.
	P36	Conter páginas que apresentem textos escritos com estilos e cores de fonte adequadas.
	P37	Indicar links em destaque (sublinhado, itálico ou negrito).
	P38	Indicar a data da última atualização em cada uma das páginas.
	P39	Disponibilizar versões de documentos longos, como arquivos em pdf ou doc completos ou parciais.
	P40	Permitir que os campos dos formulários sejam acessíveis por meio das teclas ou do cursor; identificando, claramente, aqueles com preenchimentos obrigatórios.
	P41	Permitir o acesso ao site e seus conteúdos por meio do teclado do computador.
	P42	Dispor de mecanismo de busca avançada com capacidade para classificar resultados por relevância ou outros critérios.
	P43	Disponibilizar mecanismo de acesso para os portadores de necessidades especiais.
	P44	Disponibilizar os conteúdos do site em mais de um idioma.
	P45	Disponibilizar os conteúdos de áudio e/ou vídeo com transcrições escritas e/ou legendas.
	P46	Permitir que as páginas internas sequenciais do site sejam abertas na janela/guia inicial.
	P47	Disponibilizar tutoriais e auxílios à navegação, como índices de A Z, perguntas frequentes ou similares.
P48	Disponibilizar explicação para siglas, abreviaturas e palavras incomuns.	
P49	Permitir redimensionamento sem perda da funcionalidade em até 200%	
P50	Disponibilizar barra de acesso congelada na parte superior de cada página.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

A escala foi aplicada por dois pesquisadores aos portais de todas as 108 organizações de natureza jurídica de autarquia e autarquia fundacional do Poder Executivo federal vinculadas ao MEC. Trata-se, portanto, de pesquisa censitária. As coletas individuais foram submetidas a triangulação, técnica que combina dois coletores ou mais para analisar o mesmo objeto ou fenômeno e posteriormente confrontar os dados a fim de explorar possíveis divergências (Zappellini, 2015). Além dos itens originais da escala, também foram coletadas informações sobre a região de atuação de cada organização.

A última etapa consistiu na análise dos resultados por meio de testes de correlação com uso do tau-b de Kendall e análise descritiva dos scores de nível de atendimento às boas práticas da governança digital obtidos por cada organização. A partir desses escores, gerou-se um ranking que permitiu escalonar as organizações em quatro diferentes níveis (A, B, C e D). Os resultados descrevem as características de cada conjunto de organizações e sua distribuição entre as regiões brasileiras.

Resultados

Para testar as relações previstas no modelo original de Mello e Slomski (2010), realizou-se teste de correlação entre os fatores e o construto da governança digital. Nas correlações, utilizou-se o tau-b de Kendall, devido à quantidade de casos e à baixa variância entre observações dos itens (Field, Miles, & Field, 2012). O fator “conteúdo” esteve moderadamente correlacionado ao escore geral de governança digital (tau-b = 0,48, $p < 0,001$); “serviço” teve correlação fraca, embora limítrofe (tau-b = 0,33, $p < 0,001$); “participação cidadã” teve correlação moderada (tau-b = 0,53, $p < 0,001$); “privacidade e segurança” teve correlação fraca (tau-b = 0,29, $p < 0,01$); e “usabilidade e acessibilidade” teve correlação moderada (tau-b = 0,58, $p < 0,001$). As correlações confirmaram a maior parte das relações previstas no modelo teórico original. Assim, optou-se por retê-lo. A partir da pontuação atribuída a cada item da escala, geraram-se escores individuais para cada fator. A média destes escores, por sua vez, representou o escore geral de governança digital (IGD) para cada caso. As médias foram tratadas no software IBM SPSS Statistics, gerando gráficos e tabelas. Os dados são apresentados na Tabela 1 e na Figura 2, onde são apresentados os histogramas individuais para cada fator.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas para os fatores associados a governança digital (n = 108)

	Conteúdo	Serviço	Participação Cidadã	Privacidade e Segurança	Usabilidade e Acessibilidade	Governança Digital	
Média	2,63	2,61	1,64	2,48	2,50	2,42	
Mediana	2,67	2,67	1,71	2,67	2,55	2,46	
Percentis	25	2,44	2,47	1,32	2,00	2,35	2,27
	50	2,67	2,67	1,71	2,67	2,55	2,46
	75	2,89	2,67	2,00	3,00	2,70	2,56

Fonte: Elaborada pelos autores.

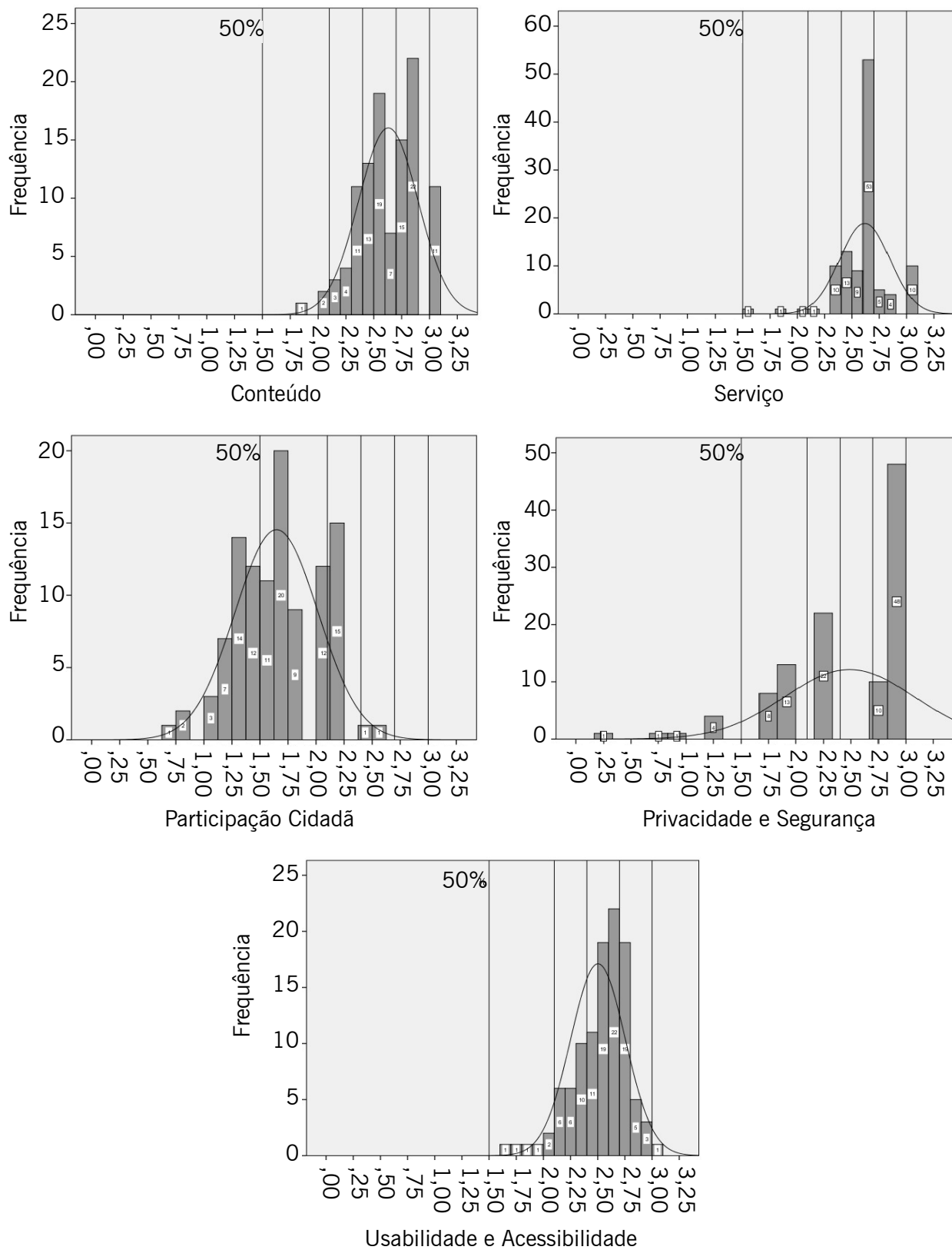


Figura 2 – Histogramas para as observações em cada fator

Fonte: Elaborada pelos autores.

Cabe lembrar que os itens foram coletados em uma escala de 0 a 3. Em quatro dos cinco fatores (à exceção de “participação cidadã”), tem-se valores de média bastante elevados, com característica concentração de *skewness* (valores à direita da média quando observados na curva normal, conforme Field, 2012). Isso indica que a maior parte dos websites pesquisados tem algum nível de atendimento às práticas de governança para a maior parte dos itens, ainda que parcial. Cabe ressaltar, ainda, que as práticas de governança digital mensuradas neste estudo não são de caráter opcional, e se configuram como obrigatórias por derivarem diretamente de estratégias de EGD definidas em lei. O nível de atendimento esperado, portanto, naturalmente já corresponderia ao topo da escala. Assim, investigam-se, para cada fator, as práticas que se caracterizam como lacunas de atendimento.

É no fator “conteúdo” que os websites alcançam maior atendimento às boas práticas. Trata-se de disponibilizar informações sobre a organização, suas políticas, regulamentos, missão, visão e valores, dados relacionados a transparência, conteúdo de eventos gerais e apresentação de documentos traduzidos. Neste fator, há 87,66% de atendimento, na média, às boas práticas esperadas, sendo que 51% das organizações alcançam, no mínimo, este patamar. Onze organizações atingiram 100% de atendimento às boas práticas de conteúdo: Instituto Federal de Brasília (IFB), Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Instituto Federal Goiano (IF Goiano), Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM).

O fator “serviço” se refere à oferta de serviços diversos pelo website. Trata-se do segundo fator com maior nível de atendimento médio (87%), sendo que 66% das organizações atingem, no mínimo, este patamar. Neste aspecto, nenhuma organização teve pontuação 0. Entre as melhores organizações em termos de serviço no Brasil destacam-se: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Universidade Federal de Roraima (UFRR), IFCE, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

O terceiro fator com maior atendimento pelas organizações é “usabilidade e acessibilidade”, que se refere a boas práticas que facilitam o acesso e a navegação no website. Neste fator, as organizações atendem, em média, a 83,33% das boas práticas, sendo que 54% dos casos alcançam, no mínimo, este patamar. Apenas uma instituição atingiu o topo da escala, a Universidade Federal de Goiás (UFG). No entanto, há outras instituições bem avaliadas neste fator: Inep, Universidade Federal de Itajubá

(Unifei), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto Federal de Goiás (IFG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

O quarto fator em nível de atendimento é “privacidade e segurança”, que se refere à autenticação e conferência de dados pessoais visando à segurança. Em média, as organizações atendem a 82,67% das boas práticas – 54% das organizações atingem, no mínimo, este patamar. Neste fator, há 48 organizações brasileiras com desempenho máximo.

O fator que registrou o menor atendimento às boas práticas de governança entre as organizações brasileiras foi “participação cidadã”. Em média, as organizações foram capazes de atender somente a 54,67% das boas práticas que envolvem participação do cidadão. E, ainda, apenas 54% das organizações atingiram este patamar. Assim, este fator aparece como a maior lacuna para operacionalizar a governança digital. Entre as organizações que obtiveram bom desempenho neste fator, destacam-se: IF Goiano, UFFS, IFCE, IFG, IFNMG, IFRN, Instituto Federal de Rondônia (Ifro), Unifei, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), UFMG, UFPE, UFRR, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e UTFPR.

“Participação cidadã” foi o fator em que as organizações estudadas tiveram pior desempenho. Em especial, destacam-se as práticas P25 e P26, que não foram implementadas completamente pela maioria das organizações (96% das organizações pontuaram 0 ou 1). Essas práticas tratam de realização de pesquisas de satisfação e disponibilização de campos que permitam a manifestação dos usuários para fins de alertas ou para avaliação de eventos nos websites. Assim, esta configura-se com precisão como a principal lacuna para as organizações públicas: a implementação de mecanismos de feedback para o público-alvo.

Ranking da governança digital

A partir da pontuação atribuída a cada item da escala e sua ligação a um fator, geraram-se os escores individuais. A partir da média ponderada destes escores em relação ao número de itens associados a cada fator, calculou-se o IGD de cada uma das 108 organizações. Trata-se de um índice de atendimento organizacional às boas práticas de governança digital. No Quadro 3, tem-se um ranking gerado pelos escores de IGD. A segunda coluna apresenta o grau de atendimento de cada organização à pontuação máxima possível, enquanto a terceira coluna apresenta a posição da organização, em termos percentuais, em relação à média geral. Assim, a organização com maior escore (Inep), por exemplo, atendeu a 92,67% das boas práticas de governança digital, tendo

alcançado 14,76% a mais que a média. A pior organização (Universidade Federal de Campina Grande – UFCG), por sua vez, atendeu a apenas 54,33% das boas práticas e teve desempenho 66,29% abaixo da média geral.

Tabela 2 – Ranking da governança digital em autarquias – quatro níveis

	Instituição	IGD	% Relativo ao total	% Relativo à média (2,42)	Nível
1º	Instituto Nac. de Estudos e Pesquisas Educ. Anísio Teixeira	2,78	92,67	114,76	Nível A
2º	Universidade Federal de Itajubá	2,77	92,33	114,34	
3º	Instituto Federal Goiano	2,75	91,67	113,52	
4º	Instituto Federal do Ceará	2,71	90,33	111,87	
5º	Instituto Federal de Goiás	2,71	90,33	111,87	
6º	Instituto Federal da Paraíba	2,67	89,00	110,22	
7º	Universidade Federal de Pernambuco	2,67	89,00	110,22	
8º	Universidade Federal de Santa Catarina	2,67	89,00	110,22	
9º	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	2,65	88,33	109,39	
10º	Instituto Federal Catarinense	2,65	88,33	109,39	
11º	Universidade Federal da Fronteira Sul	2,63	87,67	108,57	
12º	Universidade Federal de Juiz de Fora	2,63	87,67	108,57	
13º	Universidade Federal de São Carlos	2,63	87,67	108,57	
14º	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2,63	87,67	108,57	
15º	Instituto Federal do Sul de Minas	2,60	86,67	107,33	
16º	Instituto Federal Farroupilha	2,60	86,67	107,33	
17º	Universidade Federal de Minas Gerais	2,59	86,33	106,91	
18º	Instituto Federal de Brasília	2,58	86,00	106,50	
19º	Instituto Federal do Espírito Santo	2,58	86,00	106,50	
20º	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	2,58	86,00	106,50	
21º	Instituto Federal Fluminense	2,58	86,00	106,50	
22º	Universidade Federal de Goiás	2,58	86,00	106,50	
23º	Universidade Federal de Ouro Preto	2,58	86,00	106,50	
24º	Universidade Federal de Roraima	2,58	86,00	106,50	
25º	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2,58	86,00	106,50	
26º	Instituto Federal do Acre	2,56	85,33	105,68	
27º	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	2,56	85,33	105,68	
28º	Universidade Federal de São João del-Rei	2,56	85,33	105,68	

	Instituição	IGD	% Relativo ao total	% Relativo à média (2,42)	Nível
29º	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	2,54	84,67	104,85	
30º	Universidade Federal de Pelotas	2,54	84,67	104,85	
31º	Universidade Federal de Santa Maria	2,54	84,67	104,85	
32º	Universidade Federal de Uberlândia	2,54	84,67	104,85	
33º	Universidade Federal do ABC	2,54	84,67	104,85	
34º	Instituto Federal do Amapá	2,53	84,33	104,44	
35º	Instituto Federal de Minas Gerais	2,52	84,00	104,02	
36º	Instituto Federal do Tocantins	2,52	84,00	104,02	
37º	Universidade Federal do Tocantins	2,52	84,00	104,02	
38º	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2,52	84,00	104,02	
39º	Universidade Federal do Vale do São Francisco	2,52	84,00	104,02	
40º	Universidade Federal Fluminense	2,52	84,00	104,02	
41º	Instituto Federal do Pará	2,50	83,33	103,20	
42º	Instituto Federal do Rio de Janeiro	2,50	83,33	103,20	
43º	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	2,50	83,33	103,20	
44º	Instituto Federal do Maranhão	2,48	82,67	102,37	
45º	Instituto Federal do Piauí	2,48	82,67	102,37	
46º	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2,48	82,67	102,37	
47º	Universidade Federal de São Paulo	2,48	82,67	102,37	
48º	Universidade Federal do Oeste do Pará	2,48	82,67	102,37	
49º	Universidade Federal do Pampa	2,48	82,67	102,37	
50º	Universidade Federal Rural de Pernambuco	2,48	82,67	102,37	
51º	Instituto Federal do Sudeste de Minas	2,47	82,33	101,96	
52º	Instituto Federal do Amazonas	2,46	82,00	101,55	
53º	Instituto Federal da Bahia	2,46	82,00	101,55	
54º	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	2,46	82,00	101,55	
55º	Instituto Federal de Rondônia	2,46	82,00	101,55	
56º	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	2,46	82,00	101,55	

Nível B

	Instituição	IGD	% Relativo ao total	% Relativo à média (2,42)	Nível
57º	Universidade Federal de Mato Grosso	2,44	81,33	100,72	Nível C
58º	Universidade Federal do Acre	2,44	81,33	100,72	
59º	Universidade Federal do Ceará	2,44	81,33	100,72	
60º	Instituto Federal de Mato Grosso	2,43	81,00	100,31	
61º	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	2,43	81,00	100,31	
62º	Instituto Federal de São Paulo	2,42	80,67	99,90	
63º	Instituto Federal de Sergipe	2,42	80,67	99,90	
64º	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	2,42	80,67	99,90	
65º	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2,42	80,67	99,90	
66º	Centro Fed. de Educação Tec. Celso Suckow da Fonseca	2,40	80,00	99,07	Nível C
67º	Universidade Federal da Bahia	2,40	80,00	99,07	
68º	Universidade Federal do Paraná	2,40	80,00	99,07	
69º	Coordenação de Aper. de Pessoal de Nível Superior	2,39	79,67	98,66	
70º	Universidade Federal de Sergipe	2,38	79,33	98,25	
71º	Universidade Federal Rural da Amazônia	2,38	79,33	98,25	
72º	Universidade Federal de Lavras	2,37	79,00	97,83	
73º	Instituto Federal de Alagoas	2,35	78,33	97,01	
74º	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2,35	78,33	97,01	
75º	Instituto Federal de Roraima	2,33	77,67	96,18	
76º	Universidade Federal de Alagoas	2,33	77,67	96,18	
77º	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2,33	77,67	96,18	
78º	Instituto Federal de Santa Catarina	2,31	77,00	95,36	
79º	Universidade Federal do Espírito Santo	2,29	76,33	94,53	
80º	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	2,29	76,33	94,53	
81º	Colégio Pedro II	2,27	75,67	93,70	
82º	Instituto Federal de Pernambuco	2,27	75,67	93,70	
83º	Universidade Federal do Oeste da Bahia	2,27	75,67	93,70	
84º	Universidade Federal do Pará	2,27	75,67	93,70	
85º	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2,27	75,67	93,70	

	Instituição	IGD	% Relativo ao total	% Relativo à média (2,42)	Nível
86º	Instituto Federal Baiano	2,25	75,00	92,88	Nível D
87º	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	2,25	75,00	92,88	
88º	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2,25	75,00	92,88	
89º	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2,24	74,67	92,47	
90º	Universidade Federal do Piauí	2,24	74,67	92,47	
91º	Universidade Federal do Cariri	2,23	74,33	92,05	
92º	Universidade Federal do Sul da Bahia	2,23	74,33	92,05	
93º	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	2,23	74,33	92,05	
94º	Universidade Federal do Maranhão	2,22	74,00	91,64	
95º	Universidade de Brasília	2,19	73,00	90,40	
96º	Fundação Joaquim Nabuco	2,17	72,33	89,58	Nível D
97º	Universidade Federal de Rondônia	2,17	72,33	89,58	
98º	Universidade Federal de Viçosa	2,17	72,33	89,58	
99º	Universidade Federal da Paraíba	2,16	72,00	89,16	
100º	Instituto Federal do Paraná	2,15	71,67	88,75	
101º	Universidade Federal do Amazonas	2,15	71,67	88,75	
102º	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	2,14	71,33	88,34	
103º	Universidade Federal do Rio Grande	2,13	71,00	87,93	
104º	Universidade Federal da Grande Dourados	2,12	70,67	87,51	
105º	Universidade Federal de Alfenas	2,10	70,00	86,69	
106º	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	2,08	69,33	85,86	Nível D
107º	Universidade Federal do Amapá	1,98	66,00	81,73	
108º	Universidade Federal de Campina Grande	1,63	54,33	67,29	

Fonte: Elaborado pelos autores.

O posicionamento das organizações, quando interpretado com o propósito de gerar escalonamento estatístico unidimensional, permitiu agrupá-las em quatro grandes grupos: A, que atinge as maiores pontuações em termos de IGD, e B, C e D, que atinge as menores. Para esse escalonamento, considerou-se a distribuição em quartis, com extensão das linhas de corte de posição a todas as organizações que compartilhavam uma mesma pontuação. Assim, o nível A agrega as 28 organizações com melhor desempenho (todas com IGD acima de 85,33%); o nível B agrega 28 organizações que apresentam 85,33% > IGD > 82%; no nível C, há 29 organizações com 82% > IGD > 75,67%;

e, por fim, as organizações de nível C apresentam $IGD < 75,67\%$. A Figura 3 representa graficamente a distribuição dos níveis A, B, C e D. Quando analisadas em destaque, as organizações de níveis A e B apresentam pontos fortes relacionados ao fator “conteúdo”, mas apresentam pontos fracos relacionados ao fator “participação cidadã”. Já os níveis C e D apresentaram pontos fortes relacionados ao fator “serviço”, mas, igualmente, apontam escores fracos relacionados ao fator “participação cidadã”.

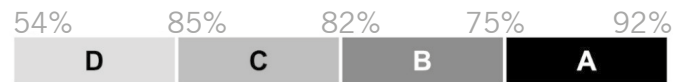


Figura 3 – Níveis de atendimento às práticas do escore geral de governança digital

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por fim, o estudo também permitiu posicionar as organizações do ranking de IGD em relação à sua posição geográfica. Em números absolutos, a região Sudeste concentra o maior número de organizações (32 das 108) e tem o maior número de organizações em níveis A (11) e B (8). As regiões com menor número de organizações são Norte e Centro-Oeste, com 15 cada. No entanto, ao discutir o nível de qualificação das organizações por região, o Centro-Oeste se destaca, já que 40% de suas organizações se enquadram no nível A. Entende-se que esta situação se explica frente à presença de organizações federais bem ranqueadas na região Centro-Oeste, como Inep e IFB, ambas classificadas como nível A. Esses dados são apresentados na Figura 4.

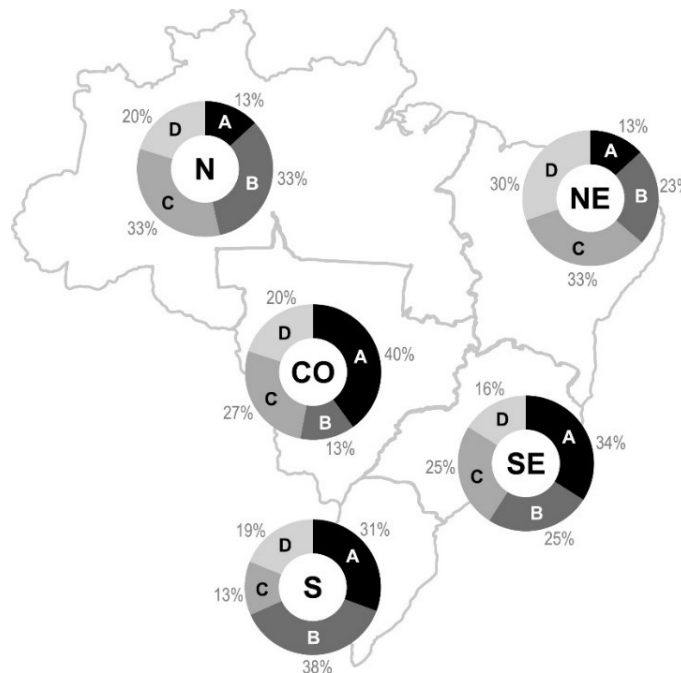


Figura 4 – Distribuição dos níveis A, B, C e D no Brasil

Fonte: Elaborada pelos autores.

Discussão: o gap da participação cidadã e uma agenda de pesquisa

Os resultados do presente estudo evidenciaram a principal lacuna enfrentada pelas organizações estudadas para atender às boas práticas de governança digital: a implementação de práticas de participação cidadã. Suprir esta lacuna é uma meta especialmente desafiadora, porque envolve coordenar esforços internos e externos à organização. Enquanto as práticas associadas à disponibilização de conteúdos e serviços e a busca por acessibilidade e segurança podem ser conduzidas sob o escopo restrito da intenção organizacional – e majoritariamente com esforços intraorganizacionais –, promover mecanismos de participação para o cidadão envolve ampliar o escopo de atores envolvidos na ação do órgão. E mais que isso: envolve dar voz a atores que fogem à governabilidade institucional imediata – um desafio de natureza político-gerencial.

Cabe considerar, no entanto, que este não é um desafio sujeito à discricionariedade do gestor. Embora o nível geral de atendimento das organizações às boas práticas de governança digital seja relativamente elevado (em média, as organizações atendem a 80% das boas práticas), os gaps de atendimento são específicos e apontam a ausência de mecanismos capazes de incluir atores externos à organização no processo de gestão – a própria essência do conceito-chave da governança (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2018). Ao considerar que a governança envolve interação horizontal entre sociedade e governo, para torná-lo mais aberto, transparente e democrático, entende-se que falhar em participação social significa, na essência, falhar na governança das organizações do Estado – e isso não se corrige com TICs, mas com intenção democrática (Clift, 2003).

Para o gestor público, incorporar tecnologias à prestação de serviços é um imperativo que não lhe faculta escolha. Assim, evidencia-se que a lacuna de ação das organizações públicas não passa pela adoção de técnicas ou recursos de TI, mas por práticas associadas à transparência – a chamada “e-democracia”. Sob esta premissa, admite-se a interação direta entre cidadãos e governo como estratégia para que este tome melhores decisões e, assim, enfrente os desafios públicos. Assim, ao abdicar da interação com cidadãos por não inserir mecanismos para manifestação nos websites, as organizações públicas abdicam, indiretamente, de informações de potencial estratégico.

Em tempos de discussão sobre modelos de administração pública de baixa participação social, a exemplo do patrimonialista e burocrático, a discussão sobre implementação de mecanismos de consulta pública, feedback e participação popular se mostra como imperativa para compor a agenda de novas ações para o Estado. Na nova governança pública (Osborne, 2010), muito se tem pensado sobre como promover estruturas de governança disseminadas entre Estado e sociedade, mas resultados como os do presente estudo indicam que o gap real está no caminho inverso: da sociedade para o governo. Assim, se há vinte anos o desafio para a governança era a transição para um

modelo digital, uma nova demanda se anuncia: a transição para um modelo de disseminação da tomada de decisão, do Estado para a sociedade, mediado pelas TICs.

Ao posicionar os resultados desta pesquisa junto aos de pesquisas anteriores e à agenda para o campo, evidencia-se que o desafio de promover a participação cidadã no *e-government* não é inédito. Há quase duas décadas, Pardo (2000) já provocava: “sim, sim, minha filha também sabe fazer um website, mas governo digital é mais que isso. Quanto mais entendemos que governo digital não significa só fazer um website ou só usar tecnologias, mas transformar a entrega de serviços pelo uso da tecnologia, melhor para todos nós” (par. 4, tradução nossa). Se há duas décadas o desafio era extrapolar o uso das TICs, há uma década a agenda brasileira confirmava a pendência e a apontava como empecilho para o alcance da *accountability* (Pinho, 2008). Nos últimos anos, o desafio tomou novo formato: não se trata mais de ter espaços digitais para que cidadãos deem sugestões, mas de espaços que lhes permitam influenciar a decisão política (Sampaio, 2016).

Ao posicionar a agenda apontada por Sampaio (2016) na “escala de participação democrática” de Silva (2005), percebe-se que o desafio está na transição para o estágio máximo, que prevê tomada de decisão política descentralizada para a sociedade. Esta reflexão indica que a agenda de pesquisa e gerencial para a próxima década (2020 a 2030) trará desafios atualizados para a governança digital, na busca por promover mecanismos que subsidiem decisões políticas com base em interações entre governo e cidadãos. Naturalmente, este desafio deve se apresentar de forma diversa para organizações públicas. Para organizações da educação, como as participantes deste estudo, é de se esperar que grande parte de seus serviços digitais, ofertados aos usuários sob a forma de murais eletrônicos (como divulgação de resultados, serviços de consulta, emissão de documentos etc.), permaneçam inalterados. Mas fatos recentes, a exemplo dos protestos contra a adoção de diplomas exclusivamente digitais pela Universidade de Brasília (Costa, 2018) – uma alternativa para reduzir custos, que se apoia em digitalização documental, uma bandeira inequívoca –, demonstram que a pressão por considerar as expectativas da sociedade na reformulação de serviços públicos pode surpreender os gestores mesmo em decisões aparentemente administrativas.

Conclusões

Este estudo busca contribuir para o preenchimento da lacuna de pesquisa apontada por Cunha e Miranda (2013) quanto à necessidade de explorar de que forma organizações públicas têm incorporado TICs à prestação de serviços eletrônicos, aqui entendidos como representativos de boas práticas de governança digital. Assim, este estudo mensurou o nível de governança digital em 108 organizações públicas, aplicando uma

escala previamente validada (Mello e Slomski, 2010) aos seus websites, aqui entendidos como lócus para prestação de serviços públicos em meio digital.

Cabe lembrar que atender às boas práticas evidenciadas na escala aplicada não é questão de mérito ou de estratégia organizacional, mas de obrigação estabelecida em legislação (majoritariamente, na Lei de Acesso à Informação). Assim, a expectativa originária para o teste seria, naturalmente, o atendimento a 100% das boas práticas – o que não se observou. As organizações da amostra atingiram, em média, 87,66% de atendimento a práticas associadas à oferta de conteúdos em meio digital; 87% quanto a práticas de ofertas diversificadas de serviços públicos em meio digital; 83,33% quanto a práticas associadas a usabilidade e acessibilidade em seus websites; 82,67% quanto a privacidade e segurança; e, por fim, 54,67% quanto à oferta de meios para participação popular – entendida como participação cidadã.

Os resultados demonstram que as organizações públicas da amostra, embora não impecáveis, são competentes em ofertar serviços e conteúdos em meio digital de forma acessível e com respeito à privacidade, mas falham em promover a participação dos cidadãos, a exemplo da inserção de espaços para consultas populares e feedbacks em seus websites. Assim, os órgãos parecem ter superado o desafio de prestar seus serviços em meio eletrônico, mas seu desafio imediato se evidencia: é preciso estabelecer um fluxo de informações invertido, da sociedade para o governo, o que exige uso das TICs não somente como ferramenta de comunicação, mas como ferramenta estratégica. Isso exigirá planejamento e esforços organizacionais no sentido de estabelecer quais contribuições e sugestões de cidadãos devem ser coletadas, de que forma e com qual tratamento e uso estratégico. Ressalta-se que estes desafios poderão se apresentar sobre um amplo espectro de serviços públicos: desde serviços simples, do tipo mural eletrônico, até serviços complexos, como a decisão sobre configuração de orçamentos.

Entre as limitações do presente estudo, destacam-se as metodológicas, associadas ao uso da escala, que só permite mensuração em quatro pontos, o que gera baixa variabilidade nos dados, limitando a aplicação de técnicas estatísticas inferenciais. Este pode ser um limitador para a revalidação da escala em populações homogêneas, ainda que se atinjam critérios mínimos de amostra probabilística. Adicionalmente, destaca-se a limitação da coleta a websites e sugere-se que estudos futuros testem a manifestação de boas práticas de promoção da governança digital, em especial da participação cidadã, em outros meios de interação, como redes sociais, serviço de informação ao cidadão, consultas públicas e pesquisas presenciais.

Referências

Albert, I. O. (2009). Whose e-governance?: A critique of on-line citizen engagement in Africa. *International Journal of eBusiness and eGovernment Studies*, 1(1), 27-40.

- Alves, M. V. C., & Dufloth, S. C. (2008). Portais eletrônicos de compras da administração pública: Contribuição para avaliação da governança eletrônica no Brasil. *Revista Gestão & Tecnologia*, 8(1), 1-19.
- Belwal, R., & Al-Zoubi, K. (2008). Public centric e-governance in Jordan. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society*, 6(4), 317-333. doi:10.1108/14779960810921123
- Beuren, I. M., Moura, G. D., & Kloeppe, N. R. (2013). Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: Uma análise nos estados brasileiros. *Revista de Administração Pública-RAP*, 47(2), 421-441.
- Bitante, A. P., Donaire, D., Prearo, L. C., & Gaspar, M. A. (2018). Análise dos fatores componentes da governança em arranjos produtivos locais. *Revista Organizações em Contexto*, 14(27), 235-270. doi:10.15603/1982-8756/roc.v14n27p235-270
- Braga, L. V., & Gomes, R. C. (2018). Participação eletrônica, efetividade governamental e accountability. *Revista do Serviço Público*, 69(1), 111-144. doi:10.21874/rsp.v69i1.1017
- Brasil. (2016). *Estratégia de Governança Digital*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento.
- Calista, D. J., & Melitski, J. (2007). E-government and e-governance: Converging constructs of public sector information and communications technologies. *Public Administration Quarterly*, 31(1/2), 87-120.
- Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. (2018). *TIC Governo Eletrônico*. Recuperado de <https://bit.ly/3cOvyDu>
- Clift, S. (2003). E-democracy, e-governance and public net-work. *Publicus.Net*. Recuperado de <https://bit.ly/3aDVEaz>
- Coleman, S. (2008). Foundations of digital government. In H. Chen et al. (Ed.), *Digital government: e-government research, case studies, and implementation* (pp. 3-19). doi:10.1007/978-0-387-71611-4_1
- Costa, L. (2018). UnB anuncia que novos diplomas serão apenas digitais e gera polêmica. *Eu Estudante*. Recuperado de <https://bit.ly/2v4crnY>
- Cunha, M. A. V. C. C., & Miranda, P. R. M. (2013). O uso de TIC pelos governos: Uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. *Organizações & Sociedade*, 20(66), 543-566. doi:10.1590/S1984-92302013000300010
- Cunha, M. A. V. C. C., Coelho, T. R., & Pozzebon, M. (2014). Internet y participación: El caso del presupuesto participativo digital de Belo Horizonte. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 296-308. doi:10.1590/S0034-759020140305

- Farina, M. C., Bitante, A. P., Britto, L. C., & Pinheiro, L. R. D. (2017). Análise de redes sociais no arranjo produtivo local dos ramos têxtil e de confecções da região da grande São Paulo a partir de uma visão de governança. *Gestão & Regionalidade*, 33(98). doi:10.13037/gr.vol33n98.3791
- Field, A., Miles, J., & Field, Z. (2012). *Discovering statistics using R*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Filgueiras, F. (2018). Indo além do gerencial: A agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 52(1), 71-88. doi:10.1590/0034-7612161430
- Freitas, C. S., Lima, F. F., & Lima, F. Q. (2015). Os desafios ao desenvolvimento de um ambiente para participação política digital: O caso de uma comunidade virtual legislativa do projeto e-Democracia no Brasil. *Organizações & Sociedade*, 22(75), 639-657. doi:10.1590/1984-9230759
- Freitas, R. K. V., & Luft, M. C. M. S. (2014). Índice de governança eletrônica nos municípios: Uma análise do estado de Sergipe. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 13(1), 56-73. doi:10.21529/RECADM.2014008
- Guimarães, T. A., & Medeiros, P. H. R. (2005). A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. *Cadernos EBAPE.BR*, 3(4), 1-18. doi:10.1590/S1679-39512005000400004
- Heindrickson, G., & Santos Jr., C. D. (2014). Information technology governance in public organizations: How perceived effectiveness relates to three classical mechanisms. *Journal of Information Systems and Technology Management*, 11(2), 297-326. doi:10.4301/S1807-17752014000200005
- Hernández-Nieto, R. (2002). El coeficiente de validez de contenido (CVC) y el coeficiente Kappa em la determinación de la validez de contenido de instrumentos de recolección de datos. Recuperado da base de dados da Universidad de Los Andes.
- Holzer, M., & Kim, S. T. (2006). *Digital governance in municipalities worldwide (2005): A longitudinal assessment of municipal websites throughout the world*. New Jersey: National Center for Public Productivity.
- Leonnell, M., Costa, A., Tonelli, D. F., Leme, V., & Amâncio, J. M. (2018). Limites e possibilidades da interação sociopolítica entre sociedade e Câmara dos Deputados pelo portal eletrônico e-Democracia. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(3). doi:10.21118/apgs.v10i3.1518
- Luna, A. J. H. O., Costa, C. P., Moura, H. P., Novaes, M. A., & Nascimento, C. A. D. C. (2010). Agile governance in information and communication technologies: Shifting paradigms. *Journal of Information Systems and Technology Management*, 7(2), 311-334.

- Mello, G. R. (2009). *Estudo das práticas de governança eletrônica: Instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros* (Tese de doutorado). Recuperado de <https://bit.ly/2xiGTLR>
- Mello, G. R., & Slomski, V. (2010). Índice de governança eletrônica dos estados Brasileiros (2009): No âmbito do Poder Executivo. *Journal of Information Systems and Technology Management*, 7(2), 375-408.
- Mota, B. F., Diniz, J. A., & Santos, L. C. (2017). A estrutura orçamentária como determinante do nível de transparência fiscal. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(2), 293-313. doi:10.21714/1984-3925_2017v20n2a7
- Osborne, S. P. (Ed.). (2010). *The new public governance: Emerging perspectives on the theory and practice of public governance*. Abingdon: Routledge.
- Pardo, T. (2000). Realizing the promise of digital government: It's more than building a web site. Recuperado de <https://bit.ly/3aOEZRT>
- Pasquali, L., & Alves, A. R. (2010). Testes referentes a construtos: Medidas educacionais e de competências. In L. Pasquali (Org.), *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas* (pp. 199-520). São Paulo, SP: Artmed.
- Paula, A. P. P. (2005). Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração de Empresas*, 45(1), 36-49. doi:10.1590/S0034-75902005000100005
- Pereira, G. V., Macadar, M. A., & Daniel, V. M. (2013). Governança de TI na prestação de um e-serviço público. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, 12(2), 1-24.
- Pinheiro, F. M. G., Pinho, J. A. G., & Bruni, A. L. (2018). Accountability em parcerias público-privadas: Espaços para avanços em unidades hospitalares sob gestão direta e em regime de parceria. *Organizações & Sociedade*, 25(84), 155-174. doi:10.1590/1984-9240848
- Pinho, J. A. G. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: Muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 471-493. doi:10.1590/S0034-76122008000300003
- Pinho, J. A. G., & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: Já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1343-1368. doi:10.1590/S0034-76122009000600006
- Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. (2012). Possibilidades de participação no Legislativo municipal por meio de portais eletrônicos. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 17(61), 169-192. doi:10.12660/cgpc.v17n61.7177

- Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. (2013). Accountability em câmaras municipais: Uma investigação em portais eletrônicos. *Revista de Administração*, 48(4), 770-782. doi:10.5700/rausp1120
- Rothberg, D. (2008). Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. *Opinião Pública*, 14(1), 149-172. doi:10.1590/S0104-62762008000100006
- Ruediger, M. A. (2002). Governo eletrônico e democracia: Uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. *Organizações & Sociedade*, 9(25), 29-43. doi:10.1590/S1984-92302002000300004
- Ruhanen, L., Scott, N., Ritchie, B., & Tkaczynski, A. (2010). Governance: A review and synthesis of the literature. *Tourism Review*, 65(4), 4-16. doi:10.1108/16605371011093836
- Sampaio, R. C. (2016). e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: Uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação. *Revista de Administração Pública*, 50(6), 937-958. doi:10.1590/0034-7612152210
- Santos, L. C., & Santos Jr., C. D. (2017). A study on the impact of non-operational mechanisms on the effectiveness of public information technology governance. *Revista de Administração*, 52(3), 256-267. doi:10.1016/j.rausp.2017.05.005
- Sauerbronn, F. F. (2017). Governança pública em saúde pós-reforma gerencial no Brasil: Reconciliando perspectivas para uma análise multinível. *Administração Pública e Gestão Social*, 9(3), 148-158.
- Saxena, K. B. C. (2005). Towards excellence in e-governance. *International Journal of Public Sector Management*, 18(6), 498-513. doi:10.1108/09513550510616733
- Silva, S. P. (2005). Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, 11(2), 450-468.
- Silva, S. J., Celso, R. P., & Coelho, F. S. (2012). Análise comparativa das políticas de governança eletrônica nos BRIC (s). *Revista Debates*, 6(2), 37. doi:10.22456/1982-5269.26552
- Souza, F. J. V., Araújo, F. R., Araújo, A. O., & Silva, M. C. (2014). Análise das práticas de governança eletrônica dos municípios mais populosos do Brasil: Um estudo baseado no modelo de Mello (2009). *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 4(3).
- Ștefan, G. I. (2007). The challenges of e-governance implementation. *Cercetări practice și teoretice în Managementul Urban*, 2(4), 20-31.
- United Nations. (2007). *Public governance indicators: A literature review*. New York: Autor.

- Wegner, D., Durayski, J., & Verschoore Filho, J. R. (2017). Governança e eficácia de redes interorganizacionais: Comparação entre iniciativas brasileiras de redes de cooperação. *Desenvolvimento em Questão*, 15(41), 275-302. doi:10.21527/2237-6453.2017.41.275-302
- Zambrano, R. (2008). E-governance and development: Service delivery to empower the poor. *International Journal of Electronic Government Research*, 4(2), 1-11. doi:10.4018/978-1-60566-918-2.ch007
- Zappellini, M. B., & Feuerschutte, S. G. (2015). The use of triangulation in Brazilian scientific research in administration. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(2), 241-273.

Agradecimentos

Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, patrocinador da turma de mestrado profissional em cujo âmbito a presente pesquisa foi desenvolvida.

Sobre os Autores

Danusa Fernandes Rufino Gomes

Mestre em administração pública pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília. E-mail: fernandesdanusa@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1035-6329

Marina Figueiredo Moreira

PhD em *sciences de gestion* pela Aix-Marseille Université (França). Doutora em administração pela Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora e professora do mestrado profissional em administração pública do Programa de Pós-Graduação em Administração da UnB. E-mail: marinamoreira.adm@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5052-3975

Eval Pereira da Silva Filho

Estudante de graduação em administração pela Universidade de Brasília. E-mail: evalfilho@gmail.com. ORCID: 0000-0001-7094-1584



Psicologia moral e economia solidária: relações teóricas

Moral psychology and solidary economy: theoretical relations

Thelma Pontes Borges^a

Maria Thereza Costa Coelho de Souza^b

^a Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

^b Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Recebido: 10/05/2018

Aprovado: 10/12/2018

Resumo

A psicologia moral é focada na compreensão de como características morais se desenvolvem e como são integradas à personalidade humana. Consideramos que o indivíduo que possua aspectos relativos aos deveres e às virtudes desenvolve uma personalidade ética. Por sua vez, a economia solidária traduz em suas práticas aspectos de comportamento ético, como preço justo, cooperação e sustentabilidade. Nosso trabalho tem o propósito de apresentar a psicologia moral como instrumental teórico capaz de favorecer os debates acerca da economia solidária, demonstrando que ambas trazem em seus princípios a formação humana, a ética nas relações e o desenvolvimento individual e comunitário. Assim, conhecer o debate sobre a psicologia moral é condição para discutir projetos de intervenção que visem à sensibilização e à formação para economia solidária.

Palavras-chave: Moralidade; Economia Solidária; Cooperação.

Abstract

Moral Psychology focuses in understanding how moral characteristics develop and how they are integrated in the human personality. We consider that an individual who presents aspects relating to the duties and virtues as central to its personality, develops what we call as an ethic personality. The solidary economy, on the other hand, translates in its practices aspects of ethical behavior, such as fair price, cooperation and sustainability. This study aims to show the Moral Psychology as a theoretical instrument able to promote debates regarding solidary economy. Despite their different final goals, both the solidary economy and the discussions on moral psychology aims, in their principles, at the human formation, the ethics in relationships and the individual and community developments. Thus, understanding the debate on Moral

Psychology is the condition to discuss intervention projects that aim to sensitize and form the solidary economy, as it is the regulator of the actions.

Keywords: Morality; Solidary Economy; Cooperation.

Introdução

A psicologia moral se preocupa com estudos acerca do desenvolvimento de características morais a partir do nascimento, tentando compreender como tais aspectos são incorporados à personalidade humana e como passam a ser centrais ou não na identidade (La Taille, 2006; Piaget, 1932/1994). Consideramos que alguém que tenha aspectos relativos aos deveres e às virtudes como centrais, desenvolve o que chamamos de personalidade ética. Este trabalho tem o propósito de apresentar a psicologia moral como instrumental teórico capaz de favorecer os debates relativos à economia solidária (ecosol).

O ponto de partida desse debate é ancorado no livro *O juízo moral na criança*, de Jean Piaget (1932/1994), que tem o mérito de apresentar estudos demonstrando que a moralidade é construída de forma cooperativa entre o sujeito e o meio em que vive, podendo ou não permitir uma progressão no desenvolvimento. E é justamente a construção de uma personalidade pautada pela autonomia moral que permitirá aos atores sociais participarem de forma consciente e ativa da sociedade, alicerçada no bem comum e nas decisões coletivas.

Nesse primeiro momento, discutiremos a importância de estudar as virtudes morais (La Taille, 2000). Para tanto, recorreremos à psicologia moral e à filosofia, que oferecem suporte para pensar na forma que características como generosidade e lealdade favorecem o desenvolvimento e constituem a personalidade do ser humano (Tognetta, 2009). Após, apresentaremos as principais ideias acerca de ecosol e, por fim, as relações que estabelecemos entre ela e a psicologia moral.

Acreditamos que os pressupostos da ecosol (Singer, 2002), tais como cooperação, comércio justo, autogestão, sustentabilidade, entre outros, implica o envolvimento de sujeitos que tenham tais aspectos incorporados em sua personalidade ou que estejam em processo de formação que permita tal desenvolvimento. Ao considerarmos que uma parte significativa dos empreendimentos solidários é organizada com sujeitos advindos de situações de vulnerabilidade econômica, social e educacional, a ecosol acaba sendo responsável não somente pela constituição de renda e de um ambiente educativo por ter em sua essência práticas democráticas, mas também por pensar e efetivar formações que envolvam aspectos específicos da ecosol e dos

elementos produtivos, e também elementos facilitadores do desenvolvimento moral e da composição de uma personalidade ética.

Discutir a psicologia moral e as possíveis relações com a ecosol pode auxiliar ambas a desenvolverem pressupostos que permitam, pelo lado da ecosol, intervenções mais adequadas ao desenvolvimento humano e, conseqüentemente, aos avanços dos empreendimentos; e na perspectiva da psicologia moral, avanços nos estudos de intermediações que propiciem o desenvolvimento da personalidade ancorada no bem comum.

Psicologia moral, notas para constituição de si

Consideramos as virtudes importantes não somente porque participam da gênese da construção moral, mas porque constituem parte integrante da personalidade humana e por serem definidoras de ações que se refletem de forma significativa nas relações interpessoais e na sociedade (La Taille, 2000). Pais e educadores há tempos se preocupam em educar as crianças e fazê-las compreender a importância do respeito às regras sociais; obediência é o que se espera de todas. Contudo ser bom, sensível, agradável, costuma ser secundário nesses discursos; em muitos casos, nem aparece. Ser educado não quer dizer ser virtuoso com alguém. As virtudes são vistas como bônus na formação da personalidade. A obediência a deveres é exigida e muitas vezes vem atrelada à construção social de adequação ao mercado de trabalho e a uma sociedade capitalista.

Segundo Comte-Sponville (1995), a virtude “é uma força que age, ou que pode agir. Assim como a virtude de uma planta ou de um remédio, que é tratar, de uma faca, que é cortar, ou de um homem, que é querer e agir humanamente” (p. 7). É justamente a virtude de um homem que o torna tal, é ela que demarca caminhos ou desvia deles, é ela a força que Piaget (1953/1994) denomina valor. A autoavaliação que o indivíduo faz de si mesmo está definida pela valoração de si; essas representações de si organizam um quadro de quem a pessoa é e de quem é o outro. Falamos não somente de algo que é desejável, mas também que é importante enquanto constituinte do eu, que traça parâmetros no reconhecimento de si e do outro e que define forças para (poder) agir. Os estudos sobre as virtudes evidenciam sua necessidade enquanto característica humana e também nossa ineficiência em desenvolvê-la: “Pensar as virtudes é medir a distância que nos separa delas” (Comte-Sponville, 1995, p. 11).

A virtude é base e conteúdo da personalidade ética e é uma característica a ser adquirida, ou seja, não se nasce virtuoso. Para Aristóteles, é fazendo que se aprende a ser virtuoso, é sendo generoso que se aprende a ser generoso. É preciso

criar o hábito e ir além; não basta ter uma atitude bondosa, tem que querer o bem (Comte-Sponville, 1995). La Taille (2000) ressalta que as virtudes são importantes por participarem da construção moral do sujeito e possibilitarem o amálgama da personalidade ética, pois são representativas das “qualidades das pessoas” e das análises valorativas que elas fazem de si mesmas.

O autor considera que a avaliação que cada um faz de si e do outro configura o quadro de referência de sua humanidade, e quando virtudes são acopladas ao centro da personalidade tem-se referência à ética. A participação de virtudes na personalidade é dependente também da evolução moral do sujeito (La Taille, 2006), permitindo que esse saia de uma situação de completo desrespeito às normas sociais a ponto de possibilitar-lhe a compreensão da regra como mediadora das relações (Piaget, 1932/1994). Como escreve Ramozzi-Chiarottino (2003), a teoria de Piaget “pouco a pouco, transforma-se num modelo hipotético-dedutivo do funcionamento das estruturas mentais” (p. 11).

Piaget (1932/1994) demonstra que a moral somente se desenvolve se houver condições para tanto, sendo as relações sociais responsáveis por organizar elementos adequados a tal promoção. O modelo piagetiano de moralidade prevê a construção progressiva desse desenvolvimento mediante condições de inter-relações que garantam tal processo. Para o autor, a moral passa pela formação de um sistema de regras na interação do sujeito com o objeto. A moralidade nesse caso não é inata, a criança nasce com ausência de regras (anomia), que se desenvolvem na relação com o meio no qual se encontra inserida. A evolução da anomia, que consiste em obedecer ao adulto, soma-se à incapacidade de a criança se deslocar de si mesma para pensar a partir de outras perspectivas e ao caráter exterior das regras sociais e seu pensamento pré-lógico, para caracterizar o que Piaget (1932/1994) denominou moral heterônoma. Essa tendência moral, que surge do respeito e amor a alguém, permite à criança uma relação ambígua com as regras, pois de um lado ela obedece e segue, mas de outro não consegue avaliar as situações, ficando presa a quem determinou a lei.

Por bem, em termos de desenvolvimento é esperado que a criança supere esse tipo de moral e desenvolva uma “moral do bem” ou autonomia moral. Conseguir coordenar pontos de vista, colocar-se no lugar do outro, utilizar a reversibilidade do pensamento, permite-lhe trabalhar pela ótica da construção de contratos sociais e assim demonstrar sua capacidade de compreender o uso das regras sociais, não como uma imposição, mas como algo necessário para a mediação das relações em prol do bem-estar maior. Cabe lembrar que tal desenvolvimento é acompanhado pelos sucessivos processos de equilibrações, propulsores também da cognição e de sua elevação a patamares mais elevados.

A moral da autoridade, que é a moral do dever e da obediência, conduz, no campo da justiça, à confusão do que é justo com o conteúdo da lei estabelecida e à aceitação da sanção expiatória. A moral do respeito mútuo, que é a do bem (por oposição ao dever) e da autonomia, conduz, no campo da justiça, ao desenvolvimento da igualdade, noção constitutiva da justiça distributiva, e da reciprocidade. (Piaget, 1932/1994, p. 243)

Desenvolver uma moral autônoma permite ao ser humano compreender as situações e analisá-las tendo como mote principal o bem comum. Alcançar esses aspectos do desenvolvimento tornaria o ser humano mais consciente de suas ações e de fato capaz de tomar decisões a partir de um interesse bem compreendido, considerado por Tocqueville (2000) como essencial para a democracia e para a sociedade em geral.

O filósofo Comte-Sponville (1995) nos leva a uma discussão interessante: respeitando-se as regras ou a lei nem sempre se faz justiça (lembramos que na heteronomia o respeito às normas é literal). A lei ou a regra nem sempre são justas, depende do contexto e da análise que se faz delas. A justiça em si produz o respeito à legalidade. A justiça que privilegia a equidade e/ou a igualdade se torna um valor. A justiça como valor transforma-se em virtude, pois sua essência é virtuosa. Assim, percebemos que a justiça pode ser compreendida como legalidade (heteronomia) ou como valor (autonomia). No primeiro caso, o simples cumprimento da lei pode gerar injustiças, visto que acaba por realizar um dever cego, descontextualizado e imposto, típico da heteronomia, que segue e obedece a um líder/regra/lei soberana, sem conseguir analisar o todo. No segundo, justiça como valor, o bem comum apresenta-se acima da regra/lei, e é esse bem comum que determina o que é ou não justo, independente da legalidade. O autor define num primeiro momento a justiça na heteronomia e num segundo na autonomia moral. A justiça na autonomia moral tem o caráter de virtude, pois configura-se como valor, tal como a generosidade, polidez etc.

Podemos considerar que Piaget (1932/1994) se debruça sobre uma virtude para pensar a estrutura da moralidade humana. Como tratou do sujeito epistêmico, “um sujeito ideal, universal, que não corresponde a ninguém em particular, embora sintetize as possibilidades de cada uma das pessoas e de todas as pessoas ao mesmo tempo” (Ramozzi-Chiarottino, 1988, p. 4), nos possibilita ver e analisar aquilo que tem de geral no desenvolvimento humano e pressupor alguns fatores, como: qual o sujeito epistêmico ideal para a economia solidária? No caso em questão, é aquele que desenvolve uma estrutura moral autônoma e tem no centro de sua personalidade virtudes que permitem uma valoração de si e do outro focada no bem comum. Ao definir o ideal teremos que pensar, a partir dos atores sociais reais da ecosol, em que ponto se encontram em termos de desenvolvimento moral e promover, pela intensificação

das relações cooperativas e democráticas e pelos cursos de formação, aspectos constitutivos da personalidade.

Os estudos sobre as virtudes abrem caminhos para irmos além da psicologia moral e debatermos uma psicologia da personalidade e do desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento do caráter passa necessariamente pelo desenvolvimento da ética e da moral (La Taille, 2000, 2006; Taylor, 2011a, 2011b; Tognetta, 2009). Veremos que, para além das escolas e famílias, instituições reconhecidas pelas intervenções educativas, a escola se configura enquanto ambiente propício e facilitador do desenvolvimento humano. As virtudes e sua incorporação à personalidade tornam-se importantes, pois “as virtudes remetem-nos a dimensões universais, pois essencialmente humanas, a saber: qualidade atribuída à pessoa, valor desejável e admirável, leitura ética da personalidade. Pensamos que isto já basta para avaliar um estudo psicológico das virtudes” (La Taille, 2000, p. 113).

As características que descrevem a universalidade das virtudes demonstram aspectos interessantes quanto à incorporação dessas ao eu, definindo valores sobre si mesmo e determinando quais são desejados e apreciados. Se as virtudes definem quem é a pessoa, a personalidade deve ser compreendida por meio do olhar da ética. E se as primeiras são reconhecidas e produzem as leituras de caráter de si e dos outros, a segunda deve ser estudada tanto como parte da psicologia do desenvolvimento como da psicologia da personalidade. Assim, precisamos ampliar a compreensão que há sobre o desenvolvimento de virtudes e passar a tratá-las como essenciais para a compreensão do ser humano e da sociedade.

A despeito da clareza que hoje se estabelece quanto à importância das virtudes, percebemos que nem sempre foi assim, visto que apesar de termos importantes trabalhos na psicologia moral, a maioria se interessou muito mais por aquilo que seguia uma tradição kantiana¹, ou seja, a preocupação centrava-se na questão da justiça. Piaget (1932/1994) foi um deles. Precursor nos estudos psicológicos sobre o desenvolvimento moral, fundamentou parte de suas ideias dentro de uma perspectiva kantiana, utilizando para isso o portfólio sobre justiça e imperativos. Trabalhou a moral como um conjunto de regras resultando em deveres morais. Kohlberg, Boyd e Levine (1990/2002), seguidores de Piaget, também elaboraram seus trabalhos em torno da moral enquanto justiça, desenvolvendo um arcabouço teórico com base em vastas pesquisas empíricas que demonstram o caráter desenvolvimentista e progressivo da moralidade na personalidade.

1 Kant fundamenta sua noção de moral no campo da racionalidade pelo que chamou de imperativos categóricos, ou seja, a compreensão de que qualquer comportamento deve basear-se no fato de que seu ato pode ser considerado uma lei universal (La Taille, 2006).

Devemos considerar que os estudos da psicologia moral não trabalham com a viabilidade do desenvolvimento unicamente a partir do ponto de vista do sujeito – como se bastasse estar vivo para progredir –, tampouco somente com as contingências do meio social – como se treinamentos e condicionamentos resolvessem o problema. Estamos falando de um cenário em que para se estabelecer é preciso que fatores individuais, sociais e coletivos interajam, uma vez que aspectos morais são resultados de relações interindividuais (Pedro-Silva & Ferreira-Costa, 2017).

Nesse caso, ressaltamos que os aspectos envolvidos nas práticas cotidianas da ecosol, como solidariedade e democracia, configuram-se como elementos favoráveis ao desenvolvimento das estruturas morais por se constituírem em relações sociais cooperativas, o que para Piaget (1932/1994) é fator necessário às formações cognitivas e morais por possibilitarem a descentração com base nos diálogos e acordos.

La Taille (2000, 2006) nos mostra o quanto é complexo o tema e propõe que se faça um aprofundamento nas discussões acerca do conceito de moral e de ética, considerando que não é possível estudar as virtudes sem antes ter clareza desses pontos. Demonstra que a ética é demarcada pelos princípios que guiarão os deveres, ou seja, “quem eu sou” e “o que quero” determinam o que farei em termos morais. A justiça impõe direitos e deveres para se fazer justa, contudo a generosidade ou outra virtude não passam pelo dever; caso o fosse, não seria virtude. A virtude é marcada justamente pela não obrigatoriedade. Ninguém é obrigado a ser generoso, porém se o for, será admirado e considerado moralmente bom. Dessa forma, a moral deixa de ser somente a moral da justiça, marcada por deveres e direitos, e se amplia para uma moral do bem, das virtudes; em consequência o plano teórico se altera e a referência kantiana cede lugar à aristotélica com as discussões acerca da felicidade.

Aristóteles (2009) escreve que a finalidade humana é a felicidade, esta não se fundamenta somente no prazer, mas na capacidade de o homem se identificar com o viver bem e o fazer o bem. Ela não é uma disposição, é uma atividade que exige dedicação, que só se fundamenta na virtude. Uma vida virtuosa possibilita a felicidade. A felicidade é ação virtuosa, e não divertimento, apesar de o divertimento com moderação disponibilizar as pessoas para coisas sérias. Uma vida feliz é aquela pautada pelas virtudes. A vida boa é, para La Taille (2006), uma definição de ética, viver uma vida que vale a pena ser vivida, com projetos que incluam a si mesmo e aos outros. Ou seja, prospecções que incluam o bem comum como parte de si e do outro são definidoras da ética. Ao saber quem somos (ética), definimos como agimos (moral). Nesse sentido, a ética define os princípios do comportamento moral.

Gilligan (1982) nos auxilia nesse processo de ampliação do assunto e, apesar de diferenciar a moral a partir do gênero, os homens mais propensos à ética da justiça e as mulheres à ética do cuidado, consegue estabelecer um debate interessante

acerca de uma moral do cuidado, pró-social, que preserva os relacionamentos e se responsabiliza por eles. “Assim, as mulheres não apenas se definem num contexto de relacionamento humano, mas também se julgam em termos da sua capacidade de cuidar” (p. 27).

Essa dicotomia entre a ética da justiça e a ética do cuidado como sendo típica do gênero é ampliada pela autora, que considera que existem homens que desenvolvem a ética do cuidado, bem como mulheres que desenvolvem a ética da justiça. Independentemente do debate de gênero, essa autora auxilia na abertura do campo para argumentações de novas formas éticas de se relacionar que não passam necessariamente pela obediência à regra social imposta ou pelo conceito de justiça.

Os estudos das virtudes ou da chamada moral pró-social, inaugurados por Gilligan (1982), permeiam características do ser humano que constituem o eu, a personalidade ou o *self*. Por isso, entramos num terreno mais subjetivo, mais afetivo. A maneira valorativa como uma pessoa se vê e se reconhece pode necessariamente passar pelo reconhecimento das virtudes. Mesmo ausentes, as virtudes se configuram como importantes por demonstrarem aquilo que falta a si e ao outro. “A generosidade parece dever mais ao coração ou ao temperamento, a justiça, ao espírito ou à razão” (Comte-Sponville, 1995, p. 97). Assim, um estudo psicológico da moral pró-social auxilia na compreensão do desenvolvimento humano, da constituição da personalidade e ainda permite discutir ações pessoais na sociedade, no trabalho, enfim, na vida. As pesquisas no campo da psicologia moral caminham para a percepção de que a constituição de si mesmo passa (ou não) por elaborações tanto no plano ético quanto no moral. Sendo a ética o guia das ações, o comportamento será moral quando a personalidade se constitui por meio da expansão de si mesmo com a incorporação de valores morais e virtudes; caso contrário, o sentimento e a ação moral serão fracos (La Taille, 2010).

As representações que o sujeito desenvolve sobre si devem envolver valores positivos de si mesmo, compreendendo-se valor como uma ligação afetiva intensa ou um investimento energético alto (Piaget, 1953/1994) que aloca elementos à frente de outros em ordem de importância. Dessa maneira, alocar virtudes na personalidade e se ver como tal permite ao sujeito constituir uma escala de valores firme o bastante para superar conflitos (Freitas, 2003; La Taille, 2006, 2010).

A busca de uma vida boa implica a busca de uma vida com sentido, e uma vida que faça sentido deve, necessariamente, contemplar a expansão de si próprio que se traduz pela busca e manutenção de representações de si com valor positivo. (La Taille, 2010, p. 113)

O autor destaca que a busca de sentido e a expansão de si são elementos, ainda que não os únicos, necessários à constituição da ética humana.

A constituição de si como sujeito ético é resultado das imbricadas relações que ele estabelece com o social. Ambientes em que há predomínio de relações cooperativas, em que a verdade prevalece e existem instituições justas, são passíveis de desenvolver pessoas com virtudes alocadas no centro de sua personalidade, possibilitando o surgimento do respeito de si e de uma vida que faça sentido para si e aos demais. Isso é para La Taille (2006, 2009) a personalidade ética. E complementando, Puig (1998) propõe que a dimensão moral deve ser incorporada à personalidade humana, nas proposições e reflexões que acontecem no cotidiano, possibilitando consciência e delimitando um eixo condutor do fazer moral, tal como a estrutura autônoma para Piaget.

Puig (1998) diz: “A construção da personalidade moral é uma obra compartilhada, feita junto com os outros, e impulsionada por normas de valor que a orientam, ainda que nunca a determinem completamente” (p. 20). Considerando o autor, valemo-nos da ideia de que o ambiente da economia solidária é (ou pode ser) coautor participativo das possibilidades de produção de sujeitos éticos, sobretudo pelas relações horizontais que possibilitam trocas e responsabilidades reais e pelos valores institucionais justos que orientam o fazer no grupo e na sociedade.

Economia solidária, notas para o bem-viver

Trabalhados aspectos importantes sobre a psicologia moral, devemos nos centrar nas principais ideias de economia solidária, o segundo ponto de discussão deste texto. Mostraremos que a conceituação e o debate em torno da ecosol traçam aspectos para seu funcionamento que necessariamente precisam que seus envolvidos tenham ou estejam dispostos a se descentrar e a desenvolver e praticar ações que considerem o outro tanto quanto a si mesmo. Em outras palavras, a ocorrência de ecosol, com todas as suas prerrogativas, é dependente dos processos subjetivos de seus participantes, fazendo com que o trabalho educativo formativo tenha valor especial e interveniente no processo (La Taille, 2006; Taylor, 2011a, 2011b).

O termo economia solidária é múltiplo e ainda carece de um delineador comum, podendo produzir ambiguidades e contradições em sua compreensão e gerar críticas diversas. Podemos considerar então que se trata de um termo em construção e com matizes variadas (Pinheiro, 2013). A definição retirada da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes, 2004) e resultado dos trabalhos de Paul Singer, apesar de consagrada é também uma das mais criticadas por considerar que a ecosol, enquanto modelo socialista, pode funcionar dentro de um sistema de mercado pela simples concorrência e sem grandes alterações estruturais do sistema.

A ecosol é definida por um conjunto de atividades econômicas que se diferenciam pelas formas de produção, de sustentabilidade, de preço justo, distribuição, entre outros, envolvendo fatores como propriedade coletiva dos bens e/ou da mão de obra, participação democrática nos rumos da organização e distribuição igualitária de renda, além de trazer como forma de gestão a autogestão, em que ocorrem processos coletivos e democráticos de decisão, uma vez que todos os participantes têm voz e voto em assembleias (Singer, 2002). Para Singer, essas características têm o mérito de serem educativas e de transformarem as ideologias das pessoas, de forma a pensarem e a atuarem fora do modelo capitalista da sociedade. Essa visão traz a ideia de que, pelas brechas do capitalismo e com o apoio do Estado, é possível se organizar de outra forma e fazer frente pela concorrência e eficiência dos empreendimentos (Pinheiro, 2013).

Pinheiro (2013) expõe que coadunam com o pensamento de Singer autores como Mance (1999), Novaes e Dagnino, que ampliam a visão a partir da constituição de redes solidárias em nível local, regional e mundial. Os autores acreditam que o sistema capitalista pode ser destruído pelo crescimento da economia alternativa e pela constituição de um mundo solidário. Nesse sentido o Estado seria forte, mas a partir da governança democrática da sociedade. Nesse olhar, a ecosol cresce até substituir o modelo capitalista. Numa outra vertente, França Filho tem ideias semelhantes às de Laville, apresentando a ecosol como uma economia híbrida e plural, que se submete às prerrogativas da ação coletiva e convive com outras economias (Pinheiro, 2013). Benini e Benini (2010) colocam a autogestão na ecosol como forma de enfrentamento e resistência perante o capitalismo, apontando para a construção de uma consciência coletiva e inaugurando novas subjetividades. Esses autores ainda digeram que a ecosol se institui em uma dupla frente, a primeira como uma forma alternativa de trabalho e renda e a segunda por instalar novas sociabilidades humanas a partir da solidariedade (Benini & Benini, 2015).

Outra forma de compreender a ecosol é como movimento social, por fazer frente às desregulações do mercado e às desigualdades sociais e reivindicar, além de renda, aspectos relativos aos direitos sociais. Essa visão é de enfrentamento do capitalismo e defende políticas públicas e financiamento para sua efetivação. São partícipes desse olhar autores como Tauile (2002) Tiriba (2008) e Albuquerque (2003), aos quais acrescentamos, entre outros, Boronat (2010) e Picolotto (2008), que compreendem que a ecosol, enquanto movimento social, altera condições culturais, como o consumo e a relação produtor-consumidor, tornando-a ética e engajada. Pinheiro (2013) circunscreve-se a Gaiger e Carrion, que consideram o poder emancipatório da ecosol e a geração de trabalho e renda, mas não acreditam que seja possível uma transformação radical da sociedade, com alterações significativas nas estruturas. Seja qual for a visão sobre ecosol, as críticas referem-se às diversas

impossibilidades de superação/convivência do capitalismo e ou como utopias experimentais, que geram ainda mais exploração e diminuem os direitos trabalhistas.

Oliveira (2017) apresenta os autores críticos à ecosol e os enquadra: Vainer a considera uma utopia experimental; Wellen, Bonfim, Menezes, entre outros, entendem que a ecosol apenas precariza o trabalho e não consegue fazer frente ao capitalismo; Quijano não acredita no poder emancipatório da prática. Oliveira (2017) ainda inclui nas visões de ecosol os debates sobre gênero a partir dos estudos de Carolina e Toledo, por considerá-lo essencial na nova reestruturação social. “Diante do exposto, pode-se observar uma diversidade de opiniões sobre as definições da Economia Solidária. Esta foi conceituada como programa, projeto, filosofia de vida, fenômeno, conceito, teoria, realidade, política pública, tecnologia social, movimento social e utopia experimental”. (Pinheiro, 2013, p. 92).

Independente da visão escolhida, há uma concordância nas características das organizações da ecosol, com foco na autogestão, sustentabilidade e democracia. Singer (2002) escreve que o potencial educativo permitiria o aparecimento da solidariedade, igualdade e coletividade como valores ideológicos. Não seriam esses valores ideológicos citados por Singer os mesmos sugeridos pela psicologia moral nos estudos sobre as virtudes? São essas prerrogativas gerais que nos interessam, isentas da discussão e do enquadramento que as suscitam nas estruturas sociais e econômicas.

Enfim, podemos dizer que, de forma implícita, Singer sugere uma relação de *codeterminação* entre as práticas de trabalho autogerido e os valores ideológicos de Economia Solidária, que pode ser mais ou menos expressa da seguinte maneira: à medida que o sujeito se envolve nas práticas econômicas de autogestão, ele é educado para a autogestão e à medida que ele é educado, mais ele pratica e incorpora os valores da autogestão, que por conseguintes são os valores ideológicos da Economia Solidária. (Azambuja, 2009, p. 284, grifo do autor)

A economia solidária aparece em grupos informais, em clubes de trocas, redes de vendas, associações ou cooperativas que fundamentam suas práticas na participação equitativa e democrática, na cooperação de ideias e ideais e na construção coletiva do ambiente de trabalho. As decisões são tomadas em prol da maioria, prevalecendo o bem comum como condutor das decisões. Em publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2018), num trabalho bibliométrico sobre ecosol, demonstra-se que as pesquisas no Brasil são multiáreas, multidisciplinares e descentralizadas, não se concentrando em determinados pesquisadores e/ou centros de pesquisa, além de coadunar com Pinheiro (2013) ao demonstrar que existem vieses e olhares que ora se distanciam, ora se complementam, ora se opõem. O que não

se pode negar é a força do debate e da prática da ecosol nos últimos anos, conforme indica Santos (2014) ao estudar a configuração de formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e perceber que a prática democratizante dos empreendimentos é transposta para outras esferas da vida dos sujeitos participantes.

As propostas da ecosol proporcionam discussões acerca de modificações profundas na sociedade, que englobam tanto a forma de produzir e vender quanto a de consumir, instalando a lógica de um “consumo solidário”, que segundo Mance (1999) “ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas também o bem-viver coletivo, uma vez que é no consumo que a produção se completa” (p. 13). Essa atividade econômica segue princípios éticos que podem ser descritos como relativos à boa vida e ao bem-viver (La Taille, 2006; La Taille & Cortella, 2005), garantindo trabalho e renda a setores excluídos socialmente, participando da construção de uma sociedade mais solidária com os valores fundamentais. Para Singer (2002), a autogestão concentra parte importante das práticas que envolvem a economia solidária. Vejamos a definição de autogestão proposta no *Dicionário internacional da uma outra economia*: “A autogestão é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias” (Mothé, 2009, p. 26).

A autogestão permite a participação direta dos membros nos empreendimentos solidários, decidindo todos os aspectos, sejam eles econômicos ou sociais. Singer (2002) aponta que a maior dificuldade da ecosol é justamente a prática autogestionária, uma vez que ainda não aprendemos nas escolas a participar ativamente e de forma democrática. Podemos afirmar que as propostas da ecosol, incluindo a prática autogestionária, passam necessariamente por um projeto educativo que valorize relações de cooperação e participação. A economia solidária surge, sobretudo, pela necessidade de grupos sociais em situações de extrema vulnerabilidade se utilizarem das relações solidárias na configuração de cooperativas e/ou associações, como forma de superação da aleatoriedade de participação na vida social e econômica e na tentativa de suplantação da incerteza de sobrevivência. A possibilidade de a economia solidária favorecer a diminuição das desigualdades sociais foi captada principalmente por grupos políticos vinculados a partidos de esquerda e implementada como políticas públicas na última década.

Cada vez mais vemos crescer grupos interessados em estudar, trabalhar ou participar de empreendimentos econômicos solidários, conforme verificamos no mapeamento feito pelo Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (Sies, 2013). A percepção disso decorre do aumento do número de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) com a criação, no primeiro mandato

do governo Lula, da Senaes, com secretarias municipais de fomento da economia solidária em diversas cidades do país e com o aparecimento cada vez maior da temática em revistas das mais diversas ordens, como por exemplo, *Cadernos de Gestão Social* da Universidade Federal da Bahia (UFBA), *Revista de Economia Solidária* da Associação Centro de Estudos em Economia Solidária do Atlântico. Apesar de vermos um movimento, na atualidade, de desmonte das políticas e organizações em prol da ecosol, ela ainda se faz forte e resiste às investidas neoliberais do novo governo.

Sabemos, contudo, que só ocorre ecosol e organização político-social em grupos, associações e/ou cooperativas se o interesse surgir das próprias relações sociais e se os princípios que permeiam a ecosol forem internalizados e seguidos por todos os participantes; além do mais, políticas públicas impostas pouco favorecem as organizações se essas não nascerem de processos solidários. O aumento do interesse na área por parte dos sujeitos participantes dos empreendimentos solidários se deve, num primeiro momento, à busca por uma fonte de renda alternativa, principalmente em momentos de crises econômicas e o consequente aumento do número de desempregados, uma vez que a ecosol está mais presente em grupos socioeconomicamente vulneráveis. Num segundo momento, por conta das possibilidades de participação nos cursos formativos ofertados pelas incubadoras e pelos empreendimentos de ecosol, os atores envolvidos descobrem a possibilidade de emancipação social e de luta por igualdade de direitos e equidade de políticas (Borges, 2014).

Apesar de os empreendimentos de ecosol terem como base a solidariedade, as vivências em situações sociais se definem pela complexidade na busca por conciliação de necessidades individuais com coletivas, diferenças pessoais, gostos, pensamentos e pontos de vista, dificultando o processo e resultando em movimentos de avanços e retrocessos sucessivos. O ambiente social pautado pelo debate e por acordos coletivos é o mesmo gerador de discordâncias, conflitos e desconfianças nas relações. Para que esse espaço se valha e se constitua em um ponto convergente de progressos, é necessário que todos trabalhem em prol do bem comum; caso contrário, perdurarão a politicagem, os arranjos e as negociatas, desvirtuando por completo os objetivos da ecosol ou acabando por criar um processo democrático fragilizado na essência. Demo (2005) escreve:

O termo sociedade igualitária condensa esta complexidade dialética de pessoas ao mesmo tempo iguais e diferentes, que são capazes de se doarem para a comunidade sem perder sua individualidade, ou que são capazes de construir oportunidades de desenvolvimento próprio sem destruir a dos outros. (p. 60)

A ecosol surge no seio das comunidades e tem como pilar a plena participação e a emancipação de seus participantes (Benini & Benini, 2010, 2015). Tal emancipação que respeita os mais diversos saberes pode ser pensada e entendida como sendo do ponto de vista social, político, emocional ou econômico. A autogestão, um dos princípios dessa “outra economia”, apresenta-se como uma alternativa à administração e às formas de gestão positivistas, que impedem a emancipação de seus atores (Cançado, Tenório, & Pereira, 2011). A economia solidária tem como pressuposto a promoção da cidadania e a democracia como fonte de decisões, considerando sempre a responsabilidade social (Singer, 2002). Percebemos que o bem comum e individual é o ponto de intersecção entre a psicologia moral e a ecosol, sendo que as duas se constituem em um norte para os comportamentos sociais. Os estudos de psicologia moral consideram o bem comum como resultado de uma característica produzida ou a ser desenvolvida no ser humano, viabilizada pela incorporação de virtudes morais na própria personalidade (Comte-Sponville, 1995; La Taille, 2006; Puig, 1998; Taylor, 2011b). O desenvolvimento do bem comum como característica da personalidade ética é, dessa forma, condição importante para a ecosol, pois demarca a forma de ser e de agir das pessoas. O bem comum pode garantir relações sociais mais éticas e recíprocas e favorecer trocas econômicas fundadas nesse pressuposto. Somente o bem comum pode gerar coletividade, equidade e decisões que preservem a maioria. “A ética da convivência igualitária guarda como referência maior o bem comum. Este não pode ser incompatível com preferências pessoais, mas estas não podem preponderar” (Demo, 2005, p. 59).

Singer (2002) foi muito feliz em colocar como a prática educativa participa dos processos na ecosol e em dizer o quanto tal prática é definidora de um empreendimento solidário. “O perigo da degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios” (p. 21). O autor nos alerta que sem os processos educativos a autogestão pode falhar, uma vez que dependem diretamente de uma disposição/intervenção democrática ou, nas palavras de Piaget (1953/1994), de uma descentração cognitiva e da capacidade de se colocar no lugar do outro, atuando por cooperações mentais.

Relações entre psicologia moral e economia solidária

Pensem que tanto a ecosol e a autogestão como as discussões acerca da psicologia moral demonstram que, em seus princípios, apesar de objetivos finais diferentes, visam ao desenvolvimento individual, social e comunitário e à formação humana geral. A ecosol possibilita inserção política, social e econômica de seus participantes, pois garante a politicidade, a autonomia e a possibilidade de conquistar os próprios caminhos (Demo, 2006). A solidariedade é, para Laville (2016), uma forma de diminuir

os efeitos nocivos de uma economia de mercado e de criar laços sociais diferenciados, baseados na ação coletiva e numa nova forma de cidadania, livre e participativa. O autor considera ainda que essa nova forma de organização extrapola o campo econômico demonstrando metamorfoses de relações que se estabelecem entre o espaço associativo e público, reverberando na sociedade novas maneiras de socialidade.

Diante das investidas neoliberais cada vez mais intensas em nosso país e das novas políticas de terceirização e de reforma trabalhista, a ecosol se reatualiza como forma de negociação/enfrentamento de um sistema que, cada vez mais, diminui o Estado de bem-estar social e aumenta as diferenças entre os grupos (Castel, 2015). Os princípios pautados pela ecosol, mesmo que ainda pouco incorporados, demonstram um projeto de vida e de país comprometido com a cidadania. Conforme Laville (2016), para ocorrer a economia solidária é necessário unir a dimensão econômica à política, considerando que, apesar de se configurar como empreendimento privado, oferece um repertório de ações coletivas típicas dos espaços públicos e das ágoras.

Recorrem, portanto, a meios econômicos para atingir finalidades que tangem ao modelo de sociedade: justiça social, preservação ambiental, diversidade cultural, entre outros. Em outras palavras, sua ancoragem no espaço público modifica seu modelo econômico, pois elas procedem a uma hibridização de recursos (comerciais, redistributivos, recíprocos), visando à realização de um projeto coletivo. (p. 375)

A autogestão, característica da ecosol, só pode ser pensada se o indivíduo participante do processo tiver desenvolvido a autonomia moral ou se estiver em processo de múltiplos conflitos cognitivos propiciados pelo ambiente recíproco e cooperativo gerador de desenvolvimento. A autogestão é um estilo de gerência que elimina o proprietário/chefe, estabelecendo relações horizontais com predomínio da solidariedade e da democracia. Para que funcione de forma adequada, é necessário que seus membros tenham interesse bem compreendido, pois agirão conforme sua consciência na hora de votar e tomar decisões.

O interesse bem compreendido depende sobremaneira da capacidade individual subjetiva de cada sujeito, uma vez que se ele não tiver desenvolvido a autonomia moral, seus comportamentos serão pautados pela lei instituída por aquele que assumir o lugar de referência. Nesse caso, a cegueira moral, típica da heteronomia, instituída pelo não desenvolvimento da personalidade com a influência de outros, pode gerar situações e decisões vinculadas aos favorecimentos pessoais ou de grupos específicos. Por outro lado, se há no ambiente prevalência de cooperação, solidariedade e formação, existe também a possibilidade de ele funcionar como um acelerador das reestruturações cognitivas e morais, promovendo alterações nos esquemas de pensamento do sujeito,

favorecendo a incorporação dos princípios da economia solidária à personalidade. Ou seja, pode haver uma retroalimentação: o espaço colaborativo, formativo e dialógico facilita o desenvolvimento moral, bem como a personalidade ética permite a incorporação e a ação pautadas pelos princípios da economia solidária. Borges (2014) mostrou em sua pesquisa que provavelmente as formações promovidas por uma associação facilitaram alterações na constituição ética dos sujeitos envolvidos.

A autonomia é considerada por Piaget (1932/1994) o ápice do desenvolvimento moral, momento em que a capacidade de avaliar a situação e priorizar o bem aparece acima de tudo. Freitas (2003) escreve que, para Piaget, “o bem, portanto, não é nem individual nem interindividual; o bem é o equilíbrio ideal, lei tanto para as personalidades quanto para a própria sociedade” (p. 53). Cabem a nós análises e avaliações que permitam verificar quais as características dos grupos de ecosol a fim de buscarmos pelo ideal de sujeito epistêmico sugerido por Piaget. O alcance à autonomia moral depende sobremaneira dos espaços coletivos e dos tipos de relações sociais estabelecidas. Para Piaget (1932/1994), um ambiente com prevalência de relações coercitivas somente reforça a permanência na heteronomia moral. Em outros termos, o universo do mundo do trabalho, das escolas, das igrejas, enfim, das instituições, é em geral reforçador da imaturidade psicológica e da possibilidade de manutenção da cegueira moral, bem como da liderança por pessoas e grupos específicos da sociedade. Contudo, relações simétricas e dependentes de acordos mútuos criam as condições necessárias para a progressão psicológica e a superação da moral infantil. Dessa forma, a cooperação se institui como um tipo desejado de relação social, haja vista possibilitar a apuração da personalidade ética, alocando o bem coletivo à frente das questões individuais.

Entender como “o bem” é incorporado à personalidade é condição para discutir projetos de intervenção que visem à sensibilização e à formação para a ecosol, pois ele é o regulador das ações. A personalidade ética a viabilidade econômica e os aspectos da comunidade envolvida têm igual importância, sendo as relações democráticas e igualitárias o norte de funcionamento. A psicologia nos auxilia a pensar a autonomia do ponto de vista moral, a aquisição de virtudes e a constituição de um *self* ético. Isso é importante por acreditarmos que a compreensão de semblantes relativos à personalidade dos atores da ecosol pode favorecer o trabalho de educação e de incubação desses empreendimentos. Os aspectos dos princípios da ecosol pedem que seus participantes tenham desenvolvido características morais, afetivas e cognitivas tais como reciprocidade, cooperação, respeito mútuo, descentração e “pequenas” virtudes, como a generosidade e a humildade, ou seja, que tenham desenvolvido uma personalidade ética. Talvez a própria participação nesses empreendimentos possibilite tal desenvolvimento, uma vez que pesquisas demonstram que ambientes cooperativos favorecem a expansão moral e a incorporação de virtudes específicas (Tognetta, 2003, 2009; Vinha, 2009).

Vinha (2009) escreve que para desenvolver a moralidade são necessárias experiências de vida social, pois nelas se discutem os problemas e se compreendem as regras como algo estabelecido para o bem comum e para a melhor convivência de todos. O que esses espaços coletivos gerados pela autogestão fazem a não ser propiciar justamente essas vivências? As assembleias, os debates coletivos e as ações em decorrência das falas e decisões estabelecidas são relações que não se fundam em autoridades externas ou internas, e sim na dialogicidade e nos contatos horizontais do grupo. Mesmo os momentos de conflito e desgaste podem ser compreendidos como inerentes aos espaços decisórios, mas se mantida a construção narrativa do grupo e respeitados os posicionamentos nas votações, fundam-se ambientes propícios ao desenvolvimento da moralidade e de sua incorporação à personalidade.

Piaget (1932/1994) e La Taille (2006) trabalham a noção de que quando um sujeito elabora seu projeto de vida e age socialmente de acordo com os princípios que escolheu, é sinal de que possui uma personalidade ética. A ética somente é possível em personalidades autônomas, garantindo o mais refinado grau de socialização. Freitas (2003), tratando das questões relativas à formação da personalidade autônoma e da possibilidade de conservação de valores, escreve: “O sujeito pode . . . estabelecer fins prioritários a longo prazo e conduzir-se em função deles. Posteriormente, as novas possibilidades abertas pelo pensamento formal permitem que esses fins prioritários ultrapassem as fronteiras do real, dando origem aos ideais” (p. 114).

Assim sendo, tanto para participarmos democraticamente como para nos filiar-mos a propostas ideológicas, com ideais sociais coletivos, é necessário termos em curso a formação de uma personalidade autônoma e ética. Reiteramos que nos estudos de psicologia moral e na epistemologia genética de Piaget, apesar de grande parte das pesquisas ser realizada com crianças, a teoria constituída permite falar em desenvolvimento humano independentemente da idade ou do momento da vida. Ou seja, Piaget estudou os caminhos esperados para o desenvolvimento moral a partir da infância, elaborando informações quanto à progressão das tendências morais. Contudo, não há garantias de que essas ocorrerão no tempo esperado. Dessa forma, apoiamo-nos em um pressuposto do próprio autor quando considera que é possível desenvolvê-la ao longo de toda a vida, desde que sejam criadas as condições necessárias para as sucessivas reelaborações cognitivas, frutos de um ambiente cooperativo e desafiador ao pensamento.

Percebemos que a ecosol e a autogestão oferecem informações e formações interessantes em termos de participação social que vislumbram o respeito ao próximo e suas contribuições no debate em espaços públicos, a descentração cognitiva e emocional e o exercício da cidadania que, a nosso ver, são justamente facilitadores das novas equilibrações do pensamento. Não queremos com isso dizer que os processos de gestão democráticos e participativos acontecem de forma tranquila,

mas precisamente mostrar que é na possibilidade de encontro/confronto com os ideais do outro que se podem constituir novas maneiras de ver e pensar a sociedade. Esses espaços, marcados pelos princípios da ecosol e da autogestão, nos permitem vislumbrar, mesmo que de forma ideológica, aspectos científicos que estejam à mercê do bem-estar social e do homem enquanto ser individual participante de uma coletividade. Nos permite ver outros espaços educativos que podem e devem assumir como estratégia intervenções que considerem aspectos do desenvolvimento humano, especificamente a constituição de uma personalidade que tenha em seu centro valores morais e autonomia de pensamento.

Em revisão bibliográfica, verificamos que existem inúmeros trabalhos na área de cooperativismo, gestão social, autogestão e economia solidária, contudo encontramos poucos que consideram o sujeito em si, que façam uma análise do desenvolvimento daquele que participa desses empreendimentos. Como diz La Taille (1994), estuda-se a guerra, mas poucos estudam os guerreiros. Afirmamos a necessidade de estudarmos os guerreiros da ecosol a fim de verificar se esses possuem características morais facilitadoras de suas práticas e discutir que aspectos são favorecedores do desenvolvimento moral e da construção de uma personalidade ética. Pela literatura especializada, participantes de ambientes cooperativos exercem a descentração, o respeito mútuo e outros aspectos relativos ao desenvolvimento moral. A construção coletiva de regras e o desenvolvimento do bem-estar em decorrência dos acordos feitos, inclusive das punições a serem adotadas, garantem a participação coletiva, a diminuição do egocentrismo e da unilateralidade nas relações sociais (La Taille, 2006; Tognetta, 2003; Vinha, 2009). O intercâmbio permanente com outras formas de pensamento processa os desequilíbrios necessários, defendidos por Piaget (1932/1994) como essenciais para o desenvolvimento moral, cognitivo e emocional.

A educação autoritária tende a formar seres humanos submissos, conformistas e seguidores de uma autoridade, o que caracteriza a moralidade heterônoma (Piaget, 1932/1994). Relações de coerção foram trabalhadas por Piaget ao longo dos seus estudos sobre moralidade, demonstrando o quanto esse tipo de relação social, se predominante no ambiente, não favorece novas estruturas sociais e morais, condenando os participantes a uma moralidade heterônoma, típica daqueles que tão somente obedecem às regras, sem questionar os efeitos ou os porquês das determinações infringidas. Esses ambientes coercitivos são predominantes em nossa sociedade, razão por que a maioria das escolas reforça o lugar da autoridade e vincula a aprendizagem à obediência. Esse modelo se repete nos espaços de trabalho em que persiste a heterogestão e mais uma vez define-se o lugar de quem manda e de quem obedece; premiam-se os que se adequam ao contexto com bom comportamento: na escola, “estrelinhas”; no trabalho, “bônus e/ou fotos de funcionário do mês”, sempre reforçando o lugar de submissão e de não participação social.

Essas esferas de reforçamento do *status quo* produzem o recrudescimento da heteronomia moral na população em geral, que fica sem espaços de compartilhamento de ideias e ideais e sem saber/aprender a transformar angústias pessoais em dilemas da coletividade. Nessa lógica, a individualidade vence a coletividade, facilitando a manipulação das massas. Por outro lado, seguindo Piaget, Tognetta (2003) nos mostra que crianças advindas de ambientes cooperativos, mesmo sendo mais novas, desenvolvem senso de solidariedade em comparação com crianças mais velhas frequentadoras de ambientes coercitivos, distinguindo que os tipos de relações sociais interferem diretamente no desenvolvimento da reciprocidade humana.

Piaget (1932/1994), por sua vez, deixa claro que o que gera desenvolvimento não é o respeito por uma regra exterior, e sim a participação mútua na construção das regras coletivas. Percebemos que o ambiente proposto nos empreendimentos solidários mira as características favorecedoras do desenvolvimento humano e contempla os aspectos socioambientais necessários aos processos de formação de equilíbrios produtores de esquemas que permitam visualizar outras facetas da participação e da percepção social. Mais fácil seria se a própria educação pudesse se pautar por movimentos autogestionários que beneficiam o diálogo, a organização política, o gerenciamento de conflitos e as buscas de soluções, conforme proposto pelo movimento das escolas democráticas.

Singer (2010) define essas escolas como locais em que todos participam ativamente da vida escolar, tomando decisões concernentes à administração da própria escola e dos conteúdos a serem estudados, dando uma característica não compulsória e participativa nomeada de “república de crianças”. Quão tranquilo seria o enfrentamento da economia de mercado e das adequações pela ecosol se seus participantes viessem de experiências educacionais dialógicas. Mais que isso, pelo que as pesquisas em desenvolvimento moral demonstram, se essas pessoas chegassem à vida adulta vivendo em espaços facilitadores da constituição da personalidade ética e com grande probabilidade de então exercer de fato a cidadania e a política.

A emancipação política e social, bem como a democracia, podem ser favorecidas por empreendimentos econômicos solidários por permitir que fatores particulares se tornem lutas coletivas, constituindo-se em lugares comunitários. Laville (2016) aponta que “nesses processos de constituição de espaços públicos, podem aparecer muitas ações cidadãs que não são apenas fruto de uma ação racional: recursos emocionais ou afetivos são igualmente mobilizados para tornar públicas questões que antes eram da ordem do privado” (p. 371).

Dessa forma, a união de espaços coletivos cooperativos, ações individuais e presenças cognitivas e afetivas compõe os aspectos necessários ao crescimento humano e à sustentação de relações sociais democráticas, aquele arrolado pelo bem comum e

estas definidas pelo interesse bem compreendido. Nesse caso, o desenvolvimento da moralidade humana constitui-se em um dos aspectos que podem favorecer a democracia e a ecosol, as quais conseguem, por conta de seus projetos educativos, auxiliar na constituição da noção de justiça, facilitar a passagem da heteronomia para a autonomia moral, a inclusão das virtudes como centrais na vida e, conseqüentemente, a formação da personalidade ética. Ou seja, as apurações das condições individuais humanas e da sociedade estão imbricadas na inter-relação entre aspectos individuais do desenvolvimento e condições socioambientais que facilitem os processos. Em outros termos, tanto a ecosol pode facilitar a emergência de uma personalidade ética como a personalidade ética pode auxiliar na construção de espaços democráticos em que a ação coletiva sobrepuje a individual.

Considerações finais

Apresentamos diversos elementos comuns aos dois objetos estudados: cooperação, reciprocidade, princípios democráticos, justiça, bem comum, que talvez sejam definidores tanto da ecosol quanto da psicologia moral. Vimos que a constituição ética depende da autonomia moral, da expansão de si e da incorporação no centro da personalidade de virtudes; e mais: que ao definir o valor de nossas próprias características, investimos emocionalmente a ponto de constituir uma escala de valores, responsável por conduzir nossas ações e por se manter firme diante das exigências sociais e das tentações cotidianas. É a escala de valores que faz com que optemos por estudar em vez de ir a uma festa, por exemplo.

A personalidade ética é dependente de diversos elementos sociais que ao longo da vida podem ou não favorecer o seu aparecimento. O ideal é termos processos institucionais, sejam eles escolares ou não, participando do desenvolvimento da moralidade. No entanto, pelo caráter coercitivo das relações sociais e das escolas brasileiras, as crianças e adolescentes vão para a vida adulta e em sociedade sem terem adquirido tais elementos. Nessa perspectiva, aqueles que em maioria trabalham em empresas capitalistas nem perceberam que competição e/ou exploração foram naturalizadas, mas aqueles que rumam para a ecosol sentirão de imediato as dificuldades para se posicionar diante das novas ideias e tomadas de decisão. A psicologia moral nesse sentido pode auxiliar ao participar do debate e fornecer conhecimentos para a elaboração de formações e intervenções em incubadoras ou em programas nacionais de fomento à ecosol.

Cabe ressaltar que essa área de conhecimento, tal como as outras, tem suas limitações, que devem ser enumeradas: a primeira refere-se ao fato de que os estudos piagetianos são baseados no juízo, e não na ação moral. Dito de outra forma, estuda-se a consciência moral, e não o comportamento em si, entretanto acredita-se que quanto mais elevada a consciência moral, maiores as chances de adquirir

comportamentos morais; outro ponto de destaque é que são quase inexistentes pesquisas acerca da moralidade fora de ambientes escolares ou com adultos, colocando nosso debate aqui no campo das hipóteses e ressaltando a importância de aprofundamento e de pesquisas empíricas sobre o tema; o terceiro ponto é que, apesar de existirem inúmeras pesquisas demonstrando a eficácia de propostas educacionais para o desenvolvimento, nenhuma delas foi realizada com adultos e muito menos em empreendimentos econômicos solidários; por fim, é quase inexistente o uso dessa área do conhecimento para pensar ou processos organizacionais, ou trabalho ou trabalhadores, ficando o debate restrito à psicologia organizacional e do trabalho.

É justamente por essas limitações que o debate ora proposto se faz necessário ao ampliar o foco da psicologia moral para outros ambientes, além da família e da escola, e adentrar em áreas relativamente estabelecidas pela psicologia do trabalho e da administração. Isso demonstra que os estudos acerca da personalidade ética contribuem de forma significativa para pensarmos novos fatores intervenientes da ecosol e novas esferas sociais capazes de favorecer o desenvolvimento humano.

Apresentamos também que a ecosol como escopo teórico é rizomática, produzindo diversos entendimentos que ora flertam com o mercado capitalista, ora se lhe opõem ou tentam suplantá-lo; bem como visões que enquadram a ecosol como movimento social dentro da lógica atual de reivindicações de direitos e reconhecimento identitários, ou como um movimento capaz de alterar subjetividades aumentando a consciência coletiva e as sociabilidades estabelecidas. Nesse sentido, defendemos que a ecosol carece de uma visão psicológica que compreenda os fatores relacionados ao desenvolvimento e aos modos de ser e de fazer humanos na sociedade. Esse olhar pode ser oferecido pela psicologia moral, precisamente por considerar fatores subjetivos de constituição de si que compõem com elementos tão caros à ecosol. Saber trabalhar coletivamente, ter uma escala de valores composta por fatores morais e posicionar o bem coletivo à frente do individual devem ser pensados do ponto de vista da construção da personalidade na interface dos relacionamentos com o meio.

Assim como Benini e Benini (2015) e Laville (2016), consideramos que a ecosol tem as condições necessárias para produzir alterações nas subjetividades humanas individuais e coletivas, modificando as formas de os sujeitos se portarem socialmente e brincarem/lutarem com o jogo do sistema econômico vigente. Para além de constituir uma consciência coletiva, a ecosol pode atuar na transformação das estruturas psicológicas individuais, estabelecendo sociabilidades que alteram o social. Somente dentro dessa perspectiva é que acreditamos na possível condição de suplantação de modelos de exploração do humano.

Referências

- Albuquerque, P. P. (2003). Autogestão. In A. D. Cattani (Org.), *A outra Economia* (pp. 20-25). Porto Alegre, RS: Veraz.
- Aristóteles. (2009). *Ética a Nicômaco*. São Paulo, SP: Edipro.
- Azambuja, L. R. (2009). Os valores da economia solidária. *Sociologias*, 11(21), 282-317. doi:10.1590/S1517-45222009000100012
- Benini, E. A., & Benini, E. G. (2010). As contradições do processo de autogestão no capitalismo: Funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. *Organizações & Sociedade*, 17(5), 605-619. doi:10.1590/S1984-92302010000400002
- Benini, E. A., & Benini, E. G. (2015). A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: Organização, solidariedade e sociabilidade. *Organizações & Sociedade*, 22(74), 325-344. doi:10.1590/1984-9230742
- Borges, T. P. (2014). *Os atores da economia solidária: Estudos sobre personalidade ética* (Tese de doutorado). Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, SP.
- Boronat, A. (2010). Las cooperativas de trabajo en Castilla y León: Comprometidas con el empleo y con el desarrollo local. In J. E. F. Arufe, J. M. G. García, & A. R. Ortega (Coords.), *Estudios de economía social* (pp. 353-394). Valladolid: Universidad de Valladolid.
- Cançado, A. C., Tenório, F. G., & Pereira, J. R. (2011). Gestão social: Reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(3), 681-703. doi:10.1590/S1679-39512011000300002
- Castel, R. (2015). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Comte-Sponville, A. (1995). *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Demo, P. (2005). *Éticas multiculturais: Sobre convivência humana possível*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Demo, P. (2006). *Pobreza política: A pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Freitas, L. (2003). *A moral na obra de Jean Piaget: Um projeto inacabado*. São Paulo, SP: Cortez.
- Gilligan, C. (1982). *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018). *O campo da pesquisa da economia solidária no Brasil: Abordagens metodológicas e dimensões analíticas*. Rio de Janeiro, RJ: Autor.
- Kohlberg, L., Boyd, D. R., & Levine, C. (2002). O retorno do estágio 6: Seu princípio e ponto de vista moral. In A. Biaggio, *Lawrence Kohlberg: Ética e educação moral* (pp. 100-131). São Paulo, SP: Moderna. (Trabalho original publicado em 1990).
- La Taille, Y. (1994). Prefácio. J. Piaget, *O juízo moral na criança* (pp. 7-22). São Paulo, SP: Summus.
- La Taille, Y. (2000). Para um estudo psicológico das virtudes morais. *Educação e Pesquisa*, 26(2), 109-121. doi:10.1590/S1517-97022000000200008
- La Taille, Y. (2006). *Moral e ética: Dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- La Taille, Y. (2009). *Formação ética: Do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- La Taille, Y. (2010). Moral e ética: Uma leitura psicológica [Edição especial]. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26, 105-114. doi:10.1590/S0102-37722010000500009
- La Taille, Y., & Cortella, M. S. (2005). *Nos labirintos da moral*. Campinas, SP: Papirus.
- Laville, J. L. (2016). Repensando o espaço público e a economia: Contribuição da economia solidária à teoria da democracia. *Organizações & Sociedade*, 23(78), 369-377. doi:10.1590/1984-92307812
- Mance, E. A. (1999). *A revolução das redes: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mothé, D. (2009). Autogestão. In A. D. Cattani, J. L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Coords.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 26-30). Coimbra: Almedina.
- Oliveira, E. M. (2017). Economia solidária no Brasil: Elementos de uma dialética e dialógica do fracasso – causas possíveis, correções necessárias, desafios inevitáveis. *Cronos*, 18(2), 46-71. Recuperado de <http://bit.ly/3aDtcFI>
- Pedro-Silva, N., & Ferreira-Costa, R. Q. (2017). Jean Piaget e relações interpessoais no trabalho. *Revista Laborativa*, 6(2), 39-58. Recuperado de <http://bit.ly/2xmpTV2>
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo, SP: Summus. (Trabalho original publicado em 1932).
- Piaget, J. (1994). Las relaciones entre la inteligencia y la afectividad en el desarrollo del niño. In G. Dalahanty & J. Perrés (Orgs.), *Piaget y el psicoanálisis* (pp. 181-289).

- Ciudad de México, México: Ed. Universidad Autónoma Metropolitana. (Trabalho original publicado em 1953).
- Picolotto, E. L. (2008). Novos movimentos sociais e econômicos: Economia solidária e comércio justo. *Outra Economia*, 2(3), 74-92. Recuperado de <http://bit.ly/39HeFZt>
- Pinheiro, D. C. (2013). Economia solidária: Uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. *Revista Nau Social*, 3(5), 85-105. Recuperado de <http://bit.ly/2TDFUyu>
- Puig, J. M. (1998). *A construção da personalidade moral*. São Paulo, SP: Ática.
- Ramozzi-Chiarottino, Z. (1988). *Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget*. São Paulo, SP: EPU.
- Ramozzi-Chiarottino, Z. (2003). Prefácio. In L. Freitas, *A moral na obra de Jean Piaget: Um projeto inacabado* (pp. 11-12). São Paulo, SP: Cortez.
- Secretaria Nacional de Economia Solidária. (2004). *Termo de referência para o mapeamento da economia solidária e sistema nacional de informações em economia solidária*. Brasília, DF: Autor.
- Singer, H. (2010). *República de crianças: Sobre experiências escolares de resistência*. Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, A. M. (2014). Os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil. *Otra Economía*, 8(15), 196-209. Recuperado de <https://bit.ly/34lggCx>
- Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária. (2018, 30 de outubro). Recuperado de <http://sies.ecosol.org.br/sies>
- Tauile, J. R. (2002). Do socialismo de mercado à Economia Solidária. *Revista de Economia Contemporânea*, 1o semestre de 2002.
- Taylor, C. (2011a). *A ética da autenticidade*. São Paulo, SP: É Realizações.
- Taylor, C. (2011b). *As fontes do self: A construção da identidade moderna*. São Paulo, SP: Loyola.
- Tiriba, L. (2008). Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: Questões de pesquisa. *Perspectiva*, 26(2), 69-94.
- Tocqueville, A. (2000). *A democracia na América: Sentimentos e opiniões*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Tognetta, L. R. P. (2003). *A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

Tognetta, L. R. P. (2009). *Perspectiva ética e generosidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

Vinha, T. P. (2009). *O educador e a moralidade infantil: Uma visão construtivista*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

Agradecimentos

À Fundação Universidade Federal do Tocantins pela licença concedida durante o período de trabalho de pesquisa.

Sobre os Autores

Thelma Pontes Borges

Doutora em psicologia escolar e desenvolvimento humano pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: thelmapontes@uft.edu.br. ORCID: 0000-0001-6073-8937

Maria Thereza Costa Coelho de Souza

Livre-docente em psicologia escolar e do desenvolvimento humano pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da USP. E-mail: mtdesouza@usp.br. ORCID: 0000-0002-9802-0864



Análise crítico-emancipatória de discurso: um ensaio metodológico

Critical emancipatory discourse analysis:
a methodological essay

Luiz Gustavo Alves de Lara^a
Fabio Vizeu^a

Recebido: 11/06/2018
Aprovado: 04/06/2019

^a Universidade Positivo, Curitiba, PR, Brasil

Resumo

Neste ensaio metodológico propomos uma abordagem crítico-emancipatória para análise de discurso (AC-ED) sob os contributos da hermenêutica e da epistemologia lacaniana. Consideramos que esse tipo de análise se trata de um proceder interpretativo epistemologicamente orientado, em relação ao qual a discussão sobre protocolos procedimentalistas não é central. Pelo aparato meta-analítico da AC-ED, argumentamos em favor da virtude da consciência do(a) pesquisador(a) sobre o próprio discurso científico, o que lhe torna mais vigilante em relação a sua postura analítica e, conseqüentemente, sua postura emancipatória em relação à realidade. Desenvolvemos nosso argumento apreciando a polissemia do termo emancipação, exemplificada a partir diferentes paradigmas versados em análises críticas de discurso: da produção, da comunicação e da linguagem. Construída a partir do paradigma da linguagem, sinalizamos o potencial da AC-ED como uma proposta meta-reflexiva para desenvolvimento de análise de discurso no campo social.

Palavras-chave: Análise Crítico-Emancipatória de Discurso; Ensaio Metodológico; Hermenêutica Crítica; Postura do(a) Pesquisador(a).

Abstract

This methodological essay is a proposal of a critical-emancipatory approach to discourse analysis (CE-DA), supported by hermeneutics and Lacanian epistemology. We consider this type of analysis as an interpretative procedure, which is epistemologically oriented. In doing so, we found the discussions of procedural protocols as an unfruitful debate. With the meta-analytical apparatus of the CE-DA, we argue in favor

of the virtue of the researchers' conscience about the very scientific discourse, which makes them more vigilant on their analytical posture and, consequently, their emancipatory posture in relation to the reality. Our argument is developed by appreciating the polysemy of the term emancipation, exemplified from different paradigms versed in critical discourse analyses: production, communication, and language. Constructed based on the language paradigm, we highlight the potential of CE-DA as a meta-reflexive proposal to develop discourse analysis in the social field.

Keywords: Critical Emancipatory Discourse Analysis; Methodological Essay; Critical Hermeneutics; Researchers' Posture. Introdução

Introdução

À medida que a pesquisa sociológica contemporânea se serve de fundamentações filosóficas para dar respostas aos problemas sociais, é fortalecido o potencial das abordagens qualitativas enquanto uma forma de transformação do mundo (Denzin & Lincoln, 2005). No campo sociológico, são notórios os ganhos analíticos frutos dos diálogos com a filosofia quando tratamos de questões subjetivas e abstratas – como é o caso do discurso –, questões essas cujas complexidades escapam do alcance das epistemologias mais objetivistas, em geral herdeiras do positivismo científico.

Dentre as premissas filosóficas que sustentam o objetivismo, destacam-se a presunção de neutralidade da prática científica ao analisar fenômenos sociais e a crença de que uma pretensa precisão obtida por meio da generalização matemática que irá acarretar maior controle desses fenômenos (Demo, 1995). No debate sobre a crise do pensamento social, essas premissas são consideradas limitadas, até mesmo equivocadas, tendo em conta que, ao importar o estatuto de ciências naturais para compreender os fenômenos sociais, assumem que a sociedade tem os mesmos princípios estáveis de relações causais das coisas da natureza; ou seja, por este viés, o pensamento social positivista perde a capacidade de compreender a singularidade histórica de seus fatos (Horkheimer, 2000).

Contudo, o século XX é um ponto de inflexão para refletirmos radicalmente sobre a limitação da racionalidade da ciência positivista em relação aos problemas sociais que se evidenciaram com a modernidade. Entre avanços tecnológicos e tragédias humanitárias daquele século, Demo (1995) nos lembra que a mesma técnica científica pela qual se construiu o progresso moderno, subsidiou-se também objetivos destrutivos. Nesse sentido, Bauman (1998) denuncia que foi pela razão técnica que se construíram os aparatos genocidas operados na Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista esse fracasso da razão moderna no intento de construção de um mundo sem

contradições, torna-se ainda mais relevante a função atual das pesquisas qualitativas, especialmente aquelas sustentadas sob matrizes epistemológicas que oferecem uma via alternativa, em relação ao objetivismo positivista, para a construção de respostas aos problemas sociais de nossa época.

É assim que vemos um grande número de abordagens qualitativas teoricamente fundamentadas fora do esquadro epistemológico positivista (Becker, 1993; Burrell & Morgan, 1979; Creswell, 1994; Minayo, 1993). Essa distinção entre as epistemologias objetivistas e as subjetivistas e, conseqüentemente, entre seus respectivos alcances e propósitos, convida os(as) pesquisador(as) a adotar uma postura mais consciente em relação ao potencial transformador da pesquisa qualitativa. Em especial, entendemos que as abordagens da tradição hermenêutica e crítica consolidam a função transformadora da ciência pelo estreitamento da relação entre a produção de conhecimento e as mudanças sociais (Carspecken, 2011; Habermas, 1987).

Por outro lado, o crescimento de abordagens metodológicas alternativas ao positivismo também se deve à própria busca por parte dos pesquisadores por um maior engajamento do meio acadêmico nas questões prementes aos dias de hoje. Ou seja, a busca pela superação de problemas sociais de nosso tempo fomenta uma postura mais engajada por parte dos pesquisadores (Denzin & Lincoln, 2005), mas com o desafio de construir procedimentos metodológicos sob uma postura menos ingênua, evitando travas a este engajamento, como a utilização de protocolos qualitativos de forma irreflexiva sob a crença da neutralidade analítica ou ainda, a contradição de conhecer os problemas sociais sem enfrentá-los (Demo, 1995). Nesse sentido, a prática da pesquisa deve incluir o intento transformador, preocupações sobre seus impactos nos contextos investigados, a intenção de se comunicar com a sociedade de forma inteligível, entre outros elementos necessários para promoção de mudanças sociais.

Dentro deste contexto de reflexões sobre o arcabouço metodológico qualitativo em ciências sociais, as análises de discurso têm figurado entre os procedimentos de maior importância para as pesquisas de orientação crítica. A Análise de Discurso, em sentido amplo, é uma modalidade que comporta uma multiplicidade de práticas que fomentam um intenso debate – nem sempre convergente – sobre a essência comum a esses procedimentos analíticos (Orlandi, 2003). Dentre suas distintas variações, uma vertente que tem sido adotada pelos pesquisadores engajados na promoção de mudança social é a das análises de discurso de orientação crítica. Essa modalidade se estabeleceu a partir dos anos 1990 no campo acadêmico como técnica analítica pluralista no sentido de que é constituída a partir das contribuições de diferentes campos do conhecimento (Forchtner, 2011), como por exemplo, a linguística, a psicanálise e as abordagens marxistas e neomarxistas (McKenna, 2004; Orlandi, 2009).

Pela natureza qualitativa das análises de discurso críticas e consequente influência de diferentes premissas epistemológicas subjetivistas, os pesquisadores que se valem dessa modalidade metodológica visam apreender elementos subjetivos da vida social, explorando significados e sentidos para além da visão hegemônica de nossa sociedade, e em favor de outras vozes suprimidas pelas condições históricas de dominação e consequentes assimetrias de poder. Por isso mesmo, a busca por outras interpretações sobre um dado contexto representa uma prática que norteia diferentes formas de Análise de Discurso, e, em certo sentido, subentendem a constatação de uma pluralidade de interpretações e visões de mundo que é devedora da hermenêutica crítica, corrente aqui representada por Ricoeur (2013). Esse talvez seja um dos grandes contributos do interpretativismo em estudos que “buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significados” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 23).

Nosso objetivo é fornecer aos(às) analistas de discurso uma proposta de análise de discurso crítica que denominamos Análise Crítico-Emancipatória do Discurso (AC-ED), fundada no paradigma interpretativista, edificado sob a hermenêutica crítica e centrado na consciência do discurso onto-epistemológico dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esta proposição meta-analítica tem como objetivo amparar reflexões sobre os desdobramentos práticos que os diferentes sentidos para o termo emancipação causam, particularmente, em duas diferentes dimensões: (1) na **postura do(a) analista de discurso** – desde a percepção do(a) pesquisador(a) sobre si no mundo – condicionada por um discurso histórico de Verdade (Foucault, 2016), onde se deve incluir o discurso científico; e (2) **na elaboração da análise sobre um discurso outro** – o discurso objeto de um estudo científico – observado neste paradigma como um processo dialógico interdiscursivo e que, conseqüentemente, elege maior importância ao sujeito “em análise” como agente de construção na produção do conhecimento.

Como ressaltam Denzin e Lincoln (2006), a estratégia de pesquisa fundamentada na hermenêutica crítica busca auxiliar os sujeitos a situarem-se nas estruturas sócio-históricas estabelecidas e, conseqüentemente, a compreenderem seus efeitos na sua própria interpretação. Desse modo, entendemos que a transformação social é uma consequência da tomada de consciência dos sujeitos em relação à ordem da linguagem que os constitui, ou seja, em relação à sua própria ideologia (Ricoeur, 2013). Dito de outro modo, ao compreender nossa própria condição de sujeito que interpreta e produz discursos situados em um contexto histórico específico e relativo, somos capazes de interromper o efeito dominador da ideologia: a planificação do imaginário (Žižek, 2013).

O elemento central de nossa proposição é a postura analítica do(a) pesquisador(a), que deve concordar com as filiações epistemológicas, fazendo do proceder analítico pretendido em uma análise de discurso crítica mais do que o

cumprimento de um protocolo formal. A análise de discurso deve ser pensada a partir de um proceder interpretativo epistemologicamente orientado com vistas a promover mudança social. Neste sentido, o intento emancipatório, central entre correntes de análises de discurso críticas (Alvesson & Willmott, 1992), se estabelece como um objetivo em torno do qual são elaborados os procedimentos metodológicos de tais análises.

A principal vantagem da AC-ED é o amparo aos pesquisadores para serem vigilantes em relação aos riscos de inconsistências na articulação de aspectos ônticos, epistêmicos e metodológicos na produção de conhecimento, aspectos estes que se refletem na postura analítica e na intenção emancipatória de uma análise de discurso crítica. Esse tipo de inconsistência de ordem lógico-discursiva entre os elos que ligam pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos, não incomuns na pesquisa acadêmica, constitui uma armadilha que é capaz de comprometer o constructo analítico de cunho qualitativo e, por consequência, a sustentação dos argumentos de análise e seu efeito emancipatório – seja de nível micro ou macrosocial. Por isso, identificamos na postura do(a) pesquisador(a), no tom argumentativo e no desenvolvimento de sua análise os elementos fundamentais para a consecução da convergência entre suas afiliações teóricas enunciadas.

A partir disso, chegamos ao delineamento de três distintas pressuposições sobre a postura do sujeito no seu proceder analítico de discurso: (1) o sujeito emancipado; (2) o sujeito emancipador; e/ou (3) o sujeito em emancipação. Mais precisamente, a distinção dessas posturas a partir da hermenêutica crítica pode ser tomada tanto como uma forma de promover consciência onto-epistêmico-metodológica nos pesquisadores quanto como um critério de compreensão de suas filiações a partir de suas posturas analíticas, possibilitando a apreciação sobre a consistência do constructo desses estudos e do produto de suas análises.

Ademais, a AC-ED que aqui propomos desarticula a postura *a priori* que toma uma interpretação teórica como definitiva – ou seja, como que assumindo status de Verdade sobre a realidade. Entendemos esta postura como uma manifestação de poder perigosa – tanto no contexto social quanto quando observada no discurso do(a) pesquisador(a). Este último ponto, em especial, constitui um aspecto fundamental de nossa proposta meta-analítica, que justifica, inclusive, nossa intenção em atribuí-la uma nomenclatura particular para diferenciá-la das outras formas de análises de discurso críticas. Isso porque entendemos que a transformação social em uma AC-ED não se dá por meio da construção de uma interpretação definitiva e *a priori*, ou mesmo a partir de soluções prescritivas para os dramas sociais contemporâneos.

Pela característica plural e interdisciplinar da pesquisa social, esse campo do saber tem comportado não apenas uma considerável distinção sobre procedimentos

de Análise de Discurso (Alvesson, 2004), justificando que se adote a denominação “Análises de Discurso”, no plural, para se referir a tal diversidade. Também vemos a articulação de diferentes sentidos para o termo emancipação, um efeito esperado nestas práticas de pesquisa, herdadas das tradições sociológicas críticas às quais se afiliam (Alvesson & Willmott, 1992). Na prática das “Análises” de Discurso, a construção dos procedimentos analíticos são intimamente vinculados ao sentido articulado para o termo emancipação, portanto, o efeito da pesquisa na esfera social. Há tradições que significam o termo desde uma mudança radical de nível societal, como no marxismo, até a microemancipação, referindo-se à tomada de consciência de um pequeno grupo, como uma organização, em relação à sua capacidade latente de pensar criticamente sobre sua realidade (Alvesson & Willmott, 1992).

Outros aspectos revelam a condição difusa muitas vezes associada ao método de análise de discurso, observada pela ontologia interpretativista da realidade social. Neste sentido, até mesmo o próprio termo discurso nem sempre é significado da mesma forma em análises de discurso críticas (Alvesson & Kärreman, 2011). É possível encontrar essas significações derivando de distintas perspectivas teóricas, como por exemplo, a visão hermenêutica que considera discurso como sendo um acontecimento (Ricoeur, 1999), como um delimitador do sentido histórico de uma frase (Orlandi, 2009), como um aspecto normatizador do social (Foucault, 2014), ou ainda, como um elemento constituinte da subjetividade dos sujeitos (Dunker, Paulon, & Milán-Ramos, 2016).

Como visto, temos muitas possibilidades de significação desses termos-chave para as análises de discurso críticas, configurando-as de diferentes formas, procedimentos e posturas analíticas. Por essa razão, entendemos que as práticas de análise de discurso merecem ser constantemente debatidas, como condição para que os pesquisadores e suas comunidades acadêmicas reflitam criticamente sobre suas estratégias e procedimentos analíticos para o alcance do efeito de mudança social desejada. É assim que nossa proposta busca atravessar o procedimentalismo em torno das análises de discurso, ou seja, a preocupação quase que exclusiva com o mero executar dos procedimentos metodológicos, canonizados como protocolos inquestionáveis e não como construções singulares, epistemologicamente orientadas, em suas aplicações práticas. Por esse motivo, em nossa proposta ensaística, não nos ocupamos de prescrições proceduralistas. Aliás, acreditamos que muitas das inconsistências onto-epistêmico-metodológicas, ou seja, sincretismos conceituais e metodológicos cujos elos lógicos e semânticos não são desenvolvidos ou mesmo problematizados pelo debate metodológico, resultam do excessivo foco em cumprimento de etapas procedurais que se converte em procedimentos pouco reflexivos e formalistas: pesquisadores disputando espaço de seus protocolos de análise do discurso (escola francesa, escola espanhola etc.), defendendo como se

fossem suas “igrejas” e sem pensar na coerência entre estes modelos, suas teorias, e mesmo suas convicções sobre a realidade.

Por fim, salientamos que este ensaio é construído sob o pressuposto de que a essência da realidade humana é a linguagem (Gadamer, 1999; Lacan, 1957/1998; Lawn, 2011). Por este paradigma, entendemos ter possibilidades para remontar e se deslocar entre os demais sem que suas respectivas lógicas internas sejam corrompidas. Ao compreender que os respectivos pressupostos podem ser considerados constructos linguísticos, podemos adentrar aquele campo semântico normatizado pelos respectivos discursos epistêmicos e explorar seus desdobramentos na postura do(a) analista. Assim sendo, não temos a pretensão de fixar respostas absolutas para questões até aqui levantadas, mas apenas de abrir as significações do termo emancipação, tantas vezes articulado de forma indistinta.

A articulação entre a concepção de “ideologia” e o sentido da emancipação refletido na postura do(a) pesquisador(a)

Desde o início do pensamento marxista clássico, o discurso sociológico crítico busca promover a emancipação com vistas a instrumentalizar a mudança social (Forchtner, 2011). Entre os desdobramentos dessa corrente, ainda que dentro do campo crítico, a ideologia passou a ser apreciada através de diferentes lentes paradigmáticas, o que confere sentidos distintos para a emancipação sob cada uma delas (Melo, 2017). Como consequência, cada abordagem leva a uma postura distinta por parte do(a) pesquisador(a) ao analisar um discurso objeto de seu estudo.

Empreender uma análise de discurso de intento emancipatório exige, sob alguma dimensão, operar a crítica à ideologia que se concretiza no discurso analisado (Orlandi, 2009). Contudo, a partir de uma concepção hermenêutica, faz-se necessário também empreender a crítica a ideologia do próprio discurso científico pelo qual se opera a crítica ao discurso social (Ricoeur, 2013). Desse modo, partimos da premissa de que as ideologias materializadas em um discurso normatizam o campo semântico que serve de referência para o pensamento (Dunker et al., 2016; Orlandi, 2009) – mesmo para o pensamento crítico –, e por isso mesmo, condicionam a postura emancipatória do(a) analista de discurso. Desse modo, surge um problema fundamental na análise crítica do discurso: como o(a) analista de discurso concebe a função da ideologia em seu próprio pensamento crítico?

Aqui articulamos três possíveis posturas epistemológicas com vistas a esclarecer o cerne de nossa argumentação, de que o sentido da emancipação está articulado em função de uma concepção própria de cada paradigma em relação ao efeito da ideologia na esfera social. Entre pontos de um continuum (elaborado para fins didáticos

para compreensão deste argumento), a ideologia pode ser compreendida como sendo aquilo que promove o acortinamento do real motor da sociedade, como sugere a concepção ontológica realista do marxismo clássico; em outro extremo ontológico, relativizado pela subjetividade da linguagem, a ideologia é entendida como sendo um dos elementos que ordena a realidade humana no campo simbólico no qual não é possível se ter uma expressão absoluta do Real (Lacan, 1957/1998; Žižek, 2013).

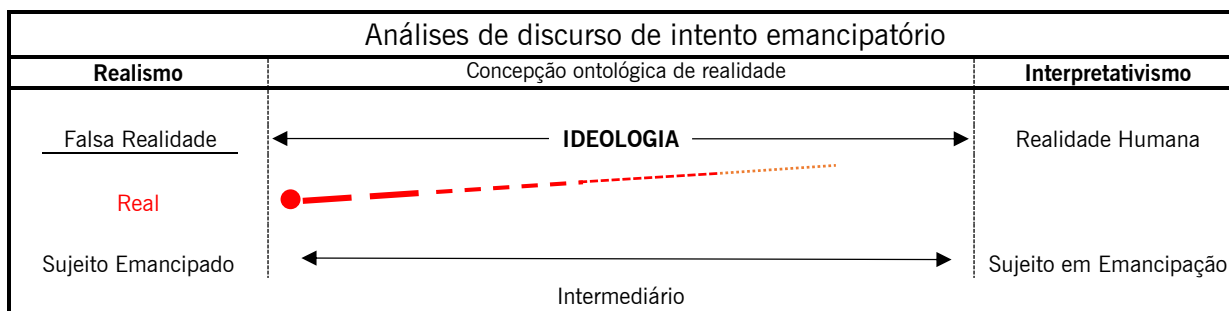


Figura 1 – Continuum de concepções da ideologia, realidade e emancipação

Fonte: Elaborada pelos autores.

A perspectiva pela qual é pensado este ensaio é localizada à direita do continuum, ou seja, onde a ideologia é compreendida como sendo uma condição para interpretação e para simbolizar o Real. Em adição e assumindo a concepção epistemológica lacaniana, o Real escapa dos limites objetiváveis da linguagem. Por outro lado, mesmo sendo considerado um fenômeno social intransponível, a ideologia, enquanto uma visão de mundo que se materializa na linguagem (Orlandi, 2009) pode impedir outras interpretações possíveis para o real (Ricoeur, 2013). Esse é o efeito mais perverso da ideologia, o de planificação de uma interpretação tomada como inequívoca, a ponto de um sujeito – inclusive um analista de discurso – não perceber, ou mesmo negligenciar, as fraturas que o Real causa nas proposições linguísticas que os sujeitos constroem para construir a realidade de forma inteligível (Žižek, 2013).

Nesse sentido, convergimos para o entendimento de Demo (1995), quando afirma que “nunca conhecemos a realidade assim como ela é, tanto porque há limites no sujeito – que sempre tem da realidade uma captação construída – e o desdobramento na realidade – é sempre maior que nossas explicações e intervenções” (p. 80). Portanto, é preciso buscar mitigar as chances de que a inevitável ideologia roube a cena obstruindo a interpretação do(a) pesquisador(a), aprisionando-o ao seu discurso de certezas que se sustentam, muitas vezes, sob protocolos metodológicos utilizados de forma irreflexiva. Por isso, a hermenêutica nos oferece um importante aporte analítico para consecução da proposta meta-analítica da AC-ED, uma vez que sua missão essencial é compreender “sentidos” (Demo, 1995). O termo no plural reforça a intenção de buscar as interpretações possíveis em uma dada tradição linguística, comunidade, ou grupo social.

Inseridos nessa visada hermenêutico-crítica, consideramos a forma com que o(a) analista de discurso concebe a ideologia e, por conseguinte, se relaciona com o real. Sua concepção de mundo cria sentido prático para sua ação emancipatória concretizada na sua postura analítica concretizada no seu proceder. Assim, esse processo é articulado a partir do próprio discurso científico do(a) analista que se desdobra em diferentes posturas no ato da análise:

1. na condição de emancipado, o(a) analista se coloca em uma posição transcendente à ideologia, ou seja, sob um ponto de vista extra-ideológico, de onde percebe e denuncia mecanismos de dominação operados pela articulação do discurso ideológico que, constituindo o falso-real, impede que os sujeitos por si percebam sua condição de dominados;
2. numa posição intermediária do continuum, na qual o(a) analista busca encontrar vias racionais que o conduzam à emancipação. Nesse sentido, o(a) pesquisador(a) busca teorizar meios para compreensão do atual momento histórico. Sem oferecer o diagnóstico definitivo, ele(a) busca munir a sociedade com instrumentos teóricos-analíticos para que ela desenvolva soluções em prol da liberdade, igualdade e justiça; e
3. o(a) analista como sujeito em emancipação: em função da condição de insuficiência simbólica para o domínio todo do Real, a postura do(a) pesquisador(a) se molda na direção do que consideramos ser característica de uma Análise de Crítico-Emancipatória de Discurso. Sob postura epistêmico-metodológica, o(a) pesquisador(a) não tem a intenção primeira de generalizações empíricas, tampouco sustentar a interpretação como sendo a verdade sobre o discurso analisado. O(a) analista constrói sua própria via emancipatória no seio de uma tradição linguística, confrontando-a com determinismos estruturais e expandindo suas significações pelo exercício da liberdade interpretativa, induzido pela sua própria experiência no mundo por meio da linguagem.

Entendemos que as três posturas aqui delineadas são problematizáveis – e devem, efetivamente, ser problematizadas. Entretanto, a partir delas, podemos avançar na compreensão de sentidos para emancipação como proposição para o delineamento de uma AC-ED. A seguir, ilustramos nosso constructo meta-reflexivo a partir de dois aportes teóricos amplamente versados em nosso campo, os paradigmas da produção – do marxismo clássico – e da comunicação – de Habermas. A partir dos respectivos contributos, seguiremos o desenvolvimento do aparato meta-analítico da AC-ED, sob a qual depositamos nossas expectativas de avanços para as análises de discurso no campo.

Desdobramentos epistemológicos na postura analítica do(a) pesquisador(a)

Nesta seção, argumentamos os desdobramentos de dois paradigmas epistemológicos na postura do(a) analista de discurso: o da produção que leva o(a) pesquisador(a) à condição de esclarecido(a); e o da comunicação que se situa em um ponto intermediário entre o esclarecimento todo sobre o Real e sua impossibilidade plena. De cada um destes posicionamentos perante a realidade, extraímos contributos para a construção da AC-ED.

Conforme afirma Thompson (2000), a principal teoria social a estabelecer a concepção crítica à ideologia foi a marxista. A emancipação, nesse sentido, é concebida a partir do paradigma da produção, ou seja, do pressuposto de se poder chegar ao esclarecimento a partir da compreensão do Real que se evidencia na forma com que o ser humano se organiza para produzir bens materiais necessários para sua manutenção ao longo da história (Melo, 2017).

Por meio do **materialismo histórico dialético**, o método marxista viabiliza a travessia das barreiras ideológicas para compreensão da infraestrutura social, cujo elemento-chave da análise é a luta de classes – o motor da História. Para Demo (1995), “Marx inaugurou um novo paradigma científico, quando se pôs a superar a postura de Hegel (paradigma anterior), procurando explicações históricas que lhe pareciam mais profundas” (p. 56). A partir desta premissa, Marx não apenas diagnosticou as fraturas sociais causadas pelo sistema capitalista de seu tempo, mas também identificou as contradições internas do próprio Capitalismo, anunciando o prognóstico sobre o futuro da sociedade pós-capitalista (Bottomore, 2001). Conforme sugere o seguinte trecho:

[Marx] considerou mais relevante na realidade a base material e se aproximou dos ideais então fortemente instigados da ciência natural nascente, o que lhe permitiria fundar uma ciência exata da história, como Darwin fundara a ciência exata (baseadas em leis férreas) da evolução das espécies. (Demo, 1995, p. 56)

Conforme já indicamos, essas premissas epistemológicas revelam um olhar particular para se pensar o potencial emancipatório do pensamento social e da prática científica. Ou seja, para compreender como se estabelece a postura emancipatória do(a) analista numa análise de discurso vinculada ao marxismo clássico é importante não perder de vista que: (1) existe uma verdade objetiva na infraestrutura da sociedade, sentida pelas contradições experimentadas no contexto da vida social; e (2) ela é apreensível pelo atravessamento metodológico da superestrutura, da realidade aparente que se encontra dissimulado pelo discurso ideológico burguês, ou seja,

amparado metodologicamente pelo marxismo clássico, o(a) pesquisador(a) ocupa um lugar simbólico extra-ideológico (Žižek, 2013).

O discurso, enquanto parte da superestrutura, é carregado de ideologia burguesa e representa uma – entre outras – barreiras para o acesso à infraestrutura: a certeza sobre o real (Melo, 2017). O termo real quando articulado no marxismo remete à certeza a respeito do funcionamento infraestrutural e histórica da sociedade, ou seja, é um elemento designado pela linguagem, mas que se torna dissimulado pelo discurso burguês. Por isso, fixar-se no discurso sem um diagnóstico material apriorístico, ou seja, sem um pressuposto de real que o confronte, resultaria na reafirmação do imaginário planejado pela própria ideologia burguesa.

Sob essa perspectiva, o(a) pesquisador(a) evita tomar um descaminho analítico que, se apenas se guiasse pelo discurso analisado – sem a referência epistemológica do diagnóstico da sociedade capitalista – poderia se aprisionar àquela ideologia, afastando-se do propósito revolucionário e, por consequência, acabar por corroborar para o prolongamento desta etapa histórica, marcada pela desigualdade social decorrente da dominação burguesa. Na prática de uma análise de discurso orientada sob o paradigma da produção, a partir do diagnóstico da teoria marxista, busca-se realinhar o campo semântico ao real motor da história. É dessa forma que se torna viável apontar as contradições existentes entre o real e o falso-real.

O diagnóstico e o prognóstico robusto do marxismo clássico levam um(a) analista de discurso a se portar como estando a ocupar uma posição privilegiada em relação às pessoas que estão sujeitas ao discurso ideológico burguês. O saber dessa abordagem representa um “porto seguro” sobre a forma com que a dominação social é operada no curso da história humana (Demo, 1995, p. 56). Com isso, se obtém uma pretensa imunidade à ideologia hegemônica, o que permite ao(a) analista de discurso ter clareza sobre as referências sobre como a burguesia opera a manipulação do imaginário dos(as) dominados(as). Tal posicionamento, se assumido de forma irreflexiva ou ingênua por parte do(a) pesquisador(a) pode ser perigoso, uma vez que essa premissa de posição extra-ideológica pode levar os sujeitos a não problematizar os diagnósticos dos quais partem, portando-se, muitas vezes, como esclarecidos confirmadores de teses assumidas *a priori*. Mas dessa postura, a AC-ED herda o inconformismo perante injustiças sociais. Não basta conhecer os problemas sociais, mas, sobretudo, é preciso enfrentá-los pelo campo das ciências sociais (Demo, 1995).

Avançando à direita em uma posição intermediária daquele continuum, entre o sujeito esclarecido e a impossibilidade da verdade sobre o real por meio da linguagem, ilustramos a partir da postura analítica de um(a) pesquisador(a) que se orienta pelo **paradigma da comunicação** habermasiano. Diferentemente da sustentação epistemológica do posto de um(a) analista de discurso emancipado(a), a garantia de saída do

efeito de dominação da ideologia está na manutenção da possibilidade da livre problematização dos acordos de convivência, dialogando com os saberes de maior amplitude temporal e tendo a ética discursiva e a busca de consenso como ideais mediadores da construção dos acordos intersubjetivos válidos. Não se presume acesso à verdade toda sobre o real, pois “a consciência cotidiana não mais sintetiza as interpretações em visões falsas do mundo, mas ela é fragmentada” (Reese-Schäfer, 2012, p. 59).

Nesse sentido, os processos de dominação social via comunicação se tornam notáveis quando os acordos de convivência são impostos, sem a possibilidade de debate público, problematização e busca de consenso. As verdades são instituídas por imposição, uma situação em que se pesa o poder de quem as profere, mas não o seu argumento (Aragão, 1992). É justamente a possibilidade de livre problematização dos argumentos e a valorização do argumento em detrimento do poder de quem fala, que leva um analista de discurso sob esta epistemologia a adotar uma postura de não plenamente emancipado, mas detentor de um saber analítico capaz de munir a sociedade para que compreenda as contradições de seu tempo e discuta soluções para superar as assimetrias de poder econômico e político-administrativo (Melo, 2017).

Se o mundo da vida foi colonizado pela comunicação na diacronia de uma história que sustenta formas de dominação social, os mecanismos de reconhecimento da reificação são dificultados, por estarem introjetados nos significantes da linguagem do mundo da vida – colonizado pelo mundo sistêmico. Uma Análise de Discurso Crítica sob essa postura, localizada em algum ponto intermediário do continuum da Figura 1, é guiada pela busca de situações em que a possibilidade do contraditório é suprimida, pela análise do uso da linguagem e pelo peso que a argumentação, em detrimento da posição de quem fala, possui na dinâmica do estabelecimento dos acordos de convivência da sociedade.

O contributo desta posição à consecução de uma AC-ED é a quebra da certeza pautada em um diagnóstico sedimentado da realidade. A abordagem habermasiana, articulada como sendo um exemplo de uma postura intermediária entre o ser emancipado e em emancipação apresenta a comunicação crítica como um meio de confronto de ideias e a possibilidade de não consenso (Demo, 1995), embora tenha a ação comunicativa como ideia mediadora para pretensa consecução de acordos intersubjetivos. Com isso, se constroem condições para que própria sociedade participe da elaboração de possíveis repostas para as contradições entre mundo sistêmico – caracterizado pela distorção da comunicação para fins político-administrativos e econômicos – o mundo da vida onde os acordos intersubjetivos são estabelecidos pautados na ética discursiva (Habermas, 1984, 1987, 2000).

O contributo desse aporte teórico para a AC-ED está no foco em analisar como a linguagem é utilizada nos processos de comunicação. O foco na pragmática da

linguagem leva o(a) pesquisador(a) a não prescrever soluções pensadas alheia ao debate com a sociedade – destituindo-o(a) do posto de plenamente esclarecido(a) sobre o Real – mas a uma análise de discurso que compreender a linguagem em uso, como por exemplo:

1. Epistêmico, onde as condições de validade são conhecidas e não problemáticas;
2. Teleológico, quando as condições de validade são conhecidas apenas pelo falante; ou
3. Comunicativo, caracterizado pela possibilidade de problematização das proposições enunciadas pelo falante, de tal ordem a permitir o debate argumentativo livre de constrangimentos linguísticos.

Desse modo é também possível analisar a o efeito da ação linguística, interrogando se aquele discurso produz entendimento (concordância indireta), consenso (compartilhamento de significados e sentidos) ou consequências (quando o discurso visa instrumentalizar o ouvinte para uma ação da qual não possui clareza de seu papel).

O aporte teórico de Habermas leva a uma condução de análise de discurso que interroga a ação do locutor da seguinte forma: seu pronunciamento é racional (inteligível ao ouvinte)? Se a resposta obtida for positiva, se trata de uma ação comunicativa, e se nos possibilitaria prosseguir a análise. No caso de uma comunicação não racional, não há o intento de comunicar, portanto, sob perspectiva habermasiana, não há a viabilidade para continuação de uma análise de discurso crítica. Por outro lado, sendo o discurso racional, o(a) analista pode buscar identificar qual a finalidade daquela ação discursiva.

Uma possibilidade para identificá-la é questionar se quem fala possui a intenção de promover (1) entendimento e/ou consenso sobre algo ou se, oposto a isso, a intenção é (2) convencer dissimulando interesses, ou seja, não revelando todas as consequências daquela ação ao ouvinte. Na primeira possibilidade, o esforço argumentativo e a intenção da ação comunicativa são compartilhar significados e significações, ou seja, gerar uma zona de compreensão comum, construída de forma livre, em que a qualquer momento o ouvinte pode interrogar quaisquer aspectos enunciados na busca de compreender a proposição em sua plenitude.

A segunda possibilidade configura uma ação estratégica pelo uso da comunicação, ou seja, as palavras e argumentos são propositalmente escolhidos de forma a constranger o ouvinte e impossibilitá-lo de questionar. Isso ocorre, por exemplo, pela evidência da assimetria de poder entre falante e ouvinte, uso de palavras e expressões

que não são compreensíveis a quem está ouvindo, ou ainda, mobilizar o imaginário do outro para obter um entendimento que dissimula as intenções das consequências da ação (Felts, 1992).

Para analisar a intencionalidade do falante, o(a) analista pode interrogar a proposição da seguinte forma: **O que se dizer com ela? O que se diz nela? Qual a forma de sua aplicação na fala?** É possível que, a partir destas perguntas, o(a) analista encontre pistas se aquele ato de fala é orientado para o consenso, para o entendimento ou para promover alienação do ouvinte. O contributo emancipatório de uma Análise de Discurso, neste caso, é desvelar a intenção do falante, ou seja, de tornar claros os motivos pelos quais está a induzir o comportamento do outro por meio de uma comunicação sistematicamente distorcida ou dissimulada.

Análise crítico-emancipatória de discurso no sentido hermenêutico: encadeamentos meta-reflexivos

A partir da análise de características da postura de um(a) analista emancipado, seguimos em direção de um sujeito que abdica das certezas como condição para um novo sentido para o termo emancipação, intimamente ligado à compreensão da transitoriedade das certezas perante a insuficiência da linguagem para compreensão toda do Real. Para Demo (1995), a emancipação como processo “obriga a assumir a insegurança, o medo, a limitação, a partir do que se coloca a necessidade de construir caminho próprio, preferível a parasitar sobre rotas surradas e já desatualizadas” (p. 57). O caminho possível para uma AC-ED no sentido hermenêutico, que pode ser compreendido como a proposição de um constructo meta-analítico, fundamenta-se na dimensão edificante da linguagem para construção da realidade humana, pressupostos por Gadamer (1999), Lacan (1957/1998; 1999) e Ricoeur (2013).

Entendemos que o potencial a partir desse sentido possível da emancipação ainda não está suficientemente debatido em nosso campo. Por isso, para fomentar o debate em torno dessa questão, do(a) pesquisador(a) em emancipação, ao mesmo tempo que compartilhamos nosso constructo formado em elos interdiscursivos das hermenêuticas (filosófica, crítica e psicanalítica), buscamos também ilustrar nosso entendimento sobre o papel do desenvolvimento de um percurso metodológico contingente e sob uma construção lógico-linear acessível ao entendimento da audiência.

Sob essa perspectiva, não se tem a pretensão de atestar uma verdade por meio de um método que dispensa detalhamento do percurso analítico, mas construir uma interpretação verdadeira, que se baseia na experiência subjetiva do(a) pesquisador(a), na tradição linguística da comunidade acadêmica e da validação, sempre que possível, pelos próprios sujeitos envolvidos no discurso. Como Gadamer (1999) problematiza,

a verdade não emerge do protocolo metodológico, mas da interpretação contingente que se dá mediante o trabalho interpretativo do sujeito articulando seu horizonte hermenêutico e uma experiência inédita em sua vivência e que demanda significação.

A função da ideologia nesta perspectiva é consolidar um horizonte interpretativo pelo qual o sujeito se constitui como ser no mundo. De acordo com a tradição hermenêutica, a ideologia não apresenta apenas características negativas: ela também representa a memória social, oferece bases para interpretação do mundo (Ricoeur, 2013), possibilitando que o compartilhamento de significantes e significados crie a esfera da intersubjetividade (Habermas, 2003), viabilizando a construção do mundo social via linguagem (Ricoeur, 2013). Aliás, com a virada linguística das ciências humanas, passamos a compreender melhor que a ideologia é um fenômeno social intransponível (Berger & Luckmann, 2004), inclusive na ciência, onde sujeito e objeto se constroem mediante um encontro em que se chocam o horizonte interpretativo e o ineditismo da realidade (Gadamer, 1999).

A existência de limites do próprio horizonte interpretativo não representa obstruções definitivas à emancipação. Nesse sentido, emancipar-se significa ter a liberdade de pensar de forma descompromissada em relação às estruturas de poder vigentes, desbloqueando outras interpretações possíveis – bloqueadas por uma ideologia com traços de dominação social (Ricoeur, 2013). Desse modo, toda interpretação inteligível a uma comunidade linguística considera-se legítima, e merece ser debatida. É sob a articulação expansiva entre significantes da linguagem que os campos semânticos ganham complexidade para tentar simbolizar o Real (Lacan, 1999). É desbloqueando interpretações possíveis dentro de uma tradição que refinamos nosso entendimento sobre a experiência humana em sociedade.

Uma AC-ED busca compartilhar o encontro hermenêutico do(a) pesquisador(a) com a realidade do outro, analisada a partir do seu discurso para se referir ao discurso do outro. Uma vez que o critério de validação desta forma de análise não se encontra no protocolo metodológico adotado, mas na exposição – a céu aberto – da construção de um percurso metodológico, devemos pensar em critérios de validação para essa interpretação e como ela promove alguma dimensão emancipatória para a sociedade. Nesse sentido, ao considerarmos que uma análise de discurso não escapa a um discurso científico que lhe confere sentido, devemos promover procedimentos que permitam o acompanhamento do desenvolvimento não apenas da análise, mas do desenvolvimento do seu dispositivo metodológico.

Uma interpretação merece ser validada em debate, se possível com os envolvidos no contexto da análise, jamais decretada como conclusão monocrática na seção de conclusão. Quando possível, deve-se buscar a validação pelos próprios sujeito(s) cujo discurso fora analisado, fazendo dessa devolutiva uma primeira rodada

de debate antes da finalização da análise. Para isso, seria prudente interrogá-lo(s): você se identifica com esta interpretação? Caso isso não seja possível, em função da natureza documental do corpus, a validação se dá pelo próprio debate entre pares: esta interpretação se sustenta na tradição hermenêutica da comunidade que navega pela mesma perspectiva epistemológica? Em ambos os casos, destituímos o desejo de verdade última do discurso do(a) analista de discurso, restando o seu proceder como contributo em relação ao efeito que produziu em seu campo.

Interrogar o(s) envolvidos a respeito de sua identificação ou não com o produto interpretativo, além de conferir validade à análise, cumpre, sobretudo com o papel social de um estudo crítico-emancipatório. Esse ponto é crucial: como poderia o(a) pesquisador(a) promover alguma dimensão da emancipação da sociedade se não apresentar aos envolvidos, sob linguagem inteligível, aquilo que interpretou sobre os sujeitos e seus discursos? Ao interrogar o(s) sujeitos sobre quanto ele(s) se identifica(m) com a análise empreendida sobre seus respectivos discursos, o(a) pesquisador(a) se destitui do papel de emancipado, abdica de um método universal e emancipador, confere ao sujeito a possibilidade de se manifestar sobre aquele argumento. Ao se deparar com uma proposição sobre si, se o sujeito não for capaz de revelar alguma identificação com sua experiência subjetiva no mundo, o que o(a) pesquisador(a) pode concluir é que falou mais de si mesmo do que do outro – será necessário reinterpretar a luz do novo acontecimento.

Por outro lado, se o(s) sujeito(s) cujo(s) discurso(s) foi(ram) analisado(s), ao terem contato com a interpretação do(a) pesquisador(a) sobre os discursos sob os quais estão submetidos, reconhecem dimensões que lhes são familiares, sob novas perspectivas, sobre outro olhar se, deste modo, as validam, temos uma forma de validação que não se sustenta na autoridade do protocolo, mas no argumento que, de alguma forma, promoveu uma verdadeira emancipação no campo social: os sujeitos se tornaram mais conscientes sobre o discurso pelos qual se constituem.

Sob esta postura, esse(a) pesquisador(a) se afasta do papel emancipado(a), daquele(a) que tem a verdade sobre o discurso do outro, mas herda a postura crítica e pouco resignada em relação aos problemas sociais de seu tempo. O(A) analista de discurso, no sentido hermenêutico aqui construído, oferece seus questionamentos para serem problematizados e debatidos – muito mais do que respostas. Seu intento maior é promover o deslocamento de pontos de vista capazes de expandir a compreensão da realidade humana fundada na experiência na linguagem a partir de um lugar que lhe é singular no campo simbólico. O sentido da emancipação social articulado sob esta postura do sujeito em emancipação – induzida pelo paradigma da linguagem – representa a desobstrução de interpretações inteligíveis e válidas dentro de uma comunidade linguística.

A sustentação na insuficiência de esclarecimento sobre o Real – aquilo que não se inscreve na linguagem e que através de simbolização o apreendemos e compreendemos sempre de forma precária (Lacan, 1957/1998), portanto, viabilizando infindáveis formas de interpretar (Ricoeur, 1999) – também leva em conta a deformação dos horizontes interpretativos do mundo da vida, o que impede a possibilidade do pleno esclarecimento autoproclamado, ainda que sob um método científico. Portanto, há que se atravessar a concepção binária de “realidade” ou “falsa realidade” ideológica e seguir sob uma terceira via: a realidade enquanto interação simbólica e, portanto, construída na diacronia histórica da semântica de um campo social.

A postura analítica do(a) pesquisador(a) em emancipação representa a libertação do desejo de portar a verdade sobre o objeto, ou de se apresentar como o ser privilegiado que possui a chave de compreensão para o Real – compreensão fraturada pela polissemia da linguagem e pela não inscrição do Real, da coisa em si, no sistema simbólico (Dunker et al., 2016). Aqui reconhecemos a virtude da postura habermasiana, intermediária, que elege a busca de consenso da comunidade como uma ideia mediadora dos acordos intersubjetivos, operados pela possibilidade de problematização e sustentados pela força do argumento perante a tradição, de amplitude histórica que transcende o contexto histórico vivido.

AC-ED: do discurso de outrem ao próprio discurso do(a) analista de discurso

A partir do entendimento, compartilhado entre a sociologia crítica, a linguística e a psicanálise, campos do saber considerados por Orlandi (2009) como constituintes dos saberes que viabilizam uma análise de discurso crítica, que sugerimos que a análise proferida pelo(a) analista de discurso é também, em si mesma, um discurso de verdade, sujeito às mesmas críticas pela qual opera sua análise. Nesse sentido, questionamos: quão emancipado se percebe o(a) analista perante a ideologia de seu próprio discurso?

Uma análise de discurso também pode ser compreendida como uma articulação lógico-linguística que expressa uma proposição inscrita em uma tradição linguística, cujo campo semântico é regido por um determinado discurso de verdade. Dito de outra forma, podemos considerar a AC-ED não um método, no sentido de etapas procedimentais práticas, mas um proceder analítico epistemologicamente orientado. Isso quer dizer que a validade da análise, ou seja, a verdade do discurso do(a) analista de discurso, não se sustenta pela consecução de etapas protocolares, mas sobretudo, sobre um proceder consciente que, no campo semântico, converge ontologia, epistemologia e metodologia para a experiência subjetiva do(a) pesquisador(a) em relação ao fenômeno discursivo, sob a qual sustentará sua construção de conhecimento.

É por isso que chamamos a atenção para a necessidade de consciência do(a) pesquisador(a) sobre seu próprio discurso científico de verdade e que determinam a sua postura perante o real da sociedade: desde um sujeito emancipado até um sujeito em emancipação. Essas posturas parecem ser resultantes da experiência do sujeito na linguagem, que constitui seu horizonte hermenêutico e sua posição no campo da linguagem, lugar de onde interpreta e (re)constrói a realidade humana (Gadamer, 1999; Lacan, 1957/1998).

Esse local simbólico na linguagem pode remontar outros paradigmas, como o da produção e o da comunicação, que por serem expressos por linguagem, são passíveis de compreensão lógico-semântica. Sendo assim, podemos buscar compreender como a teoria posiciona o(a) pesquisador(a) perante a realidade e como ele se porta na função de analista de discurso dessa realidade. Será que podemos tomar como algo resolvido em nosso campo que esse(a) pesquisador(a) assume conscientemente o intento emancipatório do discurso acadêmico ao qual se vincula, senão, se aliena, para proferir uma interpretação sobre o discurso que analisa?

Resgatemos que, na condição de emancipado, o(a) analista parece ocupar um lugar simbólico no mundo construído por sua base epistemológica e que lhe oferece uma referência de verdade sobre o Real, sob a qual ele(a) busca confirmar diagnósticos e construir prognósticos. Por outro lado, entre os extremos – de sujeito emancipado e em emancipação –, ele(a) parece se utilizar de bases racionais da tradição de seu campo e que não lhe oferecem um diagnóstico, mas vias para sua construção. Com isso, o(a) pesquisador(a) expõe sua interpretação como um discurso de verdade com vistas a emancipar a sociedade.

Pela via interpretativista do paradigma da linguagem, de um sujeito em “emancipação”, esse termo é significado como a possibilidade do exercício liberdade reflexiva nos limites de uma tradição ou comunidade linguística para a qual o(a) pesquisador(a) comunica. A sua interpretação é compreendida e tida como verdadeira perante a tradição hermenêutica daquela comunidade, o(a) pesquisador(a) oferece em detalhes o seu percurso reflexivo. Seu contributo está na forma com que estrutura seu pensamento para atravessar discursos de verdade sem que, necessariamente, busque oferecer a sua interpretação como definitiva, senão apenas verdadeira, possível e transitiva – viabilizando o debate que deve mover o campo acadêmico.

Portanto, uma AC-ED encaminha os(as) analistas de discurso a elaborarem respostas para questionamentos meta-analíticos, ou seja, na instância do (re)pensar os procedimentos adotados ou construídos no curso da análise. Podemos sistematizar esses questionamentos da seguinte forma:

1. Qual a relação entre a ontologia assumida pelo(a) pesquisador(a) e a teoria pela qual ele(a) compreende a realidade?

2. No seu texto, os elos entre a epistemologia e os procedimentos analíticos de discurso adotados/elaborados são enunciados de forma inteligível para o(s) leitor(es)?
3. Como a teoria de base posiciona o(a) analista de discurso em relação à ideologia?
4. Quão emancipado(a) o(a) pesquisador(a) se percebe perante aqueles inseridos do contexto do discurso analisado?
5. A quem o(a) pesquisador(a) pretende emancipar: a si? Os sujeitos do contexto analisado? A comunidade acadêmica? Um grupo social mais amplo?

Esses questionamentos que norteiam uma AC-ED constituem um aparato meta-reflexivo que convida o(a) analista de discurso à autorreflexão que, muitas vezes, por estar engajado(a) na elaboração de uma crítica social, acaba não problematizando seu próprio discurso – não o submetendo aos mesmos critérios pelos quais opera suas análises. Assim, a AC-ED fomenta uma postura vigilante sobre quão emancipado(a) deseja/resume ser/estar na construção dos argumentos de uma análise, respostas que desencadeiam distintos procedimentos e lógicas interpretativas refletidas em sua postura.

Considerações finais do texto: por uma AC-ED contributiva ao debate do fazer científico

Os(As) analistas de discurso têm se revelado capazes de elaborar interpretações sobre o discurso de outrem, de organizações ou de contextos sociais amplos. Entretanto, em algumas situações, a postura do(a) pesquisador(a) é insuficiente para promover a emancipação a partir de seu próprio discurso de verdade. É nesse sentido que o aparato meta-reflexivo aqui apresentado pretende contribuir para o debate metodológico deste campo, a partir de uma proposta meta-analítica nominada AC-ED.

Além de permitir a construção de procedimentos metodológicos epistemologicamente orientados, mas evitando replicações procedurais ou o uso irreflexivo de etapas legitimadas pela prática da pesquisa acadêmica, o aparato meta-reflexivo da AC-ED é contributivo inclusive para outras epistemologias que se valem do método de Análise de Discurso com pretensões também emancipatórias. A partir dos aportes teóricos aqui tratados, buscamos fomentar constructos analíticos mais robustos para escrutinar a Análise de Discurso, indicando como a postura do(a) analista em relação ao discurso do outro se estabelece a partir de pressuposições da epistemologia assumida em seu quadro teórico de análise. Outra importante contribuição é que a AC-ED também revela para o(a) analista que seu próprio discurso científico é passível

de viés ideológico, o que, por sua vez, irá determinar o sentido da emancipação que se obtém no processo.

Ancorada sob as hermenêuticas de Gadamer, de Ricoeur e em elementos epistemológicos do paradigma da linguagem compendiados por Lacan, a reflexão crítico-hermenêutica aqui tratada defende uma visão particular sobre a relação entre teoria, método e implicação social no fazer científico. Nesta perspectiva, assumimos que os procedimentos de análise de discurso de nosso campo sejam constantemente debatidos – tanto para formação de novos pesquisadores, quanto para o aprimoramento dos saberes entre aqueles que já são versados no método. Portanto, neste ensaio, o aparato meta-reflexivo proposto também serve para apreciar os desdobramentos que os diferentes sentidos para o termo emancipação causam na postura do(a) analista de discurso na relação com a ideologia e com o Real.

É justamente por isso que, entre as dimensões passíveis e necessárias no debate metodológico de Análise de Discurso, elegemos o alinhamento entre aspectos onto-epistêmico-metodológico na postura analítica do(a) pesquisador(a) como um ponto central na construção de discurso científico a respeito de uma realidade social. É neste alinhamento que se insere a reflexão sobre o significado do termo “emancipação”. Ou seja, na pesquisa social, quando se assume a postura crítico-emancipatória, deve-se ter em mente qual o sentido da emancipação do discurso científico: a intenção é emancipar a audiência? O(s) sujeito(s) de pesquisa? O(s) próprio(s) pesquisador(es)? Consideramos que pesquisadores precisam estar conscientes dessas nuances para melhor estabelecerem suas estratégias de pesquisa em função do alcance emancipatório desejado.

Nesse sentido, chamamos atenção para as situações de análise de discurso em que o constructo analítico não é desenvolvido às vistas da audiência. Mais precisamente, soa problemático quando o autor de base, a teoria ou o esquema de análise não é explicitado a partir de sua aderência ou aplicação contingente. É prudente se valer do próprio pressuposto das análises de discurso, de que a linguagem nem sempre é clara para o sujeito que a articula (Orlandi, 2009), razão de que um sujeito observador percebe sua estrutura em uso, de forma mais detalhada do que aquele pela qual o discurso se concretiza no ato de fala (Lacan, 1986, 1999).

Ao considerar o problema da falta de clareza do sujeito em relação ao seu próprio discurso tal qual alertam alguns estudiosos do discurso (Dunker et al., 2016; Foucault, 2016; Orlandi, 2009), reconhecemos em nosso ensaio que o sujeito do discurso científico é capaz apenas de expressar uma pretensão de verdade ou interpretação verdadeira (Gadamer, 1999); por isso, a efetividade do pensamento científico se dá, antes, no entendimento intersubjetivo possível dentro de uma comunidade linguística, em poucas palavras, no debate e no consenso em relação ao argumento (Habermas, 1984).

Por esse motivo, nos mobilizamos para a busca de um refinamento dos procedimentos das pesquisas que se utilizam de uma estratégia metodológica fundada no rigor quanto a construção de uma **consciência sobre o discurso, que abandona a disputa pela verdade do método**. Promovendo uma abordagem de análise de discurso crítica que nos torna cientes dos problemas de ordem simbólica no fazer científico, ou seja, do campo semântico e da configuração do discurso que se produz na pesquisa, vislumbramos maior alcance do intento emancipatório, seja o sentido que for, conferido pelo paradigma articulado no estudo.

Assumindo a condição de sujeitos cuja consciência é construída pelo campo simbólico (ou seja, por linguagem) como o ponto de partida de qualquer análise social, consideramos que não se pode presumir que os sujeitos – pesquisadores e/ou pesquisados – são plenamente esclarecidos a respeito do discurso que simboliza o Real ou que mediam a experiência da realidade (Dunker et al., 2016; Lacan, 1998). Com isso, estendemos a amplitude da análise de discurso ao discurso dos pesquisadores, questionando: quão emancipado pode ser um(a) pesquisador(a) em relação ao seu próprio discurso de verdade?

Para ajudar a encontrar caminhos para essa resposta é que ensaiamos a proposta de AC-ED. A partir do paradigma da linguagem, em especial, considerando os contributos das hermenêuticas (Gadamer, 1999; Ricoeur, 2013) e de elementos teóricos da obra lacaniana (Dunker et al., 2016; Lacan, 1986, 1999; Lacan, 1998), construímos uma meta-reflexão remontando os paradigmas da produção, da razão e da emancipação, preservando suas tradições e campos semânticos pelos quais se sustentam. Sob o paradigma da linguagem, na direção das hermenêuticas, propomos uma nova perspectiva para apreciação das análises de discurso que não se limitam à verificação à aderência a protocolos procedurais como critério de validação, mas sim, sob a forma com que estes constructos teóricos/linguísticos se revelam no discurso do(a) analista de discurso, ou seja, como ele traduz suas afiliações em sua postura analítica.

Por essa via, atentamos para as análises de discurso em que o(a) pesquisador(a) articula termos técnicos de teorias às quais se afilia, sem, entretanto, expor como ele(a) as percebe ou como são aplicadas contingentemente em sua análise. Quando isso acontece, perdemos a capacidade de rastrear os elos interdiscursivos que conferem legitimidade ao constructo onto-epistêmico-metodológico do edifício analítico construído pelo(a) pesquisador(a). Desse modo, entendemos ser insuficiente que, numa Análise de Discurso, o(a) analista se limite a enunciar o autor, a teoria ou o protocolo metodológico sem, necessariamente, desenvolver uma lógica argumentativa sobre como se deu a construção do proceder da análise em torno da abordagem enunciada. Sustentamos que não devem ser omitidos os passos da construção da lógica da interpretação para que, desse modo, o leitor passa a ter condições de (tentar) se deslocar para aquele horizonte hermenêutico, permitindo que ele possa

significar seus termos, constructos, análises e conclusões a partir de um lugar interpretativo mais próximo do autor.

Referências

- Alvesson, M. (2004). Organizational culture and discourse. In D. Grant, C. Hardy, Oswick, C., & L. Putman (Eds.), *The Sage handbook of organizational discourse* (pp. 317-335). London: Sage.
- Alvesson, M., & Kärreman, D. (2011). Decolonializing discourse: Critical reflections on organizational discourse analysis. *Human Relations*, 64(9), 1121-1146. doi:10.1177/0018726711408629
- Alvesson, M., & Willmott, H. (1992). On the idea of emancipation in management and organizations studies. *Academy of Management Review*, 17(3), 432-464. doi:10.5465/AMR.1992.4281977
- Aragão, L. M. C. (1992). *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- Bauman, Z. (1998). *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Becker, F. (1993). Ensino e construção do conhecimento: O processo de abstração reflexionante. *Educação e Realidade*, 18(1), 43-53.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento. A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bottomore, T. (2001). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann.
- Carspecken, P. F. (2011). Pesquisa qualitativa crítica: conceitos básicos. *Educação & Realidade*, 36(2), 395-424.
- Creswell, J. W. (1994). *Research design: Qualitative and quantitative approaches sage*. Thousand Oaks: Sage.
- Demo, P. (1995). *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo, SP: Atlas.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2005). Introduction. In *Handbook of qualitative research* (3a ed., pp. 1-32). Thousand Oaks: Sage.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens* (2a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.

- Dunker, C. I. L., Paulon, C., & Milán-Ramos, G. (2016). *Análise psicanalítica de discurso: perspectivas lacanianas* (2a ed.). São Paulo, SP: Estação das Letras e Cores.
- Felts, A. (1992). Organization communication. *Administration & Society*, 23(4), 495-517.
- Forchtner, B. (2011). Critique, the discourse-historical approach, and the Frankfurt School. *Critical Discourse Studies*, 8(1), 1-14, 2011. doi:10.1080/17405904.2011.533564
- Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso: Aula inaugural no college de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. (24a ed.). São Paulo, SP: Loyola.
- Foucault, M. (2016). *Subjetividade e verdade: Curso no collège de France (1980-1981)*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Gadamer, H.-G. (1999). *Verdade e método* (3a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action, volume I*. Boston: Beacon.
- Habermas, J. (1987). *The theory of communicative action, volume 2: Lifeworld and system: A critique of functionalist reason*. Boston: Beacon.
- Habermas, J. (2000). *On the pragmatics of communication*. Cambridge: MIT press.
- Habermas, J. (2003). *La ética del discurso y la cuestión de la verdad*. Barcelona: Paidós.
- Horkheimer, M. (2000). *Teoria tradicional y teoria critica*. Barcelona: Paidós.
- Lacan, J. (1986). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957) In *Escritos* (pp. 496-533). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1999). *O seminário: Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lawn, C. (2011). *Compreender Gadamer* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- McKenna, B. (2004). Critical discourse studies: Where to from here? *Critical Discourse Studies*, 1(1), 9-39.
- Melo, R. S. (2017). *Marx e Habermas: Teoria crítica e os sentidos da emancipação*. São Paulo, SP: Editora Saraiva.
- Minayo, M. C. S. (1993). *O desafio do conhecimento* (2a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.

- Orlandi, E. P. (2003). A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: O Brasil. *Seminário de Estudos Em Análise de Discurso*, 1, 8-18.
- Orlandi, E. P. (2009). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Reese-Schäfer, W. (2012). *Compreender Habermas*. Petrópolis: Vozes.
- Ricoeur, P. (1999). *Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70.
- Ricoeur, P. (2013). *Interpretação e ideologias* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Thompson, J. B. (2000). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Žižek, S. (2013). O espectro da ideologia. In S. Žižek et al. (Org.), *Um mapa da ideologia* (pp. 7-39). Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.

Agradecimentos

Agradecemos aos pareceristas que, sob diálogos construtivos, contribuíram para com o refinamento dos saberes compartilhados nesse artigo. Também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio via Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares/Capes.

Sobre os Autores

Luiz Gustavo Alves de Lara

Doutor em administração pela Universidade Positivo (UP). Professor na Business School da UP. E-mail: luizusf@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-8916-9333

Fabio Vizeu

Doutor em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Positivo (UP) e coordenador do Programa de Mestrado Profissional da UP. E-mail: fabio.vizeu@up.edu.br. ORCID: 0000-0003-2261-3142



Historia e investigación social cualitativa: reflexiones en torno de la historia comparada y la historia de vida

History and social qualitative research: reflections on comparative history and life history

Leonardo Granato^a

Fernanda Tarabal Lopes^a

Alessandra de Sá Mello da Costa^b

Recebido: 05/06/2018

Aprovado: 01/02/2019

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

^b Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumen

Este ensayo teórico tiene el objetivo de reflexionar, desde una perspectiva brasileña, sobre el uso del método histórico en las ciencias sociales en general, y en las áreas de los estudios organizacionales y de la administración pública en particular. Para ello, con base en una revisión bibliográfica, se eligió profundizar la reflexión a partir de los métodos histórico-comparativos y de la historia de vida, dentro del paradigma cualitativo, con el fin de ofrecer una perspectiva más especializada sobre las implicancias de tales métodos para las subdisciplinas antes mencionadas. Se concluye que el método histórico en general, así como el histórico-comparativo y la historia de vida en particular, promueven nuevas formas de comprensión de la realidad, que conectan lo singular con lo global, lo objetivo con lo subjetivo, lo pasado con lo contemporáneo, generando perspectivas innovadoras para el análisis social, organizacional y político.

Palabras clave: Historia; Estudios Organizacionales; Administración Pública; Historia Comparada; Historia de Vida; Estudios Organizacionales Históricos.

Abstract

This theoretical essay aims to reflect, in a Brazilian perspective, on the use of the historical method in the social sciences in general, and in the areas of organizational studies and public administration. To do this, based on a bibliographical review, we have chosen to deepen the reflection from the historical-comparative method and life history, within the qualitative paradigm, in order to offer a more specialized perspective on the implications of such methods for the aforementioned subdisciplines.

We conclude that the historical method in general, as well as the historical-comparative method and life history method, in particular, promote new forms of understanding reality, by connecting the singular, the global, the objective with the subjective, the past with the contemporary, and generating innovative perspectives for social, organizational and political analyses.

Keywords: History; Organizational Studies; Public Administration; Comparative History; Life History; Historical Organizational Studies.

Introducción

La adopción de la historia por parte de la investigación social cualitativa que se consolidó a lo largo del siglo XX nos remite no solo al desarrollo disciplinar de la historiografía en sentido estricto, sino también, de forma general, a la cuestión del método científico en las ciencias sociales. Así como los siglos XV y XVI nos indican el inicio de la llamada “revolución científica” o ciencia moderna, los siglos XIX y XX presenciaron la consolidación de una nueva etapa para las ciencias sociales, que tuvo lugar como respuesta al “complejo de inferioridad” epistemológico y metodológico que las llevó a aplicar el mismo formato “científico” desarrollado “con éxito” por las ciencias naturales.

La necesidad de garantizar el carácter “científico” o de tipo “positivo” de las ciencias sociales interpeló a los científicos sociales, en el sentido de buscar “métodos” orientados a establecer leyes generales, a la objetividad y a la “neutralidad”. No obstante ello, las ciencias sociales permanecieron desafiantes a su espíritu: estas ciencias que enfrentan el problema de la vida humana en sociedad, de la organización política, no solamente exigen fórmulas descriptivas y explicativas, sino también juicios normativos y de valor. Es en ese marco que el debate que gira en torno de si el modelo de la ciencia moderna, y de la modernidad como un todo, puede ser extendido o no al universo de las ciencias humanas y sociales, se extiende hasta los días actuales (Bertero, 2013).

Los Estados Unidos tuvieron un rol fundamental en el desarrollo del positivismo en las ciencias sociales. La adopción de metodologías cuantitativas se fue generalizando en disciplinas como la psicología, la economía, la sociología o la administración. En el caso de la administración en particular, para un país como Brasil, cuya ciencia administrativa se ha revelado, históricamente, un producto esencialmente “exógeno”, con fuerte influencia de los Estados Unidos (Wahrlich, 1979), la discusión cobra singular sentido por circunscribirse al carácter colonial, periférico y dependiente del país en general, y de su producción intelectual en particular (Wanderley & Barros, 2018).

Este es el contexto de discusión que inspira, de forma general, el presente trabajo de reflexión académica, además de tres cuestiones particulares. La primera es que la historia, en tanto ciencia humana por excelencia, encarna “lo singular” de las ciencias sociales en general, en contraposición a los principios de objetividad y neutralidad del positivismo. La segunda es la premisa de que cada disciplina debe adoptar sus métodos conforme las peculiaridades de los problemas que constituyen su objeto de estudio. Y la tercera cuestión inspiradora es que los tres autores del presente trabajo nos valemos del recurso historiográfico como elemento fundamental de investigación cualitativa.

Basado en una investigación bibliográfica, este ensayo teórico tiene por objetivo reflexionar, desde una perspectiva brasileña, sobre el uso del método histórico en las ciencias sociales en general, y en los campos del saber¹ de los estudios organizacionales y de la administración pública en particular. Para ello, teniendo como finalidad la obtención de resultados que pueden ser base para el desarrollo de una discusión más específica, hemos optado por una selección bibliográfica que nos permitiera profundizar la reflexión a partir de los métodos historiográfico, de historia comparada y de historia de vida, dentro del paradigma cualitativo, de modo a ofrecer una perspectiva más especializada sobre las implicancias de tales métodos para las subdisciplinas antes mencionadas.

Con relación a la organización, el trabajo está integrado por tres secciones y la conclusión, además de la presente introducción. En la primera sección, efectuaremos algunas precisiones conceptuales con relación al método histórico y su evolución, así como introduciremos la cuestión del uso del referido método en la ciencia administrativa, haciendo hincapié en las subdisciplinas de estudios organizacionales y de administración pública. En la segunda sección, profundizaremos la discusión a partir del abordaje de uno de los métodos que ha ganado especial importancia en el campo de la administración pública en particular: la historia comparada. Este método, con grande influencia en disciplinas como la sociología o la ciencia política, muestra potencialidades para la investigación en materia de administración pública. En la tercera sección, presentaremos la historia de vida que, como método que busca revivir “lo singular” y “lo social”, adquiere un especial significado a la hora de discutir no solo el rol de la historia biográfica como recurso investigativo, sino también la función social del investigador.

1. En este trabajo nos referimos a los estudios organizacionales y a la administración pública en el sentido de campo de conocimiento de Bourdieu (2002). En tanto campos sociales, los espacios de producción de saber en materia de administración en general, y de estudios organizacionales y de administración pública en particular están atravesados por relaciones de fuerzas, disputas y estrategias de los distintos actores involucrados.

Investigación histórica en estudios organizacionales y administración pública

Si bien podemos afirmar que en las subdisciplinas de estudios organizacionales y de administración pública en Brasil, el interés de los investigadores por fuentes y acervos históricos ha crecido significativamente (Decker, Kipping, & Wadhvani, 2015; Kipping, Wadhvani, & Bucheli, 2014; Maclean, Harvey, & Clegg, 2016; Rowlinson, Hassard, & Decker, 2014), también debemos asumir que la posición adoptada por cada investigador que se propone trabajar con la historia y las fuentes históricas de forma articulada refleja diferentes formas de comprensión y de apropiación del fenómeno histórico. Es en ese sentido que las discusiones y debates acerca del proceso de identificación, recolección y uso de las fuentes históricas (método histórico) han conquistado un espacio cada vez mayor en revistas y foros especializados, sea con un énfasis en las fuentes y datos históricos (Lipartito, 2014), o bien en referencia a los procedimientos metodológicos propiamente dichos (Yates, 2014).

Antes de abordar el tema del método histórico en los estudios organizacionales y de administración pública, consideramos importante efectuar algún comentario acerca de la trayectoria histórica de la investigación histórica. Según Burke (1997), desde los primeros historiadores (Heródoto y Tucídides), la historia ha sido escrita bajo una variada forma de géneros. No obstante, a partir del siglo XIX una serie de cambios han ocurrido con relación a las fuentes y métodos históricos. Tal como sostiene Le Goff (1992), la historia comenzó como historia-relato o como historia-testimonio, o sea, como la “narração daquele que pode dizer ‘eu vi, senti’” (p. 9). A los fines de superar las limitaciones emergentes de este abordaje², la historia, al transformarse en una ciencia histórica, pasó a priorizar la reunión de documentos escritos, transformándolos en testimonios o evidencia. Historia positiva, historia metódica, historiografía iluminista: sin importar sus adjetivaciones o como sea llamada, el documento escrito adquiere, aquí, un estatus de receptáculo de la verdad y pasa a ser, esencialmente, la base para el entendimiento histórico. De esta forma, a lo largo de casi todo el mencionado siglo, “observa-se o apelo à pesquisa científica vinculada ao registro escrito, bem como a preocupação com a coleta, a autenticação, a catalogação e a publicação de fontes impressas que apoiariam o trabalho do historiador” (Samara & Tupy, 2010, p. 23).

A su vez, la constitución de bibliotecas y de archivos (elaborados por medio de métodos de crítica científica) pasaba a brindar los materiales históricos, al mismo tiempo que los historiadores comenzaban a “trabalhar regularmente nos arquivos e elaboraram uma série de técnicas cada vez mais sofisticadas para avaliar a confiabilidade desses documentos” (Burke, 2002, p. 17). Como argumentan Costa, Barros y Martins (2010),

2. Por ejemplo, (1) la limitación del medio siglo abarcado por los historiadores que fueron testigos oculares o auriculares del mismo, y (2) las limitaciones de la transmisión oral del pasado.

se trataba de definir o delimitar las diferencias entre la verdad histórica y la ficción literaria por medio de la separación de los hechos verdaderos, que podían ser comprobados, y los datos falsos o no comprobables. En este contexto, la historia ganaba legitimidad amparada por categorías relacionadas a la objetividad por medio de

garantias de cientificidade julgadas. . . indispensáveis ao verdadeiro conhecimento histórico. . . [uma vez que] A história é ciência e não arte, consistindo a tarefa do historiador não em evocar ou reviver o passado. . . mas sim em narrar/descrever os acontecimentos deste passado tal como eles realmente se passaram. (Falcon, 1997, p. 66)

Conforme Janotti (2006), a partir de la consagración de la historia como disciplina académica fueron establecidos los parámetros metodológicos científicos regidos por la escuela positivista con relación a las fuentes históricas, priorizando investigaciones sobre la importancia de la autenticidad documental donde “a concepção dominante na historiografia era de que a comparação de documentos permitia reconstituir os acontecimentos passados, desde que encadeados numa correlação explicativa de causas e consequências” (p. 11). Por medio de este proceso el documento auténtico adquiere el estatus de hecho histórico. O sea, para que ambos se fundan en un solo fenómeno, la capacidad del historiador consistirá en extraer del documento todo lo que contiene, pero, al mismo tiempo, no añadirle nada que no contenga. Sobre la base de esta suposición que algunos historiadores afirman que no existe noticia histórica sin documentos, así como que todo hecho histórico no respaldado por documentos (grabados o escritos) es un hecho perdido (Lefebvre, 1981; Prost, 2012). El historiador, en el marco de este proceso, era el individuo que dominaba el método, tornándose el “vehículo” autónomo, imparcial y neutro de la escritura verdadera.

A partir de los años treinta con la historia social, y a partir de los años setenta, con la nueva historia, fue iniciado otro movimiento de ruptura hacia un nuevo tipo de historia. Conducido en 1929 con la publicación del primero número de los *Annales d'Histoire Economique et Sociale* por Marc Bloch y Lucien Febvre, este movimiento (conocido como historia social, e integrado también por Fernand Braudel) se oponía al predominio de la historia política, proponiendo una historia más amplia y humana. Es el momento de inauguración de la idea de historia como problema en contraposición a una historia positiva y de eventos, que se apoyaba “em fatos, grandes nomes e heróis e assim constituía pautas e agendas históricas naturalizadas” (Schwarcz, 2001, p. 7).

Tal postura fue viabilizada por la apertura de la historia como disciplina a las temáticas y métodos de las otras ciencias humanas y sociales por medio de la formulación de nuevos problemas, nuevos métodos y nuevos abordajes de investigación

histórica (Castro, 1997)³. La propuesta de esta historiografía sería la de ampliar el dominio historiográfico asumiendo la historia como estudio del hombre en el tiempo, a través de la redefinición de conceptos clave como documento, hecho histórico y tiempo (Prost, 2012). Como consecuencia, los mayores desafíos de los historiadores pasan a ser exactamente los relacionados con sus fuentes y sus cuestiones de investigación: “quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais” (Burke, 2002, p. 25). Es en la emergencia de la historia-problema donde el cuestionamiento del investigador requiere ser explicitado, vinculándose directamente con el recorte a ser adoptado. De esta manera, queda claro que la historia no surge a partir de hechos identificados y descriptos a través de un mero conjunto de documentos. Al contrario, no existen hechos históricos por naturaleza. La historia es una construcción social, y tanto el documento como el hecho histórico van a existir siempre en función del medio social que los preserva y los legitima.

Con relación a las fuentes y documentos, toda actividad humana puede ser objeto de la historia. Así, según Burke (2002), se puede afirmar que surgen preocupaciones investigativas con (1) la historia de las personas comunes y su experiencia de cambio social, (2) las limitaciones del documento escrito y oficial ampliando y considerando una mayor variedad de evidencias, (3) la historia oficial y la búsqueda de nuevas formas de recontarla (principalmente las cuestiones relativas a la dominación y exclusión), y (4) tanto con los movimientos colectivos como con los individuales. En este sentido, la nueva historia tornó posible “a abertura para concepções novas e variadas a respeito de temas pouco frequentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não-políticas, as práticas discursivas” (Falcon, 1997, p. 117). Poder y política pasan al dominio de las representaciones sociales y de sus conexiones con las prácticas sociales, adquiriendo relevancia y prioridad las cuestiones relativas a “lo simbólico” (simbolismo, formas simbólicas, poder simbólico), representaciones sociales o colectivas, imaginarios sociales, memoria (o memorias colectivas), mentalidades, prácticas discursivas asociadas al poder, y la lista sigue. Podemos argumentar entonces que la investigación histórica no se restringe al espacio más especializado del archivo documental (Falcon, 1995). Al contrario, lo textual adquiere formas diversas, aborda diferentes temáticas y puede encontrarse en diferentes lugares tales como

3. En Wallerstein (2007), por ejemplo, son encontrados los elementos que buscan “abrir” las ciencias sociales a los procesos sociales históricos, de larga duración y mundiales, superando la clásica perspectiva progresista de la historia, positiva, restringida a lo local y a lo contemporáneo. Siendo este autor tributario de una concepción marxista de la historia, es fundamental reconocer, en este sentido, el amplio legado de Karl Marx que, conforme Tarcus (2008), “inspira una visión más rica, multiforme y multidimensional de la historia, con sus diversas temporalidades, sus desarrollos desiguales y sus ‘saltos’” (p. 29).

diarios, programas de noticias en radio y televisión, películas, documentales, internet, lenguaje escrito y oralidad (Samara & Tupy, 2010).

Por último, con relación a la noción de tiempo y de tiempo histórico, contra la versión de la época que define el pasado como un dato rígido que nadie altera o modifica, los nuevos historiadores nos traen la idea de historia dominada por el presente donde toda historia es historia contemporánea. Le Goff (1992) resalta que Marc Bloch recoge el pensamiento de Benedetto Croce que entiende que, por más alejados en el tiempo que parezcan los acontecimientos de que se trata, la historia se vincula en realidad con las necesidades y situaciones presentes en las cuales esos acontecimientos tienen resonancia e impacto: “por muito e muito distantes que pareçam cronologicamente os fatos por ela referidos, a história se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes, nas quais aqueles fatos propagam suas vibrações” (Croce, 1962, p. 14). Basado en esta afirmación de Croce, Rousso (2016) refuerza la discusión acerca de que toda la historia puede ser comprendida como historia contemporánea por tres motivos:

ela se funda nos vestígios acessíveis à observação e à análise, que se oferecem ao olhar do historiador em seu estado presente, de entidades passadas cuja integridade original é por definição inacessível, mesmo que ela seja situada na concepção positivista que postula que essa realidade existiu antes que o historiador a observasse; ela é um ato de pensamento que se desdobra sobre o presente graças ao trabalho de um narrador consciencioso que conta o passado; [e] enfim, ela permite fazer reviver o passado no presente, re-presentá-lo. (p. 41)

Ya en el ámbito del área de administración en general, los investigadores han exteriorizado un uso creciente de la investigación histórica. Atravesados por el debate entre historia tradicional y la historia nueva, tres corrientes principales pueden ser mencionadas: la historia de los negocios o empresarial (*business history*), la historia de la gestión (*management history*) y la historia organizacional (*organizational history*) (Costa, Barros, & Martins, 2010). No obstante, a partir del “retorno a la historia” (*historical turn*) de los años ochenta (Booth, & Rowlinson, 2006), el interés de los investigadores por fuentes y acervos históricos apenas como herramienta potencial de confirmación de teorías, selección de variables y generación de hipótesis parece haber perdido un poco de fuerza (Usdiken & Kipping, 2014).

Por otro lado, una perspectiva más contemporánea, crítica y cualitativa ha adquirido espacio en las subdisciplinas de estudios organizacionales y de administración pública en particular. Investigadores han comenzado a desarrollar estudios vinculando la investigación histórica a nuevos objetos (como símbolos, imaginario

social y colectivo, memoria, memoria organizacional, prácticas discursivas y narrativas, cotidiano), buscando develar relaciones de poder inherentes a la reproducción ideológica dominante que tiende a naturalizar el pensar y el accionar organizacional. En este sentido, cobra expresión también el retorno del individuo como sujeto participante de la historia por medio del espacio cada vez mayor atribuido en el ámbito investigativo a partir de relatos biográficos, autobiografías e historias de vida. Cabe destacar, no obstante, que estos relatos no se orientan sino a reconstruir la historia a partir de las diferentes visiones construidas por los sujetos que vivieron los acontecimientos del pasado, y no a recuperar la historia tal como ocurrió exactamente (Alberti, 2006; Ferreira, 2002).

Por ejemplo, algunos investigadores han priorizado como foco una mejor comprensión acerca de las organizaciones y empresas a partir del análisis de fuentes que tornen posible identificar el contexto y el proceso histórico de su formación (Alcadipani & Bertero, 2012; Anteby & Molnar, 2012; Durepos, Mills, & Mills, 2008). Otros buscan identificar y problematizar procesos organizacionales por detrás de las historias oficiales de las empresas (Costa & Silva, 2018; Decker, 2013, 2014). También asistimos a una redescubierta de la historia de la administración pública, con avances relativos a la producción historiográfica publicada hasta la década de los ochenta, traducidos en una “nueva” historia de la administración pública (Costa & Costa, 2016). Tal proceso, en general, permite el reconocimiento de que la construcción de teorías y de investigaciones no son representaciones neutras, sino de que son procesos de compromiso ideológico, político y moral por medio de los cuales se crea y se recrea el objeto bajo estudio (Costa & Saraiva, 2011).

De cualquier forma, cabe resaltar que las contribuciones del uso de la historia a las investigaciones cualitativas en materia de estudios organizacionales y administración pública resulta aún un tema poco explorado, ocupando poco espacio en los debates teóricos del área, así como en las obras sobre métodos y técnicas de investigación en ciencias sociales (Kipping et al., 2014). La aproximación de la investigación histórica con la investigación cualitativa en estudios organizacionales y administración pública en Brasil puede resultar un buen incentivo orientado a alterar esta situación. Así, buscando contribuir con este movimiento, en las próximas secciones presentamos los métodos de historia comparada y de historia de vida como campos concretos del uso de la historia en la administración pública y en los estudios organizacionales, respectivamente.

Historia comparada y su potencialidad para los estudios en administración pública

Como se comentó en la introducción y en la primera sección del presente trabajo, actualmente, prácticamente todas las actividades humanas se consideran

“historiables” y el uso de la historia, y de sus métodos, se muestra cada vez más diseminado en las ciencias sociales y humanas en general, tornándolas en disciplinas cada vez más analíticas y explicativas y menos descriptivas, que recuperan la noción de tiempo y temporalidad, es decir, una noción del presente que supone “toda la historia” y no apenas fragmentos: el pasado, el presente, el futuro (Arostegui, 2001). Así como afirmamos que la evolución reciente de los estudios organizacionales y de administración pública en Brasil, sobre todo en el ámbito de la investigación cualitativa, son testimonio de ese proceso de comunicación de “la historia” con grandes áreas, disciplinas y subdisciplinas de las ciencias sociales en general, en este punto nos detendremos en una de sus manifestaciones que es el uso de la historia comparada en los estudios de administración pública.

En tanto campo del saber abocado al estudio de la actividad organizada del Estado, la administración pública tradicionalmente ha direccionado sus estudios hacia las reformas de las estructuras administrativas nacionales, con grande apego a los métodos cuantitativos, favoreciendo así una suerte de asociación entre investigación y agenda política de gobierno que “limitaría” los contornos del área a los de un campo prescriptivo y no explicativo de fenómenos que están de moda (Fadul, Coelho, Costa, & Gomes, 2014; Fadul & Mac-Allister da Silva, 2009; Fadul, Mac-Allister da Silva, & Silva, 2012; Granato, 2016). Esta “limitación” se convierte a la vez en “punto de partida” para mostrar la importancia de la contribución de la historia y de sus métodos en el campo en cuestión: todo análisis en materia de administración pública debe ser necesariamente “contextualizado” en la historia del país de que se trate, favoreciéndose así una perspectiva macrosistémica que nos oriente a una mejor apreciación y valoración del fenómeno estudiado. Esta perspectiva histórica aplicada al análisis de administración pública brasileña se puede encontrar en los trabajos de Costa (2008) y de Andrews y Bariani (2010)⁴.

Ahora bien, el uso de la historia en investigaciones cualitativas en materia de administración pública también nos alerta acerca del peligro de no caer en el llamado “nacionalismo metodológico” en el sentido de “restringir” los fenómenos bajo estudio a fronteras nacionales, regionales o locales establecidas *a priori*, que en la mayoría de los casos ocasionan el descarte de importantes elementos historiográficos de gran valía para la comprensión de la realidad social. Elliott (1999, p. 24), al reflexionar sobre la carrera del propio historiador, ya advertía sobre esta suerte de “provincialismo histórico” que se generaba cuando se hacía historia sin considerar otros contextos fuera del nacional, percibiendo la historia nacional como “única” e interpretando los procesos o fenómenos a ella circunscriptos en términos de una cierta “excepcionalidad”. En el

4. En el ámbito latinoamericano no podemos dejar de mencionar el clásico estudio de Guerrero sobre la administración pública del Estado capitalista que, por su propia interlocución con el marxismo, ofrece un terreno propicio para un análisis crítico del Estado y de su estructura administrativa, en una perspectiva histórica (Guerrero, 1980).

caso particular del campo de la administración pública, por tratarse muchas veces del estudio de fenómenos tan “propios”, la imposición de fronteras de manera arbitraria termina por comprometer o “limitar” la capacidad explicativa del área de conocimiento.

Es aquí donde entra en escena la historia comparada como método que permitirá al investigador en administración pública evaluar fenómenos o procesos ocurridos en otros países o partes del mundo para ver qué es “lo particular” o “lo propio” de la historia nacional (regional o local) y que es “lo común” (semejanzas) que la misma tiene con países distintos, pudiendo, a su vez, indagar acerca de qué hechos son en realidad causas o consecuencias de procesos estructurales más globales. En este sentido, vale la pena retomar las enseñanzas de Elliott (1999) en el sentido de que la historia comparada no llama a “renunciar” a la historia local, sino que la refuerza, al volver a ella después de haber sido “contrastada” con otros escenarios que favorecerán el planteo de nuevos y enriquecedores interrogantes sobre el fenómeno “nacional” a ser estudiado. En palabras de Barros (2007):

Tal como propunham autores vinculados a propostas as mais diversas – e aqui podemos incluir nomes como o de Marc Bloch, Toynbee ou Norbert Elias – ‘comparar’ era de algum modo abrir-se para o diálogo, romper o isolamento, contrapor ao mero orgulho nacional um elemento de ‘humanidade’, e, por fim, questionar a intolerância recíproca entre os homens. (p. 9)

Si bien la aplicación del método comparado por parte de obras consolidadas de la literatura internacional sobre administración pública no es novedoso – estudios como los de Heady (1970), Caldwell et al. (1967) y Chandler (2000) llaman la atención de la importancia de la institución de la burocracia gubernamental como “centro de atención” u objeto de análisis administrativo comparado –, en la actual etapa de redescubierta de la historia de la administración pública en Brasil (Costa & Costa, 2016), la historia comparada o método histórico-comparativo en mucho puede contribuir con el fortalecimiento de las investigaciones de orientación cualitativa del área (Amorim Neto & Cossio Rodriguez, 2016). Retomando, entonces, las características de la historia comparada, analicemos más específicamente la cuestión de las comparaciones históricas y de sus momentos para identificar sus potencialidades para los estudios de administración pública en particular.

Según Kocka (Kocka citado por Caballero Escorcía, 2015), las comparaciones históricas se caracterizan por

examinar sistemáticamente, a partir del planteamiento de preguntas directrices, las semejanzas y diferencias de dos o más fenómenos históricos.

Sobre esta base pretenden describir y explicar tales fenómenos con la mayor fiabilidad posible, así como también formular afirmaciones de amplio alcance sobre acciones, experiencias, procesos y estructuras históricas. (p. 55)

Así, este método, en el que la semejanza y la diferencia se imbrican en una dinámica viva, buscará actuar de forma simultánea e integrada en campos de observación diferenciados y delimitados, preguntándose: ¿Qué observar? ¿Cómo observar?

Valiéndose de una literatura especializada, Caballero Escorcía (2015) distingue por lo menos tres “momentos” de la comparación histórica: el primero de ellos hace referencia a la formulación de las preguntas o delimitación del problema a resolver que servirá de sustento para la elección de los casos sujetos a la comparación; el segundo momento se refiere a la descripción de cada caso, según los atributos de la comparación; y, por último, el tercer momento que consiste en identificar las semejanzas y diferencias de los casos que permitan formular una síntesis explicativa para el fenómeno o proceso estudiado. Recogidas en los referidos momentos, las características esenciales que dan forma única a este método, veamos algunos de los modos o caminos de aplicación para entender mejor su funcionalidad para las investigaciones cualitativas en administración pública.

Ya en las primeras décadas del siglo XX, en un célebre artículo que buscaba analizar las potencialidades del estudio histórico comparado, Marc Bloch diferenciaba dos grandes modos de aplicación de este método. Un primer modo es el que compara sociedades distantes en tiempo y espacio (sin influencias recíprocas u origen común), y en ese caso el trabajo consistiría básicamente en encontrar analogías; ya, un segundo camino (según el autor, el “preferible”), es el que se refiere al estudio comparativo de sociedades próximas en tiempo y espacio, que ejercen influencias recíprocas, con un origen parcial o, en gran medida, común, y con un desarrollo, aunque relativamente autónomo, sometido a las mismas grandes causas (Bloch, 1928).

De acuerdo a lo mencionado por Barros (2007), desde la época de Bloch, y especialmente a partir de mediados del siglo XX, el uso de la historia comparada fue creciendo conjuntamente con la ampliación de los diálogos interdisciplinarios de la historia con otros campos del saber, tales como antropología, administración, sociología, ciencia política, economía, entre otros; así como a través de una mayor variedad de escalas de observación o comparación: el ámbito organizacional, nacional, regional, local, intraurbano, desemboca en la posibilidad de comparar grupos étnicos o identitarios, prácticas culturales específicas, realidades literarias etc.

Finalmente, otros dos caminos abiertos por estudiosos de la sociología “histórica”⁵ preocupados con procesos históricos específicos (revoluciones, democratización y formación de Estados), de gran relevancia para el área de administración pública, han sido las aplicaciones desarrolladas por autores como Skocpol y Tilly. Theda Skocpol, con un importante acervo de trabajos de su autoría basados en el método histórico comparativo (Skocpol, 1979, 1984, 1985), distingue tres lógicas en el uso de la historia comparada (Skocpol & Somers, 1980). La primera de ellas, que es la que ella misma abona⁶, es la historia comparada como análisis “macrocasual” que busca inferir (mediante comparaciones amplias y casos controlados y agrupados según similitudes y diferencias preestablecidas), generalizaciones sobre las causas de los procesos o fenómenos bajo estudio. Esta estrategia es la seguida por la autora en Skocpol (1979), que corresponde a la tradición iniciada por Barrington Moore Jr. y su obra sobre los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia, y seguida por Immanuel Wallerstein, con el moderno sistema mundial. En el mismo sentido, Charles Tilly, otro de los autores que junto a Skocpol integra la llamada corriente del institucionalismo histórico, también nos alerta sobre cuatro posibles estrategias de comparación: a la comparación “individualizadora” le interesa el contraste de un mismo fenómeno entre casos distintos para captar las peculiaridades de cada caso; ya la comparación “universalizadora” buscará regularidades y generalizaciones entre los casos comparados bajo una misma concepción teórica; la comparación “identificador de la diferencia” se orientará a explicar la variación de un fenómeno examinando las diferencias en los distintos casos comparados entendidos como inmersos en un “sistema”; y, finalmente, a la comparación “globalizadora”, le interesará entender los casos de la comparación inmersos en un sistema como partes de un todo mundial (Tilly, 1984). En ambos casos, las estrategias analíticas de Skocpol y de Tilly nos remiten a una historia comparada que vincula e interrelaciona el nivel microhistórico (con interés en instituciones, procesos, clases e individuos dispuestos en un contexto relacional de estructuras) a un nivel macrohistórico, global o mundial.

Las tipologías de Bloch, Skocpol y Tilly, antes mencionadas, nos brindan una orientación general acerca de cómo el método comparado puede contribuir en las

5. La sociología histórica es un campo de estudios, actualmente en pleno desarrollo en variados países, que comenzó a tomar forma en los Estados Unidos en los años sesenta y setenta, en un contexto disciplinar en el que predominaba el ahistoricismo. Recuperando el pensamiento de clásicos como Karl Marx y Max Weber, fundadores de la sociología que estuvieron comprometidos con un abordaje histórico de la realidad, la sociología histórica buscaba tender puentes entre ambos campos de conocimiento para interpretar los “grandes” procesos relevantes para el análisis social.

6. Las otras dos estrategias mencionadas por la autora son: la historia comparada como la demostración “paralela” de la teoría, que se propone demostrar la validez de una teoría a partir de estudios de caso en temporalidades amplias; y la historia comparada como “contraste” de contextos, en la que se busca hallar la “coherencia” de casos individuales, sin partir de presupuestos teóricos previamente establecidos (Skocpol & Somers, 1980).

investigaciones, principalmente de cuño cualitativo, de administración pública, aportando rigurosidad, profundidad y, consecuentemente, una mayor comprensión en la explicación de un mismo problema que atraviesa dos o más fenómenos, procesos o realidades sociohistóricas distintas, dos o más estructuras o sistemas situados en espacio y tiempo determinados. Particularmente, en el caso de los Estados latinoamericanos en general y de Brasil, en particular, el “romper” con las “barreras” nacionales y el adoptar perspectivas de larga duración pueden contribuir como herramientas en pro de la comprensión de temas centrales como los regímenes políticos, los sistemas administrativos, las revoluciones sociales, el desarrollo y la inserción internacional. Fue, en definitiva, en estas condiciones que, por ejemplo, las diversas teorías de la dependencia constituyeron un punto de inflexión en los estudios sobre desarrollo, desafiando la perspectiva modernizadora que postulaba que los Estados atravesarían un proceso de transformación desde diferentes formas de “lo tradicional” hacia una modernidad, única y uniforme.

Historia de vida como recurso investigativo de las organizaciones y las subjetividades

En líneas generales, la investigación basada en historias de vida se remonta a inicios del siglo XX, en la Escuela de Chicago de los Estados Unidos, cuando los relatos biográficos pasaron a asumir el estatus de material de investigación sociológica. Desde aquel entonces, podríamos decir que el desarrollo de las historias de vida como método o recurso investigativo ha sido dificultado, principalmente por el predominio, conforme ya mencionado en la introducción al presente trabajo, de la filosofía positivista que tuvo lugar en las ciencias sociales después de la Segunda Guerra Mundial. En esa época, el uso de las historias de vida era reducido a la simple recolección de datos empíricos. No obstante, a partir de 1970, una utilización más amplia del método lo colocaría en un nuevo estándar epistemológico. De esta forma, las historias de vida pasaron a considerar no apenas los individuos, sino también los grupos, y la experiencia “histórica” del grupo pasaría a ser comprendida a través de las historias “singulares”; se observó, así, “uma ruptura importante para passar de uma leitura tradicional, ilustrativa ou realista das histórias de vida, para a captação e compreensão multidisciplinar e mais profunda das suas mensagens diversas oriundas da história de um grupo” (Marre, 1991, p. 137).

El uso del método biográfico en la investigación científica es amplio y transita por diversas áreas del conocimiento, como la sociología, la historia o la administración. Entre las diversas modalidades de uso de datos biográficos, abordaremos la historia de vida desde la perspectiva de la psicología y la sociología clínica, y resaltaremos su utilidad como material privilegiado de investigación para los estudios organizacionales en general. Para Ferrarotti (1990), en estas perspectivas las

historias de vida inauguram uma nova fase em a investigação em ciencias sociales, em a cual el método no se coloca “como conjunto de elementos ilustrativos do que já é conhecido, apêndice facultativo sob a forma qualitativa de resultados adquiridos por meio das técnicas de standardização de medidas exatas” (p. 30).

A los fines de una conceptualización más precisa, debemos diferenciar el abordaje de historia de vida de otros modos de trabajo con datos biográficos, como las entrevistas temáticas y las entrevistas de trayectorias de vida (Neves, 2001). Mientras que la historia de vida se estructura sobre la base de testimonios a través de los cuales se busca reconstituir, por medio del diálogo y de forma profundizada, la historia del sujeto desde su infancia hasta los días actuales, las entrevistas temáticas se focalizan en experiencias o procesos específicos, o, inclusive, pueden constituirse en derivados de los testimonios de historias de vida. A su vez, las trayectorias de vida consideran testimonios más sucintos o menos detallados. A pesar de la diversidad de abordajes y de disciplinas que tratan sobre este asunto, es en la vertiente de la psicología y la sociología clínica que se dan el análisis y comprensión de la “personalidad biográfica” que se relaciona con el modo en que los individuos son autores de su propia biografía, siendo, al mismo tiempo, transformadores de las condiciones sociohistóricas que la rigen (Barros & Lopes, 2014). Esa perspectiva de las historias de vida se convierte así en una importante contribución para los estudios organizacionales y para las ciencias sociales en general, en la medida en que, conforme constatado por Colomby, Peres, Lopes y Costa (2016), nos ofrece una mirada prácticamente “ausente” en los referidos campos del saber en Brasil⁷.

En tanto manera de reposicionar al individuo en “lo social” y “en la historia”, la historia de vida (inscrita entre el análisis psicológico individual y el análisis de los sistemas socioculturales) busca conocimiento a partir de la experiencia del sujeto (Barros & Silva, 2002), permitiendo al investigador captar de qué modo los individuos “hacen” la historia y “modelan” sus sociedades, siendo también modelados por ellas (Laville & Dionne, 1999).

Por la narración de su historia, el sujeto se afirma como “existiendo”. Al contar su historia, el individuo puede “trabajar” su vida, reconstruyendo su pasado, soportando el presente y embelleciendo el futuro. Reconstruir el pasado significa cambiar en relación a él, dar nueva significación a su existencia, transformarla. Contar la vida es un modo de “rehacerse”, constituyendo, ese aspecto, una importante faceta de las historias de vida. De esta forma, la propia investigación científica ofrece al sujeto la

7. A través de un estudio bibliométrico, en Colomby et al. (2016), fue discutida la utilización de este método y sus potencialidades en el campo de los estudios organizacionales. Entre los resultados de la investigación, que se basó en la producción relativa al tema presente en las principales revistas científicas y eventos nacionales del período de 2008 a 2015, se destaca que esta perspectiva epistémica-metodológica todavía es poco utilizada en el campo estudiado.

posibilidad de resignificación y transformación, toda vez que al contar “su historia” este individuo mira a sí mismo, desplegándose. Así, el carácter terapéutico relacionado con esta perspectiva metodológica, a pesar de no tener como objeto la clínica, abre espacio para una elaboración en que los participantes son conducidos a utilizar ese conocimiento para reflexionar sobre el propio destino.

Entrar en la complejidad de una vida es analizar el conjunto de las influencias, más o menos contradictorias, con las cuales el sujeto se fue confrontando en el curso de su existencia; es analizar como el sujeto “fabricó” una identidad propia a partir de su identidad familiar y social; es, conclusivamente, analizar como este sujeto fue, de alguna manera, “producido” por las múltiples contradicciones que atravesaron la historia de su grupo de pertenencia, de su familia, de su existencia (Gaulejac, 1996).

Para Ferrarotti (1990), en los relatos de historias de vida la situación clínica es vivida en el modo mágico y mítico de la comunicación. Según el autor, existe un aspecto clínico en el relato biográfico que se relaciona con la hermenéutica de una interacción. La situación clínica vislumbrada en la historia de vida nos remite a aquella que existe en la relación paciente-terapeuta, y ello se reafirma como la importante faceta de este método: la relación con el otro. El mencionado autor destaca, en este sentido, que esta relación no ocurre por un encuentro entre un sujeto activo (investigador) y un sujeto pasivo (investigado), sino por un encuentro de una pareja cuyos integrantes juegan roles alternados (Ferrarotti, 1990). La afirmación del autor refuerza la importancia de la transferencia en la relación entre el investigador y el sujeto que narra su historia.

Barros y Lopes (2014) destacan que las historias de vida representan una relación de partes (investigador y sujeto) en pie de igualdad, un proceso que reúne vínculos recíprocos de confianza, y no una mera recolección de informaciones y datos sobre el otro. Tal relación no es posible sin el involucramiento y compromiso real del investigador, y en ese sentido, podemos afirmar que no es apenas el individuo investigado que se transforma; el investigador también se torna, al mismo tiempo, objeto y sujeto de investigación. La investigación con historias de vida se transforma, así, en una situación de reflexión y desarrollo también para el investigador.

Otro aspecto de este método que debemos destacar, y que lo vincula con la temática principal de este trabajo, es la función de historicidad. Para Gaulejac (2005), la referida función significa la posibilidad de un individuo analizar y comprender los elementos que lo constituyen como “sujeto histórico”, reconstruyendo su relación con la historia. Para este autor, el hombre es historia, toda vez que tanto es producido por ella, así como es productor de su propia historia. En este sentido, al trabajar con historias de vida, debemos tener en cuenta lo que Ferrarotti (1990) llama la “dialéctica de lo social”, es decir, que la biografía individual se encuentra en una relación

inseparable con la situación histórica datada y vivida. Reconocer la influencia de “lo social” es fundamental para el trabajo con historias de vida: debemos admitir una subjetividad activa y transformadora pero que al mismo tiempo se construye sobre una base material e histórica de existencia. De esta forma, el trabajo del investigador es descubrir, en el ámbito de cada narrativa, su pregunta específica, así como también su universalidad (Dubet, 1996, 1998).

A esta altura del desarrollo del discurso, no podemos dejar de diferenciar las historias de vida de las “historias oficiales”. Las historias de vida, como quedó retratado hasta el momento, van más allá de una simple sucesión cronológica de hechos esenciales que remiten a una concepción empobrecida de la realidad social; van más allá de la historia social comúnmente representada por la historia de las elites. Para Ferrarotti (1990), las historias de vida representan una concepción más rica y vasta de la “historicidad”, una historicidad “no historicista”. Para el autor, la “historia historicista” se corresponde, justamente, con esa visión de la historia humana como historia de las elites, en que se direcciona para una única historia posible y lineal. Vistas desde la perspectiva de una historia historicista, las narrativas son reducidas al estatus de objeto de investigación y su sentido se orienta a verificar o falsificar las hipótesis del investigador, como condición de instrumentalización de la investigación.

En contrapartida, la historia de vida como método autónomo, representa una historicidad no historicista. En otros términos, la historia de vida implica una ruptura con la concepción de historia como sucesión diacrónica para la pretendida verdad de un sentido general representado por las elites que serían las depositarias exclusivas de valor (Ferrarotti, 1990, p. 31). Contar la vida consiste en un “encadenamiento” de “recontares”, de modo que fantasía y realidad, objetividad y subjetividad⁸, recuerdo real y recuerdo transformado se mezclan, tornando dudoso lo que es verdadero y lo que es falso: “o homem resiste a ver a realidade como ela é; ele ama travesti-la de acordo com seus desejos, com seus medos, com seus interesses ou sua ideologia” (Gaujelac, 1996, p. 4). No obstante, al intentar diferenciar lo real de lo imaginario, no se puede perder de vista que lo imaginario es también la realidad que se abre para una posibilidad de sentidos, de significados, de direcciones y de explicaciones.

Lo que se busca con la historia de vida no es un “espejo” de lo social, sino un modo en cómo el individuo se apropia de aquello, proyectando su subjetividad. Al pedir al sujeto que cuente su historia, lo que se busca es comprender el universo del cual él es parte integrante, según su punto de vista, o sea, su subjetividad en relación a los hechos sociales. En las historias de vida, el sujeto ocupa el lugar central de lo

8. Es fundamental destacar la subjetividad como producción sociohistórica, como existencia material construida por la vivencia del espacio y en el espacio: “o espaço como condição, meio e produto da reprodução social – portanto, entende-se que uma compreensão da vida social deve considerar a análise da produção espacial” (Araújo, Nogueira, & Barros, 2011, p. 141).

que se cuenta, y de esta forma, ayudan a ultrapasar los límites de las historias oficiales (Barros & Silva, 2002). Como resalta Bosi (2003), la historia que se apoya solamente en documentos oficiales no puede explicar las “pasiones” o motivaciones individuales que se encuentran por detrás de los acontecimientos. Reforzamos, de esta forma, el concepto de historias de vida como un método rico y diversificado, cuyo alcance va más allá de la investigación científica en sí, englobando también intervención y formación.

Este método permite comprender lo que hay entre lo universal y lo singular, entre lo objetivo y lo subjetivo, entre lo general y lo particular. Paulilo (1999) sostiene, a este respecto, que no hay herramienta más valiosa que la historia de vida, cuando se trata de analizar la intersección entre la vida individual y el contexto social. La mencionada autora defiende, además, que la inmersión en la esfera de la subjetividad, arraigada en el contexto social del cual emerge, se presenta como una condición esencial de la investigación social cualitativa.

La historia de vida, conforme discutida en este trabajo, se presenta en la actualidad como un nuevo parámetro epistemológico para los estudios organizacionales y para las ciencias sociales en general, en el cual se retira del investigador su condición de detentor de los saberes explicativos, ilusoriamente objetivos y neutros, favoreciendo una nueva postura científica que, considerando la imprevisibilidad y complejidad de “lo social”, revele una postura diferente del investigador no apenas con relación a la investigación misma, sino también, y principalmente, con relación a su posición y función en la sociedad contemporánea.

A modo de conclusión

Tal como fue discutido a lo largo de este trabajo, bajo el paradigma cualitativo la historia tiene un rol fundamental en el desarrollo de las ciencias sociales en general, menos positivistas-modernizadoras, y más comprometidas en contribuir con métodos que abran espacios para nuevas formas de comprender la compleja y conflictiva realidad social. Construir conocimiento en materia de ciencias sociales y humanas nos obliga hoy, de forma general, a repensar las formas tradicionales del positivismo científico asumidas en nuestro medio y adentrarnos en nuevos diálogos metodológicos y disciplinarios para generar propuestas superadoras que sitúen a las universidades y ciencia social latinoamericanas en un nuevo estándar crítico-reflexivo de construcción y transformación de la realidad. Reforzar la “abertura” de las ciencias sociales de las que nos hablaba Wallerstein es preciso.

En este sentido, conforme analizado, los estudios organizacionales y de administración pública, en el campo de la administración en Brasil, pueden valerse de

métodos históricos, como el propiamente historiográfico, como el histórico-comparativo o las historias vida, para favorecer nuevas perspectivas y enfoques diferentes de los que circulan actualmente en estos sures latinoamericanos. Algunos avances en la aplicación de algunos de estos métodos fueron discutidos a lo largo de las secciones que integran este trabajo, revelando que los estudios que recurren al estudio del presente histórico tienen como hilo conductor la motivación de analizar sus objetos dentro de modelos que vayan más allá de la singularidad, y sin presumir una coherencia interna que se desvanezca al observar la “real realidad” de lo social.

Así como a partir de la Segunda Guerra Mundial la reflexión histórica e historiográfica sobre el presente de aquella época emergió desafiante, particularmente en la academia francesa (y con gran proyección fue consolidándose en la década de los ochenta en otros países como Alemania, Inglaterra e Italia), en América Latina los esfuerzos intelectuales en romper con unidades de tiempo y lugar se revelaron fragmentarios. Actualmente, y con particular referencia a Brasil, la opción de unir lógicas analíticas, la de la historiografía (y dentro de esta, alternativas como la historia comparada y la historia de vida) con la de la administración (y a su vez de estas con la ciencia política, sociología o psicología, por ejemplo), se han revelado, aunque tímidamente, como el punto de partida de estudios críticos cuyo hibridismo se instala para contribuir a pensar nuevos cánones para el análisis social, organizacional y político en general.

Pese a las limitaciones que todo trabajo de este tipo presenta, sobre todo al abordar un espectro temático-disciplinar amplio, esperamos abrir una invitación a nuevas reflexiones que busquen expandir algunas de las cuestiones aquí tratadas, a los fines de ampliar el debate sobre las implicaciones de la historia en el desarrollo propio de un espíritu científico conciliador de lo singular con lo global, de lo objetivo con lo subjetivo, de lo pasado con lo contemporáneo.

Referencias

- Alberti, V. (2006). Fontes orais: Histórias dentro da história. In C. B. Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (pp. 155-202). São Paulo, SP: Contexto.
- Alcadipani, R., & Bertero, C. O. (2012). Guerra Fria e ensino do management no Brasil: O caso da FGV-EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, 52(3), 284-299. doi:10.1590/S0034-75902012000300002
- Amorim Neto, O., & Cossio Rodriguez, J. C. (2016). O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. *Revista de Administração Pública*, 50(6), 1003-1027. doi:10.1590/0034-7612156950

- Andrews, C. W., & Bariani, E. (Orgs.). (2010). *Administração pública no Brasil: Breve história política*. São Paulo, SP: Unifesp.
- Anteby, M., & Molnar, V. (2012). Collective memory meets organizational identity: Remembering to forget in a firm's rhetorical history. *Academy of Management Journal*, 55(3), 515-540. doi:10.5465/amj.2010.0245
- Araújo, A. D. G., Nogueira, M. L. M., & Barros, A. V. (2010). Histórias de vida e trabalho cultural: A construção do sujeito e a pertinência da memória. *Cadernos CERU*, 21(2), 139-151. doi:10.1590/S1413-45192010000200008
- Arostegui, J. (2001). Ver bien la propia época: Nuevas reflexiones sobre el presente como historia. *Sociohistórica*, (9-10), 13-43.
- Barros, J. D. (2007). História comparada: Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, (13), 7-21. doi:10.5216/hr.v12i2.5472
- Barros, V. A., & Lopes, F. T. (2014). Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In E. M. Souza (Org.), *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: Uma abordagem teórico-conceitual* (pp. 41-63). Vitória, ES: Edufes.
- Barros, V. A., & Silva, L. R. (2002). A pesquisa em história de vida. In I. B. Goulart, & A. A. L. Santos (Orgs.), *Psicologia organizacional e do trabalho: Teoria, pesquisa e temas correlatos* (pp. 133-146). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Bertero, C. O. (2013). Área qualitativa em ciências sociais e estudos organizacionais. In A. R. W. Takahashi (Org.), *Pesquisa qualitativa em administração: Fundamentos, métodos e usos* (pp. 7-22). São Paulo, SP: Atlas.
- Bloch, M. (1928). Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de Synthèse Historique*, (6), 15-50.
- Booth, C., & Rowlinson, M. (2006). Management and organizational history: Prospects. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30. doi:10.1177/1744935906060627
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: Ensaio de psicologia social*. São Paulo, SP: Ateliê.
- Bourdieu, P. (2002). *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Burke, P. (1997). *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Burke, P. (2002). *História e teoria social*. São Paulo, SP: Editora Unesp.

- Caballero Escorcia, B. A. (2015). La historia comparada: Un método para hacer historia. *Sociedad y Discurso*, (28), 50-69.
- Caldwell, L. K., Diamant, A., Heady, F., Lepawsky, A., Mosel, J., Riggs, F. W., . . . Siffin, W. J. (1967). *Administração pública comparada*. Rio de Janeiro, RJ: Bloch.
- Castro, H. (1997). História social. In C. F. Cardoso, & R. Vainfas (Orgs.), *Domínios da história: Ensaio sobre teoria e metodologia* (pp. 76-96). Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Chandler, J. A. (Ed.). (2000). *Comparative public administration*. London: Routledge.
- Colomby, R. K., Peres, A., Lopes, F. T., & Costa, S. G. (2016). A pesquisa em história de vida nos estudos organizacionais: Um estudo bibliométrico. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 852-887.
- Costa, A. M., Barros, D. F., & Martins, P. E. M. (2010). Perspectiva histórica em administração: Novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, 50(3), 288-299. doi:10.1590/S0034-75902010000300005
- Costa, A. M., & Saraiva, L. A. S. (2011). Memória e formalização social do passado nas organizações. *Revista de Administração Pública*, 45(6), 1761-1780. doi:10.1590/S0034-76122011000600007
- Costa, A. M., & Silva, M. A. C. (2018). Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: A perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. *Organizações & Sociedade*, 25(84), 15-29. doi:10.1590/1984-9240841
- Costa, F. L. (2008). Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*, 42(5), 829-874. doi:10.1590/S0034-76122008000500003
- Costa, F. L., & Costa, E. M. L. (2016). Nova história da administração pública brasileira: Pressupostos teóricos e fontes alternativas. *Revista de Administração Pública*, 50(5), 215-236. doi:10.1590/0034-7612145021
- Croce, B. (1962). *A história: Pensamento e ação*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Decker, S. (2013). The silence of the archives: Business history, postcolonialism and archival ethnography. *Management & Organizational History*, 8(2), 155-173. doi: 10.1080/17449359.2012.761491
- Decker, S. (2014). Solid intentions: An archival ethnography of corporate architecture and organizational remembering. *Organization*, 21(4), 514-542. doi:10.1177/1350508414527252

- Decker, S., Kipping, M., & Wadhvani, R. D. (2015). New business histories! Plurality in business history research methods. *Business History*, 57(1), 30-40. doi:10.1080/00076791.2014.977870
- Dubet, F. (1996). *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Dubet, F. (1998). L'expérience sociale et les conditions d'une sociologie clinique. *Les Cahiers du Laboratoire de Changement Social*, (3), 9-16.
- Durepos, G., Mills, A. J., & Mills, J. H. Tales in the manufacture of knowledge: Writing a company history of Pan American World Airways. *Management & Organizational History*, 3(1), 63-80. doi:10.1177/1744935908090998
- Elliott, J. H. (1999). Historia nacional y comparada. *Historia y Sociedad*, (6), 12-36.
- Fadul, E. M. C., Coelho, F. S., Costa, F. L., & Gomes, R. C. (2014). A administração pública no Brasil: Reflexões sobre o campo de saber a partir da divisão acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). *Revista de Administração Pública*, 48(5), 1329-1354. doi:10.1590/0034-76122012
- Fadul, E. M. C., & Mac-Allister da Silva, M. A. (2009). Limites e possibilidades disciplinares da Administração Pública e dos Estudos Organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(3), 351-365. doi:10.1590/S1415-65552009000300002
- Fadul, E. M. C., Mac-Allister da Silva, M. A., & Silva, L. P. (2012). Ensaio de interpretações e estratégias para o campo da administração pública no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 46(6), 1437-1458. doi:10.1590/S0034-76122012000600002
- Falcon, F. J. C. (1995). *A identidade do historiador*. Artigo apresentado no XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, Recife, PE.
- Falcon, F. J. C. (1997). História e poder. In C. F. Cardoso, & R. Vainfas (Orgs.), *Domínios da história: Ensaio sobre teoria e metodologia* (pp. 97-138). Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Ferrarotti, F. (1990). *Histoire et histoires de vie*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Ferreira, M. M. (2002). História, tempo presente e história oral. *Topoi*, 3(5), 314-332. doi:10.1590/2237-101X003006013
- Gaulejac, V. de (1996). Histoires de vie et choix théoriques. *Les Cahiers du Laboratoire de Changement Social*, (1), 15-27.
- Gaulejac, V. de (2005). Historia e historicidad. In V. de Gaulejac, S. R. Márquez, & E. T. Ruiz (Eds.), *Historia de vida: Psicoanálisis y sociología clínica* (pp. 61-90). Querétaro: Universidad Autónoma de Querétaro.

- Granato, L. (2016). A trajetória dos estudos de administração pública no Brasil: Uma contribuição à discussão sobre a qualidade da democracia no país. In L. O. Xavier, & C. F. Domínguez Ávila (Orgs.), *A qualidade da democracia no Brasil: Questões teóricas e metodológicas da pesquisa* (pp. 225-242). Curitiba, PR: CRV.
- Guerrero, O. (1980). *La administración pública del Estado capitalista*. Ciudad de México: Ediciones del Instituto Nacional de la Administración Pública.
- Heady, F. (1970). *Administração pública: Uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Janotti, M. L. (2006). O livro Fontes Históricas como fonte. In C. B. Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (pp. 9-22). São Paulo, SP: Contexto.
- Kipping, M., Wadhvani, R. D., & Bucheli, M. (2014). Analyzing and interpreting historical sources: A basic methodology. In M. Bucheli, & R. D. Wadhvani (Eds.), *Organizations in time: History, theory, methods* (pp. 305-330). Oxford: Oxford University Press.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Le Goff, J. (1992). *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Lefebvre, G. (1981). *O nascimento da moderna historiografia*. Lisboa: Sá da Costa.
- Lipartito, K. (2014). Historical sources and data. In M. Bucheli, & R. D. Wadhvani (Eds.), *Organizations in time: History, theory, methods* (pp. 284-304). Oxford: Oxford University Press.
- Macleán, M., Harvey, C., & Clegg, S. R. (2016). Conceptualizing historical organization studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 609-632. doi:10.5465/amr.2014.0133
- Marre, J. L. (1991). História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia*, 3(3), 89-141.
- Neves, L. A. (2001). *Ensaio metodológico – memória e história: Potencialidades da história oral*. Artigo apresentado no I Encontro Estadual de História e III Encontro Nordeste de História Oral, Teresina, PI.
- Paulilo, M. A. S. (1999). A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*, 2(2), 121-134.
- Prost, A. (2012). *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Rouso, H. (2016). *A última catástrofe: A história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.

- Rowlinson, M., Hassard, J., & Decker, S. (2014). Research strategies for organizational history: A dialogue between historical theory and organization theory. *Academy of Management Review*, 39(3), 250-274. doi:10.5465/amr.2012.0203
- Samara, E. M., & Tupy, I. I. S. (2010). *História e documento: Metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Schwarcz, L. M. (2001). Prefácio. In M. Bloch, *Apologia da história ou o ofício do historiador* (pp. 7-14). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Skocpol, T. (1979). *States and social revolutions: A comparative analysis of France, Russia and China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Skocpol, T. (1984). *Vision and method in historical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Skocpol, T. (1985). Bringing the State back in: Strategies of analysis in current research. In P. Evans, D. Rueschemeyer, & T. Skocpol (Eds.), *Bringing the State back in* (pp. 3-43). Cambridge: Cambridge University Press.
- Skocpol, T., & Somers, M. (1980). The uses of comparative history in macrosocial inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, 22(2), 174-197.
- Tarcus, H. (2008). ¿Es el marxismo una filosofía de la historia? Marx, la teoría del progreso y la "cuestión rusa". *Andamios*, 4(8), 7-32. Recuperado de <http://bit.ly/38Sw2oX>
- Tilly, C. (1984). *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Russel Sage Foundation.
- Usdiken, B., & Kipping, M. (2014). History and organization studies: A long-term view. In M. Bucheli, & R. D. Wadhvani (Eds.), *Organizations in time: History, theory, methods* (pp. 33-55). Oxford: Oxford University Press.
- Wahrlich, B. (1979). Evolução das ciências administrativas na América Latina. *Revista de Administração Pública*, 13(1), 31-68.
- Wallerstein, I. (2007). *Abrir las ciencias sociales: Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno.
- Wanderley, S., & Barros, A. (2018). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History*, 13(1), 1-20. doi:10.1080/17449359.2018.1431551
- Yates, J. (2014). Understanding historical methods in organization studies. In M. Bucheli, & R. D. Wadhvani (Eds.), *Organizations in time: History, theory, methods* (pp. 265-283). Oxford: Oxford University Press.

Agradecimientos

Agradecemos las observaciones y sugerencias de los evaluadores anónimos de la *Revista Organizações & Sociedade*, quienes contribuyeron a la versión final de este trabajo.

Sobre los Autores

Leonardo Granato

Doctor en economía política internacional por la Universidade Federal do Rio de Janeiro. Profesor de la Escuela de Administración y de los Programas de Posgrado en Ciencias Políticas y Políticas Públicas de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: leonardo.granato@ufrgs.br. ORCID: 0000-0002-0337-7220

Fernanda Tarabal Lopes

Doctora en administración por la Universidade Federal de Minas Gerais. Profesora de la Escuela de Administración de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul y del Programa de Posgrado en Administración del Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: fernanda.tarabal@ufrgs.br. ORCID: 0000-0003-2920-1255

Alessandra de Sá Mello da Costa

Doctora en administración por la Fundação Getúlio Vargas. Profesora del Programa de Posgrado en Administración de la Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: alessandra.costa@iag.puc-rio.br. ORCID: 0000-0003-3207-2888



Relações raciais e histórias de vida: trabalhadores industriais negros em foco

Racial relations and life stories: focus on black industrial workers

Matheus Arcelo Fernandes Silva^a

Luiz Alex Silva Saraiva^b

Recebido: 29/05/2018

Aprovado: 07/08/2019

^a Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, MG, Brasil

^b Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

A construção das identidades negras no Brasil é marcada por uma série de lutas que influenciaram diretamente os avanços institucionais recentes em relação à temática, além de contribuírem para a desconstrução do mito da democracia racial. O objetivo deste artigo é compreender e analisar como se apresentam elementos relacionados às relações raciais nas histórias de vida de trabalhadores industriais negros. Para isso, é empreendido um debate sobre elementos que marcam a construção das identidades negras no Brasil, bem como sobre a ideia de democracia racial. A partir do método indutivo, os dados foram produzidos com base em histórias de vida, material trabalhado mediante a análise estruturalista do discurso, em especial no que diz respeito aos elementos sócio-históricos que permeiam os discursos. Os dados apresentam as relações raciais nas histórias de Leila e Clóvis, sujeitos da pesquisa, sendo a primeira marcada por uma posição política quanto à miscigenação, e o segundo por ter sido vítima de racismo. As principais conclusões sugerem que, mesmo com os avanços institucionais proporcionados pelos movimentos negros, conscientizar-se da sua negritude é o primeiro passo para que as pessoas negras possam ocupar, efetivamente, qualquer lugar que desejem na sociedade.

Palavras-chave: Relações Raciais; Trabalho Industrial; História de Vida; Análise de Discurso; Identidades Negras.

Abstract

The construction of black identities in Brazil is marked by several struggles that directly influence recent institutional advances in this subject and contribute to the deconstruction of the racial democracy myth. This paper analyzes how elements

related to racial relations are presented in the life stories of black industrial workers. For such, we discuss elements constitutive of the construction of black identities in Brazil, as well as the idea of racial democracy. By using the inductive method, data collection based on life stories was performed and treated by structuralist discourse analysis, especially concerning social-historic elements present in their discourse. The main data present racial relations in Leila and Clovis' stories, our research subjects, hers being a story of a political position regarding miscegenation and his the story of a racism victim. The main conclusions suggest that even with institutional advances of the black movement in Brazil, consciousness about self-blackness is the first step for black people to effectively occupy any place they want in society.

Keywords: Racial Relations; Industrial Work; Life Histories; Discourse Analysis; Black Identities.

Introdução

Trazer à baila temáticas raciais implica assumirmos lugares de fala, localizações sociais que se inscrevem em um debate estrutural (Ribeiro, 2017). Coelho Junior (2011) destaca que uma pessoa branca pensa sua identidade a partir de outros lugares, seja nação, classe, gênero, mas nunca numa raça – um aspecto silenciado, de modo que muitas vezes é taxado de racista quem aponta diferenças raciais. Isso diz muito a respeito das especificidades das relações raciais no Brasil, uma vez que pessoas brancas não experimentam o racismo a partir do lugar de quem se beneficia das opressões das pessoas negras, que experimentam o racismo a partir do lugar de quem é objeto de opressão (Ribeiro, 2017). Essa é uma posição fundamental, além de considerar que é importante escutar, uma vez que só negros podem, de fato, falar do racismo que vivenciam. Nesse sentido, o lugar de fala implica uma escuta que transcenda a pesquisa meramente burocrática, ao qualificar os que narrem suas histórias como sujeitos que têm algo a dizer.

Consideramos fundamental essa compreensão na construção do nosso trabalho, apresentando também a importância de entender os elementos sócio-históricos que marcam a inserção dos negros na sociedade brasileira, bem como o cenário de desigualdades raciais nas mais diversas esferas da vida, como, por exemplo, no trabalho, no extermínio da juventude negra da periferia e na hipersexualização dos corpos negros. No âmbito deste artigo, o foco recai sobre trabalhadores negros na indústria, o que nos levou a perguntar “Como se apresentam elementos relacionados às relações raciais nas histórias de vida de trabalhadores industriais negros?”. Para responder a essa questão, este trabalho busca compreender e analisar como se apresentam elementos relacionados às relações raciais nas histórias de vida de trabalhadores industriais negros, o que

será feito pela compreensão de elementos que marcam a construção das identidades negras, em especial a partir de aspectos morais, intelectuais e estéticos, bem como pela apreensão, a partir das histórias de vida de nossos sujeitos de pesquisa, de elementos relacionados às relações raciais em suas trajetórias.

Feitas essas considerações, será apresentada uma seção acerca da construção das identidades negras, seguida da metodologia. Em seguida, serão apresentadas duas seções que marcam elementos das relações raciais nas histórias de vida dos dois sujeitos deste trabalho. Por fim, serão feitas as considerações finais, tratando do debate dos elementos apontados por Leila e Clóvis, de forma conjunta.

A construção das identidades negras

A gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, entre outras, mas tornar-se negra é uma conquista.

Lélia Gonzalez

Ao tratarmos da discussão das identidades negras, compreendemos a força política dessa construção, considerando, assim como Munanga (2015), que o trabalho do racismo é relegá-la a um segundo plano, convertendo-a em algo diferente, sendo a cena racial um espaço de estigmatização sistemática. Nesse sentido, a valorização da raça ou de uma comunidade racial visa estabelecer um vínculo a partir do qual será possível se erguer contra um cenário de subjugação: a invocação da raça nasce, portanto, de um sentimento de perda. Essa articulação, abarcada pela fala precedente de Leila González, se torna ainda mais importante se pensarmos no contexto brasileiro de discussão do racismo. No Brasil ainda há influência do mito da democracia racial, um ideário que se fortaleceu, em especial a partir de Gilberto Freyre, na década de 1930, segundo o qual existe uma convivência harmônica das raças no país, em especial quando comparado com outros países, como os Estados Unidos e a África do Sul, que nesse mesmo período possuíam sistemas de segregação racial legais (Guimarães, 2001; Telles, 2003). Munanga (1996) aponta que esse ideário dificultou inclusive a tomada de consciência por parte dos que sofriam com o racismo.

Os avanços institucionais obtidos nas relações raciais ganham ainda mais importância ao evidenciarem o debate das desigualdades em um contexto permeado pelo discurso da igualdade racial. Para além dos ganhos materiais, as conquistas contribuem para o debate, apontando para a existência do racismo, “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o intelecto e o cultural” (Munanga, 2000, p. 24) – uma construção social a partir de diversos elementos sócio-históricos.

Gomes (2011) compreende as políticas de ações afirmativas como a confluência de saberes identitários, políticos e estéticos (corpóreos), conforme esquematizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Saberes políticos, identitários e estéticos

Saberes Políticos	Nunca as universidades e órgãos governamentais debateram tanto sobre o tema. As universidades passam a ter que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, que trazem novos saberes e novas formas de construção do conhecimento acadêmico, além de novas trajetórias de vida, diferentes daquelas naturalizadas em nossa sociedade.
Saberes Identitários	Coloca novamente no centro do debate a discussão acerca da “raça” e da construção de uma identidade negra, bem como da questão racial, e essa identificação enquanto negro passa a tomar a pauta de diversos lugares, com todas as contradições que acarreta.
Saberes estéticos (corpóreos)	Ações afirmativas reeducam os negros e as negras em sua relação com o corpo. Ao buscar compreender o processo que leva a essa questão, há um reposicionamento em relação ao corpo negro, no sentido da valorização de traços negros. Ou seja, uma reafirmação de uma identidade muitas vezes negada pelo racismo.

Fonte: Gomes (2011).

Tais saberes contribuem para a formação das identidades negras a partir da desconstrução do ideário da democracia racial. Os saberes políticos se articulam, uma vez que a questão racial nunca foi tão amplamente debatida, o que permite a reflexão sobre o tema, assim como a chegada de pessoas negras às universidades faz com que a academia tenha que se abrir a trajetórias de vida diferentes e a distintas formas de se ver o conhecimento. Nesse sentido, a primeira crise epistemológica provocada pelas cotas é questionar a neutralidade racial do campo teórico, levando também a uma inevitabilidade de posicionamentos (Carvalho, 2006). A partir desse maior debate em torno da questão racial é possível construir saberes identitários e estéticos que contribuam para a formação das pessoas negras, questão que remete à autoaceitação e, com isso, a maiores possibilidades de articulação e luta contra o racismo.

Quando falamos de um cenário de desconstrução do mito da democracia racial, afirmamos que as pessoas negras são sujeitos de suas próprias histórias, desvelando as relações de privilégio da branquitude. Este conceito marca o lugar de privilégios a partir do qual falam e escutam as pessoas brancas no Brasil, experimentando o racismo do lugar de quem se beneficia com as opressões das pessoas negras (Ribeiro, 2017).

Passa por essa questão a construção das identidades negras, condicionadas por diversos fatores mediados pelos indivíduos, modificando e sendo modificados

por eles. Souza (1983, p. 77) aponta a questão do “tornar-se negro”, que não é uma construção a priori, sendo sobretudo política a construção da identidade negra. Falamos aqui de confrontar uma norma social construída: a superioridade branca, apontando que “o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem para oprimir ou privilegiar” (Ribeiro, 2017, p. 31).

Gomes (2017) destaca que qualquer processo identitário constitui uma dinâmica conflitiva, uma vez que pressupõe interação. Para os racistas, a cor preta é tida como uma essência que tinge negativamente aspectos morais, intelectuais e estéticos, justificando o padrão branco como superior. Além disso, a autora destaca que, no Brasil, o racismo que incide sobre os negros se dá não apenas em decorrência de um pertencimento étnico, mas pela conjugação desse pertencimento com a presença de sinais diacríticos inscritos no corpo, rejeitada pelo ideal de branqueamento e tratada de maneira eufemística pelo mito da democracia racial. Nesse sentido, os sinais diacríticos são compreendidos como um conjunto de elementos e características a partir das quais determinado grupo se identifica e se diferencia. É nesse contexto que Gomes (2017) apresenta o corpo como um elemento que se destaca nessa dinâmica de resistência sociocultural, mas também se apresenta como opressão e negação. Assim como a ideia da democracia racial, o cabelo e o penteado também podem ser utilizados para camuflar o pertencimento: “no caso dos negros, o cabelo é visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude no corpo” (Gomes, 2017, p. 194). Tratar o cabelo do negro como “ruim” é expressão do racismo e da desigualdade racial que vive o sujeito. Alterações no cabelo, para uma pessoa negra, significam mais do que vaidade ou tratamento estético, são questões de identidade: “o cabelo como ícone identitário se destaca nesse processo de tensão, desde a recriação de penteados africanos, passando por uma estilização própria do negro no Novo Mundo, até os impactos do branqueamento” (Gomes, 2017, p. 112).

Gomes (2017) também discute a questão da identidade negra e aponta que, para que se altere a autoimagem desfavorável dos negros e sua imagem social, é preciso superar ações individuais, uma vez que, desde a escravidão, o homem e a mulher negra carregam o estigma da inferioridade de seus traços estéticos. A autora ainda aponta que, no contexto da África pré-colonial, o cabelo era visto como símbolo de status, realeza e poder, mas, a partir da escravidão, se torna símbolo de inferioridade. Entre as muitas formas de violência impostas aos escravizados, estava a raspagem do cabelo. Como o cabelo era considerado uma marca identitária para muitas etnias africanas, sua raspagem era uma forma de mutilação.

Além do cabelo, outras questões também marcam a formação das identidades negras, representadas por aspectos morais, intelectuais e estéticos (Gomes, 2017), representando também a complexa forma como operam as relações raciais no Brasil.

Nesse sentido, a forma como as relações raciais foram se construindo hierarquizaram as raças e naturalizaram as desigualdades. Rejeitamos, portanto, a existência de um cenário de democracia racial no Brasil, considerando as relações raciais um elemento fundamental para refletirmos as assimetrias persistentes no país. No que se refere ao mundo do trabalho, por exemplo, a despeito dos avanços institucionais e dos debates que têm emergido em torno da questão racial e das desigualdades que se apresentam aos negros, o lugar do trabalho ainda é considerado, em grande medida, meritocrático, como se as relações raciais não importassem e não operassem de modo a estabelecer e manter “posições”. “É dizer que o critério racial jamais foi relevante para definir as chances de qualquer pessoa no Brasil” (Bernardino, 2002, p. 249). Compreende-se meritocracia com base em Barbosa (2014), que sustenta que se trata de uma dinâmica assentada sobre critérios de seleção conhecidos por todos os envolvidos, com exigência de tipos específicos de qualificação, a partir dos quais se acredita em um cenário de igualdade de oportunidades, sendo o esforço dos sujeitos o que define o seu sucesso.

As relações raciais no Brasil se tornam especialmente complexas devido à contradição vivenciada no país. Se, por um lado, a maior parte dos brasileiros repete acriticamente a “celebração da sua diversidade e a relação harmoniosa entre as raças”, por outro, as práticas sociais desvelam a manutenção de hierarquias raciais. Sobre isso, é preciso ter em mente que o que se toma por sociedade brasileira foi construída sobre um processo deliberado de apagamento e violento silenciamento da população negra, a quem foi, na prática, negado o status de “povo brasileiro”. O racismo, de fato, tem se tornado cada vez mais uma atitude indesejável e pouco aceita, porém formas menos evidentes e difundidas de discriminação se apresentam, sem desafiar a norma social (Lins, Lima-Nunes, & Camino, 2014; Pereira, Torres, & Almeida, 2003). O racismo não opera apenas como um “desvio de personalidade” de determinado indivíduo em relação ao outro, mas se constitui no bojo das relações sociais, demarcando lugares e gerando desigualdades. Nesse sentido, “ser negro” é visto historicamente como um fenômeno negativado. Essas percepções são levadas ao âmbito do trabalho, muitas vezes a partir de representações dos negros como predispostos a exercer determinadas funções. No mercado de trabalho, as segregações são claras, porém nunca justificadas a partir das relações raciais, sobretudo nos setores de ponta, como indica Sansone (2004). Outro aspecto fundamental nesse debate é como o lugar que as pessoas ocupam pode influenciar a definição que fazem de si enquanto brancas ou negras, remetendo à estrutura de poder que se construiu nas relações raciais brasileiras. Para trazermos essa discussão, tomamos o estudo realizado por Sansone (1996), que demonstrou essa variabilidade de definições raciais de acordo com a idade, o tempo, os laços afetivos, a renda e, principalmente, o lugar, compreendido pelo autor como “áreas duras”, “áreas moles” e “espaços negros”. A posição ocupada pela pessoa, que se relaciona à sua renda e sua ocupação, influencia

diretamente a classificação racial, com pessoas em “posições subalternas” tendendo a serem vistas como mais escuras. As áreas duras correspondem aos espaços nos quais os negros sofrem mais discriminação por serem espaços hegemonicamente brancos, como o mercado de trabalho. Se olharmos essa categoria em conjunto com a relação entre classe social, notamos que o mercado de trabalho é uma área dura no sentido de que os negros pouco avançam a posições de maior nível remuneratório e status social, enquanto as outras ocupações e o mercado informal seguem sendo áreas moles para eles. As áreas moles apresentadas por Sansone (1996) são as que possuem mais negros, não sendo, por isso, observada uma situação de competição por *status* e poder. São, em especial, ligadas ao lazer, nas quais ser negro não se torna um obstáculo em comparação às áreas duras. Já os espaços negros são aqueles nos quais a cultura negra se torna base das atividades desenvolvidas, como a capoeira e grupos carnavalescos. Gonzalez (1984) também destaca essa questão ao apontar que as condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que precisam ser atacados e desmascarados. Como exemplo, cita as condições de moradia de negros e brancos, além da questão do policiamento, que para os brancos significa proteção, enquanto que para os negros repressão.

A partir das questões apresentadas por Sansone (1996) e Guimarães (2016) e do caso dos shopping centers, apresentado por Nascimento, Oliveira, Teixeira e Carrieri (2015), percebemos as especificidades e a complexidade da definição racial no Brasil, tornando-se difícil sua análise a partir de um ponto fixo. Essa complexidade, somada ao ideário da democracia racial, que também estrutura em certa medida essas questões, é encarada como uma atitude desfavorável à luta antirracista, por parte de alguns movimentos negros, pois acaba por desarticular esse movimento, gerando perda de força política (Rosa, 2014; Sansone, 1996).

Esse “lugar” do qual tratamos e a partir do qual as histórias de vida serão narradas, é importante que se diga, abrange muitos lugares. Ao abordarmos aspectos sensíveis ao debate das relações raciais no Brasil, diversas questões surgem em nossas discussões cotidianas, como a das cotas raciais em universidades, lembrada por Carneiro (2011), combatida por alguns veículos de comunicação, que, no largo espectro de tonalidades da cor da pele, veem mais uma oportunidade para deslegitimar fenotipicamente o critério racial que orienta essa política. Quando tratamos dos brancos, por outro lado, é valorizada a diversidade da branquitude, a partir da sua individualidade e complexidade. A branquitude é, assim, diversa e policromática, o que não impede a maioria das pessoas de se verem como brancas, questão que nos remete ao discurso da raça branca tida como neutra e universal. Seguindo essa lógica, Carneiro (2011) destaca que são instituídas divisões raciais dentro das famílias negras, havendo para a autora um aceno de “traição à negritude” que se apresenta aos mais claros. Afinal, o embranquecimento passa a ser visto como algo positivo. A autora também destaca que essa base multidimensional da percepção da

condição racial sugere a possibilidade de um indivíduo, que se considerava negro e vivenciou um cenário de ascensão social, poder se identificar como branco ou pardo posteriormente. Todos esses elementos são vividos pelas pessoas negras em suas vidas, marcando a construção de suas identidades enquanto negros, conforme veremos adiante, nas narrativas de Leila e Clóvis, nossos sujeitos de pesquisa.

Metodologia

Partindo do método indutivo, este artigo foi estruturado a partir de uma pesquisa qualitativa baseada em histórias de vida de dois trabalhadores industriais: Leila e Clóvis, nomes fictícios como todos os demais que aparecem nos relatos, com o intuito de preservar a identidade dessas pessoas que se dispuseram a se abrir e contar-nos suas vidas. Leila, de 48 anos, se autodeclara negra, é mãe de dois filhos e trabalha atualmente com atividades sindicais, tendo experiência no ramo metalúrgico. Clóvis, de 54 anos, também se autodeclara negro, tem dois filhos e teve larga experiência no ramo da metalurgia.

Utilizamos a corrente de história de vida, que se enquadra no campo da psicossociologia e foca, em certa medida, a relação entre o entrevistador e o entrevistado, uma alternativa adequada nos estudos organizacionais, como o trabalho realizado por Lopes (2015). Adotar essa perspectiva significa também desconstruir a imagem reificada da organização, compreendendo que as organizações existem apenas por e para o homem (Saraiva 2009). Este ponto é fundamental, pois permite compreender que, além de sua função econômica, as organizações possuem uma dinâmica social da qual não se pode abrir mão enquanto objeto de análise, havendo inúmeras possibilidades de significação do ambiente da história da organização ao se ouvir o que os trabalhadores têm a dizer. Desse modo, as histórias de vida se apresentam como um caminho possível, pois permitem contar histórias muitas vezes silenciadas nas organizações (Barros & Lopes, 2014). Considerando, assim, a história de vida em sua dimensão psicossociológica, Carvalho e Costa (2015) dizem: “Pode-se acessar o processo de constituição de uma sociedade quando se conhece o processo de constituição de uma História de Vida, pois ambos ocorrem simultaneamente, um atravessando e influenciando o outro e sendo modificado por esse outro” (p. 25).

Pinto, Carreiro e Rodrigues (2015) apontam também para essa relação, considerando que o indivíduo não pode ser analisado sem considerar os inúmeros fatores que o atravessam: “a análise é sempre dialética, apreendendo o peso das condições sociais nas condutas humanas, e levando em conta a singularidade do trabalho psíquico” (p. 945). Essa perspectiva deve ser considerada, portanto, em sua complexidade, sendo uma possibilidade muito rica de apreender a relação dos sujeitos e o mundo o real que lhes é apresentado, observando a maneira como

negociam suas condições sociais, que os constroem, ao mesmo tempo, que por eles são construídas (Barros & Lopes, 2014). Nesse sentido, são observados diversos fatores que atravessam os indivíduos, em especial aspectos morais, intelectuais e estéticos, que, em articulação, marcam a construção das identidades negras no Brasil (Gomes, 2017).

A opção pela utilização de histórias de vida traz consigo uma dimensão fundamental da escolha epistemológica deste estudo e da forma como a raça é considerada em seu aspecto sócio-histórico, sendo importante não apenas trazer à superfície a história dessas pessoas, como também compreender a relação dialética que exercem com o coletivo e o social. Queiroz (1988) coloca as histórias de vida em um quadro mais amplo da história oral, porém vê sua capacidade de aproximação entre o individual e o social como uma grande potencialidade. Assumimos que é impossível pensar em uma esfera histórica vivenciada pelo sujeito não relacionada dinamicamente com o coletivo e a sociedade em que ele se insere. Isso significa que os sujeitos e suas histórias são produtos de um momento histórico de sociedade e de uma coletividade, e simultaneamente tecem essa história (Gouvêa, López Cabana, & Ichikawa, 2018).

Fundamental também para este estudo é a compreensão do papel central do sujeito que se conta, uma vez que a vivência e interação com a questão racial podem ser apreendidas apenas pelos que participam delas em seu interior. Essas pessoas podem oferecer elementos que muitas vezes escapam à análise fria dos dados, que remontam às desigualdades ou mesmo à análise sócio-histórica, fornecendo aspectos sociais dessa exclusão, mas não apontam como são vividos e mediados pelos indivíduos. Nesse sentido, a perspectiva das histórias de vida representa, nas palavras de Ferrarotti (1990), uma “história não historicista”, o que significa dizer que se distanciam da historiografia oficial, uma vez que vão além da simples sucessão de fatos cronológicos, que remetem a uma noção ossificada da realidade social. Também se distanciam das histórias contadas pelos vencedores, das histórias das elites (Barros & Lopes, 2014).

Para contribuir com o estudo dessas histórias de vida, utilizamos a análise estruturalista do discurso, que considera também aspectos sociais de produção do discurso, sendo a palavra, conforme aponta Bakhtin (2006), o “produto da interação entre o locutor e o ouvinte” (p. 99). Como o discurso não é de forma alguma neutro, é necessário superar a simples categorização dos dados, identificando e analisando os discursos enunciados explícita ou implicitamente, ou mesmo silenciados (Fiorin, 2003). Ao tratar das histórias de vida, Carvalho e Costa (2015) destacam que, “a fim de compreender a relação que o indivíduo possui com sua história, é imprescindível que se analise o sistema social ao [sic] qual integra, o tempo em que se encontra e o espaço que ocupa, condicionando-o como ser histórico-social” (p. 28). Seguindo essa linha, para a operacionalização dessa análise, estudamos estratégias discursivas de persuasão ideológica, como a seleção lexical, temas e figuras, interdiscursividade, sistematizadas por

Saraiva (2009), usadas em conjunto ou separadamente, de acordo com o enunciado. A seguir, apresentamos aspectos relacionados às relações raciais nas histórias de vida de Clóvis e Leila.

“Pardo? Que cor é essa?”: as relações raciais na história de vida de Leila

Ao conversar com Leila ao telefone, antes de conhecê-la pessoalmente, ela nos falou sobre sua autodeclaração enquanto negra, fator fundamental para a participação nessa pesquisa. Ao longo das narrativas, um elemento que nos chamou atenção foi a forma como se percebia enquanto negra, destacando que, embora sua pele fosse mais clara, havia outros elementos que a faziam se ver como negra, como a raça/cor de seu pai e o seu cabelo. Ao tratar da temática das relações raciais no Brasil, um tema recorrente é o alto índice de miscigenação da população. Com isso, a auto-declaração também se coloca como uma questão, levantando muitas vezes a pergunta sobre quem seria negro ou não no país. Como aponta o estudo de Sansone (1996), vários fatores contingenciais atuam sobre as relações raciais no Brasil e perceber como Leila vivencia algumas dessas questões é o objetivo desta seção.

A construção da identidade negra não é um processo simples, conforme Souza (1983): ser negro no Brasil é tornar-se negro. Gomes (2011) também desenvolve esse debate, ao destacar que estamos em uma zona de tensão, da qual emerge um padrão de beleza corporal real e outro ideal. Considera-se o padrão ideal branco; mas o real é negro e mestiço.

(1) *A questão racial, igual eu falei, tem menos tempo, tem mais ou menos uns cinco anos que eu milito nessa área. Por causa disso mesmo, da conscientização dos próprios metalúrgicos, e depois da família, falei mais de não saber ter essa consciência, ué, **nós somos negros, nós somos negras, não existe é . . . pardo e marronzinho, beginho**, é negro ou branco porque que que tem que ter essa consciência. Se você não tiver essa consciência, você não enxerga o racismo, então é. . . É um jeito de você lutar pela sua raça e pela diferença que foi lá atrás, né, **a diferença que teve por causa da escravidão que até hoje a gente sente na pele, a gente e muitas vezes a mulher negra, ela sente muito mais**. (Leila, 2018)*

(2) *Tô fazendo um curso sobre a questão racial, estudando a história da África que eu acho que é uma coisa que a escola não é, que já saiu uma PEC que não vai ser obrigatório mais contar a história da África, e isso a gente percebe que as pessoas não consegue ver o racismo estrutural que existe, tendeu? Eu nunca senti na pele a questão racial, **mas eu não sou branca né, eu não sou branca**, então estruturalmente com certeza*

vou sentir pela minha questão, a minha questão financeira, pela minha questão de gênero, por meu pai ser negro, né, é . . . essas coisas, tudo, então a condições que ele teve com certeza, se ele fosse da cor mais clara, ele não ia sofrer tanto, ele ficou desempregado muito tempo e ele era profissional, e é complicado. (Leila, 2018)

A conscientização é explicitada nos fragmentos 1 e 2, nos quais Leila traz um discurso de mobilização das pessoas negras que combate a ideologia do discurso da democracia racial, exaltando a miscigenação e defendendo a ideia de um colorismo associado a um paraíso racial (Rosa, 2014). Esse embate fica explícito a partir da seleção lexical “*se você não tiver essa consciência, você não enxerga o racismo*”, que remete ao aspecto interdiscursivo da cordialidade das relações raciais no Brasil, rompida apenas a partir da assunção da negritude e da ameaça ao status quo. Também chama a atenção, assim como aponta Coelho Junior (2011) em seu estudo sobre executivos negros, a importância do debate que passou a ser empreendido no Brasil, em especial a partir da década de 1990, sobre o tema. A história de consciência de Leila, assim, é ao mesmo tempo produto do contexto e ativamente produzida por ela.

Gomes (2011) destaca as ações afirmativas como um desses avanços e propõe que elas contribuíram para três saberes em especial: estéticos, identitários e políticos. Esses elementos estão muito presentes nas falas de Leila ao tratar da questão racial. Nesse sentido, também é importante destacar o quanto é marcante no processo de formação educacional de crianças negras a falta de uma discussão sobre as relações raciais nas escolas. A não existência do ensino das relações raciais nas escolas marca um processo de silenciamento, calcado no ideário da democracia racial, que termina por impor às crianças um ideal branco (Gonçalves, 1987). Assim, crianças negras são impedidas de ter contato com a cultura negra e, inclusive, de construir novas relações com sua ancestralidade e desconstruir as narrativas da historiografia oficial em relação à África (Mbembe, 2001). Embora a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabeleça a obrigatoriedade do ensino da “História Geral da África e do Negro no Brasil”, sua implementação efetiva ainda é incipiente.

Outro elemento que chama atenção na fala de Leila é a forma como ela aponta a historicidade dessa questão, citando a escravidão (1). De acordo com Gomes (2011), essa concepção histórica foi uma das características marcantes das especificidades dos movimentos negros no Brasil, em relação a outros movimentos sociais, em especial ao buscar romper com a narrativa tradicional e poder contar a história do povo negro a partir de suas próprias perspectivas.

Ainda tratando do trecho 1, a seleção lexical “*a gente*” ao dizer que “*sente na pele*” demonstra como Leila se define enquanto negra, não se esquecendo da questão de gênero, ao apontar que a mulher negra “*sente muito mais*”. Já no texto 2,

ela explicita que, apesar dessa percepção da existência do racismo, nunca sentiu “na pele” a questão racial, mas destaca que não é branca e estruturalmente vai sentir por sua “questão financeira”, por sua “questão de gênero” e por seu pai ser negro, fator de discriminação associado ao fato de ele ter ficado desempregado por um longo período. Nesse ponto, retomando Sansone (1996), pessoas com renda ou classe social mais baixa tendem a ser vistas como “mais escuras”, já as com renda ou classe social mais alta tendem a ser vistas como “mais claras”. Como vimos ao longo da história de vida de Leila, ela deixa explícita sua origem humilde: esse fator também deve ser levado em consideração quando pensamos na forma como a questão racial é apresentada por ela. Além disso, Leila tem consciência dessa questão, como fica explícito no texto 3, quando ela destaca que uma pessoa, quando tem melhores condições financeiras, “dá até uma clareada”.

*(3) Não é cor dela que vai colocar ela mais feia ou mais bonita, e eu sinto muito isso que a **pessoa, quando tem uma condições melhor, ela até dá uma clareada, né?** Ela pode ser tiziuzinho, mas se ela tem uma condição financeira maior, “Ah, até que ele não é muito preto não, né!”. Já escutei isso e falei “Gente, é negro, mesma coisa! Só que ele usa uma roupa mais escovadinha, um cabelo mais melhorzinho, tem condição de ir no barbeiro mais vezes, mas é negro, mesma coisa”. Aí que a pessoa vai parar pra pensar, mas muitas vezes você fica como chato, você fica como chata, tendeu? (Leila, 2018)*

A seleção lexical da fala “eu não sou branca” (2) reforça a reflexão que Leila faz sobre sua classificação racial, complementada pela fala presente no fragmento discursivo 4: “Pardo? Que cor é essa?”. Tal discurso também está presente no texto 1, no qual ela aponta que, para ela, essa cor não existe. Também chamam a atenção, no fragmento discursivo 4, elementos que Leila destaca como a “miscigenação”, “descendência” e “cor da pele” e que marcam sua compreensão de que, a despeito de sua pele ser mais clara, ela possui outras características que se somam à sua situação, para que se declare negra.

*(4) Eu gosto de falar que do mesmo jeito que a gente não nasce mulher a gente se torna mulher, **a gente não tem a consciência que é mesmo negro.** Sensibiliza depois porque **uma coisa é você ter a pele negra, outra coisa é você ter uma descendência negra, igual quando você não tem. No Brasil é mais pela cor da pele do que da nossa miscigenação.** Sendo que **eu tenho a sensibilidade que, se meu pai é negro, eu sou negra também,** mas isso foi construído, isso em lugar nenhum mostra, nem na faculdade eu acho, nem na, no, no ensino médio não se fala disso . . . tem que ir lá atrás, lá na África pra cá, sensibilizar, aí sim eu descobri que, descobri não, **eu me***

declaro negra nos documentos tudo, nunca me senti à vontade de falar que eu era parda. Pardo? Que cor que é essa? (Leila, 2018)

Além de fazer essa reflexão sobre a sua condição enquanto negra, Leila também a levou para sua família, em especial seu pai, que se declarava pardo. Como exemplo do grande peso que ela vê na condição de negro, ela também conta que sua avó tinha a pele “*bem escura*” (5), mas não aceitava que era negra, o que remete ao implícito pressuposto de que o simples fato de uma pessoa ter a pele mais escura não significa que ela se conscientize da questão racial, inclusive das lutas cotidianas que essa questão envolve, como aponta Ribeiro (2017). Por isso Leila também enfatiza diversas vezes o aspecto da conscientização.

*(5) Eu sensibilizei ele. . . . Meu pai falava que era pardo, eu, “ué, pai, minha vó era, como se diz, bem escura da pele e **não aceitava que era negra**”. Podia falar que era índia, mas não pode falar que é negro, porque isso aí a gente percebe que é um peso muito grande. Agora virou a mídia colocando aí os negros, né, “ah, os negros na mídia”. Mas aquilo ali é só a mídia. **No dia a dia a gente vê, nó.*** (Leila, 2018)

Leila também destaca a maior atenção que a mídia vem dando às pessoas negras, mas desconstrói esse discurso de valorização a partir de sua experiência cotidiana. Nesse sentido, a seleção lexical “*nó*”, uma expressão regional muito utilizada no estado de Minas Gerais, serve para enfatizar que no dia a dia o racismo atua fortemente. Carneiro (2011) destaca que uma das características do racismo é a maneira como mantém as pessoas negras presas a um estereótipo, enquanto aos brancos é reservado o privilégio de serem representados em sua diversidade. Como exemplo, a autora destaca a produção de peças publicitárias nas quais “*basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito à diversidade étnica e racial*” (Carneiro, 2011, p. 664). Em sua narrativa, Leila demonstrou percepção da realidade das pessoas negras no Brasil, assim como de seu papel, nessa dinâmica. Como destaca Ribeiro (2017), o fato de pessoas negras não apontarem casos específicos de discriminação vividos com elas não significa que o racismo não influencie suas vidas. É possível perceber essa questão quando vemos os relatos de Leila, que sofreu assédio sexual duas vezes, como pode ser observado nos fragmentos discursivos 6 e 7.

(6) Eu passei por isso e o que me prejudicou muito pra mim melhorar na empresa pra crescer foi o assédio sexual. Meu patrão cismou que eu tinha que sair com ele, aí eu não saí com ele, ele parou de me dar o aumento porque antigamente quem dava o aumento era o encarregado, era o

encarregado. “Ah, esse mês ou esse bimestre, eu vou ganhar tanto por cento”, diferente do que era negociado com o sindicato. Então comecei a perceber que depois disso eu não ganhei nem um aumento mais e ele sempre falava que eu tava na lista de mandar embora e ainda usava uma pejorativa que era a **lista negra**, a lista negra. Então aquilo ficava na minha cabeça, e eu tava num momento que o meu pai tava desempregado, minha mãe desempregada, minha mãe fazendo uns bicos de lavar roupa, faxina e foi uma época muito difícil, que era anos noventa. (Leila, 2018)

(7) De dia ele não me atentava não, de dia eu fazia minhas coisas, o menino deles atentava. . . . Eu arrumava a casa, eles jogava as coisa no chão pra me atentar, mas eu percebi também que era falta de carinho, aos poucos a gente vai percebendo. . . . Fiquei lá, falava pra minha mãe: “Oh mãe, o moço não deixa eu dormir. ele fica me rodeando” Tinha só, era na sala. . . . Eles colocaram uma caminha e colocou um lençol. Eu via ele passando assim, toda hora, eu via ele passando, eu via ele passando. . . . Aí teve um dia que ele cismou de me dar um colar. Eu não chegava perto dele de jeito nenhum, morria de medo dele. Mas ele cismou, “não . . . vou colocar ué, você tá com medo de mim?” Falou assim: “você não quer trabalhar aqui não? então eu vou falar com sua mãe que você não vai trabalhar aqui mais não” e eu falei: “**Ai meu Deus, a mãe vai falar de novo que é culpa minha, que eu não aguento ninguém chegando perto de mim, que sou arisca demais**” Aí deixei. . . . Deixei ele colocar o colar. Quando ele foi colocar o colar, o colar caiu, ele enfiou a mão, mas eu virei um bicho. (Leila, 2018)

Essa situação que afeta as mulheres de forma geral, contudo a questão da hipersexualização da mulher negra é ainda mais marcada. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade é fundamental para que se compreenda que não existe uma primazia entre as categorias, tais como gênero, raça e classe, mas relações múltiplas entre elas: “Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a classe é vivida” (Davis, 1997, p. 8). Nesse sentido, Gomes (2011) destaca que cada vez mais, ao observarmos a realidade brasileira e mundial, pode-se perceber que não é possível empreender uma luta contra o racismo, o sexismo, a homofobia, o neoliberalismo e a exclusão social de forma isolada.

“A dor mais profunda que já vivi”: vivenciando o racismo na história de vida de Clóvis

Quando já atuava como dirigente sindical, Clóvis foi vítima de racismo, e essa foi uma questão que marcou sua vida e redefiniu a forma como ele passou a lidar com as questões raciais. Contudo, ao longo de sua infância, também houve momentos

em que a questão do racismo se fez presente. Esta seção trata dessas experiências no que diz respeito às questões raciais. Para Clóvis, a questão racial era algo com que sempre conviveu; porém, muitas vezes o racismo se apresentava de formas mais sutis, como brincadeiras e piadas.

(8) Isso eu era criança, era mais jovem, mas naquele período você não tinha uma formação, você não tinha um conhecimento de que que era aquilo, a gente sabia que era uma forma de discriminar, mas você ficava assim “ah...”. Você não tinha reação. Na minha infância, por exemplo, sempre você era rotulado de vários nomes né, é, macaco, é isso, é aquilo, aquelas brincadeiras sem, sem graça, né, e você ia superando porque às vezes assim, quando você tava no meio, a turma, cada um arrumava uma forma de, de gozação, de como diz o outro, de tirar um sarrozinho e, como você não tinha formação, num tinha uma, uma um entendimento maior da coisa, então você acabava deixando pra lá, “ah, deixa pra lá, é assim mesmo”. (Clóvis, 2018)

O fragmento discursivo 8 retrata a percepção da questão racial que ele tinha em sua infância, porém, “deixava para lá”, naturalizando a questão, por mais que destacasse saber “que era uma forma de discriminação”, questão explicitamente enunciada. Ao demonstrar como ficava ao ouvir um insulto racial, a expressão “ah...”, seguida por uma pausa e sem uma conclusão da fala, trata-se de um implícito subentendido de que essa era uma situação que incomodava, mas que, naquele momento, não gerava uma reflexão profunda sobre o assunto, fato explicitado pela figura da falta de formação destacada no início do texto 8. É possível notar, a partir de seleções lexicais como “macaco”, que essas expressões eram proferidas em tom de “brincadeira”, fazendo com que o racismo fosse expresso sob a forma de humor, fato que leva o enunciador da “brincadeira” a passar uma ideia de que “sua intenção é ser espirituoso e bem humorado, não advogar ou difundir alguma crença ou fato racista” (Sales Junior, 2006, p. 240). Nesse sentido, destaca-se o implícito segundo o qual quem não compreende a brincadeira ou a aceita se torna menos “desejável” socialmente, em especial num grupo de jovens que iniciam seus processos de sociabilidade. Irigaray, Saraiva e Carrieri (2010) apontam que piadas, ironias e anedotas naturalizam a violência, o que faz com esse relato exemplifique situações, muitas vezes vistas como sutis, que podem representar fortes elementos de discriminação e manutenção de estruturas de poder, como é o caso do racismo. A partir de questões frequentemente colocadas como formas de brincadeira e humor, Guimarães (1999, p. 67) chama a atenção para o que nomeou de “racismo à brasileira”, um racismo velado e sutil.

Clóvis destaca que as “brincadeiras” feitas com ele não lhe agradavam, mas, ao expressar que “cada um arrumava uma forma de, de gozação” (6), demonstra que também “entrava na brincadeira”, reforçando a implícita naturalização das

discriminações raciais vividas em sua infância. Isso sugere a forma como buscava superar essa questão nessa fase da vida: não por meio do embate, mas da aceitação de sua condição, uma vez que combatê-la significaria se isolar de seus amigos, sendo essa a forma de mediação encontrada por ele para lidar com a situação que se apresentava. Contudo, mesmo que Clóvis participasse das brincadeiras, isso não amenizava o seu sofrimento ao escutá-las. No trecho 9, essa questão é explicitamente enunciada quando ele diz que ficava magoado e sem entender os ataques.

(9) *Ficava magoado? Ficava. Você ficava sem entender, mas porque esses ataques todos, né? À medida que eu fui crescendo, fui adquirindo maturidade, a gente vai lendo, a gente vai estudando, agora **eu só aprofundei mais depois mesmo que isso aconteceu com mais intensidade, uma coisa mais agressiva, mais violenta.*** (Clóvis, 2018)

Foi necessário, nesse sentido, um aprofundamento da consciência em torno da questão racial para que hoje Clóvis percebesse a profundidade do que ocorreu com ele ainda na infância (9). O racismo se manifestou ao longo da vida de Clóvis, inclusive no episódio em que se manifestou com mais intensidade, descrito no fragmento discursivo 10. Ele destaca que foi chamado de “*criolo vagabundo*”, ao estar liderando uma paralisação na fábrica onde trabalhava, enquanto atuava como dirigente sindical, e que todos aderiram à greve em solidariedade ao que ocorreu com ele.

(10) *Começa que eu tinha 14 anos de empresa pra tentar fazer uma paralisação é, cercearam nossa paralisação, nossa mobilização e intimidar os trabalhadores. . . . Intimidar os trabalhadores é, eu fui agredido racialmente, né, chamado de **criolo vagabundo, que eu ia tomar um tiro etc.** E aquilo foi a gota d’água pra gente poder consolidar uma paralisação interna e comuniquei com os trabalhadores os fato ocorrido e aí aquelas que pegaram serviço mais tarde aderiram toda a nossa paralisação, aí daquela hora em diante a fábrica inteira ficou parada. Pessoas do escritório, pessoas da mecânica, pessoas da, da, dos laboratórios de engenharia. . . . **Então todos aderiram àquela greve em solidariedade a minha pessoa também.*** (Clóvis, 2018)

Esse episódio de discriminação racial sofrido por Clóvis marcou profundamente sua vida. Ele aponta:

(11) *É a dor mais profunda que eu carrego na minha vida até hoje, é uma marca que ninguém tira ela. Quando eu fui interpelado por um chefe*

da segurança da empresa que me fez ameaças, né, me discriminou racialmente me chamando de crioulo vagabundo". (Clóvis, 2018)

Como contraponto ao ataque proferido pelo chefe de segurança, Clóvis complementa destacando que *"pra quem trabalhava 14 anos dentro da empresa, como é que eu era vagabundo e me ameaçou de dar um tiro em mim"*. Nesse sentido, ele desconstrói a ideia de que o ataque proferido era apenas de uma questão do trabalho ou meramente pessoal contra ele, uma vez que ele dedicou anos de sua vida à empresa. O pressuposto é que Clóvis não incomodava enquanto não tinha uma posição de destaque ao atuar no chão de fábrica, pois havia uma convivência "harmoniosa entre as raças", regulada a partir de "regras de cordialidade", que pautam o mito da democracia racial (Sales Junior, 2006). Muitos autores, como Silva (2012) e Bernardino (2002), também destacam um "silenciamento" em relação ao tema das relações raciais, devido ao discurso da democracia racial.

A discriminação sofrida por Clóvis ter ocorrido quando ocupava uma posição de destaque na empresa também remete ao argumento exposto por Sansone (1996), que trata o mercado de trabalho como uma "área dura", um espaço hegemonicamente branco. Assim, a própria empresa possui áreas duras e áreas moles, sendo o chão da fábrica uma área mole, na qual a presença de pessoas negras não representa grande risco à manutenção do status quo. Porém, quando tratamos de cargos de liderança, estamos falando de áreas duras. Assim, no momento que Clóvis passa a ter uma posição de maior destaque com sua atuação sindical, elementos relacionados às discriminações raciais passam a emergir e se tornam mais explícitos. Nesse momento, ele rompe com a dita convivência harmoniosa entre as raças e se passa a perceber, a partir de um exercício de reflexão, como diversas outras ações, muitas vezes "veladas", também representavam discriminação racial em seu dia a dia, marcando seus lugares e sua condição de negro.

(12) *É muito traumático pras pessoas. . . . Porque às vezes elas não, as pessoas. . . . Quando você fala assim: "ah, no Brasil é, não tem discriminação racial"; "ah, mas as pessoas são muito sentimentais". . . . **É só as pessoas que passam, é só as pessoas que passam pela situação que, que nós negros passamos é que sabem como que a dor é profunda, ela é um dor sem medida.** Porque você não vê, você não consegue sentir é. . . . E quando você olha pro seu opressor, você olha com o olho dentro do olho dele e você consegue ver, você vê ele e vê e imponência a impunidade. **Você vê a impunidade, aí é mais triste ainda e quando você vê um juiz, e quando você vê um juiz fazer um prejulgamento, fazer um prejulgamento aí é pior.*** (Clóvis, 2018)

Clóvis aponta que o sentimento de dor causado pela discriminação racial pode ser compreendido apenas por quem vivenciou esse tipo de situação, destacando também o tema da justiça e o percurso semântico da impunidade presentes em seu caso de discriminação racial. Ele demonstra essa percepção ao não singularizar seu caso, tratando-o de forma genérica, em terceira pessoa, por mais que fique claro que ali também se inserem sua experiência e o caso de racismo que vivenciou. Ao tratar da impunidade no trecho 12, bem como ao retomar o tema no fragmento 10, Clóvis coloca em questão o personagem do juiz enquanto figura “neutra”, que deveria julgar e punir as discriminações. Isso é explícito na seleção lexical “pré-julgamento” (13), também permeado pelo racismo, ou por um ideário que trabalha com sua não existência, como o mito da democracia racial.

(13) *Eu passando pra sentar antes de começar o proce. . . a audiência, ele disse assim: “**daqui ele não leva nada**”, então assim, ele já fez um pré-julgamento, né, até porque também esse juiz, ele é empresário, é, não sei qual que é o ramo de atividade dele, mas eu fiquei sabendo no histórico da empresa que ele é um juiz do ramo empresarial **e ele achava que era um absurdo que no Brasil exista isso, isso não é verdade o que aconteceu. . . .** Ele fez um pré-julgamento é eu perdi esse processo que ele foi arquivado, mas o, o discriminação racial, ele deu sequência, né, todas as testemunhas que ao meu favor é, foram, deram depoimento, colocaram como os fatos haviam ocorrido, né, mas é, a justiça com a promiscuidade dela com a falta de interesse é, foi empurrando com a barriga, eu digo assim, o processo até que, mas alguns dois anos atrás, chegou uma carta na minha casa, o oficial de justiça chegou lá, chamou na minha casa umas mais ou menos sete e pouca da manhã e me entregou uma carta dizendo que o processo foi arquivado, então assim é, primeiro frustração pelo que aconteceu, pelo que ocorreu, né, a segunda foi o prejulgamento da justiça que, que teve lado, foi parcialista e o terceiro foi o arquivamento. (Clóvis, 2018)*

No fragmento discursivo 13, destacamos a seleção lexical “*só quem passa por uma situação dessa sabe*”, a partir da qual é possível compreender o implícito subentendido de que apenas após passar por esse episódio que Clóvis pôde de fato sentir o que ser negro significava, que não é uma questão de vitimização, o que reforça os argumentos de Ribeiro (2017) sobre o que têm a dizer os oprimidos. Emerge o tema da empatia quando ele vivencia esse episódio.

(14) *Isso é como a, é, ferir você no fundo da alma, **só quem passa por uma situação dessa é que sabe qual que é a dor profunda que você sente, qual é o tamanho da ferida e da, da, e da cicatriz que fica.** Pode sarar, as, a cicatriz fica e ela fica no interior que ninguém vê, ela fica no seu*

subconsciente, é só você que lembra, é só você que sabe que o filme que ele é, um filme que ele nunca sai de cartaz, ele fica na sua mente o tempo todo. Quando você vê uma discriminação com outra pessoa você volta lá no passado, eu volto lá em 2002, aí você fica com aquela ânsia de justiça. (Clóvis, 2018)

Essa empatia é explicitada pela seleção lexical “*ânsia de justiça*”, expressão que alude à ação que moveu, sem o resultado esperado, no âmbito jurídico. Essa questão marca muito Clóvis, e marcaria qualquer pessoa que, violentada durante toda a vida sem sabê-lo, ao tomar consciência e usar da legislação para fazer valer a sua condição de cidadania, se vê abandonada pelo Estado.

Considerações finais

Compreender e analisar como se apresentam elementos relacionados às relações raciais nas histórias de vida de trabalhadores industriais negros foi o objetivo deste artigo. Os dados produzidos por meio das histórias de vida sugerem que a construção das identidades negras no Brasil não é, definitivamente, uma questão trivial. Segundo Souza (1983, p. 77), “ser negro não é uma condição dada a priori. É um vir a ser. É tornar-se negro”. Nesse sentido, a autora aponta que nascer com a pele negra, ou com outras características físicas, como o cabelo ou o formato do nariz, não organiza, por si só a constituição de uma identidade negra no país. A possibilidade de construção dessa identidade é uma tarefa eminentemente política, que esbarra em inúmeras barreiras de valorização dos brancos, vistos como o padrão a ser alcançado (Souza, 1983). Enquanto isso não for objeto de atenção, corre-se o risco de os negros reproduzirem o racismo de que são vítimas.

Nesses processos que marcam o entender-se negro, Clóvis e Leila tiveram mediações distintas diante das questões que lhes eram impostas. Um elemento comum a ser considerado quando tratamos dos dois enquanto trabalhadores industriais é a atuação de ambos enquanto dirigentes sindicais. Tal experiência representa uma singularidade na atuação dos sujeitos desta pesquisa, não pretendendo generalizar essa condição para todos os trabalhadores industriais. Mais ainda: é plausível supor que a aproximação com pautas de luta e de resistência os deixe em condições de refletir com maior propriedade sobre outros aspectos que os colocam na condição de resistir: como serem negros, pobres, trabalhadores etc.

Para Clóvis, essa questão se apresentou desde a infância, como forma de “brincadeira” pelo seu tom de pele mais escuro, sendo sua fala atual consciente sobre o racismo que sofreu ao longo do tempo. Esse tom de “brincadeira” muitas vezes presente ao se referir a pessoas negras remete a uma das características do racismo no

Brasil, a pretensa cordialidade. Como o brasileiro tem preconceito de ter preconceito (Sales Junior, 2006), a prática explícita de discriminação racial é moralmente inaceitável, o que, todavia, não impede um recorrente racismo silencioso, velado, “bem humorado” e “espirituoso”, que não tem a “intenção” de propagar ideários racistas, mas apenas “descontrair” – algo perverso –, como o sentido por Clóvis. Ele cresceu “se acostumando” ao racismo do qual era vítima porque este era travestido de “brincadeira”. Assim, não tinha por que se ofender, embora não tivesse maturidade para lidar com a mágoa que tais brincadeiras provocavam nele.

O humor, ao naturalizar as agressões, disfarça as discriminações (Irigaray, Saraiva, & Carrieri, 2010), pressionando o agredido a aceitar as “brincadeiras” e ser socialmente aceito ou reagir e correr o risco da exclusão social. É de se esperar que, no caso de Clóvis, isso tenha retardado a sua tomada de consciência sobre o racismo, o que impactou seu posicionamento político em relação ao tema. Assim como aponta Sales Junior (2006), em uma sociedade marcada por uma ideologia racista, como a brasileira, com lugares bem delimitados para brancos e negros, não é necessário mais que uma piada ou uma brincadeira para que uma pessoa negra se sinta desconfortável consigo mesma. No caso de Clóvis, esse estado de resignação só foi abalado por uma discriminação racial explícita, que o tirou do conforto da resignação cultivada ao longo de anos e o fez lutar por ter sofrido uma das maiores dores de sua vida, impune mesmo diante da gravidade do crime.

Leila, por sua vez, teve uma percepção distinta da sua identidade negra. Apesar de possuir um tom de pele mais claro, e talvez por isso não ter sofrido racismo explícito, ela se entende negra a partir de outras características, como a classe social, ancestralidade e cabelo. Recusando ironicamente o colorismo com que muitos negros são tratados “pardo, marronzinho, beginho” (fragmento 1), ela assume uma posição política necessária ao debate da miscigenação e da classificação racial brasileira, demonstrando que a micropolítica racial tem de beber, em primeiro lugar, na auto-percepção – o que remete ao lugar social e não apenas às trajetórias individuais, assim como aponta Ribeiro (2017). Em outras palavras, somente quando os negros se reconhecem como tal, aprendendo a ser negros e tomando consciência de todas as assimetrias e falta de oportunidades a que estão sujeitos por conta de uma construção histórica que os diminui pelo seu tom de pele, é que podem, de fato, se articular em torno de demandas que tornem legítimas suas reivindicações. Aspectos como cotas, por exemplo, não são favor, mas reparação por quase 400 anos de uma construção aviltante das pessoas negras em nosso país. Além disso, é importante ressaltar que não devemos desresponsabilizar os sujeitos de poder (Ribeiro, 2017): essa conscientização deve partir de toda a sociedade, também a partir da compreensão dos elementos que marcam a branquitude e sua condição de privilégios, o que inclui problematizar o papel do Estado nessa dinâmica.

Esse estudo tornou possível perceber que contribuíram para a construção das identidades negras de Clóvis e Leila as discussões empreendidas pelos movimentos negros, em especial a partir dos anos 1990, que permitiram um debate mais aberto sobre a questão racial, desvelando situações muitas vezes silenciadas. Ainda que se trate de uma mobilização social coletiva, deve se ter em mente que é singular a forma como cada pessoa lida com a construção da identidade negra, sendo muitas vezes uma construção contínua, acelerada por momentos críticos e amadurecida a partir de diversos conhecimentos adquiridos. Contudo, como vimos, desde a infância os conhecimentos sobre a questão racial são muitas vezes tratados como tabu e, por isso mesmo, silenciados, impedindo o acesso a essas questões, o que dificulta que muitas pessoas se vejam como negras e, assim, percebam-se vítimas do racismo em algumas situações. Como o processo é particular, não se trata apenas de uma questão de conscientização: mesmo cognitivamente adquiridos os conhecimentos necessários para que se considere negro, pode haver uma negação dessa condição devido à desvalorização social de características consideradas negras, como o formato do nariz ou o cabelo crespo. Gomes (2017) destaca que essa questão do cabelo é muito marcante na vida de mulheres negras, pois muitas consideram que isso as distancia da estética hegemônica (branca). Por isso é tão importante debater a representatividade, que auxilia na possibilidade de ocupação de qualquer função profissional e social por pessoas negras: o lugar da pessoa negra é onde ela quiser.

Referências

- Bakhtin, M. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem* (8a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Barbosa, L. (2014). Meritocracia e sociedade brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, 54(1), 80-85. doi:10.1590/S0034-759020140108
- Barros, V. A., & Lopes, F. T. (2014). Considerações sobre a pesquisa em histórias de vida. In E. M. Souza (Org.), *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: Uma abordagem teórico-conceitual* (pp. 41-64). Vitória, ES: Edufes.
- Bernardino, J. (2002). Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(2), 247-273. doi:10.1590/S0101-546X2002000200002
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo, SP: Selo Negro.

- Carvalho, J. C. B., & Costa, L. F. (2015). História de vida: Aspectos teóricos da psicossociologia clínica. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 23(2), 24-31. doi:10.15329/2318-0498.20150004
- Carvalho, J. J. (2006). O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, 68, 88-103. doi:10.11606/issn.2316-9036.v0i68p88-103
- Coelho, P. J., Jr. (2011). *Executivos negros: Racismo e diversidade no mundo empresarial: Uma abordagem sócio-antropológica* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Davis, A (1997, 13 de dezembro). *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Artigo apresentado na I Jornada Cultural Lélia Gonzales, São Luís, MA. Recuperado de <https://bit.ly/338JSCz>
- Ferrarotti, F. (1990). *Histoire et histoires de vie*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Fiorin, J. L. (2003). *Linguagem e ideologia* (7a ed.). São Paulo, SP: Ática.
- Gomes, N. L. (2011). O movimento negro no Brasil: Ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política & Sociedade*, 10(18), 133-154. doi:10.5007/2175-7984.2011v10n18p133
- Gomes, N. L. (2017). *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte, MG: Autêntica. doi:10.5007/2175-7984.2011v10n18p133
- Gonçalves, L. A. O (1987). Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. *Cadernos de Pesquisa*, 63, 27-29. Recuperado de <https://bit.ly/2Q4RTTB>
- Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na sociedade brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1984, 223-244. Recuperado de <https://bit.ly/2IxsIVE>
- Gouvêa, J. B., López Cabana, R. P., & Ichikawa, E. Y. (2018). As histórias e o cotidiano das organizações: Uma possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala. *Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(12), 297-347. doi:10.25113/farol.v5i12.3668
- Guimarães, A. S. A. (2001). A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 13(2), 121-142.
- Guimarães, A. S. A. (2016). Formações nacionais de classe e raça. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 28(2), 161-182. doi:10.11606/0103-2070.ts.2016.109752

- Irigaray, H. A. R., Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. P. (2010). Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(5), 890-906. Recuperado de <https://bit.ly/2INND7f>
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (2003). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Recuperado de <https://bit.ly/2TWe0ga>
- Lins, S. L. B., Lima-Nunes, A., & Camino, L. (2014). O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 95-105. doi:10.1590/S0102-71822014000100011
- Lopes, F. T. (2015). *Entre o prazer e o sofrimento: Histórias de vida, droga e trabalho* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Mbembe, A. (2001). As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, 23(1), 171-209. doi:10.1590/S0101-546X2001000100007
- Munanga, K. (1996). As facetas de um racismo silenciado. In L. Schwarcz, & R. Queiroz (Orgs.), *Raça e diversidade* (pp. 213-229). São Paulo, SP: Edusp.
- Munanga, K. (2000). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Munanga, K. (2015). *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Nascimento, M. C. R., Oliveira, J. S., Teixeira, J. C., & Carrieri, A. P. (2015). Com que cor eu vou pro shopping que você me convidou? *Revista de Administração Contemporânea*, 19(n.esp.3), 245-268. doi:10.1590/1982-7849rac20151510
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107. doi:10.1590/S0102-79722003000100010
- Pinto, B. O. S., Carreiro, T. C. O. C., & Rodriguez, L. S. (2015). Trabalhando no “entre”: A história de vida laboral como método de pesquisa em psicossociologia. *Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 2(5), 941-985. doi:10.25113/farol.v2i5.3129
- Queiroz, M. I. (1988). Relatos orais: Do indizível ao dizível. In O. R. M. V. Simson (Org.), *Experimentos com história de vida (Itália/Brasil)* (pp. 14-43). São Paulo, SP: R.T.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, MG: Letramento.

- Rosa, A. R. (2014). Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(3), 240-260. Recuperado de <https://bit.ly/3aHULOI>
- Sales, R., Jr. (2006). Democracia racial: O não-dito racista. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 18(2), 229-258. Recuperado de <https://bit.ly/38Gx1Zx>
- Sansone, L. (1996). Nem somente preto ou negro: O sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, 18(2), 165-187. doi:10.9771/1981-1411aa.v0i18.20904
- Sansone, L. (2004). *Negritude sem etnicidade*. Salvador, BA: Edufba.
- Saraiva, L. A. S. (2009). *Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: A indústria cultural em Itabira, Minas Gerais* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Silva, P. V. B. (2012). O silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, 12(1), 110-129. Recuperado de <https://bit.ly/335yyXI>
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Telles, E. (2003). *Racismo à brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.

Sobre os Autores

Matheus Arcelo Fernandes Silva

Mestre em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Servidor público do Governo do Estado de Minas Gerais, lotado na Fundação João Pinheiro. E-mail: matheus.arcelo@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8905-3739

Luiz Alex Silva Saraiva

Doutor em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. E-mail: saraiva@face.ufmg.br. ORCID: 0000-0001-5307-9750



A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro)

The reconciliation between economic and social in the notion of social
enterprise: limits and possibilities (in the Brazilian context)

Recebido: 21/05/2017

Aprovado: 14/05/2019

Genauto Carvalho de França Filho^a

Ariadne Scalfoni Rigo^a

Washington José de Souza^b

^a Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

^b Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Resumo

O texto tem como objetivo destacar distintos atributos atinentes ao conceito de empresa social para contribuir na especificação dos usos possíveis. Parte da seguinte questão: que noções qualificam a variedade de significados atribuídos a práticas vinculadas à expressão “empresa social”? Derivada de questionamento em torno dos limites das iniciativas exclusivamente econômicas, de base monetária, quanto à capacidade para responder demandas sociais, a noção de empresa social representa, em certa medida, o ressurgimento de experiências que mobilizam propósitos variados entre lógicas econômicas e sociais. Contudo, a propagação da noção de empresas sociais no mundo tem se prestado a diferentes e até mesmo conflitantes interpretações, entre uma versão anglo-saxônica, uma versão europeia clássica, uma versão latino-americana e outra europeia renovada (Laville, Young, & Eynaud, 2015). É sob tais vieses que o termo pode aparecer, em diferentes contextos, como negócios sociais, terceiro setor, economia social ou economia solidária, conforme aqui pontuamos.

Palavras-chave: Empresa Social; Economia Solidária; Economia Social; Terceiro Setor; Negócio Social.

Abstract

The text aims to highlight different attributes related to the concept of social enterprise, to contribute to the specification of possible uses. It starts from the following question: what notions qualify the variety of meanings attributed to practices linked

to the expression social enterprise? The notion of social enterprise derives from the questioning about the limits of exclusively economic, monetary-based initiatives, regarding the capacity to respond to social demands, it represents, to a certain extent, the resurgence of experiences that mobilize varied purposes between economic and social logic. However, the extension of the notion of social enterprises in the world has been open to different and even conflicting interpretations, between an Anglo-Saxon version, a classic European version and a Latin American and a renewed European version (Laville, Young & Eynaud, 2014). It is under such bias that the term may occur, in different contexts, as social business, third sector, social economy or solidarity economy, as we have pointed out here.

Keywords: Social Enterprise; Solidarity Economy; Social Economy; Third Sector; Social Business.

Introdução

A noção de empresa social reagrupa um amplo campo de práticas socioeconômicas (Laville & Nyssens, 2001) e nasce de inquietações em torno da necessidade de se compreender limites das iniciativas exclusivamente econômicas na capacidade de responder demandas sociais. Tal noção tenta indicar o ressurgimento de experiências que mobilizam propósitos variados entre lógicas econômicas e sociais. Contudo, a difusão da noção de empresa social no mundo tem se prestado a diferentes e até mesmo conflitantes interpretações, entre uma versão anglo-saxônica, uma versão europeia clássica, uma versão latino-americana e outra europeia renovada (Laville, Young, & Eynaud, 2015). É assim que o termo pode aparecer, em diferentes contextos, como negócios sociais, terceiro setor, economia social e economia solidária. Como entender então a variedade de significados que se atribui a tais práticas à luz dessas quatro diferentes acepções?

Uma chave de leitura, que aqui adotaremos para entender essa variedade de significados, consiste em abordar o propósito de reconciliação entre o econômico e o social; isto é, as possibilidades de tais práticas organizativas serem capazes de articular e interagir com objetivos econômicos e sociais. Para tanto, partimos do seguinte questionamento: em que medida os diferentes significados atribuídos à noção de empresa social são suficientes para revelar tal reconciliação? No intuito de responder essa questão, tomamos como referência o contexto brasileiro para examinar como se manifestam e são utilizadas cada uma das quatro noções – negócios sociais, terceiro setor, economia social e economia solidária –, especialmente no que diz respeito a essa reconciliação. Partimos do pressuposto de que a reconciliação entre o econômico e o social subentende uma ressignificação do próprio econômico e, portanto, a análise dos quatro termos deve levar em consideração tanto o que as práticas

sinalizam em matéria de modelo de empresas sociais quanto o que o seu debate conceitual aponta.

O nosso objetivo é contribuir para a compreensão de distintos atributos relativos ao conceito de empresa social, favorecendo maior discernimento nesse debate. Neste texto, portanto, discutimos cada um dos quatro conceitos e suas diferenças contextuais. A grade analítica proposta ajuda a realçar essas diferenças e, assim, mostra não ser possível reconhecer que todos esses casos possam compor uma única noção – a de empresa social. Ou seja, a ideia de empresa social precisa ser revista. Além disso é preciso deixar claro que nossa proposta de leitura não pretende enquadrar a realidade, mas sim apresentar uma perspectiva de leitura dessas práticas a partir da conexão com seus contextos. Portanto, oferecemos muito mais tendências do que uma visão homogênea da realidade.

Com base no propósito enunciado anteriormente, o texto foi organizado em quatro partes. Inicialmente são esclarecidas as bases conceituais nas quais estamos problematizando a relação entre o econômico e o social, a partir de uma interpretação polanyiana desse problema. Em seguida partiremos de uma atualização dessa interpretação polanyiana para propor uma grade específica de leitura sobre essa questão da reconciliação. Na terceira parte examinaremos cada uma das quatro noções (negócios sociais, terceiro setor, economia social e economia solidária) aplicadas ao contexto brasileiro para refleti-las à luz dessa problematização em termos de reconciliação. Finalmente, a título de considerações finais, salientamos as especificidades de cada uma das noções na sua capacidade ou não de reconciliar o econômico e o social, além de sugerir conclusões gerais sobre condições para tal reconciliação conforme diferentes contextos.

A reconciliação do econômico com o social: uma interpretação polanyiana

A tradição mais recente no campo da sociologia econômica tem buscado delimitar atributos sociais na análise de assuntos econômicos complexos com destaque para o argumento granovetteriano segundo o qual o comportamento dos agentes econômicos (de mercado) e, portanto, sua racionalidade, não podem ser inteiramente compreendidos de modo independente da análise da estrutura social envolvendo esses mesmos atores (Granovetter, 2007). É assim que Granovetter (2000) inaugura um outro olhar sobre a dinâmica dos mercados, abrindo um amplo espectro de pesquisas em torno de redes sociais na análise sociológica das organizações de mercado.

Há avanços importantes nessa sociologia econômica de mercados, especialmente como alternativa às abordagens de escolha racional. Todavia essa abordagem salienta sobretudo a maneira como aspectos sociais influenciam condutas e

comportamentos econômicos de agentes de mercado, deixando de analisar a própria articulação das finalidades econômicas e sociais numa dinâmica organizacional para além deles. O esforço analítico que aqui propomos necessita ir além de uma sociologia econômica dos mercados (Lévesque, 2007; Swedberg, 2009).

Os trabalhos que mais avançaram na direção de compreender o problema da relação entre o econômico e o social na dinâmica de formas variadas de organizações são aqueles que problematizam o fato associativo. Dentre eles podemos destacar desde o texto seminal de Laville e Sainsaulieu (1997) propondo uma sociologia da associação, até posteriormente outros trabalhos relevantes como o tratamento da governança das associações (Eynaud, 2015) ou das políticas da associação (Laville, 2010, 2017). Esses trabalhos trazem contribuição relevante acerca dos desafios da gestão de formas de organização que estão em permanente tentativa de reconciliação entre o econômico e o social, segundo a centralidade de diferentes lógicas inerentes à natureza do seu funcionamento.

Num esforço então de esclarecer o entendimento mais específico da relação entre o econômico e o social, que constitui inclusive uma problemática anterior à anteriormente mencionada (da qual esses mesmos autores estão apoiados), adotaremos aqui uma perspectiva polanyiana de análise por uma razão principal: para além de uma sociologia dos mercados, e em coextensividade com uma sociologia do fato associativo, a análise polanyiana propõe uma antropologia do fato econômico na vida em sociedade (Polanyi, 2000, 2011). E assim fazendo, em Polanyi a análise do econômico é antes de tudo uma análise do modo como ele se institui ou se institucionaliza na organização da própria sociedade. Trata-se, portanto, de uma análise da própria interação do econômico, compreendido na sua acepção substantiva – mais ampla e que inclui as próprias relações de mercado –, com as diferentes dimensões que organizam a vida em sociedade, ou com o que poderíamos designar, em resumo, do não econômico – expressão do próprio social em sentido amplo.

A antropologia econômica, e em especial a perspectiva polanyiana, nos oferece uma variedade de formas de instituição econômica compreendidas historicamente: do mercado, passando pela redistribuição até a reciprocidade, incluindo aí uma forma específica desta última que se apoia no princípio do *householding* (Hillenkamp, 2013). Num esforço de atualização desse pensamento, a grade polanyiana parece contribuir com três perspectivas analíticas: (1) a primeira é de reconhecer a variedade de racionalidades do comportamento econômico e entender suas especificidades; (2) a segunda é de compreender como essas diferentes racionalidades podem se articular e interagir em diferentes formas de organizações ou sistemas institucionais; e (3) a terceira é sobre como cada uma dessas racionalidades específicas podem ser ressignificadas a partir justamente da relação que estabelecem entre elas.

Da análise polanyiana sobre as formas institucionais do econômico (Polanyi, 2000, 2011) podemos concluir que a indissociabilidade entre ele e o social constituiu a norma da organização da vida em sociedade ao longo da história pelo simples fato de não se conhecer sistema econômico algum que fosse independente ou que não estivesse submetido às próprias regras sociais elementares. É o fenômeno do enraizamento do econômico no social. Prevalencia a esse respeito aquilo que poderíamos designar como uma determinação social do econômico. Ou seja, quando as atividades econômicas não fazem sentido em si mesmas, mas apenas na qualidade de meio para a realização de outros propósitos. É precisamente a inversão na forma de uma determinação econômica do social, que será conhecida apenas com o advento não do princípio do mercado em si, mas do mercado autorregulável na forma mais conhecida hoje como economia de mercado. Ocorre então uma constante tentativa de expulsar o social do interior do próprio econômico, que corresponde a transformar o primeiro numa categoria de organização da sociedade, cada vez mais submetida às próprias regras e racionalidade do princípio do mercado autorregulável. De uma condição de dissolução do econômico no social, o advento da modernidade, nos diz Polanyi (2000), é aquele de um movimento na direção de uma separação ou autonomização da esfera econômica de mercado em relação ao conjunto das esferas que organizam a vida social. Movimento este sempre necessariamente tensionado entre enraizamento e desenraizamento do econômico no social, caracterizando, segundo o autor, uma dialética própria da modernidade.

É precisamente essa perspectiva que nos faz tentar entender em tempos atuais, não o problema da justaposição entre o econômico e o social, mas sim a questão da reconciliação concebida como interação dinâmica entre eles. Se no primeiro caso, de justaposição, os aspectos econômicos e sociais não dialogam entre si, ficando em geral o segundo submetido à racionalidade do primeiro, entendido na sua acepção mercadológica, no segundo caso, em que há reconciliação, os propósitos econômicos ficam mesmo submetidos aos sociais, seja em razão de processos políticos democráticos de deliberação ou da subordinação da finalidade econômica.

Proposição de grade analítica

A partir da análise anterior, o problema fundamental que ocupa a formulação da nossa grade analítica pode ser enunciado pela seguinte questão: sob que condições se observa, no nível da dinâmica organizacional, uma interação dinâmica entre o econômico e o social? Ou seja, em que medida práticas então designadas como de empresas sociais são capazes de produzir essa interação dinâmica, essa reconciliação ou essa dissolução do econômico no social? O problema da reconciliação posto nesses termos indica uma reflexão em termos de racionalidade da prática organizativa.

É assim que, para entendê-la, sugerimos um duplo olhar: sobre o propósito organizacional de um lado, e sobre seu modo de gestão do outro.

Com essa proposta de duplo olhar, o intuito vai além de entender a relação entre lógicas econômicas e lógicas sociais apenas do ponto de vista de sua presumível relação de paridade ou de sobredeterminação de uma à outra. Mais uma vez, não se trata de tentar reconhecer sua justaposição, mas de buscar avaliar sua interação dinâmica. Dois critérios praticamente indissociáveis são então aqui mobilizados para análise dessa interação como condição para avaliar a reconciliação entre o econômico e o social: (1) o propósito da iniciativa definindo a finalidade da gestão; e (2) o próprio modo de operar a gestão.

O critério modo de operar a gestão define processo de organização, tomada de decisão e condução da gestão segundo princípios, diretrizes e normas utilizadas na dinâmica organizacional objeto da análise. Neste critério são considerados dois outros subcritérios: governança democrática e governança tecnocrática. Entende-se por governança democrática as práticas de gestão orientadas a partir de dinâmicas coletivas fundadas em princípios de cooperação e mecanismos democráticos de condução. Ela sugere um equilíbrio na relação entre economia e democracia, apontando na direção de uma relação indissociável entre a norma e o procedimento técnico da gestão e sua deliberação política respaldada numa esfera coletiva de decisão. Já a governança tecnocrática define-se como práticas de gestão cujo processo de organização, tomada de decisão e condução da gestão são guiados fundamentalmente por diretrizes técnico-financeiras. Se o subcritério governança democrática indica maior peso da dimensão social no processo de gestão, dado o seu caráter de apropriação social, o critério governança tecnocrática indica o contrário, pela simples negação dessa apropriação social do processo de gestão. Neste caso, o subcritério governança tecnocrática indica maior peso da dimensão econômica entendida segundo parâmetros de uma racionalidade de mercado, já que ele decorre desse padrão de racionalidade.

O critério finalidade da gestão define-se segundo os princípios, diretrizes e normas que orientam a conduta ou o comportamento do empreendimento ou iniciativa objeto da análise. Neste critério são considerados dois outros subcritérios: a utilidade social e a viabilidade financeira. Considera-se aqui a utilidade social como a conduta ou o comportamento do empreendimento guiado sobretudo pelos propósitos não econômicos da sua atividade, sejam eles de natureza propriamente social, cultural, ambiental ou política. Segundo esse subcritério, os meios de viabilização em termos de recursos para tais objetivos não se resumem ao autofinanciamento sob condições de mercado. Já a viabilidade financeira define a conduta ou comportamento do empreendimento guiado fundamentalmente pela sua capacidade de autofinanciamento sob condições de mercado. Se a prevalência do subcritério utilidade social indica o maior peso da dimensão social em termos de finalidade ou propósito organizacional, a prevalência

do subcritério viabilidade financeira reafirma o maior peso da dimensão econômica, segundo parâmetros de uma racionalidade de mercado.

Na grade analítica proposta na Figura 1 temos, no eixo horizontal, o critério da finalidade da gestão e, no vertical, o critério relativo ao modo de operar a gestão. O intuito dessa grade é tentar apreender as condições segundo as quais esteja indicada a capacidade de reconciliar o econômico e o social na dinâmica da prática objeto da análise. No quadrante A as organizações possuem modo democrático de operar a gestão e suas ações têm finalidade de utilidade social. No quadrante B, apesar da finalidade de utilidade social, tais práticas são gerenciadas de forma tecnocrática. No quadrante C, as organizações tanto possuem finalidade econômico-financeira quanto são gerenciadas de maneira tecnocrática. Já no quadrante D, as organizações possuem foco na viabilidade econômico-financeira, embora busquem mecanismos democráticos de tomada de decisão.

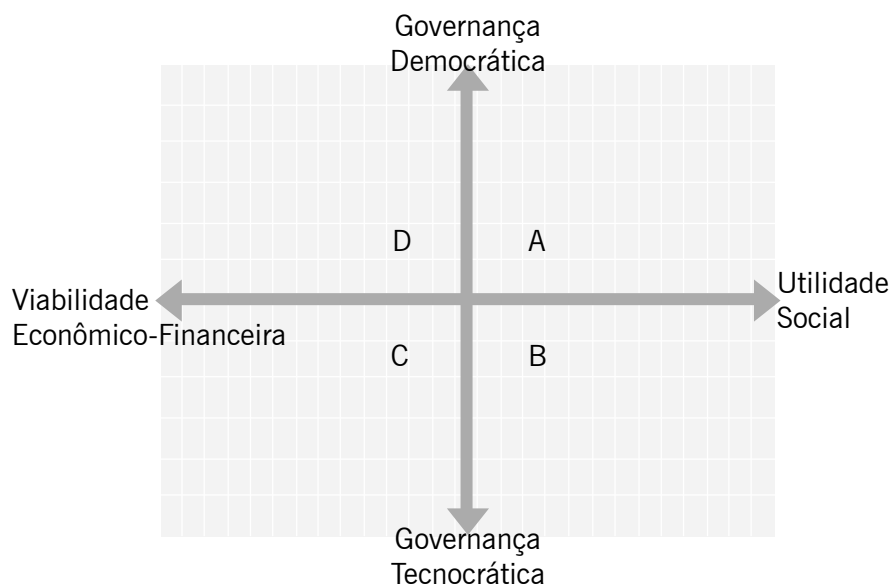


Figura 1 – Grade analítica da reconciliação entre o econômico e o social

Fonte: Elaborada pelos autores.

Entendendo diferentes significados da noção de empresas sociais

À luz do que já abordamos, a questão que passa a nos ocupar é saber como diferentes práticas socioeconômicas agrupadas em cada um dos quatro conceitos (negócios sociais, terceiro setor, economia social e economia solidária) desenham ou delineiam a relação entre o econômico e o social. Em que medida cada uma das

quatro noções indicam ou não a possibilidade de reconciliação, e quais contornos ou características as definem.

Examinando a noção de empresa social como negócios sociais

O conceito de negócios sociais tem circulação crescente no Brasil desde meados da década 2000, fruto tanto de algumas influências internacionais mais conhecidas, como é o caso dos trabalhos de M. Yunus (2010), quanto da produção dos autores nacionais. A discussão brasileira relaciona estreitamente a ideia de negócios sociais com a noção de empreendedorismo social e empresa social (Fischer & Comini, 2012; Oliveira & Vasconcellos, 2011; Rosolen, Tiscoski & Comini, 2014). Além disso ela muitas vezes se confunde também com as noções de responsabilidade social, negócios inclusivos e, mais recentemente, negócios sociais de impacto (Limeira, 2015).

Na origem da noção de negócios sociais em Yunus (2008, 2010), o conceito está relacionado às seguintes características: (1) tem a missão de atender às demandas dos segmentos populacionais de baixa renda e mais vulneráveis; (2) desenvolve e comercializa produtos e serviços ajustados a essas demandas sociais; (3) gera receita suficiente para cobrir as próprias despesas; (4) reinveste uma parte do excedente econômico na expansão do negócio, enquanto outra parte é mantida como reserva para cobrir despesas inesperadas; (5) tem investidores que não recebem lucros na forma de dividendos, mas podem receber o investimento de volta após um período (Limeira, 2015, p. 3). Em síntese, para Yunus, um negócio social deve ter a vocação para resolver um problema social. Segundo ele o negócio pode gerar excedente, mas este deve ser reinvestido no próprio negócio e não ser apropriado por alguém ou um grupo.

A noção de negócio social em Yunus diferencia-se sutilmente da tradição anglo-saxônica mais contemporânea, que enfatiza o atendimento de um nicho ou uma demanda de mercado “da base da pirâmide”. Como demonstram Defourny (2009) e Rosenberg (2011), nessa concepção o mercado é definidor do que vem sendo caracterizado como negócio social. Kiviat e Gates (2008) enfatizam que os negócios sociais devem trazer as pessoas que estão longe do sistema capitalista para dentro dele. Em contraste, numa concepção europeia, a empresa social persegue fundamentalmente objetivos sociais e seu excedente é totalmente reinvestido no próprio negócio. Isso porque nessa perspectiva a empresa social não é guiada pela lógica de maximização dos lucros.

Retornando ao debate brasileiro sobre essa noção, de fato as definições mais conhecidas parecem refletir uma tendência de entendimento do tema tal como ele se difunde na matriz anglo-saxônica pensada sob um viés de *social business*. Um breve levantamento da literatura brasileira feito por Limeira (2015) indica,

com certa clareza, o modo principal de compreensão do termo. Em Comini (2012), por exemplo, a empresa social (*social enterprise*), o negócio inclusivo (*inclusive business*) e o negócio social (*social business*) são alguns dos termos usados para identificar as organizações que visam “solucionar problemas sociais com eficiência e sustentabilidade financeira por meio de mecanismos de mercado” (p. 5). Em Naigeborin (2010) também se enfatiza os mecanismos de mercado: “estes negócios devem funcionar sob as mesmas regras comerciais de qualquer outro negócio, isto é, operar pela lei da oferta e demanda do mercado”. Segundo a autora, esses empreendimentos são planejados a fim de gerar os recursos suficientes para cobrir a totalidade de suas operações e ainda contribuir para seu crescimento. Porém nesses negócios “o lucro não é um fim em si mesmo, mas um meio para desenvolver soluções que ajudem a reduzir a pobreza, a desigualdade social e a degradação ambiental”.

Linhas argumentativas similares adotam Oliveira e Vasconcellos (2011), quando consideram que negócios sociais e inclusivos são modelos de empreendedorismo que geram impactos sociais, devendo ser economicamente rentáveis. Para os autores, não é necessário escolher entre ser rentável e provocar transformação social, pois ambos são possíveis concomitantemente. A autossuficiência e a rentabilidade também são aspectos fundamentais à concepção institucional brasileira sobre negócios sociais. O portal *Negócios Sociais*, por exemplo, considera que eles devem se manter sem a necessidade de fontes “grátis” de capital. “Um negócio social deve atender, através de seus produtos/serviços, ou incluir na sua cadeia de valor, através da distribuição do lucro gerado no negócio, a base da pirâmide ou outros grupos que carecem de inclusão social” (Portal Negócios Sociais, 2013).

Por essas definições, os negócios sociais estariam indicando a capacidade dos empreendimentos em, sobretudo, gerar autossuficiência econômico-financeira sob condições de mercado e ainda atender supostas demandas sociais. Desse modo eles se definem como empreendimentos viáveis economicamente, precisamente pela capacidade em atender ao social. Entretanto a literatura se revela carente de estudos de caso que permitam evidenciar empiricamente como os negócios sociais compatibilizam viabilidade econômica com atingimento de finalidade social. Faltam balanços e demonstrativos contábeis. Restam, de todo modo, algumas indicações sobre os casos que estariam sustentando o conceito assim formulado. Uma breve avaliação da maioria dos casos brasileiros citados como exemplos de negócios sociais (Portal Negócios Sociais, 2013), nos leva a apontar pelo menos três conclusões:

Primeiro, entende-se por negócios sociais, a rigor, experiências de um tipo de empreendedorismo privado que explora um público constituído por segmentos populacionais considerados de baixa renda. A qualificação de social seria então determinada pelo nicho de negócio e, nesse sentido, torna-se uma nova categoria de marketing: o social como um renovado nicho de mercado. Num dos exemplos mais conhecidos o

negócio consiste na oferta de serviço de reparo de habitações em favelas do Rio de Janeiro a um custo considerado inferior à média de mercado. Permanece neste caso ainda em aberto a questão sobre como se define a baixa renda e até onde a atividade “se paga”. Um outro exemplo de negócio social no Brasil é a iniciativa de um estudante de economia. Em 2011 ele criou uma empresa chamada 4You2 que oferece curso de inglês a preços acessíveis para população de baixa renda em comunidades vulneráveis. Os instrutores eram estrangeiros voluntários com fluência em inglês (e que não falavam bem português), interessados em viver no Brasil para intercâmbio, notadamente estudantes, e que se hospedavam nas casas das famílias na comunidade onde atuavam, pagando um valor baixo de aluguel. As aulas aconteciam nas sedes de organizações não governamentais (ONG) e associações dessas comunidades que apoiavam a iniciativa. Desse modo a iniciativa ligava intercambistas estrangeiros com pessoas interessadas em aprender inglês nessas comunidades a custos bem reduzidos, ofertando um serviço para a chamada base da pirâmide. Posteriormente a organização expandiu com capital próprio, passando a pagar uma bolsa (chamada de bolsa auxílio) para os instrutores, além do aluguel pelo uso da sede das organizações sociais parceiras. Em 2015, Gustavo Fuga se tornou notável pela iniciativa ganhando o prêmio Empreendedor Social e, em 2017, já contava com duzentos intercambistas de cinquenta países diferentes. Nota-se que é um empreendimento privado que explora um público de baixa renda como nicho de mercado. O negócio, apesar do impacto social, parece nesse caso “se pagar”, permitindo à organização reinvestir e se expandir.

Segundo, entende-se também por negócios sociais o fato de os seus agentes se constituírem como empresas privadas (como no caso anterior), porém sem explorar um nicho específico de mercado. A novidade neste caso residiria no fato de a iniciativa admitir algum grau de repasse (voluntariamente decidido pela empresa) dos recursos obtidos ou gerados junto a um público considerado “social”. Num exemplo relativamente conhecido, uma empresa de vestuário cuja marca se volta para um público de renda elevada, doa um percentual sobre o montante de suas vendas para população carente por meio de acordos firmados com instituições de caridade. Desse modo, a empresa vincula a ação social à compra do cliente, o que significa afirmar que o desempenho do negócio social depende e se realiza com um percentual do dinheiro daquele – e não a partir da destinação de ganhos líquidos e ativos da empresa. Dito de outro modo, a caridade é utilizada como instrumento para maiores ganhos e portanto, em última instância, a empresa negocia um apelo social para crescer em lucratividade.

Um terceiro grupo de casos apontados na literatura é bastante surpreendente ao se distinguir do caráter de moralização do capitalismo ou filantropização do negócio presente nos dois primeiros tipos: trata-se de um seleto grupo de organizações da sociedade civil (OSC) empreendendo práticas inovadoras. Aqui, o discurso dos negócios sociais toma emprestado exemplos conhecidos de organizações que participam de

outras agendas sociais, como no caso do Banco Palmas que se autodefine como uma prática de economia solidária. Ora, se as OSC são reconhecidas sem fins lucrativos, portanto sem viabilidade financeira, por que estariam então sendo classificadas como negócios sociais? A resposta para essa questão intrigante encontra-se, segundo nossa hipótese, naquilo que o conceito de negócio social não abarca (pois extrapola o paradigma da viabilidade financeira), mas intui como importante: a sustentabilidade diferenciada de certas práticas de organização da sociedade civil, que são capazes de gerar recursos próprios, muito embora em proporção insuficiente para obter viabilidade financeira. É como se o conceito de negócios sociais fizesse concessão a certos casos inovadores que demonstram (na prática) capacidade em ser sustentáveis mesmo não sendo viáveis financeiramente. Se tal concessão conceitual é velada, pois contraria sua própria natureza (expondo contradição ou insuficiência conceitual), por outro lado ela parece pretender induzir um redirecionamento na agenda das organizações sem fins lucrativos. Ou seja, o conceito de negócios sociais tenta se encaixar numa nova tendência do contexto das OSC no Brasil, cuja característica mais marcante é a metamorfose pela qual passam atualmente (muitas delas bastante antigas no chamado trabalho social) que, diante da escassez de financiamento, tende a perseguir sua própria sustentabilidade financeira através da geração de recursos próprios. Daí a adoção de natureza jurídica de empresa e o modelo de gestão de negócio.

Observa-se então, no caso brasileiro, o fato de a noção de negócios sociais interpretar, à sua maneira, tradições de práticas organizativas no chamado campo social ou socioeconômico muito anteriores ao próprio advento desta noção, a exemplo dos inúmeros casos de OSC, do cooperativismo ou da economia popular e solidária. De todo modo, permanece como elemento central definidor dessa ideia o fato de que tais organizações devem funcionar como empresas privadas de mercado. É assim que a noção enfatiza a busca pela viabilidade financeira como finalidade primordial da gestão, de um lado, e o exercício de uma governança tecnocrática como modo de operar a gestão, do outro. Sob tais condições, a noção e prática dos negócios sociais não admitem nem a possibilidade de reconciliação entre o econômico e o social e nem sua justaposição. O chamado resultado social é compreendido como uma consequência da ação eminentemente econômica segundo parâmetros de uma racionalidade de mercado.

Examinando a noção de empresa social à luz do conceito de terceiro setor

O termo terceiro setor é originário da realidade norte-americana, particularmente impregnada pela ideia de filantropia num contexto em que inexiste historicamente tradição de Estado social. O termo identifica fundamentalmente o universo do chamado *voluntary sector* ou *non-profit sector*. Muito embora o terceiro setor não reivindique a noção de empresa social, pode-se deduzir tal ocorrência do fato de as

organizações do segmento ao mesmo tempo terem objetivos claramente fixados e empreenderem ações de mobilização de recursos para cumprir esses objetivos.

Tal como consideram Salomon e Anheier (1992), no interior desse campo (*non-profit sector*) as organizações apresentam cinco características essenciais: elas são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária. Ao acrescentarmos a esses cinco traços dois outros – as organizações não devem ser políticas (no sentido restrito do termo, isto é, excluem-se os partidos políticos) e nem confessionais (ou seja, exclui-se qualquer gênero de organização religiosa) – obtemos a nomenclatura comum de classificação do terceiro setor conhecida pela sigla *International Classification of Non-Profit Organizations (ICNPO)*. Foi justamente essa nomenclatura que serviu de base à pesquisa internacional sobre o terceiro setor dirigida pela Fundação John Hopkins no início dos anos 1990, que compreendeu treze países, entre os quais o Brasil. O trabalho de Fernandes (1994) abarca a parte brasileira dessa pesquisa. O autor revela os limites de uma tal definição para pensar a realidade de um terceiro setor latino-americano, que aparece extremamente heterogêneo na sua configuração. Sua crítica reside, de modo específico, na desconsideração do critério da informalidade, isto é, da não-institucionalização das iniciativas. Com essa noção de terceiro setor, perde-se de vista um largo campo de iniciativas que desempenham um papel fundamental para amplas fatias da população de países latino-americanos como o Brasil. Se por um lado houve um certo cuidado com a aplicação do termo na realidade brasileira, o fato é que foram feitos ajustes para um uso generalizado do termo, que passou a identificar-se com o universo das organizações sociais em geral, desde o âmbito da sociedade civil organizada até o chamado meio popular. Há resistências até hoje da parte de OSC engajada em tradições de movimentos sociais.

Buscando contextualizar melhor o campo do terceiro setor, pelo menos no Brasil, notamos que ele tende a identificar como campo o das organizações sociais as quais constituem uma diversidade complexa de iniciativas. Num esforço didático, talvez possamos resumir em dois grandes grupos de organizações sociais com natureza distintas: (1) aquele das OSC mais vinculadas às organizações empresariais, e (2) aquele constituído pelas organizações históricas, vinculadas aos movimentos sociais na América Latina, que se identifica com o próprio conceito de ONG nos anos 1970. Ambos tipos estão sujeitos a pressões institucionais para que elas renunciem aos financiamentos de terceiros para gerarem recursos próprios. Dentro de cada um dos grupos, elas reagem de forma diferente às pressões institucionais. As organizações ligadas ao mundo empresarial tendem a aceitar facilmente a pressão como ela é, se aproximando do modo de funcionar das empresas (elaborando estratégias de marketing, por exemplo). Já as organizações históricas tendem a resistir às pressões e passam elas próprias a pressionar para alterar seu marco regulatório. No Brasil, é o caso da constituição do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que passou a vigorar

em todo o país em 2017. No entanto, apesar dos marcos regulatórios contribuírem para que as organizações sociais históricas não se tornem empresas e mantenham padrões democráticos de governança, ainda assim elas tendem a, minimamente, buscarem alternativas para gerar recursos próprios.

Ainda em termos contextuais, essa generalização do uso do termo terceiro setor corresponde a um movimento conhecido de exportação de ideias e conceitos de países do Norte em direção àqueles do Sul, fixando assim uma agenda política na ação das organizações sociais. Tal movimento encontra respaldo em modos específicos de justificação. Na interpretação predominante do terceiro setor na literatura anglo-saxônica, sua existência é explicada principalmente “pelos fracassos do mercado quanto à redução das assimetrias informacionais, como também pela falência do Estado na sua capacidade de satisfazer as demandas minoritárias” (Laville, 2000, tradução nossa).

Do ponto de vista da prática organizativa, a ideia de terceiro setor comportou implicitamente uma ênfase no atingimento de finalidades sociais, como uma espécie de busca pela satisfação de um propósito de utilidade social sem indagar-se sobre os meios de execução do ponto de vista de uma racionalidade de gestão. Organizações do terceiro setor no Brasil (leia-se: da sociedade civil) estiveram habituadas aos procedimentos de gestão convencionais segundo normas tecnoburocráticas conhecidas dos procedimentos de gestão formais. Com a generalização do uso do termo, por outro lado, reafirma-se a preocupação com o atingimento da sua finalidade não econômica, porém, dessa vez, enfatizando-se a importância da assunção de regras e racionalidade de gestão ainda mais rígidas segundo preceitos rigorosos da governança tecnocrática. Isso ficou particularmente visível nas exigências impostas pelas instituições financiadoras sobre as organizações financiadas. Assiste-se assim a um movimento na direção de fusão do terceiro setor com os negócios sociais.

Em resumo, a noção de empresas sociais embutida no formato terceiro setor intenta uma equação específica entre atingimento de propósito de utilidade social, porém com forte afirmação do valor da governança tecnocrática. Que exemplo, então, podemos fornecer a esse respeito? Chamada de Obras Sociais Irmã Dulce, a OSID é uma entidade baiana que representa bem organizações tradicionais do terceiro setor. Filantrópica e sem fins lucrativos, foi fundada em 1959 pela freira Irmã Dulce (Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes), nascida em Salvador em 1914. Conhecida como “o anjo bom da Bahia”, Irmã Dulce ganhou notoriedade pelas inúmeras ações de caridade e assistência aos pobres, tendo sido canonizada em outubro de 2019 sob a denominação Santa Dulce dos Pobres. Atualmente a OSID oferece serviços gratuitos de saúde, assistência social e educação distribuídos em 21 núcleos na cidade de Salvador (BA). A sustentabilidade da instituição é garantida com recursos públicos – notadamente do Sistema Único de Saúde (SUS) – e de convênios e parcerias com organismos estatais, além de doações privadas e venda

de produtos. Nesse caso, como prática organizativa a OSID assemelha-se a uma instituição estatal, respeitando a tecnocracia e os normativos de gestão impostos pelas organizações com as quais tem convênio, cooperação. No caso da OSID, as normas do SUS são rigorosamente cumpridas tanto no que se refere aos critérios de atendimento quanto no tocante ao uso e à gestão dos recursos disponíveis, sem, contudo, perder de vista sua finalidade estreitamente social.

A título conclusivo, para a grande maioria das chamadas organizações sociais atuando no terceiro setor, nota-se que, se a prevalência da lógica de governança tecnocrática impede a reconciliação entre o econômico e o social, sua preocupação com a utilidade social como finalidade primordial da prática organizativa indica uma situação de justaposição entre as duas dimensões.

Examinando a noção de empresa social à luz do conceito de economia social

A noção de economia social remete ao contexto europeu. Neste, a relação com o Estado social é constitutiva das experiências associativistas, conforme registra Laville (2000). Esta é a razão segundo a qual, pondera o autor, pensar a ideia de um terceiro setor na Europa implica ultrapassar a compreensão como “compartimento suplementar da economia” para enxergá-lo como um elemento que está em interação histórica constante com os poderes públicos. Precisamente em razão da crença em um mercado autorregulável na primeira metade século XIX na Europa, ocorreu um debate político sobre a economia ou as condições do agir econômico. Esse debate foi incitado por iniciativas associativistas que, ao questionarem a autonomia econômica nas suas práticas, em face de atributos sociopolíticos, ambientais e culturais, ficaram mais conhecidas sob a rubrica de economia social. Ao assumirem um ideal de transformação social que não passava pela tomada do poder político via aparelho do Estado, se tornaram conhecidas sob a expressão de socialismo utópico, expressão marxista usada para fazer oposição ao chamado socialismo científico. Ambas as expressões refletem, todavia, dois modos distintos de conceber a transformação do sistema capitalista (França Filho, 2002).

De fato, contrastando com a noção de terceiro setor, a noção de economia social (e também a de economia solidária) é herdeira de uma tradição histórica comum relacionada ao movimento associacionista operário da primeira metade do século XIX na Europa, inspirado numa dinâmica de resistência popular materializada em experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação. Conforme registou França Filho (2002), há uma dimensão política nas experiências de economia social na sua origem, especialmente quanto ao direito ao trabalho. Tais experiências emergiam como movimento de resistência, pois em momento anterior à Revolução Industrial, mesmo

próximas a condições de miséria e fome, as pessoas viviam dentro da família, em torno de círculos de afeição, suficientemente livres das inquietações trazidas pelo progresso industrial que ocorre na sequência, conforme registra Souza (2008).

As condições de pauperização que marcavam a vida de ampla parcela da população na Europa, naquele momento, se deviam à superexploração do trabalho no contexto de nascimento do capitalismo, bem como ao desemprego que grassava. Compreendidas, portanto, como iniciativas derivadas dos setores populares, experiências associativistas ganharam progressivamente o reconhecimento do poder público, o que resultou na elaboração de quadros jurídicos que tanto conferiram existência legal às iniciativas como contribuíram para separar o que o movimento associacionista original queria reunir (Laville, 2000). É nessa dinâmica que aparecem os estatutos de organização cooperativa, mutualista e associativa. Essa fragmentação da economia social em estatutos jurídicos específicos consolida-se aos poucos durante a segunda metade do século XIX e na passagem para o século XX, refletindo, nesse movimento, a tendência dessas organizações a se isolarem em função dos seus respectivos estatutos jurídicos e, ao mesmo tempo, a se integrarem ao sistema econômico dominante. Trata-se, agora, de uma solidariedade formal, de organizações de trabalho que, sem o propósito de romper com a ordem socioeconômica que se desenhava, passaram a cultivar outro tipo de solidariedade em detrimento da outrora solidariedade pré-industrial (Souza, 2008).

As cooperativas inserem-se seguramente na economia mercantil, ocupando principalmente aqueles setores de atividade nos quais a intensidade capitalística permanecia fraca enquanto as organizações mutualistas são quase que integralmente incorporadas à economia não-mercantil praticada pelo Estado. Portanto essa dinâmica organizacional reflete, do ponto de vista interno, a própria mudança no perfil de militantes políticos, embalados pelos ideais de um vigoroso movimento operário, pouco a pouco são substituídos por profissionais de forte caráter tecnoburocrático, cuja presença passa a ser hegemônica nessas organizações. A dimensão técnica ou funcional da organização passa então a primar sobre seu projeto político (França Filho, 2002).

A perspectiva de uma economia solidária, como será vista adiante, desaparece assim num primeiro e longo momento, assistindo-se no seu lugar ao desenvolvimento de uma economia social que se torna altamente institucionalizada ao longo do século XX – seu papel praticamente se limita àquele de uma espécie de apêndice do aparelho do Estado. As organizações da chamada economia social hoje na França, por exemplo, como alguns grandes bancos, hospitais, identificados como cooperativas ou organizações mutualistas, representam grandes estruturas tecnoburocráticas que dificilmente se distinguem, na sua dinâmica de funcionamento, de uma empresa privada ou pública.

Num exemplo brasileiro pertinente para o assunto, importa mencionar o caso de uma cooperativa de agricultores familiares e pescadores artesanais da região do Mato Grande, no interior do Rio Grande do Norte. A cooperativa foi fundada em 2010 por um conjunto de lideranças da agricultura familiar e do setor produtivo da pesca artesanal dessa região. O propósito foi de organização de sistemas de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agropecuários. Todavia, sua concepção e fundação foram fortemente demarcadas por interesses de mobilização e participação políticas de segmentos populares da sociedade civil no território. Assim a cooperativa foi constituída, majoritariamente, por presidentes de sindicatos rurais, de associações de assentamentos da reforma agrária, de colônias de pesquisadores e de lideranças de partidos políticos. Recentemente o presidente da cooperativa reconheceu que, no seu quadro de sócios, havia mais lideranças políticas sem qualquer atividade agropecuária e/ou extrativista, do que trabalhadores com trabalho regular de produção e comercialização. Desse modo, comentou ser inviável a continuidade da cooperativa sem trabalhadores focados no propósito da geração de renda e de sobras operacionais, com produção e comercialização regulares. Há custos fixos (e operacionais) a serem bancados pela pessoa jurídica de cooperativa, portanto manter o propósito de organização política, ainda que relevante, mostrava-se insuficiente. Uma cooperativa, alegou o presidente da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Grupos de Empreendimentos Solidários (Cooafes), tem que aliar dimensões políticas e operação econômico-financeira, de mercado, tanto para garantir serviços, participação social e direitos dos sócios quanto para gerar e melhorar a renda e quitar custos fixos e operacionais. Eis, aqui, um exercício de conciliação entre propósitos econômico-financeiros e interesses sociopolíticos, caracterizando justaposição de tais dimensões.

Esse exemplo apenas ilustra a difícil tarefa de reconciliar o econômico e o social na dinâmica organizativa de atos cooperativos, com pressões de mercado que pressionam a finalidade de utilidade social do empreendimento. Neste tipo de situação observa-se certo compromisso na justaposição entre propósitos sociais e econômicos do empreendimento, salvaguardado pela governança democrática interna. Em outras situações, mais críticas, é até mesmo o princípio da governança democrática que se encontra em risco, para além da primazia da viabilidade financeira sobre a utilidade social, comprometendo o próprio caráter cooperativista da iniciativa.

O mesmo exercício de análise contextual que empreendemos no caso do terceiro setor pode ser feito na economia social. É preciso compreender que o seu contexto não se exporta da Europa para o Brasil e que a noção de economia social no Brasil tende a se restringir ao cooperativismo que, pelas diferentes formas de aceitar ou resistir às pressões institucionais, acabam assumindo natureza e características

diferentes. Uma, as chamadas cooperativas convencionais, absorvem pressões e se adequam à forma de atuar no mercado. Outras, as chamadas cooperativas populares, resistem e privilegiam a forma de governança democrática original.

Examinando a noção de empresa social por meio do conceito de economia solidária

O conceito de economia solidária se formula a partir de algumas origens e influências específicas. Uma primeira influência está nos próprios estudos sobre o tema empreendidos por autores nacionais, cujo marco de referência são os trabalhos de Paul Singer desde o final dos anos 1990. Uma segunda são os trabalhos de autores latino-americanos sobre o tema da solidariedade na economia, como o chileno Razeto nos anos 1970 ou o argentino Coraggio nos anos 1980. Já a terceira influência se encontra em alguns trabalhos de estudiosos europeus, com especial destaque para a contribuição de Laville na França desde o seu livro seminal de 1994, *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Essas diferentes influências trazem em comum uma preocupação em refletir sobre práticas de organizações socioeconômicas gestadas no interior das sociedades numa afirmação crítica em relação aos fundamentos da racionalidade capitalista predominante. Além disso, no Brasil, o conceito de economia solidária compreende um amplo espectro de iniciativas de auto-organização socioeconômica partindo da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas revelam-se relativamente diversas no que diz respeito a área de atuação, modo de estruturação, natureza jurídica e grau de abrangência da prática, entre outros aspectos. Com o conceito de economia solidária ou economia popular e solidária é possível indicar um campo institucional em formação (França Filho, 2006). Nesse campo institucional, quatro instâncias principais o conformam: (1) as iniciativas socioeconômicas propriamente ditas, mais conhecidas como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES); (2) as Entidades de Assessoria, Apoio e Fomento (EAF), que são organizações de suporte aos EES tais como incubadoras de economia solidária ligadas a universidades ou OSC; (3) as formas de auto-organização política como os variados fóruns e redes de economia solidária em múltiplos níveis e escalas; e (4) as instâncias políticas governamentais como secretarias, órgãos ou departamentos presentes em diferentes governos.

No coração desse universo de experiências, os EES têm sido definidos a partir de cinco características fundamentais: (1) são sociedades de pessoas, e não de capital (como ocorre com as empresas privadas); (2) ao associar pessoas assumem, originalmente, função social e, assim, a função mercantil é a ela subordinada e dela dependente; (3) são associações de pessoas iguais e isso exige relações de poder paritárias com processos de tomada de decisão horizontais, dialogados e constituídos por consensos; (4) a propriedade dos meios de produção é coletiva, assim como a apropriação do resultado econômico; e (5) o trabalho dos sócios não é assalariado, mas sim resultante do volume

de transações que ele realiza com o empreendimento (princípio da equidade). Ao contrário, nos empreendimentos econômicos solidários o trabalhador é, ele próprio, proprietário, tanto dos meios de produção como do resultado econômico e da força de trabalho.

Um dos traços característicos, tanto nas diferentes definições de EES quanto nos discursos dos sujeitos que atuam em tais iniciativas, diz respeito à natureza autogestionária. Evidentemente que a autogestão é vivida na prática dos EES como processo de aprendizagem de uma cultura política de governança democrática e, como tal, apresenta maiores ou menores avanços conforme os diferentes casos, refletidos no grau de maturação de cada experiência. Esse aspecto confere um conteúdo político particularmente importante no entendimento da ação e do propósito da economia solidária, ressignificando o modo como os sujeitos concebem e vivenciam o trabalho em tais iniciativas. De fato, o trabalho na economia solidária adquire outros significados para além da produção econômico-financeira em si. É como se a atividade econômica não servisse a um único propósito, diferentemente da relação capitalista de produção. Para Max-Neef (2012) a dimensão econômica (convencionalmente acatada) deve ser considerada meio, pois o trabalho precisa preencher necessidades existenciais de ter, ser, fazer e estar e, não exclusivamente, econômico-financeiras, monetárias – é esse o caso da economia solidária. A ocorrência da atividade produtiva com outros propósitos é também observada fora da ação organizacional na economia solidária, quando, por exemplo, as práticas passam a compreender novas modalidades de ação pública em dado contexto local e territorial (França Filho, 2013, 2017). Esse fenômeno ocorre, por exemplo, quando EES, por meio da sua dinâmica socioeconômica, responde por demandas de afirmação identitária, de preservação ambiental, de valorização de vínculos sociais ou de fortalecimento de lutas políticas como as lutas pelo acesso à terra, pela alimentação saudável e livre de agrotóxicos, pelo direito à moradia, à cidade, pela emancipação feminina, entre outras.

O campo da economia solidária compreende um amplo e difuso inventário de experiências com públicos. Participam do campo no Brasil pessoas com transtornos psicossociais – em tratamento no Centro de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (Caps/SUS), presidiários cumprindo pena em centros de detenção, donas de casa (em clubes de mães e associações comunitárias e de moradores), trabalhadores da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, quilombolas, nativos de florestas, pescadores, indígenas, artistas, artesãs/artesãos, catadores de material reciclável, profissionais, técnicos e especialistas do setor de serviços – a exemplo de associações de assistência técnica e extensão rural (Ater) – além de todo o segmento de pessoas em situação de desemprego/desocupação, incluindo população em situação de rua. Junto a tais segmentos, as EAF atuam tipicamente como incubadoras universitárias e OSC e, em alguns casos, os governos ou gestores públicos específicos.

Os empreendimentos econômicos solidários são organizações heterogêneas em termos de *status*, motivação para constituição e capacidades. São coletivos formais, informais, em vias de formalização ou em estágio de mudança de natureza (por exemplo, de associação para cooperativa). Têm origens, entre outros espaços e motivações, em clubes de mães, organizações comunitárias na necessidade de controle, por trabalhadores de empresa em estágio falimentar, na necessidade de capitalizar uma atividade produtiva, de fortalecer processos de compra de matéria-prima e insumos ou de fortalecer comercialização coletiva e de promover capital social e bem-estar de indivíduos e comunidades. Além disso, os empreendimentos são organizações em estágios diversos de maturidade em termos de práticas autogestionárias. Existem aqueles com processo autogestionário definido e maduro, com práticas nítidas de decisão dialogada, transparência e ampla participação dos membros no processo de tomada de decisão, favorecendo a rotatividade na gestão e na liderança do coletivo. Em estágio intermediário, há empreendimentos que cultivam a participação dos membros, exercem transparência nos processos de tomada de decisão e gestão, mas carecem de paridade no exercício do diálogo interno e na renovação de liderança. Não raro, são empreendimentos com membros em estágios diferentes de engajamento sociopolítico na comunidade e de compromisso com movimentos sociais, ou com níveis de escolaridade distintos. Nesse caso, é facilmente constatada certa centralização de autoridade e poder no líder – que, por vezes, deseja que ocorra a rotatividade, mas os próprios membros insistem em mantê-lo na direção, uma vez que o tomam como referência.

Os empreendimentos econômicos solidários são organizações constituídas por públicos distintos mediante propósitos e motivações diversos – de geração de renda, de complementação de renda familiar e, concomitantemente, de utilidade social – o que pode ser explicado a partir do segmento sociodemográfico dos trabalhadores. Defendemos que propósitos de geração de renda ou de complementação de renda e, na outra ponta, de utilidade social, derivam do perfil do público envolvido e do sentido que cada membro e o coletivo atribuem à atividade que desenvolvem – entre graus distintos de viabilidade econômico-financeira e utilidade social. Essa leitura possibilita um caminho para explicar a longevidade de empreendimentos com baixo rendimento econômico-financeiro. Por essa razão, em dado coletivo trabalham sócios(as) com interesses tanto em produção, comercialização e renda, quanto em relações de reciprocidade, sentimento de autonomia, qualidade de vida, conhecimentos, capacitação e lazer, conforme relata Melo (2018) na atividade de artesanato. Nesse ponto, vale destacar que o Mapeamento da Economia Solidária (Silva & Carneiro, 2016) identificou motivações diversas para a constituição de empreendimentos econômicos solidários no Brasil, variando entre fonte complementar de renda e alternativa ao desemprego para atividade na qual todos são donos; desenvolvimento comunitário;

motivação social, filantrópica ou religiosa; alternativa organizativa e de qualificação; e fortalecimento de grupo étnico.

Que elementos, então, explicam tais percentuais de informalidade e de associações identificados no mapeamento? Possivelmente a motivação para a constituição do EES explica, senão a totalidade dos casos, parte deles. Empreendimentos criados com foco no desenvolvimento comunitário (geralmente sob a forma de associação de moradores, organizações comunitárias e clubes de mães) ou por motivações sociais, de solidariedade e religiosas, podemos assumir, não estão priorizando comercialização ou um grau mais complexo de formalização (via cooperativa, por exemplo). Além disso, se por um lado variáveis como baixa escolaridade, faixa etária elevada, localização periférica e número restrito de membros podem exprimir reduzidas capacidades de investimento, capitalização e produção, de outro podem explicar motivações não-mercantis e elevados propósitos de utilidade social.

Presumimos ser pouco provável que um empreendimento localizado em bairro periférico de uma grande cidade, sob a forma de associação comunitária, constituído por donas de casa em atividades de artesanato, por exemplo, tenha o mesmo sentido sócio-político-cultural e propósito que um negócio, na mesma localidade, destinado à catação e ao processamento de resíduos sólidos. Aqui, podemos assumir que a produção de artesanato por donas de casa estará menos destinada ao mercado e à comercialização e mais focada na utilidade social. De modo contrário, o empreendimento de resíduos sólidos estará mais focado no volume de material recolhido e comercializado do que na função sócio-político-cultural dentro da comunidade. Estão em polos distintos, um EES cuja permanência ao longo do tempo pode ser explicada pela utilidade social, sem supressão da dimensão mercantil, e outro empreendimento cujo propósito é centrado em relação mercantil sem supressão da utilidade social. Tal distinção podemos explicar tanto pela natureza do negócio quanto pelo perfil sociodemográfico dos sócios.

Uma interpretação pode conduzir ao entendimento de que o empreendimento de artesanato, constituído por donas de casa, não se caracterizaria com econômico solidário, ao passo que o de resíduos, sim. Essa discussão abarca diferentes interpretações da economia solidária: numa primeira hipótese certas práticas seriam trabalho assistencial e, portanto, precisaríamos separar organizações da economia solidária e EES. Nesse caso, não haveria reconciliação entre a dimensão econômica e a social, mas apenas a dimensão social. Na recusa da hipótese anterior, então, aceitaremos que práticas distintas atribuem significados específicos aos EES, ressignificando a noção do econômico, pois: (1) continua a ser trabalho associativo e coletivo, autogestionário; (2) continua a ser um espaço de trabalho e produção. É esta segunda hipótese que defendemos, com base no argumento de que EES ressignificam a noção de econômico centrada exclusivamente em relações monetárias.

É preciso interpretar o amplo e diversificado conjunto dos EES à luz de motivações e perfis dos trabalhadores neles envolvidos. Nesse sentido, temos fortes indícios de que donas de casa em empreendimentos do ramo do artesanato elejam como fatores explicativos à longevidade de associações com restritos retornos financeiros, aprendizagens que continuamente compartilham, a valorização de produtos de natureza artístico-cultural e a relevância do trabalho que realizam na (re)estruturação doméstica, no bem-estar trazido para elas próprias e para as relações intrafamiliares. Estamos diante de um caso típico em que a utilidade social se sobrepõe ao resultado econômico-monetário, considerando que a dupla jornada da mulher a leva a uma divisão do tempo entre os cuidados com o lar e a família e a atividade artesanal. A renda, aqui, quando vem, tem caráter complementar.

Em outro polo, é pouco provável que ocorra subestimação do componente econômico-monetário em casos de empreendimento de processamento de resíduos sólidos. Aqui, podemos entender que o componente monetário assume primazia considerando o fato de que os sócios desses empreendimentos têm, como fonte exclusiva, a renda auferida da comercialização da produção que coletivamente compartilham – tanto no processo de trabalho quanto na partilha do resultado. A predominância maior ou menor de um ou outro componente (social ou econômico), na leitura que aqui realizamos, tão somente aponta para a pluralidade dos EES. Em qualquer situação, assim entendemos, estão pautadas relações de trabalho e produção em dado ambiente organizacional (com maior ou menor nível de presença de interesses econômicos e sociais), mediadas por princípios autogestionários. Assim sendo, desde que a tomada de decisões, em qualquer sistema de trabalho e produção, esteja entregue ao coletivo de trabalhadores e sujeita a uma governança democrática, podemos denominá-lo de empreendimento econômico solidário.

O caso da Cooperativa Social do Centro de Atenção Psicossocial (Coopcaps) serve para ilustrar um caso típico de organização com foco prioritário em princípios da economia solidária, a exemplo do propósito de promover organização social para a produção, menos como componente para gerar renda e mais com o propósito de promover processos de ressocialização, de terapia ocupacional e de ressignificação da vida. Não se trata, no caso pautado, de organização de assistência social, convencionalmente centralizada no atendimento a critérios e princípios de gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas). A cooperativa social é pessoa jurídica e, como tal, precisa cumprir critérios específicos de gestão, mesmo que submetida a regulação particular – Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Com regulação específica, tais organizações focam pessoas em situação de vulnerabilidade ou em desvantagem social, a exemplo de egressos do sistema penal, e pessoas acometidas por doenças graves e com problemas psicossociais. A Coopcaps inclui seus sócios pelo trabalho, reduzindo a discriminação e dando-lhes novos sentidos à vida, não por meio de princípios socioassistenciais, mas pelo trabalho, pela gestão organizacional

compartilhada (mesmo que sob determinadas restrições) e pela produção e repartição de eventuais ganhos financeiros por intermédio de atos coletivos, da cooperação. Nesse caso, portanto, é nítida a supremacia de valores solidários de trabalho e produção como ação humana vinculada ao prazer e à atribuição de significado à vida, e de autogestão sobre eventuais avanços de propósitos de natureza econômica de mercado. É possível que tal fenômeno presida todas as cooperativas sociais, mas para avançarmos nesse entendimento, estudos precisam ser realizados junto a esse segmento organizacional. Está aqui um caso de primazia da utilidade social como finalidade precípua da gestão, conjugada ao exercício da governança democrática como meio privilegiado para operar a gestão, o que sintetiza as condições para a reconciliação entre o econômico e o social numa dinâmica organizativa.

Conclusões

Num esforço de aplicação da nossa grade analítica proposta na Figura 1 aos quatro casos analisados – negócios sociais, terceiro setor, economia social e economia solidária –, propomos a Figura 2. Nela, identificamos três resultados diferentes em resposta à questão fundamental: em que medida práticas designadas como empresas sociais são capazes de reconciliar o econômico e o social? Os três resultados desse esforço analítico são (1) a não reconciliação entre o econômico e o social; (2) sua justaposição; e (3) a reconciliação.



Figura 2 – Tipos de empresas sociais, justaposição e reconciliação

Fonte: Elaborada pelos autores.

Defendemos a não reconciliação entre o econômico e o social no caso das empresas sociais de tipo negócios sociais pelo fato de que, tanto sua finalidade quanto seu modo de gestão se encontram fundadas em lógicas de separação do econômico em relação ao social. Determina, assim, prioridade na viabilidade econômico-financeira, critério central de aferição da utilidade da ação organizacional. Os aspectos sociais nesse caso são compreendidos como uma espécie de consequência dos ganhos econômicos. Esses ganhos seriam capazes de proporcionar, indiretamente, o alcance de tal finalidade que aparece muito imprecisamente definida: um serviço a preço supostamente mais acessível à população considerada de baixa renda, doação de produtos do próprio negócio aos mais necessitados conforme volume de vendas etc. Do mesmo modo, em relação à governança, o empreendimento deve obedecer aos padrões rígidos de uma racionalidade tecnocrática considerada como condição para a eficiência do propósito organizacional. Reafirmando a compreensão do econômico conforme os mecanismos, princípios e valores mais característicos da racionalidade de mercado, os negócios sociais reafirmam a separação radical do econômico com o social. Entre a não reconciliação e a reconciliação encontramos duas situações intermediárias que aqui definimos como justaposição entre o econômico e o social. Entende-se por justaposição a coexistência do econômico e do social num mesmo projeto organizacional. Essa coexistência não permite o fusionamento (que levaria ao estado de reconciliação) pois o econômico e o social, neste caso, respondem por racionalidades muito opostas.

No caso da empresa social de tipo economia social, especialmente refletida na realidade das organizações cooperativistas, admite-se o foco no resultado econômico através da busca da viabilidade financeira do empreendimento também compreendido como um negócio, mas ao mesmo tempo busca-se favorecer maiores níveis de participação na gestão através da valorização de mecanismos de governança democrática. É preciso, no entanto, reconhecer os diferentes níveis de intensidade relativos a cada um dos quatro subcritérios. Em algumas cooperativas, por exemplo, pode-se observar baixa intensidade no foco da viabilidade financeira, com reafirmação do princípio contábil da sobra e maior valorização dos princípios históricos do cooperativismo que inclui a importância do desenvolvimento comunitário. Neste tipo de situação, a finalidade organizacional se aproxima do quadrante da utilidade social. Em contraste, outros exemplos de cooperativas são reveladores de baixa intensidade na sua governança democrática e maior aproximação dos mecanismos tecnocráticos de gestão, que costumam ser acompanhados também de maior intensidade de foco na viabilidade financeira na finalidade do empreendimento. Isto ocorre frequentemente nos casos de cooperativas que assimilam seu funcionamento ao formato de empresas privadas diante de pressões ambientais do seu setor de atividade, característico de processos de isomorfismo institucional.

Já nos casos da empresa social de tipo terceiro setor, o estado de justaposição que se observa vai no sentido inverso do caso anterior. O social agora está representado pela finalidade de utilidade social característica das organizações sem fins lucrativos, que não encontra na lógica da geração de recursos próprios, segundo o mecanismo da contraprestação financeira de produtos ou serviços comercializados, o foco principal da sua captação de recursos. Contudo, isso não conduz necessariamente à assimilação de processos de governança democrática. Muito pelo contrário, a grande maioria das organizações do terceiro setor adotam os formatos mais convencionais de gestão tecnocrática ao ter como referência os modelos de gestão característicos da administração de empresas. Além disso, a literatura predominante sobre o terceiro setor não enxerga na democracia organizacional um elemento central ou estratégico para o cumprimento dos seus propósitos. E ainda, com a reconfiguração do atual cenário de financiamento das OSC cresce a dependência em relação aos financiadores privados, do mesmo modo que aumenta o número de tais organizações vinculadas ao setor privado (fundações empresariais, responsabilidade social corporativa etc.), fazendo com que haja maior tendência de aproximação desse tipo de empresa social com aquele dos negócios sociais. Muitas organizações sem fins lucrativos são agora convidadas a desenvolverem seu próprio portfólio de serviços a serem comercializados. Na resistência ou contra movimento, não podemos deixar de reconhecer os casos de baixa intensidade da governança tecnocrática em certas OSC que, embora fundem sua gestão em regras rígidas, admitem certo grau de democratização das decisões, caminhando na direção de sistemas mais isonômicos.

Pode-se observar uma efetiva propensão à reconciliação entre o econômico e o social nos casos de economia solidária. Diferentemente de uma coexistência ou justaposição das duas dimensões, a reconciliação é compreendida como uma efetiva interação, envolvimento e/ou enraizamento do econômico no social. A natureza econômica do empreendimento torna-se indissociável de sua prática social, política, cultural ou ambiental. Duas características da dinâmica econômica incidindo na prática organizacional costumam indicar a reconciliação: (1) o descentramento do mecanismo de mercado na mobilização de recursos, ensejando a emergência de práticas mais colaborativas na gestão com um maior apelo aos princípios de solidariedade econômica, como a redistribuição e a reciprocidade; (2) a ressignificação da própria prática de mercado na dinâmica do empreendimento, quando são introduzidos mecanismos de cooperação e solidariedade na conformação das suas relações de mercado através de pactos, acordos, arranjos e redes inter-atores de diferentes tipos e formas, apoiadas em valores e princípios tais como o comércio justo, as finanças solidárias, o consumo ético e consciente, entre outros. As condições para o efetivo exercício da reconciliação são também definidas pelo contexto territorial. EES não se definem independentemente do seu território de pertencimento. O sentido da atividade econômica empreendida não se compreende sem uma relação com as condições sociais e

a história de vida das pessoas que dele participam, ou seja, sua relação de identidade cultural com o lugar onde se situa.

Frequentemente EES se definem como agentes de desenvolvimento do seu território. O substrato econômico-material da atividade realizada pelo empreendimento não se compreende sem uma motivação de outra natureza que anima e conduz o projeto organizacional. Além disso, a busca pela autogestão das iniciativas pode ser vista como um esforço permanente de aprendizado de um processo de governança democrático concebido como um princípio primordial da gestão. Refletindo sobre a questão da intensidade, observa-se entre os EES níveis variados de governança democrática conforme o grau de maturidade das iniciativas definido pela sua capacidade de aprendizagem e de mudança cultural.

Os quadrantes apresentados na Figura 2 apenas sinalizam um horizonte de possibilidades para cada contexto e realidade da noção de empresa social na sua capacidade de desenhar formas de relação entre o econômico e o social. No entanto, a intensidade com que se apresenta (em cada caso) cada um dos quatro indicadores relativos à finalidade e ao modo de operar a gestão define mais claramente o posicionamento estratégico do empreendimento. Essa posição ou “lugar” do empreendimento nos ajuda a melhor compreender seus desafios, seja do ponto de vista da natureza dos conflitos que o caracteriza, seja em termos do alcance estratégico de suas ações para a transformação almejada.

O tipo de análise aqui realizado nos convidou a refletir sobre as condições necessárias à efetiva reconciliação entre o econômico e o social. Observamos que tal efetivação pressupõe uma inversão histórica dos dois termos para pensarmos, na prática, uma determinação social do econômico. Tal situação é então verificável quando, de fato, o econômico torna-se um meio para a realização de outros propósitos na dinâmica organizativa, deixando de ser um fim em si mesmo. Para a subordinação do econômico numa dinâmica de ação coletiva vimos que duas características são fundamentais: tanto os meios de operar a gestão quanto a própria finalidade devem ser socialmente definidas, conforme a predominância das noções de governança democrática e de utilidade social. Desse ponto de vista, duas conclusões gerais nos parecem salutares.

Importa salientar que em contextos de determinação econômica do social torna-se inconcebível uma reconciliação do econômico e do social. Logo, segundo os parâmetros e racionalidade convencionais do mercado não é possível operar essa reconciliação, pelo simples fato de tal racionalidade pressupor a subordinação do social. No limite, é possível fazer conviver o econômico e o social numa relação de justaposição, em que a margem de manobra do social será sempre limitada, seja produto do efeito de pressões de mercado sobre a finalidade da iniciativa em questão ou fruto da própria perda dos mecanismos democráticos de condução da iniciativa. A reconciliação do econômico e do social nos parece possível quando o modo de

instituição do econômico se altera. Ou seja, a reconciliação requer a ativação de dispositivos e mecanismos institucionais pressupondo não apenas a combinação de lógicas econômicas variadas, mas também a ressignificação dos princípios e práticas de mercado. É através de experiências de controle social ou democrático da economia que se pode vislumbrar tal reconciliação. A reconciliação indica o caminho da institucionalização de outras formas de economia, mais solidárias, sustentáveis e baseadas no comum.

Referências

- Comini, G. M. (2012). Negócios sociais e inclusivos: Um panorama da diversidade conceitual. In, *Mapa de soluções inovadoras: Tendências de empreendedores na construção de negócios sociais e inclusivos* (pp. 7-26). São Paulo, SP: Instituto Walmart.
- Defourny, J. (2009). Economia social. In A. D. Cattanni, J.-L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Eds.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 156-160). Coimbra: Edições Almedina.
- Eynaud, P. (2015). *La gouvernance, entre diversité et normalisation*. Lyon: Juris.
- Fernandes, R. C. (1994). *Privado porém público: O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.
- Fischer, R. M., & Comini, G. (2012). Sustainable development: From responsibility to entrepreneurship. *Revista de Administração*, 47(3), 363-369. doi:10.1590/S0080-21072012000300002
- França Filho, G. C. (2002). Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: Traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, 12(1), 9-19. Recuperado de <http://bit.ly/3cSP95v>
- França Filho, G. C. (2006). A economia popular e solidária no Brasil. In G. C. França Filho, J.-L. Laville, A. J. Medeiros, & J. P. Magnem, *Ação pública e economia solidária: Uma perspectiva internacional* (pp. 57-71). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.
- França Filho, G. C. (2013). *Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: Por uma outra abordagem da inclusão financeira*. Fortaleza, CE: Arte Visual.
- França Filho, G. C. (2017). O imperativo do desenvolvimento territorial na economia solidária e o papel da incubação tecnológica. In A. R. Souza, & M. Zanin (Orgs.),

A economia solidária e os desafios globais do trabalho (pp. 181-194). São Carlos, SP: EdUFSCar.

Granovetter, M. (2000). *Le marché autrement: Les réseaux dans l'économie*. Paris: Desclée de Brouwer.

Granovetter, M. (2007). Ação econômica e estrutura social: O problema da imersão. *RAE-Eletrônica*, 6(1). Recuperado de <http://bit.ly/3cMRWx8>

Hillenkamp, I. (2013). Le principe de householding aujourd'hui. In I. Hillenkamp, & J.-L. Laville (Eds.), *Socioéconomie et démocratie: L'actualité de Karl Polanyi* (pp. 215-239). Toulouse: ERES.

Kiviat, B., & Gates, B. (2008, 31 de julho). Making capitalism more creative. *Time*. Recuperado de <http://bit.ly/38PJuKd>

Laville, J.-L. (1994). *L'économie solidaire: Une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.

Laville, J.-L. (2000). Le tiers secteur, un objet d'étude pour la sociologie économique. *Revue Sociologie du Travail*, 42(4), 531-550. doi:10.2307/41928792

Laville, J.-L. (2010). *Politique de l'association*. Paris: Le Seuil.

Laville, J.-L. (2017). *L'économie sociale et solidaire*. Paris: Le Seuil.

Laville, J.-L., & Nyssens, M. (2001). The social enterprise: towards a theoretical socio-economic approach. In C. Bozarga, & J. Defourny (Eds.), *The emergence of social enterprise* (pp. 312-332). London: Routledge.

Laville, J.-L., & Sainsaulieu, R. (1997). *Sociologie de l'association: Des organisations à l'épreuve du changement social*. Paris: Desclée de Brouwer.

Laville, J.-L., Young, D., & Eynaud, P. (2015). *Civil society, the third sector, social enterprise: Governance and democracy*. Abingdon: Routledge.

Lévesque, B. (2007). Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, 47(2), 1-12. doi:10.1590/S0034-75902007000200006

Limeira, T. M. (2015, 14 de outubro). Empreendedorismo social no Brasil: Estado da arte e desafios. *Inovação em cidadania empresarial*. Recuperado de <http://bit.ly/3aRx5qU>

Max-Neef, M. (2012). *Desenvolvimento à escala humana: Concepção, aplicação e reflexões posteriores*. Blumenau, SC: Edifurb.

- Melo, T. J. (2018). Utilidade social em empreendimentos da economia solidária: O caso das mulheres do artesanato (Natal/RN) (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Naigeborin, V. (2010, setembro). Introdução ao universo dos negócios sociais. *Artemisia*. Recuperado de http://www.artemisia.org.br/entenda_o_conceito
- Oliveira, F. R., & Vasconcellos, J. F. (2011). Os desafios da gestão nos negócios sociais e inclusivos: Marco regulatório. In Instituto Walmart, *Mapa de soluções inovadoras: Tendências de empreendedores na construção de negócios sociais e inclusivos* (Vol. 4, pp. 7-24). São Paulo, SP: Autor.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: As origens das políticas econômicas de nossa época* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Polanyi, K. (2011). *La subsistance de l'homme: La place de l'économie dans l'histoire et la société*. Paris: Flammarion.
- Portal Negócios Sociais (2013, 28 de novembro). *Conceito*. Recuperado de http://negociossociais.com/conteudo/?page_id=4
- Rosenberg, T. (2011, 26 de maio). The path from charity to profit. *The New York Times*. Recuperado de <https://nyti.ms/2IETzPG>
- Rosolen, T., Tiscoski, G. P., & Comini, G. M. (2014). Empreendedorismo social e negócios sociais: Um estudo bibliométrico da produção nacional e internacional. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 3(1), 85-105. doi:10.9771/23172428rigs.v3i1.8994
- Salamon, L. M., & Anheier, h. K. (1992). Em busca do setor sem fins lucrativos. *Voluntas*, 3(2), 125-151.
- Silva, S. P., & Carneiro, L. M. (2016). *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Brasília, DF: Ipea.
- Souza, W. J. (2008). *O mundo que nós perdemos: Da solidariedade pré-industrial à economia solidária*. Artigo apresentado no XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de <http://bit.ly/2TZltep>
- Swedberg, R. (2009). A sociologia econômica do capitalismo: Uma introdução e agenda de pesquisa. In A. C. B. Martes (Org.), *Redes e sociologia econômica* (pp. 161-197). São Carlos, SP: EdUFSCar.
- Yunus, M. (2008). *Um mundo sem pobreza: A empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo, SP: Ática.

Yunus, M. (2010). *Criando um negócio social: Como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio às pesquisas empreendidas pelos autores em anos anteriores e que ainda resultam em produções científicas como esta. Agradecemos, ainda, a doutoranda Suzana Melissa de Moura Mafra da Silva pelo empenho na formatação do artigo, fundamental para o cumprimento dos prazos.

Sobre os Autores

Genauto Carvalho de França Filho

Doutor em sociologia pela Universidade Paris VII (Denis Didedrot). Professor titular do Departamento de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenador do Núcleo de Pós-Graduação em Administração e da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da UFBA e bolsista de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: francafilhogenauto2@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9767-7664

Ariadne Scalfoni Rigo

Doutora em administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Escola de Administração e do Programa de Pós Graduação em Administração da UFBA. E-mail: ariadne.rigo@ufba.br. ORCID: 0000-0002-3190-9968

Washington José de Souza

Doutor em educação pela Universidade Federal do Ceará. Professor titular do Departamento de Administração Pública e Gestão Social vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), coordenador da Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias/UFRN. E-mail: wsufrn@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6295-2806



Contribuição da análise crítica do discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações

Contribution of the critical discourse analysis in Norman Fairclough
beyond its use as a method: a new perspective on organizations

Fernanda Mitsue Soares Onuma^a

Recebido: 14/03/2018

Aprovado: 24/04/2019

^a Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, Brasil

Resumo

Diversas abordagens teóricas correntes têm se debruçado sobre o estudo de elementos linguísticos como o discurso e a comunicação no processo de construção das organizações. Contudo as abordagens correntes nessa temática se embasam em visões nominalistas e deterministas, ao considerarem que os discursos, ou mesmo os processos comunicacionais, geram as organizações por si próprios. Com isso, ignoram que tais elementos linguísticos não existem de forma independente e arbitrária em relação às condições sociais e materiais, mas representam, realizam e dão força às estruturas sociais, tais como as classes e o mercado. Neste ensaio, argumento que a teoria social do discurso presente na abordagem teórico-metodológica da análise crítica do discurso (ACD) em Norman Fairclough, usualmente utilizada em estudos organizacionais como ferramenta metodológica, pode oferecer uma nova perspectiva para compreender a construção das organizações enquanto objetos de investigação.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Dialética do Discurso; Organização.

Abstract

Several current theoretical approaches have focused on the study of linguistic elements such as discourse and communication in the process of constructing organizations. However, these approaches are based on nominalist and deterministic perspectives, considering that discourses, or even communicational processes generate the organizations themselves, ignoring that such linguistic elements do not have an independent and arbitrary existence in relation to social and material conditions, but represent, realize and strengthen social structures, such as classes and the market.

In this essay, I argue that the social theory of discourse present in the theoretical-methodological approach of critical discourse analysis (CDA) in Norman Fairclough, usually applied in Organizational Studies as a methodological tool, can offer a new perspective to understand the construction of organizations.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Dialectic of Discourse; Organization.

Introdução

O estudo de fenômenos linguísticos nas organizações pode colaborar para a compreensão da (re)produção ideológica em discursos organizacionais, mas, também, para a própria discussão a respeito de como fenômenos da linguagem (como a comunicação e os discursos) podem contribuir para a formação das organizações (Cooren & Taylor, 1997; Fairhurst & Putnam, 2004).

Embora Alvesson e Kärreman (2000) corroborem com a visão de que os estudos organizacionais sobre temas da linguagem tenham avançado em termos numéricos, os autores enxergam que a grande maioria dos estudos empíricos trata esses fenômenos de forma simplista, acrítica e distorcida. Para os autores, o ganho em popularidade desse tipo de pesquisa nos estudos organizacionais se deve, portanto, mais por modismo que por orientação teórica.

Por conseguinte, a não problematização sobre conceitos da linguística tem colaborado para o baixo potencial de crítica e de impacto teórico do uso de suas diversas teorias nos estudos organizacionais (Alvesson & Kärreman, 2000, 2011; Fairclough, 2005; Marchiori, Ribeiro, Soares, & Simões, 2010; Mumby, 2011). Inclusive, Fairhurst e Putnam (2004) apontam que, nos Estudos Organizacionais, existem trabalhos em que noções epistemologicamente distintas sobre o discurso podem ser encontradas em um mesmo estudo, sem as devidas mediações teóricas. Isso ocorre, segundo os autores, em razão de que muitos pesquisadores em Estudos Organizacionais não estão familiarizados com os estudos da linguística e evitam ou confundem os conceitos de discurso, de modo que as diversas teorias da análise do discurso (AD) e da análise crítica do discurso (ACD) acabam sendo tratadas apenas como ferramentas metodológicas (Fairhurst & Putnam, 2004).

Por outro lado, analistas do discurso, por vezes, em razão de desconhecerem os Estudos Organizacionais, acabam deixando de problematizar acerca das diversas formas pelas quais o discurso pode operar nas organizações (Fairhurst & Putnam, 2004). Trabalhos críticos nos Estudos Organizacionais brasileiros já vêm apontando que o discurso pode ser visto como um recurso que as organizações possuem e processam,

de modo que estes podem ser considerados como fontes de comunicação distorcida, dotadas de uma cultura ideológica que precisa ser questionada pelos estudiosos desse campo (Augustinis, Costa, & Barros, 2012; Carrieri, Silva, Souza, & Pimentel, 2008; Faria & Meneghetti, 2007; Godoi, Coelho, & Serrano, 2014; Saraiva & Irigaray, 2009).

Todavia, diversos estudos têm complementado o potencial crítico das contribuições de estudos da linguística aos Estudos Organizacionais, apontando que, além de permitirem a denúncia de práticas ideológicas nas organizações, tais estudos podem ainda possibilitar o questionamento sobre o *status* ontológico do próprio objeto de estudo deste campo: as organizações.

Isso porque, embora desempenhe a fundamental crítica da (re)produção de ideologias perniciosas nas organizações, de acordo com Cooren e Taylor (1997), os estudos que se atêm à utilização de perspectivas de AD e ACD como ferramentas metodológicas para a análise dos discursos nas organizações acabam por comungar da primazia organizacional. Em outras palavras, eles reforçam a crença da preexistência “natural” das organizações como objetos reais e empíricos que se apresentam ao pesquisador, em virtude de corroborarem com a visão do discurso enquanto recurso das organizações (Cooren & Taylor, 1997).

Buscando superar essa visão limitada do potencial de contribuição de teorias da linguística aos Estudos Organizacionais, Cooren e Taylor (1997), bem como Fairhurst e Putnam (2004) afirmam que os pesquisadores desse campo têm se debruçado sobre estudos de elementos linguísticos, como a comunicação e o discurso, em razão de terem encontrado nessas abordagens uma alternativa teórica preferível para propor a constituição da organização, buscando substituir as visões que as enxergam como entidades naturais, preexistentes na realidade.

Em sua corrente dominante, as organizações têm sido tratadas nos Estudos Organizacionais como objetos naturais, colocando, sobretudo, a organização burocrática como a única forma organizacional possível e existente (Motta, 1986). Por essa razão, as organizações são comumente tratadas nos Estudos Organizacionais como construídas de maneira autoconsciente por seus membros e geridas como se fossem entidades com fronteiras e propósitos bem-definidos (Jang, Ott, & Shafritz, 2015). Conseqüentemente, em lugar de questionarem os pressupostos ontológicos das organizações, construindo-as como objetos empíricos de seus trabalhos, os pesquisadores do campo têm aceitado as concepções mais utilizadas na corrente teórica majoritária nos Estudos Organizacionais, ao invés de, como Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2002) sugerem, compreenderem que o objeto científico deve ser construído, conquistado e constatado para que se livre da ilusão do saber imediato.

A construção do objeto empírico é importante a fim de que os pesquisadores em Estudos Organizacionais rompam com noções preconcebidas do real tomadas ingenuamente como verdadeiras, ou seja, sem conversação com os objetivos de pesquisa de cada cientista social (Bourdieu et al., 2002). Além disso, os autores alertam contra o abandono da teoria em trabalhos empíricos que recaem em uma pretensa neutralidade científica ao identificarem a representação da experiência como constatação isenta.

Neste ensaio, argumento que estudos da linguística como os da ACD em Norman Fairclough, usualmente utilizado em Estudos Organizacionais como ferramenta metodológica, podem oferecer uma nova perspectiva para que pesquisadores em Estudos Organizacionais enxerguem a construção das organizações como objetos de investigação. A principal limitação das abordagens teóricas correntes sobre o tema, segundo Fairclough (2005), é a repercussão de que o estudo das organizações se reduziria ao estudo de seu discurso ou do processo comunicacional que ocorre dentro das organizações.

A fim de desenvolver esse argumento, a seguir apresento a dialética do discurso em Norman Fairclough, entendida como a teoria social do discurso que embasa sua proposta de ACD, apontando para seu potencial de contribuição para o entendimento da relação entre elementos linguísticos e a construção das organizações. Feito isso, discuto algumas das principais teorias que têm informado a relação entre fenômenos da linguagem e a construção das organizações como objetos empíricos dos Estudos Organizacionais, bem como suas limitações teóricas comparando-se à ACD para, ao final, tecer algumas considerações a respeito de possíveis contribuições da ACD faircloughiana a este campo.

A teoria social do discurso que embasa a ACD em Norman Fairclough: novo olhar sobre as organizações

Na perspectiva da ACD faircloughiana, o discurso é entendido tanto como prática social de uso da linguagem – significando um modo de agir sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros – quanto como um modo de representação (Fairclough, 2001, 2005, 2008; Magalhães, 2001). Em outras palavras, percebemos que, nessa abordagem, os sujeitos são vistos como posicionados ideologicamente mas, ao mesmo tempo, capazes de agir de maneira criativa, realizando articulações próprias entre as ideologias e práticas a que são expostos sendo, ao mesmo tempo, efeitos ideológicos e sujeitos ativos. Essa concepção sobre os sujeitos se contrapõe à visão majoritária sobre as pessoas nas organizações, encarados como interlocutores na construção social de discursos e organizações, como se fossem autoconscientes e independentes das estruturas (Marchiori et al., 2010).

Com essa breve comparação, ressalto a relevância de se compreender que cada autor do campo da linguística desenvolveu sua definição teórica sobre o discurso,

e outros temas dos estudos da linguagem, buscando adequá-lo aos pressupostos de suas abordagens (Magalhães, 2001). Contudo, como Alvesson e Kärreman (2000, 2011), Marchiori et al. (2010) e Mumby (2011) apresentam, os Estudos Organizacionais acabam não teorizando acerca do conceito de discurso que utilizam em seus trabalhos, tornando-o um termo extremamente vago.

A proposta da ACD faircloughiana se coloca enquanto teoria social do discurso, e não apenas como método (Fairclough, 2005; Silva & Gonçalves, 2017). Para justificar essa afirmação, apresento alguns conceitos importantes ao campo da linguística: a distinção entre língua (*langue*) e fala (*parole*). Ferdinand de Saussure, apontado como precursor da linguística, segundo Fiorin (2010), explica que o conceito saussureano de língua corresponde ao sistema linguístico abstrato, que existiria independentemente das pessoas, como é o caso da gramática. Na gramática do português, nesse sentido, não é possível inverter a ordem do artigo e do substantivo (por exemplo, “encontrei livro o”). Logo um falante individual não é capaz de, sozinho, introduzir mudanças no sistema linguístico. Já a fala corresponde ao uso individual da língua por uma pessoa. Ao contrário da língua, a fala é assistemática e, por essa razão, na visão saussureana, não permitiria um estudo rigoroso, em razão de não se compor apenas de informações de ordem linguística, mas também de ordem histórica, psicológica, sociológica etc. (Fiorin, 2010).

Diferentemente da abordagem saussureana, que foca no estudo da língua, ou seja, do sistema linguístico, da gramática, as abordagens da AD e de ACD usuais nos Estudos Organizacionais focam na fala, ou seja, na utilização concreta da língua pelos sujeitos (Fiorin, 2010). A abordagem da ACD faircloughiana busca estudar a maneira como a gramática de uma língua se atualiza em discursos concretos e produzidos em determinado contexto e, para isso, o autor tanto apresenta uma abordagem metodológica de estudo da língua quanto uma teoria social sobre seus usos, daí tratarmos de sua contribuição como teórico-metodológica.

Com essas explicações, espero ter esclarecido o chamado “modelo tridimensional” da ACD faircloughiana, que compreende que a análise dos discursos se desempenha em três dimensões: das práticas sociais, das práticas discursivas e das práticas textuais. Como expõe Pedro (1997), na ACD os aspectos formais do texto (língua) são analisados, descritos e interpretados a partir do quadro de práticas textuais e sociais (fala) em que estão imersos, uma vez que as análises se inserem, necessariamente, em uma teoria sociocultural da comunicação. Isso porque o objetivo da ACD é analisar e revelar o papel que o discurso opera na reprodução da dominação que grupos sociais privilegiados exercem na sociedade, criando e reproduzindo desigualdades sociais (Pedro, 1997). Logo o objetivo da ACD, segundo Fairclough (2005), não é a análise dos discursos *per se*, mas a análise das relações entre os aspectos

discursivos e não discursivos do social, a fim de se atingir uma compreensão melhor da complexidade dessas relações.

Por isso, na perspectiva da ACD em Fairclough (2001, 2005), cada evento discursivo deve ser analisado sob três dimensões ou ângulos interdependentes: o texto, buscando sua descrição; as práticas discursivas, almejando sua interpretação; e as práticas sociais, que envolvem sua explicação. No nível textual, a descrição inclui o léxico, as opções gramaticais, a coesão e a estrutura do texto. Já na dimensão da análise como prática discursiva, interpretar o texto se dá em termos de sua produção, distribuição e consumo (Fairclough, 2001, 2005). Por fim, a dimensão de análise do evento discursivo como prática social busca, por sua vez, explicar de que modo o texto se reveste de aspectos ideológicos e formas de hegemonia (Meurer, 2007). A análise das práticas sociais pode ser entendida, como aponta Pedro (1997), como a distinção principal entre a ACD de outras abordagens linguísticas.

Assim, na dimensão tridimensional da ACD faircloughiana, a análise de aspectos da língua, ou seja, sua discussão metodológica, não se separa da teoria social do discurso que a embasa. Isso porque a análise das práticas sociais toma por base a descrição (análise textual) e a interpretação (práticas sociais) dos eventos discursivos. Embora os Estudos Organizacionais já tenham avançado no sentido de perceberem a importância metodológica dessa perspectiva da ACD (Misoczky, 2005; Rodrigues & Dellagnelo, 2013; Silva & Gonçalves, 2017), sua teoria social do discurso – a dialética do discurso, que discuto nesta seção – ainda não foi explorada nos estudos sobre a construção da organização a partir de elementos da linguagem, que seguem restritos a abordagens que compreendem a organização como sinônimo de discurso ou como formada a partir de processos de comunicação (Cooren & Taylor, 1997; Fairhurst & Putnam, 2004; Reed, 2000).

Como Fairclough (2005, 2008) observa, os discursos e os elementos não discursivos constituem facetas distintas da realidade social, mas que mantêm relação dialética entre si. Isso porque os elementos não discursivos da realidade social também são construídos socialmente por meio do discurso, incorporando ou internalizando certos elementos discursivos, sem, contudo, serem redutíveis a estes (Fairclough, 2005). Não estamos diante, portanto, de um método de análise do discurso, uma ferramenta de análise simplesmente, mas de um método acompanhado de uma teoria social do discurso, a dialética do discurso de Fairclough (1985, 2001, 2008, 2010).

De acordo com Fairclough (2011), toda prática social é composta por elementos como os sujeitos e suas relações sociais, as atividades, os objetos, instrumentos, tempo e lugar, valores, formas de consciência e discurso. Tais elementos, embora distintos entre si, são indissociáveis dentro da vida social (Fairclough, 2005,

2008, 2010). Portanto, o discurso se coloca, nessa abordagem, como o uso da linguagem (falada, escrita e comunicação não verbal), um modo de prática social, ou modo de ação sobre a sociedade e sobre o mundo, bem como um componente das práticas sociais interconectado aos demais elementos que também as compõem (Fairclough, 2001; Resende & Ramalho, 2011).

Assim, o autor apresenta que valores culturais, consciência e relações sociais são, em parte, semióticos, o que não significa, todavia, que seja possível teorizar e pesquisar relações sociais tal como se estuda a linguagem, dadas suas propriedades distintas (Fairclough, 1985, 1992, 2001, 2005, 2008, 2010). A dialética, em Fairclough (1985, 1992, 2001, 2005, 2008, 2010), se baseia nos estudos de Karl Marx. Contrapondo a dialética hegeliana, para Marx (2003), o pensamento deveria partir da ligação com o mundo real, e não do pensamento que parte de si próprio para se concentrar em si mesmo.

Como Marchiori et al. (2010) observam, a relação entre discurso e estrutura social na ACD se dá de maneira dialética, enquanto resultante do contraponto entre a determinação e a construção social do discurso, de modo que este se constitui como prática política, à medida em que estabelece, mantém e transforma relações de poder e entidades coletivas em que ocorrem tais relações, bem como prática ideológica, visto que constitui, naturaliza, mantém e transforma significados de mundo. As estruturas organizacionais também têm caráter em parte linguístico e semiótico, assim como as práticas sociais (Fairclough, 2005; Fairclough & Sayer, 2004). Contudo, como Fairclough (2005) afirma, trabalhos em Estudos Organizacionais, ao estabelecerem um contraste entre os conceitos de processo de organizar (*organizing*) e a organização em si vista como estrutura, criaram um dualismo entre o discurso ou a comunicação nas organizações e suas estruturas.

Portanto, a vida social representa, para o autor, uma rede interconectada de práticas sociais de diferentes tipos (como as políticas, econômicas e culturais, por exemplo) e que envolvem sempre um elemento semiótico. Assim, argumento que a abordagem ACD pode colaborar para a superação dos limites teóricos das abordagens correntes sobre a influência de fenômenos linguísticos na construção das organizações ao oferecer conceituações a diversos construtos teóricos relevantes no campo da linguística, bem como ao se apoiar em uma visão realista crítica que se contrapõe às abordagens interpretativas e construcionistas radicais, as mais usuais nos Estudos Organizacionais.

A esse respeito existe o apoio inclusive de autores contrários à proposta teórico-metodológica da ACD. Alvesson e Kärreman (2011), apesar de se apresentarem como céticos em relação à abordagem realista crítica presente em autores da ACD como Norman Fairclough, questionam a não utilização dessa abordagem nos

Estudos Organizacionais, dado seu potencial de contribuição às pesquisas sobre o discurso nesse campo.

Diante da dialética do discurso, tanto Ledema (2007) quanto Fairclough (2005) apresentam ressalvas em relação aos trabalhos em Estudos Organizacionais que tomam o conceito de discurso de maneira isolada aos aspectos não discursivos das organizações. Para Ledema (2007), os Estudos Organizacionais poderiam se beneficiar de perspectivas de estudo do discurso na Linguística que não restrinjam tal conceito à linguagem (entendida como palavras e sentenças ou como sistema de comunicação), mas que compreendam o discurso e a realidade material como reciprocamente constituídos. Como apresentei, este é o caso da teoria social do discurso apresentada por Fairclough (1985, 1992, 2001, 2005, 2008, 2010) e Fairclough e Melo (2012).

Como Fairclough (2010) aponta, a constituição discursiva da sociedade (e, por conseguinte, das entidades sociais que a integram) não emana da vontade livre ou de um jogo de ideias das cabeças das pessoas, mas de uma prática social enraizada firmemente nas estruturas sociais materiais e concretas, para as quais se orientam (Fairclough, 2010). Assim, a perspectiva faircloughiana da ACD permite superar a limitação teórica das abordagens correntes sobre a construção das organizações com base em elementos linguísticos que, em seus diversos estudos, sugerem que as pessoas que compõem as organizações criariam estas últimas voluntariamente, mediante processos discursivos ou comunicacionais, visão presente em todas as teorias apresentadas na seção seguinte.

Contribuições da ACD para a análise da constituição discursiva/comunicacional das organizações

Nesta seção, apresento algumas das principais abordagens correntes que têm tratado da constituição das organizações, enquanto objeto de análise dos Estudos Organizacionais, sob o prisma de teorias sobre discurso e comunicação. Sinteticamente, busco apontar para as características principais de cada abordagem, a fim de que elas sejam analisadas comparativamente à abordagem da ACD em Norman Fairclough, para assinalar suas limitações e o potencial de contribuição da teoria faircloughiana para superá-las.

O Quadro 1 resume as principais teorias correntes sobre articulação de conceitos acerca do discurso e da comunicação, suas limitações e como estas podem ser solucionadas a partir da ACD faircloughiana:

Quadro 1 – Síntese das principais teorias correntes que articulam os conceitos de organização e discurso/comunicação

Proposta teórica	Autor(es)	Principal contribuição	Críticas a partir da ACD
Organizações são construídas por sistemas verbais formados por discursos polifônicos	Hazen (1993)	A polifonia considera diferentes vozes presentes na organização como elementos de sua constituição.	Por não discutir o que se entende nesta abordagem por textos, discursos e histórias, acaba compreendendo a organização como sinônimo de discurso, ignorando seu aspecto material.
Organizações são vistas como comunidades discursivas	Bragd, Christensen, Czarniawska e Tullberg (2008)	Discurso é um recurso para criar novas comunidades discursivas, que formam organizações, identidades entre os grupos e relações de inclusão e exclusão na organização.	Ignora o aspecto não discursivo da constituição das organizações, além de restringir a constituição da organização à interação comunicativa entre seus membros internos.
Comunicação como Constituinte da Organização (CCO)	Cooren, Kuhn, Cornelissen e Clark (2011); Galleli e Marchiori (2015); Koschmann (2013); Leitzke e Marchiori (2015)	Critica a visão da organização como entidade preexistente no real, ressaltando o papel performativo da comunicação na sua constituição, abarcando também aspectos não discursivos pela consideração de agentes não humanos nesse processo.	Não supera a reificação da organização porque coloca comunicação e organização como dois polos que interagem entre si, se produzindo reciprocamente, e sua visão de que a estrutura se encontra representada na agência dos não humanos confere agência a objetos inanimados.
Organizações são entendidas como constituídas a partir da TAC de Jürgen Habermas	Lima, Carvalho e Lima (2010); Lima, Zattar e Maia (2013)	A comunicação é vista como processo central da intersecção entre o simbólico e o material na constituição organizacional e há uma crítica da visão da comunicação como instrumento ou recurso, passando a ser vista como processo de negociação de significados e elemento constituidor da organização.	Entende que a constituição comunicativa da organização perpassa a busca por entendimento intersubjetivo, ignorando relações de poder existentes no processo de comunicação organizacional.
Organizações são vistas como a imbricação de domínios discursivos dos quais emerge a identidade organizacional	Taylor (2011)	A organização é, em termos comunicacionais, uma configuração de práticas e uma pessoa corporativa legal cuja “voz” emerge, paradoxalmente, enquanto identidade humana, tal como ocorre com as pessoas.	A identidade da organização como um ser quase “humano” é gerada pelas interações metaconversacionais dos membros da organização, ignorando seu aspecto ideológico e recaindo em nominalismo.

Proposta teórica	Autor(es)	Principal contribuição	Críticas a partir da ACD
Abordagem pós-fundacional	Cederström e Spicer (2014)	Os discursos organizacionais tanto não repousam em uma base material inelutável quanto inspiram forças de afeto, estas capazes de estimular paixões acerca, por exemplo, da disseminação e consecução de práticas estratégicas nas organizações.	Ignoram o aspecto material da constituição das organizações, substituindo-o pelo afeto, deixando de lado aspectos ideológicos e hegemônicos presentes nos discursos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para Hazen (1993), as organizações podem ser compreendidas como sistemas verbais socialmente construídos como textos, discursos ou histórias. Desse modo, as organizações se constituem pelos diversos diálogos que ocorrem de maneira simultânea e sequencial, enquanto polifonia, pela qual se torna possível dar voz a diferenças e novas possibilidades. O autor utiliza a ideia de polifonia presente em Bakhtin (1997) que representa, basicamente, a presença de diferentes vozes em um processo de diálogo, para criticar visões que enxergam as organizações como máquinas burocráticas ou sistemas vivos, propondo novas metáforas para compreender as organizações como sistemas polifônicos de comunicação, como uma banda de *jazz* de improviso, em que cada músico contribui com seu talento (Hazen, 1993).

Embora a noção de polifonia resgatada por Hazen (1993) contribua de forma interessante à compreensão organizacional, apontando que sua construção pode ter origem na multiplicidade de vozes existentes na organização, uma limitação em seu trabalho é não discutir o que o autor entende por textos, discursos e histórias, que formariam a organização enquanto sistemas verbais socialmente construídos. Ao proceder dessa forma, o autor acaba por compreender a organização como sinônimo de discurso, ignorando seu aspecto não discursivo e recaindo em um construcionismo social radical (Hazen, 1993; Reed, 2000).

Na segunda abordagem destacada no Quadro 1, Bragd et al. (2008) utilizam a noção de comunidade discursiva – ou sociedade discursiva, na tradução em português da obra *A ordem do discurso*, de Foucault (2010). Segundo essa noção, o discurso não apenas cria objetos, mas também (re)constrói a identidade de seus usuários (Bragd et al., 2008). As sociedades ou comunidades de discurso têm por função conservar ou produzir discursos, mas com a finalidade de que estes circulem apenas em espaços fechados, sendo distribuídos de maneira restrita, de modo que, mesmo em uma ordem do discurso publicado, se exercem certas formas de apropriação de segredo (Foucault, 2010).

De acordo com Bragd et al. (2008), o discurso é um recurso importante para criar as novas comunidades discursivas que formam as organizações, desenvolvendo

identidades entre os grupos e estabelecendo, assim, relações de inclusão e exclusão na organização. A noção de comunidades discursivas oferece contribuição teórica para pensar a constituição da organização, visto que aponta para a criação de grupos em que discursos podem ficar restritos e formar identidades, estabelecendo a inclusão e a exclusão de outros grupos organizacionais. Contudo, Bragd et al. (2008) partem da concepção foucaultiana de que o discurso cria seu objeto, podendo estabelecer regras de comportamento (Faria & Meneghetti, 2007). Nessa concepção, o discurso é visto como espaço em que poder e saber se entrelaçam, pois a pessoa que o emite o faz de determinado lugar, partindo de um direito a falar (discurso permitido) que é reconhecido institucionalmente (Brandão, 2004; Foucault, 2010).

Como afirmam os autores, a produção do discurso que gera o poder é controlada, organizada e redistribuída considerando as interdições, que buscam eliminar elementos do discurso que possam ameaçar grupos que estejam em posição de poder (Brandão, 2004; Foucault, 2010). Reed (2000) diferencia a tradição foucaultiana dos estudos do discurso da perspectiva do realismo crítico, esta última presente em estudos como os da ACD (Fairclough, 2005; Fairclough & Sayer, 2004), apresentando que, enquanto na primeira o discurso tem papel de representação, na segunda existe ênfase nos aspectos performativos do discurso. Assim, a partir do realismo crítico, os discursos se tornam mecanismos geradores ou estruturas que somente podem ser conhecidos por meio de seus efeitos contingenciais em contextos sócio-históricos particulares (Reed, 2000).

Conforme Reed (2000), as pesquisas nos Estudos Organizacionais que enxergam o discurso como sinônimo de organização – visto que esta é criada por aquele, como nos estudos de Hazen (1993) e Bragd et al. (2008) – recaem não só em um construcionismo radical, mas em reducionismo, localismo, nominalismo e determinismo. O reducionismo ocorre ao restringirem as ideologias e seu estudo a aspectos discursivos, deixando de lado o caráter político e material que também as constituem; enquanto o localismo decorre de não tratarem da (re)apropriação de discursos que operam nas estruturas (Reed, 2000). Já o nominalismo advém da concepção presente nesses estudos de que a simples menção ou discussão cria a organização por si só, sem considerar seus aspectos não discursivos; e, por fim, o determinismo é decorrente de colocarem a produção discursiva como dotada de lógica própria determinada pelos indivíduos, independentemente das estruturas sociais das quais essa lógica emerge (Reed, 2000).

As limitações de reducionismo, localismo, nominalismo e determinismo também se apresentam na terceira abordagem do Quadro 1, a *Communication as Constitutive of Organizations* ou Comunicação como Constituinte da Organização (CCO), que se contrapõe às demais perspectivas teóricas apresentadas por buscar englobar em suas análises os aspectos não discursivos ou não humanos

da organização, tomando por base a Teoria Ator-Rede (TAR) de John Law e de Bruno Latour. Para a TAR aplicada aos Estudos Organizacionais, a organização é vista como processo instável, negociado e temporário, em que ocorre o procedimento de translação (entendido como mecanismo pelo qual os atores de uma rede se constituem e tomam forma), no qual a materialidade de redes heterogêneas é tida como foco (Cavalcanti & Alcadipani, 2013).

Os objetos que compõem o todo organizacional passam a ser vistos como contingentes, uma vez que não podem ser tomados como fins em si mesmos, mas como manifestações relativamente estáveis de uma rede de relações que possibilitou sua produção, tal como abordado por Law (1994 citado por Cavalcanti & Alcadipani, 2013). Como Cavalcanti e Alcadipani (2013) apresentam, a TAR foca não apenas no elemento social ou humano, mas também nas materialidades que constituem a realidade que, como Cooren e Taylor (1997) afirmam, são entendidos como agentes não humanos.

Os diversos autores da CCO (Cooren et al., 2011; Galleli & Marchiori, 2015; Koschmann, 2013; Leitzke & Marchiori, 2015), em termo gerais, definem que a comunicação humana constitui as organizações, representando o meio pelo qual elas são estabelecidas, compostas, criadas e mantidas. Resumidamente, tal abordagem possui, de acordo com Cooren et al. (2011) seis premissas:

1. a CCO estuda eventos comunicacionais, entendidos não como interações entre pessoas isoladas, mas como o segmento de práticas sociais discursivas situadas e contínuas;
2. a CCO estuda não apenas o aspecto textual da comunicação organizacional, mas também os valores, ideologias e conhecimentos que são carregados não só pelas pessoas, mas também, em termos da teoria ator-rede de Bruno Latour, pelos ditos “não humanos”, como tecnologias, elementos arquitetônicos, documentos ou móveis, por exemplo;
3. a CCO reconhece a natureza de construção e orientação conjunta da comunicação organizacional, dado seu caráter performativo; ou seja, a comunicação organizacional é vista como construção da interação humana;
4. a CCO é aberta em termos do reconhecimento de quem ou o que é agente na comunicação, considerando a agência humana, mas também a dos não humanos, de tal modo que agir ou falar em nome de estratégias, visões ou missões posiciona tais elementos como participantes na definição de situações organizacionais;

5. os pesquisadores em CCO jamais deixam o foco da comunicação organizacional, ou seja, não se engajam no debate entre agência e estrutura, uma vez que, nessa perspectiva, elementos que poderiam ser julgados como pertencentes à estrutura, como as posições na hierarquia da empresa, são tratados como agentes não humanos no processo comunicacional;
6. a CCO não privilegia a visão de organização nem a do processo de organizar (*organizing*), abrangendo igualmente as duas agendas de pesquisa – como as organizações se constituem pelo processo comunicacional e como elas se transformam e reproduzem por meio de tal processo.

Logo, com base na descrição das características da perspectiva da CCO, observo que esta não supera a reificação da organização porque coloca comunicação e organização como dois polos que interagem entre si, se produzindo reciprocamente, o que demanda uma noção de existência apriorística de ambos (Cooren & Taylor, 1997). Partindo do realismo crítico presente na ACD, a visão de que a estrutura está representada na agência de “não humanos” é problemática, visto que antropomorfiza seres inanimados em lugar de considerar aspectos estruturais, como os da luta de classes, na postura neogramsciana presente em Norman Fairclough, na construção de tais objetos. Na ACD faircloughiana se faz presente um realismo crítico aplicado ao estudo do discurso que, segundo Reed (2000), parte de uma ontologia que enxerga as estruturas como fundamentais para a constituição da realidade social e natural, correspondendo, assim, aos mecanismos pelos quais os discursos são constituídos. Para Reed (2000), nessa perspectiva, os discursos não existem de forma independente e arbitrária em relação às condições sociais e materiais, mas representam, realizam e dão força às estruturas sociais, tais como as classes e o mercado.

Autores da CCO, Galleli e Marchiori (2015), afirmam a compatibilidade dessa abordagem com a teoria da ação comunicativa (TAC) proposta por Jürgen Habermas, visto que em ambas a comunicação é encarada como processo central da intersecção entre o simbólico e o material na constituição organizacional e há uma crítica da visão da comunicação como instrumento ou recurso, passando a ser considerada como processo de negociação de significados e elemento constituidor da organização.

Apontado como teórico crítico, em sua teoria Jürgen Habermas procura contribuir para a emancipação humana (Andrews, 2011). Em sua abordagem, a linguagem é como uma “arma” à qual todas as pessoas têm acesso em uma sociedade e, por meio dela, é possível realizar a luta pela emancipação (Andrews, 2011). Portanto é por meio do agir comunicativo que as pessoas podem buscar sua libertação, e o discurso é encarado como elemento emancipador, visto que, para Habermas (2012a), os pensamentos humanos se tornam acessíveis quando representados por meio da linguagem, uma vez que os fatos passam a ser expressos por proposições que têm

a pretensão de verdade. Verdadeiro, na concepção de Habermas (2012a), é o argumento que apresenta aceitabilidade racional, que é passível de crítica.

Portanto, para o autor, racionalidade corresponde à busca pela universalidade da razão que conduz à capacidade de criticidade (Habermas, 2012a, 2012b, 2012c). Logo, descartam-se como racionais juízos valorativos ou dogmáticos enquanto racionais, posto não serem universais nem passíveis de crítica (Andrews, 2011; Habermas, 2012a; Pinzani, 2009). Uma pessoa é encarada como racional, na visão de Habermas (2012a), quando apresenta proposições fundamentadas, assume posição autocrítica referente a seus valores e se comporta positivamente diante do entendimento e de problemas de comunicação.

Por sua vez, o entendimento, para Habermas (2012c), representa o reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o locutor agrega à sua fala. A validade intersubjetiva tem por base o sistema de referência do “mundo da vida”, dividido em mundo social, objetivo e subjetivo, cujas ligações se encontram pré-interpretadas, de modo que os atores sociais que agem comunicativamente não conseguem assumir posição extramundana, alheia ou desvincilhada do “mundo da vida”. As estruturas do “mundo da vida” formam o pano de fundo da situação, uma vez que fixam as formas de intersubjetividade do entendimento possível (Habermas, 2012c). Essas estruturas do “mundo da vida”, por sua vez, não são fixas ou definidas de maneira rigorosa, mas envoltas em um horizonte que se desloca junto com o tema, o qual Habermas (2012c) identifica como “mundo da vida”.

Esse “lugar transcendental”, que é o mundo da vida, é, portanto, onde falantes e ouvintes se encontram e podem levantar, uns em relação aos outros, pretensões de que o que dizem corresponde aos mundos social, objetivo e subjetivo, que configuram o “mundo da vida” e podem confirmar ou criticar pretensões de validade dos demais, buscando o consenso e resolvendo seus dissensos (Habermas, 2012c, p. 231). A fim de alcançar o consenso, como observa Andrews (2011), é necessário que os participantes do agir comunicativo não se valham de sua posição de poder a fim de convencer aos demais sobre seu ponto de vista.

Como observa Andrews (2011), nessa situação, que seria a ideal para o agir comunicativo, não há, na visão habermasiana, uma negação da existência de posições de poder distintas, mas a sugestão de que os atores sociais abram mão de tal condição a fim de possibilitar a participação no discurso. Assim, observo que a própria colocação de Andrews (2011) na defesa da TAC – que em outros trabalhos aparece como possibilidade de compreender a construção das organizações (Lima, Zattar & Maia, 2013) e a forma de administração discursiva das organizações (Lima, Carvalho & Lima, 2010) – denota a fragilidade em termos da aplicação do agir comunicativo em ambientes organizacionais. Isso porque nestes, como Faria e Meneghetti (2007) apontam, se observa a

predominância de discursos que viabilizam o alcance dos objetivos dos grupos dominantes, e não a busca por entendimento intersubjetivo.

Aponto como outra limitação de tais abordagens (CCO e utilização da TAC) o uso que teóricos das organizações fazem do conceito de comunicação, entendida como processo que ocorre exclusivamente dentro das organizações (Cooren & Taylor, 1997). Essa visão torna a comunicação um processo trivial e colabora para reificar as organizações, levando-as a serem consideradas como entidades dotadas de existência própria que se dá a priori (Cooren & Taylor, 1997).

Tais abordagens revelam, ainda, uma confusão teórica entre comunicação e discurso (Cooren & Taylor, 1997). O discurso e a comunicação são constructos teóricos distintos, embora tenham relação entre si. Em síntese, no âmbito organizacional, a comunicação é vista como processo por meio do qual os indivíduos interpretam, reinterpretem e criam sentidos, enquanto o discurso seria uma forma de manifestação dos sujeitos como interlocutores nos processos de construção social (Marchiori et al., 2010).

A incompreensão da distinção entre os conceitos de discurso e comunicação está presente também na análise de Taylor (2011), que compreende que a organização é, em termos comunicacionais, uma configuração de práticas e uma pessoa corporativa legal cuja “voz” emerge, paradoxalmente, como identidade humana, tal como ocorre com as pessoas. Assim, ignora a noção de discurso, como manifestação dos sujeitos como interlocutores e ainda coloca a possibilidade de que a pessoa corporativa legal, criada por processos comunicacionais, resulte em uma identidade corporativa que seria capaz de comunicação, ainda que esta prescindia de sujeitos ativos capazes de criar, interpretar e reinterpretar sentidos.

Nessa abordagem, a organização pode ser vista a partir de dois sentidos: enquanto prática, como consequência de como as pessoas arranjam tecnologias, recursos e pessoal para a realização de algo; e como uma entidade, um ser de existência própria e com atributos humanos (Taylor, 2011). Todavia, Taylor (2011) afirma rejeitar essa última visão, uma vez que as organizações não são pessoas, não se pode conversar com elas, embora o autor afirme a possibilidade de lhes atribuir identidade, motivações e ações. Como o autor apresenta, isso não impede que reconheçamos a existência real de tais entidades que, ainda que de aparência virtual, sem uma sede reconhecida, podemos identificar suas ações, citando como exemplo, a *Al-Qaeda* que, ainda para Taylor (2011), existe independentemente da nossa visão tradicional das organizações como dotadas de localização física identificável.

Assim, em oposição aos autores apresentados anteriormente – para quem as pessoas se relacionam, pela via da comunicação (entendida como processo interacional),

criando a organização (Bragd et al., 2008; Hazen, 1993) –, para Taylor (2011), as conexões criam os agentes. Taylor (2011) afirma que a organização se inicia pelas transações cotidianas das conversas, que constituem instâncias práticas de comunicação. Dessa forma, Taylor (2011) apresenta que as organizações podem estar presentes em qualquer lugar, inicialmente a partir da conversa entre as pessoas e outros modos de interação simbólica. A identidade da organização enquanto ser quase “humano” é decorrente, segundo Taylor (2011), do modo como as pessoas tratam as organizações como humanas. A imbricação dos domínios discursivos que formam a identidade organizacional emerge, para Taylor (2011), a partir da configuração de diferentes níveis organizacionais, presentes nas diversas comunidades discursivas que compõem o macroambiente organizacional como organização oficial.

Essa imbricação de discursos das comunidades discursivas é chamada pelo autor de metaconversa, que gera a organização oficial. Nesse processo, a identidade organizacional, enquanto entidade criada, suscita autoridade quase humana nos textos produzidos em seu nome e esconde as pessoas que estão por trás de seus discursos (Taylor, 2011). Embora reconheça como útil, para análises em Estudos Organizacionais, a ideia de criação de uma organização oficial enxergada como entidade quase humana cujo discurso gera autoridade e esconde as pessoas que estão realmente interessadas no aspecto performativo do discurso da organização oficial, vejo no trabalho de Taylor (2011) limitações que podem ser respondidas pela via da ACD. Isso porque o autor também recai em construcionismo radical, nominalismo, determinismo, localismo e reducionismo.

Com base em Fairclough (2005), sugiro que a identidade da organização surja não como consequência de como as pessoas arranjam tecnologias, recursos e pessoal para a realização de algo, mas como efeito do discurso em sua dialética com os demais componentes da vida social, reforçando relações de poder com fins à manutenção e transformação do pensamento hegemônico, por meio da criação dessa voz dotada de autoridade e capaz de camuflar os responsáveis pelos discursos e demais práticas organizacionais. Os efeitos constitutivos do discurso ocorrem porque, por meio do discurso, os sujeitos constroem realidades sociais, podendo, por exemplo, antropomorfizar e atribuir autoridade às organizações, que são, concretamente, inanimadas.

Tais efeitos atuam em conjunto com outras práticas sociais, como os aspectos afetivos e de comportamento, o vestuário e a distribuição de tarefas (no caso de uma organização produtiva, por exemplo) (Fairclough, 2010). Em suma, observo que, em Fairclough (2010), o efeito constitutivo de discurso, que pode transformar a organização em algo como uma espécie de entidade social preexistente, com voz e agência próprias, não afeta o fato de que as pessoas percebam a existência material de uma entidade social como organização dotada de prédios, maquinários, tecnologias, objetos, valores, entre outros.

Argumento que enxergar as organizações como se fossem identidades criadas e dotadas de autoridade, e não enquanto efeito constitutivo de discurso, com base em Fairclough (2010), significa ignorar que estas são constituídas pelo discurso mediado pelas restrições da determinação de sua dialética com as estruturas sociais e no interior de lutas e relações de poder que lhe são particulares.

Por fim, completando as análises do Quadro 1, apresento o trabalho de Cederström e Spicer (2014) que apresenta a abordagem pós-fundacional (*post-foundational perspective*). Partindo da perspectiva pós-fundacional, o real é entendido enquanto elemento incapaz de ser integrado à tessitura do discurso (Cederström & Spicer, 2014). Tal concepção, “emprestada” da psicanálise, sugere que o real seria um elemento inapreensível pelo discurso. Para esta abordagem, o real estaria relacionado a duas dimensões: a “forma vazia” (*empty form*) e a força afetiva (*affective force*) (Cederström & Spicer, 2014).

Cederström e Spicer (2014) apresentam que o real, ao qual os discursos refletiriam pretensamente, possui duas dimensões que revelariam que o discurso não teria uma fundação concreta notadamente distinguível e que estaria relacionado ao aspecto afetivo. Isso significa que, para os autores, os discursos organizacionais tanto não repousam em uma base material inelutável quanto inspiram forças de afeto, estas últimas capazes de estimular paixões acerca da disseminação e consecução de práticas estratégicas nas organizações, por exemplo (Cederström & Spicer, 2014).

Ao alegarem que o real seria dotado de uma forma vazia, Cederström e Spicer (2014) explicam que a abordagem pós-fundacional entende que o discurso nunca possui uma fundação em que se firma ou uma fundação estável ou permanente. Isso não significa que o discurso não apresente fundação alguma, como algumas concepções construtivistas sugerem, mas que o discurso nunca teria um fundamento final, ou seja, que o real é resistente a qualquer simbolização absoluta. Logo, o real, em vez de significar a existência de uma objetividade externa ao discurso, implica na existência de um limite para a fundamentação de um discurso (Cederström & Spicer, 2014).

A abordagem pós-fundacional agrega ainda que o real abarcaria a dimensão da força emocional, ou seja, a presença de reações emocionais intensas e ligações promovidas pelo discurso (Cederström & Spicer, 2014). A dimensão da força afetiva seria crucial para a compreensão de ligações passionais existentes em grupos, causas, identidades e até mesmo organizações (Cederström & Spicer, 2014).

Do ponto de vista da ACD faircloughiana, os discursos não existem de forma independente e arbitrária em relação às condições sociais e materiais, mas representam, realizam e dão força às estruturas sociais (Reed, 2000). Por sua vez, a proposta pós-fundacional, ao defender a ideia de que o discurso não tem fundamento final,

se apresenta como potencialmente contraproducente, ao proporcionar a substituição dos interesses de grupos privilegiados pela força afetiva, ignorando o aspecto ideológico e hegemônico que, segundo Fairclough (2008), permeia em graus distintos os diversos discursos presentes na sociedade contemporânea.

Considerações finais

Conforme apresentei ao longo deste texto, a teoria social faircloughiana do discurso pode ser explorada em estudos sobre a influência de elementos da linguagem na construção das organizações, a fim de superar limitações teóricas de estudos correntes que seguem restritos a abordagens que compreendem a organização como sinônimo de discurso ou como formada a partir de processos de comunicação que resultam em visões pelas quais elementos linguísticos criariam as organizações de maneira nominalista, reducionista, localista e determinista (Cooren & Taylor, 1997; Fairhurst & Putnam, 2004; Reed, 2000).

Em contraposição, a ACD em Norman Fairclough permite compreender que os discursos que colaboram na construção das organizações têm influências não só de outros discursos hegemônicos no contexto organizacional, mas também em relações de poder que não são consideradas pelas abordagens correntes. Assim, além de permitir enxergar fenômenos da linguagem na qualidade de dados disponíveis para análise de seu caráter ideológico no âmbito organizacional, argumento que a teoria social faircloughiana do discurso pode ser explorada também em estudos sobre a construção da organização a partir de elementos da linguagem, a fim de superar limitações teóricas de estudos correntes que seguem restritos a abordagens que compreendem a organização enquanto sinônimo de discurso ou como formada a partir de processos de comunicação (Cooren & Taylor, 1997; Fairhurst & Putnam, 2004; Reed, 2000; Silva & Gonçalves, 2017).

Seja na visão das organizações como ancoradas em práticas e formas discursivas (Cooren & Taylor, 1997; Fairhurst & Putnam, 2004), na abordagem que vislumbra as organizações como construídas por sistemas verbais formados por discursos polifônicos (Hazen, 1993), como comunidades discursivas (Bragd et al., 2008), que enxergam a comunicação como constituinte da organização, a partir da abordagem da CCO (Cooren et al, 2011; Galleli & Marchiori, 2015; Koschmann, 2013; Leitzke & Marchiori, 2015), que entendem as organizações como constituídas a partir da TAC de Jürgen Habermas (Lima, Carvalho, & Lima, 2010; Lima, Zattar & Maia, 2013), ou, ainda, como a imbricação de domínios discursivos dos quais emerge a identidade organizacional (Taylor, 2011), o que se observa é o estabelecimento de relações determinísticas entre elementos linguísticos – como o discurso ou a comunicação – e a construção das organizações.

Em contraponto, a teoria social faircloughiana do discurso, ao apresentar a existência de relações dialéticas entre o discurso e os demais elementos das práticas sociais (Fairclough, 2001, 2010), sugere que as organizações são compostas por elementos da vida social (como os sujeitos e suas relações sociais, as atividades, os objetos, instrumentos, tempo e lugar, valores, formas de consciência e discurso), os quais interagem dialeticamente entre si na construção das organizações.

Ao contrário do que apontam as abordagens correntes, a construção das organizações não se restringe à influência de processos comunicativos ou discursivos e, diferentemente do que aponta a CCO, os seres não humanos não são dotados de agência nem são as forças afetivas que movem os discursos nas organizações, como sugere a abordagem pós-fundacional (Cederström & Spicer, 2014). Os elementos da vida social interagem entre si dialeticamente, com fins de (re)produção de hegemonia na sociedade, sendo a organização um produto – e uma (re)produtora – dessa interação dialética.

Assim, conforme busquei apresentar ao longo deste ensaio, a proposta da ACD faircloughiana representa um contraponto às limitações teóricas das abordagens correntes que tratam a respeito da influência de elementos linguísticos na construção das organizações, podendo contribuir para os Estudos Organizacionais ao proporcionar, além de uma abordagem teórico-metodológica para a análise de textos, um novo olhar sobre o objeto de estudos desse campo.

Referências

- Alvesson, M., & Kärreman, D. (2000). Varieties of discourse: On the study of organizations through discourse analysis. *Human Relations*, 53(9), 1125-1149. doi:10.1177/0018726700539002
- Alvesson, M., & Kärreman, D. (2011). Decolonializing discourse: Critical reflections on organizational discourse analysis. *Human Relations*, 64(9), 1121-1146. doi:10.1177/0018726711408629
- Andrews, C. W. (2011). *Emancipação e legitimidade: Uma introdução à obra de Jürgen Habermas*. São Paulo, SP: Editora Unifesp.
- Augustinis, V. F.; Costa, A. S. M., & Barros, D. F. (2012). Uma análise crítica do discurso da educação financeira: Por uma educação para além do capital. *Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá*, 16(3), 79-102. Recuperado de <http://bit.ly/2vLEvx1>
- Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal* (2a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

- Bourdieu, P.; Chamboredon, J. C., & Passeron, J. C. (2002). *A profissão de sociólogo: Preliminares epistemológicas* (3a. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bragd, A., Christensen, D., Czarniawska, B., & Tullberg, M. (2008). Discourse as the means of community creation. *Scandinavian Journal of Management*, 24(3), 199-208. doi:10.1016/j.scaman.2008.02.006
- Brandão, H. H. N. (2004). *Introdução à análise de discurso* (2a ed.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Carrieri, A. P., Silva, A. R. L., Souza, M. M. P., & Pimentel, T. D. (2008). Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. *Revista Economia & Gestão*, 6(12), 1-22. Recuperado de <http://bit.ly/2Q4LpEf>
- Cavalcanti, M. F. R., & Alcadipani, R. (2013). Organizações como processos e teoria ator-rede: A contribuição de John Law para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 556-568. doi:10.1590/S1679-39512013000400006
- Cederström, C., & Spicer, A. (2014). Discourse of the real kind: A post-foundational approach to organizational discourse analysis. *Organization*, 21(2), 178-205. doi:10.1177/1350508412473864
- Cooren, F., Kuhn, T., Cornelissen, J. P., & Clark, T. (2011). Communication, organizing and organization: An overview and introduction to the special issue. *Organization Studies*, 32(9), 1149-1170. doi:10.1177/0170840611410836
- Cooren, F., & Taylor, J. R. (1997). Organization as an effect of mediation: Redefining the link between organization and communication. *Communication Theory*, 7(3), 219-260. doi:10.1111/j.1468-2885.1997.tb00151.x
- Fairclough, N. (1985). Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, 9(6), 739-763. doi:10.1016/0378-2166(85)90002-5
- Fairclough, N. (1992). Intertextuality in critical discourse analysis. *Linguistics and Education*, 4(3-4), 269-293. doi:10.1016/0898-5898(92)90004-G
- Fairclough, N. (2001). A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: As universidades. In C. M. Magalhães (Org.), *Reflexões sobre a análise crítica do discurso* (pp. 31-81). Belo Horizonte, MG: Faculdade de Letras UFMG.
- Fairclough, N. (2005). Peripheral vision: Discourse analysis in organization studies: The case for critical realism. *Organization Studies*, 26(6), 915-939. doi:10.1177/0170840605054610
- Fairclough, N. (2008). *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília.

- Fairclough, N. (2010). A dialética do discurso. *Revista Teias*, 11(22), 225-234. Recuperado de <http://bit.ly/2TD5fZC>
- Fairclough, N., & Melo, I. (2012). Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25(2), 307-329. doi:10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329
- Fairclough, N., & Sayer, A. (2004). Critical realism and semologic. In J. M. Roberts & J. Joseph, *Realism, discourse and deconstruction* (pp. 23-42). London: Routledge.
- Fairhurst, G. T., & Putnam, L. (2004). Organizations as discursive constructions. *Communication Theory*, 14(1), 5-26. doi:10.1111/j.1468-2885.2004.tb00301.x
- Faria, J. H., & Meneghetti, F. K. (2007). Discursos organizacionais. In J. H. Faria (Org.), *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais* (pp. 119-141). São Paulo, SP: Atlas.
- Fiorin, J. L. (2010). *As astúcias da enunciação: As categorias de pessoa, espaço e tempo* (2a. ed.). São Paulo, SP: Ática.
- Foucault, M. (2010). *A ordem do discurso* (20a ed.). São Paulo, SP: Edições Loyola.
- Galleli, G. M. F., & Marchiori, M. A. (2015, 13-16 de setembro). *Comunicação constitutiva das organizações contemporâneas: Reflexões sobre as aproximações possíveis entre a TAC e a CCO*. Trabalho apresentado no XXXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Belo Horizonte, MG. Recuperado de <http://bit.ly/2xrVDI9>
- Godoi, C. K., Coelho, A. L. A. L., & Serrano, A. (2014). Elementos epistemológicos e metodológicos da análise sociológica do discurso: Abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 21(70), 509-535. Recuperado de <http://bit.ly/2W21COg>
- Habermas, J. (2012a). *Direito e democracia: Entre facticidade e validade* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2012b). *Teoria do agir comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Habermas, J. (2012c). *Teoria do agir comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Hazen, M. A. (1993). Towards polyphonic organization. *Journal of Organizational Change Management*, 6(5), 15-26. doi:10.1108/09534819310072747

- Iedema, R. (2007). On the multi-modality, materially and contingency of organization discourse. *Organization Studies*, 28(6), 931-946. doi:10.1177/0170840607075264
- Jang, Y. S., Ott, J. S., & Shafritz, J. M. (2015). Foreword. In J. M. Shafritz, J. S. Ott, & Y. S. Jang (Eds.), *Classics of organization theory* (8th ed., pp. 9-12). Sidney: Wadsworth.
- Koschmann, M. A. (2013). The communicative constitution of collective identity in interorganizational collaboration. *Management Communication Quarterly*, 27(1), 61-89. doi:10.1177/0893318912449314
- Leitzke, M. R. L., & Marchiori, M. (2015, setembro). *Comunicação constitutiva: a prerrogativa do sujeito na organização*. Trabalho apresentado no XXXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Belo Horizonte, MG,.
- Lima, C. R. M., Carvalho, L. S., & Lima, J. R. T. (2010). Notas para uma administração discursiva das organizações. *DataGramaZero*, 11(6), 1-16.
- Lima, C. R. M., Zattar, M., & Maia, M. R. (2013, novembro). Interações mediadas pela linguagem, organizações e sociedade: Racionalidade comunicativa e integração discursiva. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Florianópolis, SC.
- Magalhães, C. M. (2001). A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. In C. M. Magalhães (Org.), *Reflexões sobre a análise crítica do discurso* (pp. 15-30). Belo Horizonte, MG: Faculdade de Letras UFMG.
- Marchiori, M. R., Ribeiro, R. R., Soares, R., & Simões, F. (2010). Comunicação e discurso nas organizações: Construtos que se relacionam e se distinguem. *Comunicação & Sociedade*, 32(54), 211-238. doi:10.15603/2175-7755/cs.v32n54p211-238
- Marx, K. (2003). *Contribuição à crítica da economia política* (3a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1859).
- Meurer, J. L. (2007). Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In J. L. Meurer, & D. Motta-Roth (Orgs.), *Gêneros: teorias, métodos, debates* (2a ed., pp. 81-106). São Paulo, SP: Parábola Editorial.
- Misoczky, M. C. (2005). Análise crítica do discurso: Uma apresentação. *Revista Gestão.Org*, 3(2), 125-140. Recuperado de <http://bit.ly/2U7UiON>
- Motta, F. C. P. (1986). *Organização e poder: Empresa, Estado e escola*. São Paulo, SP: Atlas.

- Mumby, D. K. (2011). What's cooking in organizational discourse studies? A response to Alvesson and Kärreman. *Human Relations*, 64(9), 1147-1161. doi:10.1177/0018726711408367
- Pedro, E. R. (1997). Análise crítica do discurso: Aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In E. R. Pedro (Org.), *Análise crítica do discurso* (pp. 19-46). Lisboa: Editorial Caminho.
- Pinzani, A. (2009). *Habermas*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Reed, M. (2000). The limits of discourse analysis in organizational analysis. *Organization*, 7(3), 524-530. doi:10.1177/135050840073011
- Resende, V. M., & Ramalho, V. (2011). Ciência social crítica e análise de discurso crítica. In *Análise do discurso crítica* (pp. 25-54). São Paulo, SP: Contexto.
- Rodrigues, M. S., & Dellagnelo, E. H. L. (2013). Do discurso e de sua análise: Reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 621-635. doi:10.1590/S1679-39512013000400010
- Saraiva, L. A. S., & Irigaray, H. A. R. (2009). Políticas de diversidade nas organizações: Uma questão de discurso? *Revista de Administração de Empresas*, 49(3), 337-348. doi:10.1590/S0034-75902009000300008
- Silva, E. R., & Gonçalves, C. A. (2017). Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(1), 1-20. doi:10.1590/1679-395132088
- Taylor, J. R. (2011). Organization as an (imbricated) configuring of transactions. *Organization Studies*, 32(9), 1273-1294. doi:10.1177/0170840611411396

Sobre a Autora

Fernanda Mitsue Soares Onuma

Doutora em administração pela Universidade Federal de Lavras. Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: fernanda.onuma@unifal-mg.edu.br. ORCID: 0000-0002-7392-2191



Revista Organizações & Sociedade, O&S

<http://www.revistaoes.ufba.br/>

revistaoes@ufba.br

+55 71 3283 7344

Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia,
UFBA

Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Vale do Canela
3º andar, sala 31 (I)

CEP 40110-903, Salvador - Bahia - Brasil